

SORAIA ANSARA

***MEMÓRIA POLÍTICA DA DITADURA MILITAR E REPRESSÃO
NO BRASIL: UMA ABORDAGEM PSICOPOLÍTICA***

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
São Paulo
2005**

SORAIA ANSARA

***MEMÓRIA POLÍTICA DA DITADURA MILITAR E REPRESSÃO
NO BRASIL: UMA ABORDAGEM PSICOPOLÍTICA***

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social sob orientação do Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
São Paulo
2005

BANCA EXAMINADORA

*A minha família, em particular aos meus pais,
Orlando e Salime, com todo meu carinho e apreço!*

*A todos aqueles que deram as suas vidas na luta
pela democracia na sociedade brasileira,
especialmente aos que continuam lutando pelo
direito à memória.*

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa nunca é trabalho de uma única pessoa, especialmente no caso da nossa pesquisa que diz respeito à memória coletiva. Embora a autoria corresponda a uma pessoa, sua elaboração só foi possível porque dela participaram muitas pessoas. Seria impossível mencionar o nome de todos e todas que, direta ou indiretamente, deram a sua contribuição, desde os sujeitos diretos da pesquisa – lideranças sindicais, lideranças comunitárias e estudantes universitários - os informantes, até os inúmeros interlocutores que encontramos em congressos, seminários e, sobretudo os que me orientaram. Nesse sentido, manifesto meus agradecimentos especiais:

Ao meu orientador, Salvador Sandoval, que me incentivou a continuar minha trajetória acadêmica, iniciada com o mestrado, desafiando-me e acompanhando-me durante todo este percurso do doutorado.

Aos professores do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, pelas reflexões que me proporcionaram, principalmente por meio das disciplinas no início do doutorado.

Ao professor Amalio Blanco, que me recebeu de braços abertos na Universidade Autônoma de Madri (UAM) disponibilizando-me os recursos necessários para a revisão bibliográfica e acompanhando-me ao longo do ano de 2004.

Ao professor Félix Vázquez, com quem compartilhei muitas reflexões sobre a construção social da memória e quem me desafiou muito com seus questionamentos.

A todos os amigos e amigas que estiveram próximos nos momentos mais difíceis, em particular à Rita, em quem sempre encontrei uma palavra de alento e coragem nos momentos de desânimo.

A todos os colegas que compartilharam comigo esses anos de doutorado, de maneira especial, aos amigos do Núcleo de Psicologia Política da PUC-SP com os quais trocamos muitas experiências, dúvidas e descobertas.

Ao Alessandro, amigo, leitor atento dos meus trabalhos e grande interlocutor desde o princípio deste doutorado.

À Giseli e Betânia com as quais compartilhei todos os momentos do doutorado, desde os trabalhos apresentados em Congressos até os momentos de lazer que desfrutamos nas “viagens doutorais”.

À querida Rosa, companheira de doutorado com quem troquei muitas idéias e que me acolheu em sua casa durante a pesquisa de campo em Curitiba, indicando-me os contatos para as entrevistas.

Ao Marquinhos, cuja colaboração foi muito importante no trabalho com os questionários.

Ao Dreif, sempre solícito em colaborar com sugestões metodológicas e com o apoio tecnológico nas minhas apresentações.

À Andréa pela amizade e colaboração com a tradução para o inglês.

À Alejandra, amiga sincera, que admiro muito pela integração que faz entre a dança e a vida acadêmica e que sempre proporcionou um toque de leveza e fluidez às nossas conversas acadêmicas.

Aos meus pais, por serem uma presença especial nos momentos em que eu me sentia tão isolada da família, sobretudo quando estive no exterior.

Aos meus irmãos, de maneira especial à Marlene, pela ajuda na transcrição das entrevistas e tabulação dos questionários e à Magali, pelo cuidado em revisar parte dos meus textos.

À Mirinha e à Doroti que tão prontamente aceitaram fazer a revisão atenta destes intermináveis capítulos.

À Deborah que foi um apoio fundamental tanto nos momentos mais angustiantes quanto naqueles mais bem-sucedidos da minha trajetória pessoal e acadêmica.

Ao Cristiano que me facilitou todos os contatos com os entrevistados de Belo Horizonte.

Ao Marco Aurélio, amigo e companheiro da área de Psicologia Política, a quem admiro muito e com quem pude aprender (e continuo aprendendo) neste campo de pesquisa.

Ao pessoal do Cefuria que me colocou diretamente em contato com os entrevistados em Curitiba.

Ao Cláudio, querido amigo que me acolheu em sua casa, durante a pesquisa de campo em Belo Horizonte.

A todos os entrevistados, das diferentes gerações, que com muita disposição concederam-me as entrevistas, matéria-prima desta tese.

Aos estudantes universitários que aceitaram responder aos questionários desta pesquisa.

Aos professores Antonio da Costa Ciampa, Maritza Montero e Graciela Motta pelas contribuições no exame de qualificação.

Às professoras Cecília Coimbra, Raquel Guzzo e Maria do Carmo Guedes que aceitaram prontamente fazer parte desta banca examinadora.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro durante a vigência de meu estágio no Exterior.

E, finalmente, ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que desde o primeiro ano do doutorado apoiou financeiramente este estudo.

A todos, muito obrigada!!!

Soraia Ansara

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a "ótica dos vencidos", é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade.

(Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos: Resgatando a Memória Brasileira - MTNM-RJ e PE)

RESUMO

O presente trabalho traz para o campo da Psicologia Política a noção de memória política que desenvolvemos a partir desta pesquisa de doutorado, realizada em três capitais brasileiras (Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo) sobre a memória coletiva da ditadura militar e repressão no Brasil.

Por meio de entrevistas semi-estruturadas com lideranças comunitárias e sindicais e de questionários aplicados a estudantes universitários, procuramos analisar a memória coletiva que foi construída a partir do processo de redemocratização brasileiro (pós-ditadura militar).

Com base nos discursos e nos referenciais teóricos de Gamson (1992a/b), Sandoval (1994, 2001), Halbwachs (1990) analisamos as interfaces entre memória coletiva e consciência política, procurando compreender as implicações da memória coletiva no comportamento político de pessoas que constituem diferentes gerações e que vivenciaram contextos históricos e políticos distintos.

Pudemos perceber que a memória pode estimular a consciência política e proporcionar formas de ação coletiva, da mesma maneira que a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política.

Percebemos ainda que, mais do que uma reflexão sobre o passado, a memória coletiva aparece como uma memória política capaz de subverter as versões instituídas e fixadas pela história oficial, como uma estratégia de resistência e luta política e cria um espaço público de disputa que pode desmontar os mecanismos de institucionalização da memória social.

Palavras-chaves: Memória Política, Consciência Política, Comportamento político, Políticas de memória.

ABSTRACT

This study brings to the field of Political Psychology a new perspective on the concept of political memory raised by the results of a doctorate research project about the collective memory regarding the military dictatorship and its repression in Brazil. The research was conducted in three Brazilian capitals: Belo Horizonte, São Paulo and Curitiba.

The collective memory about the re-democratization process in Brazil (post-military dictatorship) was analyzed through semi-structured interviews with community and union leaders, and also through a questionnaire administered on college students in these three cities.

Based on the theories of authors such as Gamson (1992a/b), Sandoval (1994, 2001) and Halbwachs (1990), the interface between collective memory and political consciousness was analyzed. Under the light of these theories we also tried to understand the influence and impact that collective memory has on the political behavior of people who represent different generations and have lived in different historical and political contexts.

In this study it was possible to note that memory might stimulate the political consciousness allowing collective actions to emerge. In like manner, political consciousness may be a determining factor when it comes to political memory as well.

We also found that collective memory is more than a reflection about the past. It appeared to be a political memory that enables the subversion of the fixed and stated versions elaborated by the official history, as well as a resistance strategy in the political battle for creating a public space of dispute that disassembles the mechanisms that lead to the institutionalization of the social history in memory.

Keywords: Political Memory, Political Consciousness, Political Behavior, Memory Policies.

RESUMEN

El presente trabajo tiene el propósito de acercar al campo de la Psicología Política la noción de memoria política que desarrollamos desde nuestra investigación, realizada en tres capitales brasileñas (Belo Horizonte, Curitiba y São Paulo) sobre la memoria colectiva de la dictadura militar y represión en Brasil.

A lo largo de esta tesis intentamos analizar la memoria colectiva que se construyó desde el proceso de redemocratización brasileño (pos dictadura militar) a través de entrevistas semidirectivas con líderes comunitarios y sindicales y de encuestas aplicadas a estudiantes universitarios.

Con base en los discursos y en los referenciales teóricos de Gamson (1992a/b), Sandoval (1994, 2001), Halbwachs (1990) analizamos las conexiones entre memoria colectiva y conciencia política, con el objetivo de comprender las implicaciones de la memoria colectiva en el comportamiento político de las personas que forman las diferentes generaciones y que vivieron contextos históricos y políticos distintos.

Hemos percibido que la memoria puede estimular la conciencia política y proporcionar formas de acción colectiva, de la misma manera que la existencia de una conciencia política puede ser determinante en la construcción de una memoria política.

Todavía percibimos que, más que una reflexión sobre el pasado, la memoria colectiva aparece como una memoria política capaz de subvertir las versiones instituidas y fijadas por la historia oficial, como una estrategia de resistencia y lucha política y crea un espacio público de disputa que puede desmontar los mecanismos de institucionalización de la memoria social.

Palabras-claves: Memoria Política, Conciencia Política, Comportamiento político, Políticas de memoria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO I – As possibilidades da memória e seus desdobramentos	
epistemológicos	24
1. Circunscrevendo o estudo da memória nos marcos de referência da Psicologia Social	24
2. Da Psicologia Social à Psicologia Política: a memória e sua relação com o comportamento político	37
3. Os diferentes enfoques e tradições da Memória Social	58
3.1. A Psicologia da Memória	59
3.2. A sociologia da memória de Halbwachs	68
3.3. A Construção social da Memória	77
 CAPÍTULO II - Memória Coletiva de eventos políticos	84
1. Eventos políticos e públicos	86
1.1. Os estudos da memória e a experiência espanhola	87
1.2. Os estudos da memória e a experiência britânica	101
1.3. Os estudos da memória e a perspectiva italiana	102
1.4. Os estudos da memória e a experiência belga	109
1.5. Os estudos da memória nos EUA	111
2. Memória de eventos traumáticos na Europa e na América Latina	120
2.1. Memória e trauma na Espanha: o peso da Guerra Civil e da Ditadura Franquista	121
2.2. Memória e trauma na França: o peso da II Guerra e do Holocausto	122
2.3. Ditadura, trauma psicossocial e memória na sociedade chilena	127
2.4. Memória coletiva e genocídio na Guatemala	134

3. Memórias da repressão política no Cone Sul	135
4. Os estudos da memória da repressão no Brasil	141

CAPÍTULO III - Da ditadura à democracia: conhecendo a história

para compreender a memória	150
1. A ditadura militar no Brasil	151
1.1.Revisitando a história do primeiro governo militar	152
1.2.O rigor do Governo Médici	154
1.3.A abertura política e o começo da redemocratização	156
1.4.A redemocratização: vinte e um anos depois	160
1.5. A luta pela anistia e apuração dos crimes cometidos na ditadura	164
2. Os movimentos sociais no processo de transição à democracia	171

CAPÍTULO IV - Construindo os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

sobre Memória na Perspectiva Psicopolítica	179
1. Seleção dos entrevistados	182
2. As entrevistas	183
3. Os questionários	186
4. Perfil dos entrevistados	187
5. A construção das categorias analíticas no estudo da memória política	194

CAPÍTULO V – Estudantes universitários, lideranças comunitárias e sindicais construindo a Memória Política da ditadura militar no Brasil

1. As tramas da memória política: marcas do que ficou	205
1.1.A memória das lideranças sindicais	207
1.2.A memória das lideranças comunitárias	213
1.3.A memória dos estudantes universitários	217
2. As fontes da memória: as testemunhas, a militância, a escola e os veículos de informação	229
3. Representações e significados do período para a sociedade brasileira	235

CAPÍTULO VI – Os impactos sociais e psicopolíticos na construção social

da memória	247
1. O legado da ditadura: repressão policial, impunidade, autoritarismo	248
2. A existência de uma Memória Política construída pelos Movimentos Sociais....	259
3. O processo de redemocratização e seus impactos sociais e psicopolíticos	275

CAPÍTULO VII – Memória Política: as interfaces entre Memória Coletiva e

Consciência Política	287
1. Histórias contadas x Lembranças dos entrevistados	289
1.1.Histórias contadas pelas testemunhas	293
1.2.Repressão e Resistência nas lembranças dos entrevistados	299
1.3.Lembranças significativas e aproximações com as histórias contadas	307
2. A Militância Política x Memória Política	326
3. Impacto pessoal e político	339

CAPÍTULO VIII – A memória como estratégia de resistência e luta política ...

1. Políticas de esquecimento	363
2. Políticas da Memória: a luta contra o esquecimento	366

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS	397
Anexo I - Roteiro de entrevistas	398
Anexo II - Questionários	400

Introdução

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a "ótica dos vencidos", é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade.

(Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos: Resgatando a Memória Brasileira - MTNM-RJ e PE)

Esta frase não só introduz o tema da memória política como também sintetiza muito do que encontramos nesta pesquisa. Com certeza esta tese traz para a academia *uma das maneiras de narrar a história* de um período de tanta repressão como foi o da ditadura militar no Brasil. Traz uma das maneiras de narrar a história, quase sempre relegada aos *subterrâneos* da História e da memória oficial. Mais que isso, traz à luz **a memória da resistência e da luta política dos movimentos sociais populares** que recusam, como veremos ao longo de toda a tese, as versões instituídas pela memória social.

Embora o período da ditadura militar tenha fomentado muitas pesquisas por parte de historiadores, cientistas sociais e, mais recentemente, pelo jornalista Elio Gaspari¹, em obra, editada em cinco volumes - não encontramos estudos específicos sobre a memória

¹ O jornalista Elio Gaspari fez um longo trabalho de pesquisa sobre o período da ditadura militar no Brasil que resultou na publicação destes quatro volumes que indicamos para os que têm interesse no tema. O quinto volume desta série ainda não foi publicado. Ver Gaspari, Elio. (2002). *A Ditadura Envergonhada*. Vol 1. São Paulo: Cia das Letras; Gaspari, Elio. (2002). *A Ditadura Escancarada*. Vol 2. São Paulo: Cia das Letras; Gaspari, Elio. (2003). *A Ditadura Derrotada*. Vol 3. São Paulo: Cia das Letras; Gaspari, Elio. (2004). *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras.

coletiva da repressão no Brasil, principalmente referente às gerações que não vivenciaram os acontecimentos da Ditadura Militar. Isso levantou muitas indagações para nossa pesquisa: Qual seria o significado da repressão e das lutas de resistência para as novas gerações? Qual o impacto desses acontecimentos na vida dessas gerações? Como as pessoas de diferentes contextos históricos e/ou com engajamentos políticos distintos interpretam esse passado?

Esses questionamentos nos desafiaram a ir em busca de *respostas* ou de explicações tendo em vista compreender se, efetivamente, a memória da ditadura militar e, conseqüentemente, da repressão se mantém viva na sociedade brasileira; de que modo se manifesta na atualidade ou, se ela estiver se perdendo, qual a razão desse fenômeno.

Cabe assinalar, que nosso interesse pelo estudo da memória coletiva teve início com a nossa dissertação de mestrado “*Repressão e lutas operárias na memória coletiva da classe trabalhadora em São Paulo*”, que defendemos na PUC-SP, em 2000 no Programa de Psicologia Social. Na referida dissertação nos limitamos a estudar o caso de uma longa greve (a Greve dos Queixadas)² ocorrida na época da ditadura militar no Brasil. Entretanto, muitas das questões que motivaram, inicialmente o estudo da memória coletiva dessa greve, ocorrida num contexto de repressão, não foram resolvidas em nossa pesquisa. Haja vista que acabou enfocando muito mais a resistência dos trabalhadores do que propriamente a repressão sofrida por eles na época, o que nos manteve motivados a continuar com nosso propósito de investigar a memória coletiva dos brasileiros sobre a repressão durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

² Esta greve iniciou-se em 1962 se prolongando ao longo de sete anos durante o período da ditadura militar no Brasil. Ficou conhecida como a greve dos Queixadas, pois foi o nome atribuído aos operários grevistas pelo seu estilo de luta. O nome “*Queixadas*” significa porcos do mato que ao perceberem o perigo, reúnem-se em manadas, obrigando o inimigo a refugiar-se.

Na pesquisa do mestrado, surpreendemo-nos com o fato de lideranças sindicais e comunitárias não enfatizarem, nem mencionarem a repressão daquele período, o quê nos levou a levantar algumas hipóteses: a) as pessoas entrevistadas não tiveram conhecidos, nem familiares atingidos pela repressão ou que militassem na época da ditadura, de modo que essas lembranças tendem, ao longo do tempo, a serem esquecidas; b) existe um distanciamento entre suas histórias pessoais e a história do país, ou seja, existe pouca relação com os acontecimentos da Nação, principalmente por ser uma realidade vivida há trinta anos. Estas duas primeiras hipóteses estão fundamentadas nos argumentos de Halbwachs (1990) para explicar o esquecimento, mas, a nosso ver, não são capazes de explicar totalmente por que a repressão “foi esquecida”, o quê nos fez levantar outras hipóteses: c) o fato de os sindicalistas entrevistados por nós não verem diferença entre fazer uma greve em plena ditadura ou em outros contextos, nos leva a pensar que a repressão faz parte do cotidiano de algumas camadas sociais como, no caso, os trabalhadores e, portanto, não é apontada como algo que distingue a época da repressão militar de outros períodos; d) pode haver um efeito psicológico em que as pessoas tendem a lembrar somente coisas positivas, procurando entender o sacrifício de outros como um ato de heroísmo, ao invés de lembrar as causas desse sacrifício e compreender os motivos que levaram as pessoas a serem sacrificadas; e) existe uma tendência entre os sindicalistas, no caso daquela pesquisa, em mitificar os Queixadas (operários que realizaram a longa greve) pelo fato de se identificarem com o grupo que é reprimido.

Se considerarmos somente os argumentos de Halbwachs (1990) para o esquecimento, não seria possível evocar a repressão na época da ditadura militar porque esta não fez parte da história pessoal e das relações interpessoais das pessoas entrevistadas.

Ora, se realmente com a instauração de regimes mais democráticos por todo o continente latino americano, os anos de forte repressão vividos no Brasil entre 1964-1985

foram relegados ao esquecimento ou silenciados, cabe-nos agora analisar de forma mais abrangente as hipóteses que levantamos, e, principalmente os mecanismos que podem ter levado as pessoas ao esquecimento: traumas, propaganda ideológica, influência da mídia na formação de opinião sobre a repressão, bem como as políticas da memória estabelecidas no período de democratização. Nesse sentido, pareceu-nos fundamental realizar um estudo mais aprofundado, o quê nos levou a desenvolver a pesquisa de doutorado, que ora apresentamos, tendo em vista perceber como a repressão aparece na memória coletiva de pessoas que têm um engajamento político e de pessoas não engajadas politicamente.

Em função disso, realizamos uma pesquisa de campo com lideranças comunitárias (que participam de alguma organização popular), com lideranças sindicais e com jovens universitários (cursando a graduação), procurando:

- a) analisar a construção da memória política da ditadura brasileira pelas gerações posteriores à ditadura, a fim de perceber quais os significados da repressão/resistência à ditadura que encontramos nos discursos dos entrevistados.
- b) analisar a consciência política dos entrevistados através da memória da ditadura a fim de compreender em que medida as lembranças de pessoas de diferentes contextos históricos e engajamentos políticos distintos se vinculam a uma consciência política.
- c) compreender em que medida as políticas da memória que foram construídas a partir do processo de redemocratização brasileiro “incidem” na construção da memória e nas práticas políticas atuais ou como a construção da memória e das práticas políticas atuais podem incidir nas políticas de memória.

Ao longo dos capítulos seguintes procuramos articular duas questões fundamentais: a memória e a política, de modo que, no primeiro capítulo, intitulado “*As possibilidades da memória e seus desdobramentos epistemológicos*”, situamos o estudo da memória coletiva nos marcos de referência da psicologia social, desenvolvidos por Tajfel (1983), Gamson

(1992a/b), Sandoval (1994, 2001), Martin-Baró (1998) e Blanco (1996) - a partir das aproximações que faz entre Lewin, Vygotski e Mead - enfatizando a dimensão interativa dos aspectos macro e micro social que compreendem os estudos psicossociais. Além disso, tratamos de elucidar a importância da consciência política no estudo da memória coletiva, desenvolvendo o modelo teórico de consciência política de Sandoval (2001).

Em seguida, recuperamos algumas tradições e enfoques do estudo da memória e seus desdobramentos epistemológicos. A cada tradição da psicologia da memória correspondiam posturas bem distintas dentro da comunidade científica o que revelava as tensões existentes entre perspectivas individualistas e sociais que permanecem até hoje na psicologia. Não é nossa intenção descrever historicamente essas tradições, mas situá-las dentro dos estudos psicossociais sobre a memória, procurando enfatizar aquelas que contribuíram para uma compreensão da memória em suas dimensões social e política. Em outras palavras, procuramos nos apropriar das noções de memória coletiva e social, dialogando com estas tradições a fim de perceber em que medida estas contribuíram e contribuem ainda hoje para a construção de uma memória política, que é a noção que optamos por desenvolver nesta tese.

A partir das contribuições de Bartlett (1995) e Halbwachs (1990, 2004), especialmente, refletimos sobre a noção de memória coletiva e/ou memória social enfocando o grupo como referência da memória coletiva e veremos, como já apontamos em nossa pesquisa anterior, a estreita relação entre memória coletiva e a teoria da identidade social desenvolvida por Tajfel (1983/1984).

No segundo capítulo, “*Memória de eventos políticos*” fizemos um levantamento das investigações sobre a memória realizadas na Europa, especialmente as que se tem levado a cabo na Espanha, país que viveu sob uma guerra civil e uma longa ditadura apontando, particularmente, as investigações realizadas em diferentes países da América

Latina, que à semelhança do Brasil, viveram ditaduras militares e um ulterior período de redemocratização.

Tratamos de diferenciar os estudos que discorrem sobre a memória de eventos políticos, que não enfatizam o trauma político, dos estudos que se referem à memória de eventos políticos que provocaram o trauma em grande número de pessoas.

Ainda que nosso enfoque não seja o trauma político, que marcou muito a experiência latino-americana e também centro americana, é fundamental apontá-lo, por sua repercussão política, por proporcionar muitas ações de resistência contra a violência política dos governos ditatoriais e em defesa dos direitos humanos e, principalmente, porque grande parte dos estudos da memória destacam o trauma sofrido pelas vítimas da violência política. Importa-nos destacar a dimensão política dessas experiências autoritárias que geraram um número incontável de vítimas, mas que também provocaram a resistência política de muitos grupos.

No terceiro capítulo, *“Da Ditadura à Democracia: conhecendo a história para compreender a memória”* fizemos uma contextualização histórica da ditadura militar brasileira que teve uma alternância de generais no poder e, nesse sentido, diferenciando-se das outras ditaduras latino-americanas, apontando, também, as lutas pela anistia e em defesa dos direitos humanos que se iniciaram durante a ditadura e se estenderam ao longo do período de redemocratização. Apontamos também a importante atuação das Comunidades Eclesiais de Base e dos Movimentos Sociais contra a ditadura militar.

No quarto capítulo, *“Construindo os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa sobre Memória na Perspectiva Psicopolítica”* descrevemos os procedimentos metodológicos que utilizamos na pesquisa de campo, como a pesquisa foi desenvolvida, apresentando o perfil dos nossos sujeitos de pesquisa bem como os principais eixos e categorias de análise que elaboramos para facilitar as análises dos capítulos seguintes.

No quinto capítulo, “*Estudantes universitários, lideranças comunitárias e sindicais construindo a memória política da ditadura militar no Brasil*” iniciamos o processo de análise das entrevistas e dos questionários que aplicamos aos estudantes universitários. Tratamos de descrever o que apareceu nos discursos das lideranças comunitárias e sindicais e nos questionários, destacando aquilo que foi conservado na memória dessas gerações, as representações e significados da ditadura que foram construídos por elas, analisando as semelhanças e as diferenças existentes em seus discursos.

Os legados deixados pela ditadura na sociedade brasileira são analisados no sexto capítulo, que se intitula “*Os impactos sociais e psicopolíticos na construção social da memória*”. Nesse capítulo, analisamos os impactos sociais e psicopolíticos provocados pela ditadura e pelo processo de redemocratização na construção da memória política das lideranças comunitárias e sindicais tendo identificado três importantes aspectos nos relatos dos entrevistados: o primeiro aspecto, que se refere ao legado ditatorial como a **repressão policial, a impunidade, e o autoritarismo** presente na sociedade brasileira com todos os resquícios que encontramos nas relações sociais e em todas as esferas da vida cotidiana; o segundo, que é a **existência de uma memória política construída pelos movimentos sociais** e comunidades que se preocupam em transmitir às gerações posteriores os acontecimentos ocorridos no período da ditadura militar; e o terceiro que diz respeito aos **impactos sociais e psicopolíticos produzidos pelo processo de redemocratização** que evidenciam o **dilema ditadura-democracia** em que vive a sociedade brasileira, uma vez que os entrevistados, ao enfatizarem as experiências vividas por eles no período de transição, fazem uma análise crítica da democracia que vivemos hoje.

O sétimo capítulo, “*Memória Política: as interfaces entre memória coletiva e consciência política*”, configura-se como o núcleo de análise da memória política da ditadura militar, no qual retomamos o modelo analítico da consciência política de Sandoval

(2001), articulando-o com o discurso dos entrevistados, por meio de alguns eixos de análise, que nos permitiram perceber que a consciência política dos entrevistados que vivenciaram os processos de democratização, mas que não presenciaram a ditadura diretamente, contribui na construção da memória política do evento passado (a ditadura militar), do mesmo modo que a memória construída pelos movimentos sociais, em que os entrevistados estão inseridos, contribui para a formação da consciência política. Ambos tem implicações no comportamento político das pessoas que constituem essas diferentes gerações entrevistadas e que vivenciaram contextos históricos e políticos distintos.

Sem a pretensão de fazer uma “conclusão”, no oitavo capítulo “*A memória como estratégia de resistência e luta política*”, procuramos sintetizar as principais idéias e descobertas que encontramos ao longo da nossa pesquisa que apontam para um trabalho de intervenção psicopolítica, ou seja, propondo alguns elementos para discussão e elaboração de políticas da memória na sociedade brasileira. Nesse sentido, ressaltamos que, ao longo do processo de redemocratização, foram implantadas políticas que estabeleceram uma memória oficial que utilizou todos os artifícios para levar ao esquecimento aquilo que ocorreu na ditadura, entretanto muitos grupos e movimentos, através de suas ações de resistência, construíram uma memória política que se opõem a memória oficial.

Entendemos que, de uma perspectiva da Psicologia Social, e de maneira especial da Psicologia Política, a relevância deste estudo está na sua contribuição para a compreensão da memória coletiva enquanto uma memória política, que foi sendo reconstruída a partir das contradições da sociedade brasileira nos últimos quarenta anos e que é capaz de gerar novas práticas políticas.

Considerando os efeitos que a repressão política produziu na memória social brasileira, entendemos que este trabalho nos permite abrir um campo distinto daqueles que a Psicologia, a Antropologia e a História abriram. Fundamentalmente, este trabalho

inaugura um campo na Psicologia Política a partir do momento em que introduzimos a noção de ***memória política*** como um aspecto central para compreender a construção de processos políticos e de conscientização política de sujeitos particulares e coletivos. Deste modo, este estudo abre um novo debate tanto na Psicologia Social quanto na Psicologia Política no Brasil.

CAPÍTULO I

As Possibilidades da Memória e seus desdobramentos Epistemológicos

1. Circunscrevendo o estudo da memória nos marcos de referência da Psicologia Social

Iniciamos este estudo sobre a memória coletiva da repressão no Brasil, circunscrevendo-o dentro dos marcos de referência da psicologia social e, em particular, da psicologia política, visto que nos interessa fundamentalmente desenvolver a noção de memória política articulando, como já dissemos anteriormente, duas questões essenciais: a memória e a política. De alguma maneira, nosso estudo, se insere dentro dos grandes dilemas políticos com os quais se confrontam os povos latino-americanos, conforme nos aponta Martín-Baró, “(...) o dilema entre ditadura e democracia, entre dependência e autonomia regional e entre alienação e identidade histórica” (Martín-Baró, 1990:100) e procura responder a um dos desafios da psicologia da libertação: a recuperação da memória histórica que, é segundo Blanco (2001), “(...) una de las tareas arduas y más urgentes de la psicología de la liberación” (p. 141) e porque não dizer, da psicologia política³.

Recuperar a memória histórica faz parte de um dos grandes objetivos da psicologia da libertação de Martín-Baró que, fundamentado no realismo crítico, propõe a desideologização da experiência cotidiana e da própria psicologia por meio do reconhecimento: a) da realidade “trágica” em que vivem nossas sociedades, realidade

³ Em seus últimos escritos Martín-Baró defende que a Psicologia social é uma Psicologia política e faz isso considerando que o poder impregna toda nossa vida, sendo a fonte mais importante do significado da ideologia e a Psicologia social o estudo da ação enquanto ideológica.

desumana e de injustiça; b) de que o conflito define as sociedades latino-americanas, conflito político, econômico cultural, ou seja, um conflito marcadamente histórico; c) do estado de alienação a que se encontram os indivíduos e as instituições, um estado onde as pessoas não são donas de si mesmas nem de seu destino; d) e por fim, da necessidade de uma memória, como ele mesmo afirma “(...) *una clarividente memoria histórica para percibir precisamente todo aquello que ha bloqueado, oprimido, aplastado a nuestro pueblo*” (Martín-Baró, 1998:135). Isto significa “(...) *descubrir selectivamente, mediante la memoria colectiva, elementos del pasado que fueron eficaces para defender los intereses de las clases explotadas y que vuelven otra vez a ser útiles para los objetivos de lucha y concientización*”⁴ (Fals Borda, 1985, citado por Martín-Baró et al., 1998: 301).

Entendido desta maneira, o processo de recuperação da memória história é, em si mesmo, a construção de uma memória política, que se faz através da conscientização. É um processo dialético em que a memória coletiva funciona como um *veículo de conscientização* ao mesmo tempo em que “(...) *la concientización lleva a las personas a recuperar la memoria histórica, a asumir lo más autentico de su pasado, a depurar lo más genuino de su presente y a proyectar todo ello en un proyecto personal y nacional*” (Martín-Baró, 1998:171)⁵. Em outras palavras, o processo de conscientização proporciona a recuperação da memória histórica que é fundamental para a criação de um novo projeto histórico e de um novo sujeito histórico. Não se pode forjar um projeto histórico novo sem conhecer o passado. É preciso confrontar-se com o passado e lutar contra a mentira institucionalizada e pela transformação das formas de poder que, ao longo de décadas, vêm

⁴ Martín-Baró se apropria da idéia de conscientização de Paulo Freire e, a partir dela é que defende a possibilidade da construção de uma memória história. Um pouco mais adiante desenvolvemos o conceito de consciência política de Sandoval que é diferente do conceito de conscientização freiriano, entretanto, no que se refere ao estudo da memória coletiva como uma memória política, ambos os conceitos permitem algumas aproximações conforme veremos no tópico seguinte deste capítulo.

⁵ Este texto foi originalmente publicado em 1987 no capítulo intitulado “El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano”. In. MONTERO, M. (coord). *Psicología Política Latinoamericana*. (pp.135-162). Caracas: Panapo.

oprimindo e alienando os povos latino-americanos: *“Los pueblos latino americanos necesitan una clara memoria historica, para rastrear los dinamismos de su história, para saber donde buscar las causas de su opresión secular y de su situación presente”* (Martín-Baró 1998:99). É preciso reconhecer que nosso passado não pode ser repetido e não podemos nos manter passivos aceitando os acontecimentos como uma fatalidade. Resgatar a memória histórica é dizer não ao fatalismo e mudar os rumos da história.

Nesta perspectiva, Martín-Baró (1998) assume claramente uma posição sócio-histórica que, evidentemente, implica pensar num novo sujeito sócio-histórico que reconhece sua condição de oprimido e que, conhecendo criticamente sua realidade, não poupa esforços para lutar contra essa condição. Pensada desta maneira, a memória coletiva não pode ser entendida apenas como transmissão geracional da experiência ou a guarda das tradições nacionais e sim como estratégia de resistência e luta política, especialmente por aqueles que se vêem excluídos dos direitos à cidadania e que passam assumir uma cidadania ativa, configurando-se num sujeito que rompe com o fatalismo e que assume seu próprio destino.

Ao propor este realismo crítico, onde inserimos a recuperação da memória histórica, Martín-Baró, não só oferece contribuições para a práxis social, como também “revoluciona” o saber científico na medida em que invertendo o referencial epistemológico propõem a “desalienação” da própria ciência psicológica.

Nesse sentido, um primeiro marco de referência imprescindível para qualquer estudo psicossocial, segundo Blanco é a realidade social que é *“(...) siempre tan interactiva simbólica, relativa e incluso caprichosa. Porque, además de individuos, hay grupos, instituciones y organizaciones, y hay valores, normas, ideología y poder; y también hay culturas y subculturas, y lenguaje y ambiente, etc.”* (1988:160). Reconhecer a importância de ter como ponto de partida a realidade social é fundamental para os

estudos psicossociais, visto que, como o próprio Martín-Baró insistia, não são os conceitos e as teorias que devem definir quais problemas devemos estudar, muito pelo contrário, a própria realidade, com os problemas sociais que apresentam é que deve indicar quais teorias e conceitos são necessários para compreendê-la, explicá-la e, inclusive, sugerindo formas de agir em vistas de sua transformação. Se assim fizéssemos, as teorias psicossociais seriam muito mais úteis, haja vista que os autores, que são nossas referências, sempre tiveram a preocupação de que seus estudos contribuíssem, de fato, para a compreensão dos problemas sociais existentes na sociedade. De modo que, procuraram elaborar teorias que pudessem oferecer uma compreensão psicossocial dos fenômenos sociais, das interações sociais, dos conflitos inter-grupais, o que exigiu uma postura absolutamente crítica frente a psicologia dominante.

Seguindo essa tradição mais crítica e, apoiado no realismo crítico de Martín-Baró, Blanco destaca a importância e necessidade da psicologia social fazer uma inversão epistemológica através do “(...) *estudio de la realidad, desideologización de los elementos que la legitiman y la justifican y compromiso con el cambio social*” (Blanco, 2001:134).

Esta postura epistemológica nos permite estudar fenômenos psicossociais considerando os aspectos sócio-históricos em seu conjunto, através da articulação entre os aspectos macro-social e micro-social que constituem, a nosso ver, a essência do estudo da memória coletiva da repressão e que é outro marco de referência fundamental deste estudo.

Dito de outra maneira, assumimos uma postura epistemológica que tem como marcos de referência a realidade social e a articulação entre os aspectos macro e micro-sociais.

A própria noção de memória social e memória coletiva não nos exime das dificuldades metodológicas que normalmente enfrentam os que estudam a memória, uma

vez que não existe uma definição única e unívoca deste conceito⁶. Haja vista que quando falamos em memória coletiva imediatamente nos remetemos a perguntas psicossociais como: é um indivíduo que recorda ou uma coletividade que recorda? É a memória uma atividade mental ou social? Pode existir uma memória grupal?

Partindo da nossa preocupação com a memória coletiva da repressão no Brasil, este estudo, pretende, justamente, discutir a natureza psicossocial da memória, tratando de investigar como as pessoas que não viveram a ditadura militar no Brasil recordam, e reconstróem esse evento político e em que medida estas lembranças influem ou são influenciadas pela consciência política. Trata-se de um acontecimento macro social (a ditadura militar no Brasil) que na memória coletiva se traduz em fato psicossocial, ou seja, a reconstrução de um fato político em sua dimensão micro-social.

Deixando de lado a tradição individualista dos estudos da memória e assumindo uma postura mais crítica, enfatizaremos o caráter interativo que existe entre as esferas macro e micro-sociológicas e, fundamentalmente, o caráter compartilhado da memória social: “(...) *la memoria no es la recuperación de información almacenada sino la creación de una afirmación sobre estados de cosas pasadas, por medio de un marco compartido de comprensión cultural*” (Radley, 1992:63).

Os trabalhos de Blanco (1988, 1996) nos ajudam a demarcar a natureza deste estudo como um estudo psicossocial, principalmente pelas aproximações que faz de autores como Vygotski, Mead e Lewin, que, criticando a psicologia dominante, justamente defendem a natureza relacional, interativa e interdependente dos fenômenos psicológicos. Para Blanco (1988):

⁶ Ver Aguilar, P. (1996). *Memória y olvido de la guerra civil española*. Alianza Editorial; Vazquez, F. (2001). *La Memoria como acción social*. Paidós.

“(...) lo psicosocial es una perspectiva relacional en el sentido lewiniano del término que intenta desentrañar los enigmas del comportamiento a partir de la confluencia e intersección de diversos niveles y de la interacción de diversas variables; y cuando hablamos de interacción estamos haciendo referencia a la interdependencia, a la mutua relación y a la influencia recíproca y no solo ni en primer término a la mera relación” (Blanco, 1988:163).

Tajfel (1984), em sua teoria da identidade social, Gamson (1992) e Sandoval (1994, 2001), através do conceito que desenvolvem sobre consciência política, reforçam esse marco de referência. Tajfel, fazendo a crítica ao reducionismo da psicologia social individualista, afirma que

“(...) la psicología social puede y debe incluir en sus preocupaciones teóricas y en relación con la investigación, un interés directo por las relaciones entre el funcionamiento psicológico humano y los procesos y acontecimientos sociales a gran escala que moldean este funcionamiento y son moldeados por él” (Tajfel: 1984:23).

Gamson (1992b) sustenta que é necessário compreender a consciência política a partir da interação entre o nível psicológico – onde o indivíduo opera ativamente na construção de significados e o nível sociocultural - onde o processo sociocultural oferece significados. Sandoval, por sua vez, afirma que a consciência política consiste em compreender *“(...) a inter-relação entre as dimensões psicossociais dos significados e informações que permitem aos indivíduos decidir como agir em contextos políticos e situações específicas” (Sandoval, 2001:185).* O autor elabora um modelo de análise de consciência, que consiste em *“(...) sete dimensões, analiticamente distintas que, ao mesmo tempo, formam um conjunto de representações que envolvem diretamente a pessoa na sociedade como um ator político” (p.185).* Estas dimensões, que serão detalhadas na seção seguinte, estão diretamente vinculadas à história social e cultural, as experiências da vida

cotidiana e a interação das pessoas com atores políticos e organizações e as influências das instituições políticas, agentes e eventos mais amplos.

Desta maneira, ao nos dispormos a estudar a memória política, analisando as interfaces com a consciência política, o fazemos situando-a neste campo relacional entre o “eu” e a “sociedade” – proposto por estes autores – procurando articular o universo micro com o macro e tentando compreender a interação grupal e o processo de formação da consciência política na construção da memória coletiva e seus reflexos no comportamento político.

Cabe ressaltar, que estes autores, ao formularem suas teorias, questionavam a corrente dominante da psicologia⁷ que se centrava no indivíduo e que, como aponta Tajfel (1984), não se interessavam pela sociedade em geral, ficando essa preocupação relegada a áreas marginais da corrente principal. Fazendo à crítica àqueles que defendiam uma psicologia social neutra, Tajfel enfatiza a importância da interação entre os aspectos individuais e os aspectos sociais: “(...) *una psicología social neutral es prácticamente imposible (..). al mismo tiempo, es posible y necesario intentar comprender, en el trabajo propio como psicólogo social, la integración de las interacciones individuales con sus marcos sociales más amplios*” (Tajfel, 1984:24). O autor chama a atenção dos psicólogos sociais para um dos problemas mais importantes que a psicologia social enfrentava em sua época e que continua enfrentando ainda hoje, que é, justamente, procurar explicar os processos que constituem o comportamento intergrupar. Segundo Tajfel, este é um problema teórico e aplicado ao mesmo tempo, já que “(...) *implica algunos de los aspectos básicos de la conducta del hombre hacia el hombre en tanto que están adaptados*

⁷ Não nos esqueçamos que esta polêmica sempre alimentou os debates filosóficos e, posteriormente, sociológicos, em princípios do século XX, por um lado, a tradição durkheimiana, dos que defendiam que as propriedades de uma sociedade explicam a dos indivíduos e, por outro lado, a vertente individualista que defendia que as propriedades dos indivíduos explicam as da sociedade.

a y modificados por, y son determinantes del contexto social y de los rasgos relevantes del ambiente social” (Tajfel, 1984:40).

Isso nos permite afirmar que a realidade social define a realidade psicológica, ou seja, as pessoas são produtos da história, da cultura e da sociedade, sendo que suas opiniões, valores, visões, significados e práticas são apreendidos ou adquiridos através dos outros. Nesse sentido, os grupos aos quais as pessoas pertencem têm, portanto, um profundo impacto sobre a identidade dos indivíduos, de modo que a identidade individual (pessoal) depende da identidade sócio-cultural dominante.

Todos estes aspectos são fundamentais para o estudo da memória coletiva, pois demarcam nossa opção teórica, já que não entendemos a memória coletiva como a soma das memórias individuais – como entendem os individualistas – ao contrário, entendemos que os grupos têm um papel essencialmente importante na reconstrução da memória.

Nesta perspectiva, Halbwachs (1990), já apontava a importância que tem a identificação para a memória, já que as pessoas têm o hábito de lembrar como membros do grupo e se utilizam, para isso, das mesmas noções comuns a seus membros.

Apropriando-se dessas idéias de Halbwachs, Ansara (2001), em seu estudo sobre a memória coletiva de uma greve operária, aponta que:

“Essa identificação com o grupo é fundamental para reconstituição da memória, pois os grupos aos quais as pessoas pertencem, se por tarefa ou por escolha, são extremamente significantes na sua experiência de vida, a ponto da história do grupo social ser tratada, não raras vezes, como a própria história do indivíduo. Quando o indivíduo lembra um fato do passado, sua história se confunde com a história do grupo, há uma identificação com o grupo que determina até as formas de comportamento” (Ansara, 2001:38).

Do ponto de vista psicossocial, esta identificação com o grupo, ou pertença subjetiva, que segundo Tajfel (1978), envolve aspectos cognitivos, avaliativos e

emocionais, produz um significado para os membros do grupo que, a nosso ver, favorece a construção da memória coletiva dos eventos macro-sociais, nos quais o “grupo psicológico”, esteja envolvido ou, de alguma maneira, tenha vivenciado. Por isso, consideramos que a perspectiva inter-grupal de Tajfel continua sendo atual, servindo de referencial para nossos estudos psicossociais, especialmente para o estudo da memória coletiva, visto que:

*“(...) un individuo en una infinita variedad de situaciones a lo largo de su vida siente, piensa y se comporta en términos de su identidad social, creado por los diversos grupos de los que es miembro, y en términos de su relación con la identidad social de los demás, en tanto que individuos o en **mase** (grifo do autor). Resulta igualmente evidente que esta conducta social está determinada en gran medida por las relaciones entre los grupos a los cuales pertenece, así como entre otros grupos, y que la naturaleza de estas relaciones, a su vez, debe en gran parte a las regularidades socialmente compartidas de la conducta intergrupar. Éste es, por lo tanto, un fenómeno social que puede ser considerado **par excellence** (grifo do autor) de la interacción entre el individuo y el marco social. El marco social de las relaciones intergrupales contribuyen a hacer a los individuos lo que son; éstos a su vez producen ese marco; ambos se desarrollan y cambian simbióticamente” (Tajfel, 1984: 52).*

Desta maneira, como aponta Ansara (2000), o processo inter-grupal, socialmente compartilhado, contribui para a construção de diferentes e múltiplas memórias, tantas quantas forem as identificações sociais e, mais ainda, quanto maior a identificação e o sentimento de pertença, e quanto mais positiva for a avaliação do próprio grupo sobre si mesmo, mais implicações incidirão sobre a memória coletiva do evento, de modo que, o nível de compromisso psicológico do indivíduo com o grupo contribui para a construção da memória coletiva de um determinado evento. Dito de outra maneira, quanto mais identificado com o grupo, mais consistente será a memória sobre os eventos que o grupo realizou ou vivenciou em comum (Ansara, 2000).

Assumimos, portanto, a mesma postura psicossocial de Tajfel e Halbwachs que analisam os fenômenos da identidade social e memória coletiva, respectivamente, a partir das relações que os indivíduos estabelecem com seus grupos de pertença e sua cultura, e, nesse sentido, como processos que são configurados a partir de significados sociais veiculados pelos símbolos, idéias, ideologias, valores, códigos culturais presentes nos grupos e na sociedade.

Nesta mesma linha, e fazendo as aproximações teóricas entre Vygotski e Mead, Blanco, nos deixa claro que o que é comum a esses autores é o fenômeno da interação e afirma: “(...) *el yo gestado en el transcurso de la interacción social es uno de los más nítidos puntos de coincidencia con la teoría de Vygotski*” (Blanco, 1996:42). As hipóteses de Vygotski, segundo Blanco, estão sustentadas “(...) *en la interacción, en la imperiosa necesidad de recurrir a la interdependencia entre los distintos niveles y estratos de la realidad el nivel orgánico, el cultural y el más puramente psicológico*” (Blanco, 1996: 36) o que significa considerar o meio social, a experiência histórica e a capacidade que os indivíduos têm de adaptar-se a este meio social. Dito em outras palavras, a perspectiva sócio-histórica de Vygotski, assinalada por Blanco, considera as experiências herdadas das gerações anteriores, a experiência social, que seria o componente social do comportamento e as formas de adaptação dos indivíduos ao meio (Blanco, 1996).

O mesmo se pode dizer de Mead, que também reconhece a importância do grupo para a conduta social e, como afirma Blanco: “(...) *la conducta social de una persona presupone y requiere la existencia de un grupo cuya dinámica vital pende en buena medida de las acciones ejecutadas por los otros y las consecuencias que de ellas se derivan*” (Blanco, 1996:45). E na sequência aponta que há todo um processo anterior que Mead considera antes do indivíduo voltar-se a si mesmo, ou seja, primeiro se considera a relação com o outro por meio do gesto, depois a consciência do significado e só depois o

indivíduo tem condições de dirigir-se a si mesmo, ou seja, o grupo social é pré-requisito para a consciência.

Tanto Vygotski quanto Mead desenvolvem suas teorias dentro de um marco de referência psicossocial que é a interação social, de modo que, os significados produzidos a partir dessas interações, têm um caráter socialmente compartilhado, pois “(...) *cuando lo incorporamos a nuestra conducta lo hacemos en unos términos muy análogos a como lo hacen el resto de las personas de nuestro mismo grupo*” (Blanco, 1996:48-49). E reforçando a hipótese psicossocial de Mead, Blanco destaca que

“(...) la conciencia forma parte de una realidad más amplia en la que están incluidos los otros en su vertiente individual y en su acepción grupal (el otro generalizado), y todo lo que pertenece a ese mundo de símbolos y significados que utilizan en sus interrelaciones” (Blanco: 1996:49)⁸.

Portanto, existe um elemento essencial que é a mediação entre cultura e consciência:

“(...) lo que hay que resaltar es que la relación entre cultura y conciencia acontece a través (y solo a través) de la mediación, de la capacidad que el individuo tiene de dotarse y de usar esas herramientas que permiten la transmisión de afuera hacia adentro” (Blanco, 1996:34).

Neste aspecto, Gamson (1992) corrobora ao afirmar que o comportamento consciente se dá por meio das relações sociais que o indivíduo mantém com seu mundo

⁸ A esse respeito podemos encontrar algumas aproximações teóricas, entre a Teoria Social do Self, de Mead e o Modelo de Estudo da Consciência Política de Sandoval, com o qual trabalhamos feitas por Silva (2001) em artigo publicado na Revista Interações. Ver artigo: Silva, A. S. (2001). Consciência e Participação Política: uma abordagem psicopolítica. 6 (12) (pp. 69-90).

exterior, cuja vida social se apresenta como um processo dinâmico em que cada sujeito é ativo, havendo uma interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo de cada um.

Esta interação faz com que as pessoas construam significados sobre a questão política a partir da relação que elas estabelecem em sua vida cotidiana, de modo que, como aponta Gamson (1992), estas não são passivas e estão constantemente negociando significados com as mensagens da mídia e com outras instituições. Além da mídia, as pessoas contam com o conhecimento de suas próprias experiências e de seu conhecimento popular na construção de significados. A consciência política, portanto, surge da interação entre cultura e cognição, entre opiniões individuais sobre o mundo cultural e social e opiniões sobre os sistemas de ideologias, sejam eles instituições, mídia, símbolos, códigos culturais, etc.

Essa consciência, em seu aspecto cultural, é representada por tradições que enfocam o discurso e a ideologia, sendo parte do processo de dominação da elite, que tem a habilidade de formar a visão de mundo das pessoas, de modo que, qualquer mudança na consciência implica uma “trabalhosa luta simbólica”, que envolve significados e interpretações dos fatos (Gamson, 1992a).

Podemos dizer, então, que qualquer mudança na consciência supõe um processo de desideologização, e conscientização que, como sugere Martin-Baró (1998),

“(...) no consiste en un simple cambio de opinión sobre la realidad, en un cambio de la subjetividad individual que deje intacta la situación objetiva; la concientización supone un cambio de las personas en el proceso de cambiar su relación con el medio ambiente y sobretudo con los demás” (Martín-Baró, 1998:170).

A nosso ver, a memória coletiva é construída a partir de significações e interpretações dos fatos, onde as instituições sociais como escola, igreja, movimentos

sociais, bem como a ideologia veiculada pelos meios de comunicação e mesmo o senso comum, atuam como instrumentos de mediação destes significados e exercem uma grande influência no processo de formação da consciência das pessoas (Gamson, 1992a). Isso significa que o estudo da memória coletiva exige uma análise psicossocial que compreenda todo esse universo simbólico e ideologizado que constitui a memória da sociedade.

Nesse sentido, ao estudarmos a memória coletiva da repressão no Brasil, assumimos uma postura epistemológica dentro da psicologia social e um compromisso teórico, claramente proposto por Martín-Baró e muito bem ressaltado por Blanco (2001): “(...) *es necesario que la Psicología social contribuya a desideologizar la experiencia cotidiana(...)*” (p.145) o que supõe desmascarar a rede de crenças e representações sociais, que ao longo dos séculos, foram dadas como boas e que encobriram falácias teóricas sustentadas em valores que defendem o predomínio natural de uns sobre os outros; significa desmascarar o senso comum que justifica o sistema explorador e opressor; significa transmitir um novo saber sobre a realidade que ajude a modificar as relações que as pessoas têm com seu meio econômico e social (Blanco, 2001). Essa desideologização, que implica, também, um “(...) *proceso de decodificación, nuevo saber sobre la realidad circundante y la recuperación de la memoria histórica*” (Blanco, 2001:147) tem sua continuidade na conscientização⁹, que é a própria práxis, que procura responder aos problemas sociais, que vai contra a mentira social, que rompe com a dinâmica que mantém a ordem social, que reverte o conhecimento ao povo e que possibilita a transformação social (Blanco, 2001).

Portanto, ao realizarmos um trabalho, no campo da Psicologia Política, que procura resgatar a memória coletiva de um período repressivo, muitas vezes ocultado da sociedade brasileira, assumimos uma responsabilidade histórica de trazer à luz a memória construída

pelas classes populares e abrimos a possibilidade de pensar uma “memória política” que mostre que não existe uma única memória, mais bem existem “*memórias subterrâneas*” que, fazendo parte das “*culturas minoritárias e dominadas*” se contrapõem à “*memória oficial*” (Pollak 1989:4).

2. Da Psicologia Social à Psicologia Política: a memória coletiva e sua relação com o comportamento político

No tópico anterior, já acenamos para algumas questões referentes à psicologia política, entretanto nos parece fundamental, além de circunscrever nosso estudo nos marcos de referência da psicologia social, situá-lo, com maior especificidade, no campo da psicologia política, principalmente porque é nesta área em que estamos desenvolvendo nossa pesquisa. Tradicionalmente, a psicologia política tem se dedicado ao estudo do comportamento político reunindo, a partir de diferentes abordagens teóricas, estudos sobre:

“(...) preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas. (...) estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais” (Revista de Psicologia Política, 2001: 8)¹⁰.

A memória coletiva que, amiúde, vem sendo estudada em outros campos das ciências sociais e humanas, começa a fazer parte deste universo da psicologia política no Brasil a partir do nosso estudo “*Repressão e lutas operárias na memória coletiva da classe*

⁹ Esta perspectiva de conscientização tem claramente suas bases na filosofia de Paulo Freire, muito defendida pela psicologia da libertação de Martin-Baró.

¹⁰ Extraído da Linha Editorial da Revista de Psicologia Política da SBPP.

trabalhadora em São Paulo” (Ansara, 2000). A nosso ver, estamos abrindo novas possibilidades de investigação nesta área.

Ao percorrer a literatura sobre memória, a encontramos sob diversas nomenclaturas¹¹: memória coletiva, memória social, memória histórica, memória pública, entre outras – e, embora a memória venha sendo estudada, principalmente, por historiadores, sociólogos e antropólogos, ela não escapa das diferentes definições ou interpretações, por vezes polêmicas à que está sujeita a noção de memória. Nesse sentido, vamos procurar elaborar uma noção de memória, tendo o cuidado de contemplar a dimensão social e política, sem reduzir o indivíduo a um mero agente passivo da vontade coletiva.

Partimos do pressuposto que a memória coletiva tem implicações no comportamento político das pessoas que constituem diferentes gerações e que vivenciaram contextos históricos e políticos distintos, ao mesmo tempo em que os comportamentos políticos e posturas políticas influenciam a memória coletiva. Dessa maneira, a memória mediatiza a consciência assim como a consciência política mediatiza a memória política, o que nos permite introduzir a noção de **memória política** que pretendemos desenvolver ao longo desta tese.

Considerando que a memória coletiva é atravessada pela consciência política, é mister fazer uma breve fundamentação teórica a partir das contribuições de autores como Gamson (1992a/b) e Sandoval (1994a; 2001), que estudam o processo de consciência política e das reflexões, já iniciadas por nós em nossa dissertação de mestrado, em que relacionamos memória coletiva e consciência política.

¹¹ Sobre as diferentes denominações da memória podemos encontrar uma reflexão em Vázquez (2001). In. *La Memoria como Acción Social: relaciones, significados e imaginários* (pp. 26-28).

Quando falamos em consciência política na Psicologia, muitas vezes, esta é entendida como sinônimo de ideologia ou como crenças e valores, o que reduz radicalmente o conceito impedindo-nos de ter uma visão mais completa e analítica do conceito. Nesse sentido, queremos deixar claro que consciência política não se refere à ideologia política ou simplesmente ao posicionamento de direita ou de esquerda, mas se refere, como nos aponta Sandoval (1994a), a um conjunto de representações e significados que faz com que o sujeito participe da sociedade como ator político, sendo crenças e valores sociais uma das sete dimensões, por ele proposta, que constituem a consciência política e que veremos logo mais adiante.

Esclarecemos, outrossim, que o conceito de *consciência política*, que ora trabalhamos, também não é sinônimo da idéia de *conscientização* desenvolvida por Paulo Freire (1982) e mesmo corroborada por Martín-Baró (1987; 1998) – o que não nos impede de fazer algumas aproximações entre Martín-Baró e Sandoval. Embora reconheçamos a importância da filosofia de Freire, o conceito de Sandoval tem o objetivo de oferecer categorias analíticas para a compreensão da consciência política, ou seja, trata-se de um modelo conceitual no qual a consciência política está organizada “(...) *em modalidades de percepção da realidade social as quais são passíveis de análise sistemática.*” (Sandoval, 1994:61). Em outras palavras, o esquema teórico proposto por Sandoval (1994a; 2001), como ele próprio sugere, permite uma análise empírica da consciência política que é viável operacionalmente.

Nesse sentido, é oportuno discorrer sobre as dimensões que constituem a consciência política tendo em vista a utilização deste modelo na análise das entrevistas, que faremos, posteriormente, nos capítulos de análise, procurando compreender a inter-relação entre as dimensões psicossociais dos significados e o conjunto de informações que estão presentes na memória coletiva.

Reafirmamos a importância de estabelecer a relação entre memória coletiva e consciência política procurando perceber, em que medida o que é lembrado reflete a consciência política de lideranças sindicais, lideranças comunitárias ou jovens com vivências em contextos históricos diferentes e/ou em que medida a consciência política destas pessoas oferece elementos para a construção de uma memória política.

Como já fizemos em pesquisa anterior, tomamos por base as reflexões de Gamson e Sandoval sobre consciência política, entendendo-a como um conceito amplo que agrega componentes que influenciam a constituição da memória coletiva (Ansara, 2000). O estudo da consciência política, desenvolvido por estes autores, enfatiza seu caráter psicossocial e psicopolítico, sendo considerado por nós, um marco de referência que preferimos desenvolver, nesta seção à parte, por considerarmos essencial para a noção de memória política.

Seguindo a linha de nossos marcos de referência, já indicados na seção anterior, Gamson (1992b) enfatiza o aspecto psicossocial que envolve a relação entre o “eu” e a “sociedade”, articulando o universo micro com o macro e compreendendo a consciência política numa perspectiva psicossocial, ou seja, a partir da interação entre o nível psicológico – onde o indivíduo opera ativamente na construção de significados e o nível sociocultural – onde o processo sociocultural oferece significados. A memória coletiva, que representa a continuidade do passado no presente, funciona como um prisma que organiza as informações e os fatos dentro de uma estrutura interpretativa que envolve seleção, síntese e reconstrução que mobiliza interesses do presente.

Neste processo, como aponta Gamson (1992b), as pessoas são ativas e processam significados e, ainda que não forjem o que encontramos no mundo político, estes significados revelam uma *latente consciência política* que pode ser ativada mediante uma apropriada estimulação. Isso equivale a dizer que a memória pode estimular a consciência

política e proporcionar formas de ação coletiva, da mesma maneira que a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política. Podemos dizer que entre elas existe uma via de mão dupla, motivo pelo qual a memória coletiva não está separada da consciência política, ou seja, ela é atravessada pela consciência política.

Desta feita, não dá para separar a construção de uma memória política, dos grupos e movimentos sociais, pois entendemos que as construções do passado são sustentadas por estruturas coletivas, como aponta Halbwachs (1990, 2004)) e criadas por atores sociais, sejam eles grupos ou indivíduos.

O que nos permite apontar a intrínseca relação entre memória coletiva e consciência política é nossa compreensão de que: “(...) *la experiencia pasada recordada y las imágenes compartidas del pasado histórico son un tipo de recuerdos que tienen una importancia particular para la constitución de grupos sociales en el presente*” (Fentress & Wickham, 2003: 15).

Isso quer dizer que as relações que as pessoas têm com o grupo social, a classe social – com seus valores ideológicos, com seus juízos de valor – têm um papel fundamental na maneira como as pessoas percebem o mundo e constroem os significados sobre os eventos políticos e a sociedade como um todo e, nesse sentido, na formação de uma consciência política.

O modelo de Salvador nos ajudará a compreender, analiticamente, como se dá este processo de formação da consciência política e como este se dirige às ações coletivas. Para Sandoval (1994a), a consciência é um conceito psicossociológico em que os indivíduos atribuem significados aos acontecimentos de sua vida e ela está organizada em modalidades de percepção da realidade, fatos e significados daquilo que é vivenciado pelo sujeito. Com base em Guidens (1982), afirma que:

“(...) a consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta” (Sandoval, 1994a).

Nesse sentido, a utilização do modelo teórico de Sandoval nos propiciará uma análise que integra os aspectos macro e micro sociológicos, bem como psicossociológicos, uma vez que não queremos privilegiar um aspecto em detrimento do outro, mas, pelo contrário, pretendemos estudar a memória política como um fenômeno psicossocial:

“Privilegiar um aspecto sobre o outro seria distorcer a realidade e truncar o esforço de conhecimento científico, uma vez que o fenômeno se dá na interação entre fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar” (Sandoval, 1989:68).

Para entender a consciência política, Sandoval (1994) utiliza o esquema teórico de Touraine (1966) que, segundo ele, permite operacionalizar o estudo empírico da consciência. Para Touraine, seriam três as dimensões básicas da consciência: a identidade, a oposição e a totalidade. Sandoval (1994) admite que este esquema apresenta aspectos essenciais da consciência, entretanto Touraine não desenvolve um aspecto fundamental que é o sentimento da capacidade de intervenção do indivíduo em atingir seus interesses individuais ou coletivos. Segundo Sandoval, existe uma *“predisposição para intervenção”* que possibilita as formas de ação coletiva e que não pode ser deixada de lado no estudo da consciência. Sandoval parte do princípio que o conceito de consciência está intimamente ligado ao engajamento do comportamento social em busca dos interesses individual e de classe.

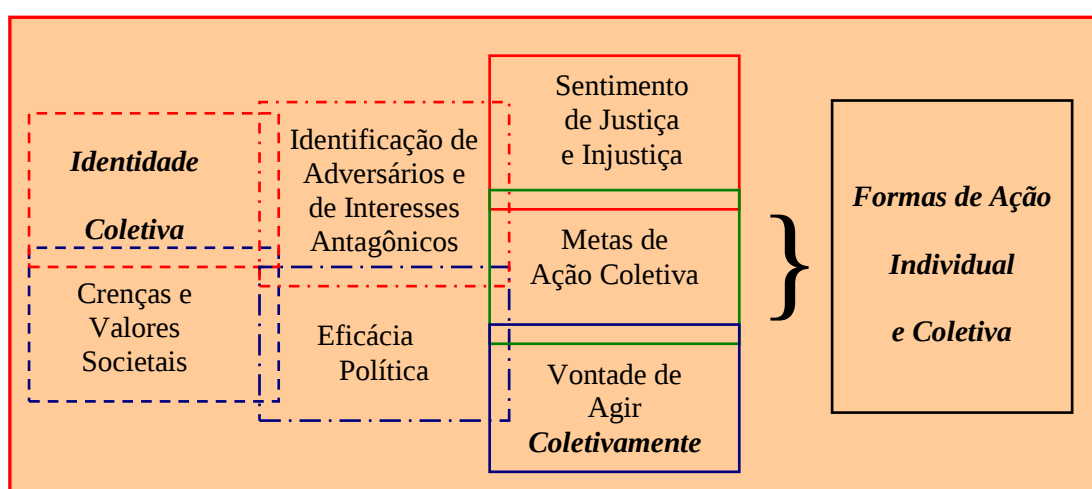
À luz das contribuições de Touraine (1966) e Gamson (1992a), Sandoval (1994a), inicialmente, desenvolve quatro componentes da consciência política que são: **Identidade** que se refere às identificações sociais com a classe que inclui características culturais, de consumo e que dizem respeito aos papéis desempenhados na estrutura social; **Interesses e antagonismos ao sistema** - onde o indivíduo percebe que existem outras classes sociais antagônicas, especialmente a classe dominante; **Sociedade** - aspecto ligado à estrutura social: que se refere à relação do indivíduo com a estrutura social, seja pelos significados que se atribui à estrutura social ou pelas relações mesmas ocorridas dentro dessa estrutura e por fim, a **Predisposição para intervenção** que refere-se ao componente de conduta de consciência que diz respeito a percepção dos indivíduos sobre os tipos de ações sancionadas para atingir seus interesses individuais e ou coletivos. Segundo Sandoval “(...) *a noção de predisposição do cidadão para intervir na realidade é um aspecto central na consolidação do processo democrático brasileiro, principalmente no modo como os brasileiros percebem a sua situação e suas possíveis soluções*” (Sandoval, 1994a:68).

Em nossa dissertação de mestrado trabalhamos com estes quatro componentes destacando o papel da “identidade” na memória coletiva por entender que a identidade possui um elemento mais histórico que favorece a recordação do passado. Agora vamos descrever o modelo teórico de consciência política de Sandoval, ampliado por ele em 2001, enfatizando os outros elementos constituintes da consciência, tendo em conta que as percepções, as imagens e interpretações que as pessoas têm de um evento passado estão baseadas essencialmente em elementos contemporâneos. A nosso ver, os componentes da consciência como “*interesses/antagonismos*”, as relações com a “*estrutura social*”, “*a predisposição para a intervenção*” - que no modelo atual de Sandoval (2001) estão mais bem descritos e aprofundados - são questões muito mais ligadas à atualidade e podem

influenciar diretamente a forma como as lembranças adquirem significados configurando o que agora denominamos *memória política*¹².

Sandoval compreende a consciência política como um contínuo processo de elaboração de visões de mundo e, em seu artigo¹³ “*The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s*”, elabora um modelo teórico que descreve sete dimensões psicossociais que constituem a consciência política e que apresentamos a seguir. São elas: *Identidade Coletiva*; *Crenças e Valores Societais*; *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos*; *Sentimentos de Eficácia Política*; *Sentimentos de Justiça e Injustiça*; *Vontade de Agir Coletivamente* e *Metas de Ação Coletiva*.

MODELO DE SANDOVAL PARA O ESTUDO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA



Fonte:: Sandoval, S. (2001) in. *Revista Psicologia Política* Ilno 1; N° I (1). (tradução Alessandro Soares da Silva, 2001)

Seu modelo reúne aspectos identitários - que ele desenvolve na perspectiva de Tajfel (1983), em sua teoria da identidade social – e considera os aspectos que estão

¹² Trataremos de desenvolver, ao longo da tese a noção de memória política relacionando-o com as sete dimensões da consciência política.

¹³ Artigo publicado na *Revista Psicologia Política* VOL. 1,(1).2001.

presentes na sociedade, através da cultura, os aspectos que se vinculam às crenças assimiladas pelos indivíduos e a percepção que os indivíduos têm dos contextos sociais e políticos em que vivem.

Deste modo, a consciência política não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas sim a partir dos significados que os indivíduos atribuem à realidade social.

Detalharemos a seguir estas sete dimensões psicossociológicas¹⁴ procurando fazer algumas articulações preliminares com o conceito de memória coletiva.

1. Identidade Coletiva: esta dimensão, segundo Sandoval (2001), pode ser entendida como sentimento de solidariedade onde o indivíduo desenvolve laços interpessoais que levam a um sentimento de coesão social que faz com que o indivíduo se identifique com alguma categoria social. Isso quer dizer que as pessoas adquirem um sentimento de pertença ao grupo valorizando esses laços, criando confiança e credibilidade na capacidade do grupo, criando expectativas no que diz respeito às conseqüências em manter ou quebrar a solidariedade grupal e ainda atribuindo valor a reação de outras pessoas dentro e fora do grupo. Além desse sentimento, existe a identificação com interesses comuns, ou seja, os indivíduos compartilham os mesmos interesses dando origem ao sentimento de reivindicações coletivas. Nesse sentido, atribuem valor às metas grupais e à mudança social como benefício pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para atingir a mudança almejada. O autor compartilha das mesmas perspectivas de identidade social/coletiva defendida pelos os autores Tajfel (1985); Hogg e Abrams (1990); Jenkins (1996); Melucci (1996) e Gamson (1992a/b) e a define, num sentido restrito, como *“uma dimensão da consciência política que se refere ao caminho estabelecido pelos indivíduos como a identificação psicológica com interesses e sentimentos de solidariedade e*

¹⁴ As dimensões aqui apresentadas seguem quase literalmente o artigo de Sandoval (2001) publicado na Revista de Psicologia Política. 1, (1), JAN./JUN. 2001.

pertencimento a um ator coletivo” (Sandoval, 2001:187)¹⁵.

Esse aspecto da identidade coletiva foi especialmente destacado por nós, no estudo da memória coletiva de uma greve operária no qual apontamos a identidade como uma dimensão da consciência política que é compreendida como uma construção resultante da interação social (Tajfel, 1983). Nessa interação, ocorre um processo de identificação social que se estabelece a partir das relações intergrupais e dos processos grupais que os indivíduos vão produzindo.

Halbwachs (1990), uma das nossas referências no estudo da memória, deixa entrever a importância que tem a identificação para constituição da memória ao afirmar que os indivíduos lembram de seu passado na medida em que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Dito de outra maneira, fazer parte de um mesmo grupo em que existiu um pensamento comum, permite a lembrança de eventos passados, já que as pessoas *“não perderam o hábito de lembrar como membros do grupo”* (Halbwachs, 1990:28) e se utilizam, para isso, das mesmas noções comuns a seus membros.

Destarte, o indivíduo desenvolve um forte sentimento de pertença aos grupos dos quais faz parte, que envolve aspectos cognitivos, avaliativos e emocionais (Tajfel, 1983), o que o leva a construção de uma memória que comumente enfatiza os eventos que o grupo realizou em comum. Segundo Halbwachs,

“O grupo no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. É o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória” (Halbwachs, 1990: 87).

¹⁵ Tradução nossa.

Halbwachs ainda aponta que “(...) a memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo, aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo” (1990:109). O sentimento de unidade cultivado pelos membros que pertencem a um mesmo grupo - e sentem e têm consciência desta pertença - favorece a recordação.

2. A segunda dimensão do modelo de Sandoval (2001) refere-se às **Crenças, Valores e Expectativas sociais** que o indivíduo desenvolve com respeito à sociedade em que vive e que expressa, claramente, a ideologia política e a visão de mundo dos mesmos. Estas podem ser entendidas como a representação social que os indivíduos constroem sobre a estrutura social, as práticas e finalidades das relações sociais. São os significados que as pessoas atribuem à estrutura social considerando as relações políticas entre as categorias sociais e as próprias intenções das pessoas que constituem essas categorias. Essas representações são produtos das interações sociais e da experiência dos indivíduos nos vários grupos, instituições e contextos da vida em sociedade. A maior consequência da vida em sociedade é o sentimento que os indivíduos desenvolvem de pertencer ou não a uma categoria social de inclusão e de exclusão em diferentes categorias e grupos sociais que contribuem para estruturar a vida em sociedade.

Essa dimensão é especialmente importante na análise da memória coletiva, principalmente, porque a memória possui um teor ideológico bastante visível, já que o sujeito, ao narrar suas memórias, manifesta seus valores, suas crenças, suas opiniões. Além disso, ele não é uma testemunha neutra, pois, ao narrar os fatos, afirma sua posição política, ou seja, quer também julgar marcando bem o lado em que estava naquele momento da história, reafirmando a sua posição ou matizando-a (Bosi, 1979:453).

Dito de outra maneira, a memória política não é só evocação do passado, narrado por suas testemunhas de maneira “neutra”, mas apresenta claramente, juízos de valor,

identificações sociais que revelam o posicionamento político de suas testemunhas. Nesse sentido, a memória tanto pode vincular-se diretamente à espontaneidade da vida cotidiana, permitindo a cristalização de crenças e valores sociais que podem levar à alienação e ao comodismo do sujeito, como pode romper com essa estabilidade na medida em que seja capaz de reinterpretar seu cotidiano por meio de valores e crenças que negam esse comodismo.

3. **Interesses antagônicos e adversários:** essa dimensão consiste nos sentimentos do indivíduo em relação ao modo como os interesses simbólicos e materiais são opostos aos interesses de outros grupos e como os interesses antagônicos levam a perceber a existência de adversários coletivos na sociedade. Essa dimensão, para Sandoval (2001), ocupa um lugar chave na consciência política, pois sustenta a ação coletiva, visto que, sem a noção de um adversário visível, é impossível mobilizar os indivíduos a agir e coordenar ações em favor de um objetivo específico seja este individual, grupal ou institucional.

Em outras palavras, essa dimensão da consciência começa a mobilizar os sujeitos à ação coletiva manifestando claramente os conflitos de interesses que existem entre os adversários. Ela é expressa no “(...) *caráter antagonístico das relações de classe (na medida em que esses são conflitos de interesse) e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos*” (Sandoval, 1994a:67).

Se admitimos que a memória política é atravessada pela consciência política, essas duas dimensões de “**crenças e valores sociais**” e “**interesses antagônicos e adversários**”, podem influenciar de maneira decisiva a memória política, visto que esta se expressa na **disputa** entre **diferentes versões antagônicas do passado** manifestando a oposição entre interesses simbólicos e materiais de diferentes grupos sociais. Por isso mesmo, a memória política das classes populares se contrapõem, claramente às versões instituídas e fixadas

pela história oficial, rompendo com o caráter ideológico e alienante da memória oficial. Não obstante, ela não se exime do risco de institucionalizar-se através das comemorações, da escrita e da organização de arquivos que podem cristalizar-se numa única interpretação ou ainda na imposição de uma outra versão “oficial”.

4. ***A Eficácia Política*** refere-se aos sentimentos que as pessoas têm sobre sua capacidade de intervir em uma situação política. Sandoval (2001) recorre à teoria da atribuição de Hewstone (1989), que mostra que as pessoas podem dar três tipos de interpretações às causas e motivações para as coisas que lhes acontecem: na primeira o indivíduo atribui que os eventos são resultantes de forças transcendentais como tendências históricas, desastres naturais e intervenções divinas. Essa interpretação, geralmente produz nos indivíduos sentimentos de baixa eficácia política, ou seja, quanto mais acreditarem que os eventos têm como causas as forças transcendentais, mais baixo será o sentimento de eficácia política frente às ações que possam realizar para transcender as forças da natureza. Esse tipo de interpretação gera reações submissas e conformismo frente as situações de angústia social.

Uma segunda forma de interpretação pode ser a individual. Neste caso, as pessoas acreditam que as motivações e razões sociais são o resultado da própria determinação e capacidade da pessoa em lidar com uma situação específica. As pessoas atribuem as causas dos conflitos e angústia sociais às ações ou capacidades individuais procurando resolvê-los solitariamente e culpabilizando a sua carência de habilidades para tratar da angústia social. Em outras palavras, as pessoas procuram soluções individuais para situações sociais (Sandoval, 2001).

Por fim, a terceira forma de interpretação das motivações e causas sociais atribui a força às ações de outros indivíduos e/ou grupos. As pessoas acreditam que situações de angústia social são o resultado das ações de certos grupos ou indivíduos. Isso faz com que

essas pessoas acreditem nas suas ações individuais ou coletivas, consequentemente gerando um efeito de mudança da situação. Dessa maneira, essas formas de motivações permitem que as pessoas sintam que suas ações contra os responsáveis pela situação de angústia social podem ter um efeito de mudança social. É por meio dessa interpretação que descobrimos que os indivíduos tornam-se atores da mudança em suas vidas, ou seja, sentem que são capazes de mudar a sua própria vida e a vida dos outros. Isto, evidentemente produz um maior sentimento de eficácia política, pois as pessoas sentem que são capazes de superar os conflitos e a angústia social.

5. ***Sentimentos de justiça e injustiça***: esta quinta dimensão da consciência política compreende as formas como o indivíduo percebe os acordos sociais e avalia se estes acordos representam um nível de reciprocidade social entre os atores que ele considera como justos. Com base em Berrington Moore (1978), Sandoval (2001) aponta que a justiça social é expressa por meio dos sentimentos de reciprocidade entre obrigações e recompensas e afirma que os indivíduos entendem como uma ruptura da reciprocidade em termos de injustiça sempre que sentirem que o equilíbrio das relações de reciprocidade forem ameaçados.

Segundo o autor, são os próprios processos sócio-históricos que proporcionam uma relação equilibrada de reciprocidade e que fazem com que os indivíduos percebam que essa reciprocidade pode ser violada. Dessa maneira, uma grande parte dos critérios elaborados para medir noções de reciprocidade e seu subsequente sentimento de injustiça são determinadas pelo contexto histórico.

Contudo, Sandoval explica que, quando estes sentimentos de reciprocidade, de alguma maneira, deixam de existir ou são violados, se estabelece uma situação de injustiça que provoca o descontentamento coletivo e suas ulteriores manifestações de protesto. Frequentemente, diz o autor, notamos que toda reivindicação dos movimentos sociais vai

contra uma situação de injustiça, conseqüentemente observamos que, por trás do que as pessoas falam sobre sua participação nos movimentos sociais, em suas representações, se ocultam referências à noção de injustiça que servem para legitimar suas reivindicações e responsabilizar os adversários.

6. **Vontade de agir coletivamente** é uma dimensão mais instrumental e se refere à predisposição do indivíduo em incluir-se no jogo das ações coletivas como um modo de compensar as injustiças que são cometidas contra ele mesmo. Essa dimensão tem as suas raízes nos estudos de Bert Klandermans (1992) e enfoca três aspectos ou situações que levam os indivíduos a participação coletiva: a primeira refere-se à relação custo/benefício na manutenção da lealdade interpessoal e dos vínculos que resultam na participação ou não no movimento; a segunda diz respeito à percepção dos ganhos ou perdas de benefícios materiais que resultam no envolvimento em movimentos sociais; a terceira refere-se à percepção dos riscos físicos que implicam o engajamento em ações coletivas em determinada condição situacional.

Por último, considerando esses aspectos ou situações, os indivíduos ou os movimentos sociais avaliam sua capacidade para implementar suas propostas de ação coletiva.

Para Sandoval (1989), em geral, os indivíduos são mais predispostos a não participar do que participar em ações coletivas já que avaliam, racionalmente, os custos e benefícios, as perdas e os ganhos materiais e os riscos concretos que envolvem a sua escolha em participar ou não de movimentos sociais ou de ações coletivas: “(...) *considerar aspectos lógicos do não participar, é dizer pensando racionalmente em termos de custos e benefícios relacionados ao ato de participar politicamente, pode-se dizer que as pessoas seriam mais predispostas a não participar do que o contrário*” (Sandoval, 1989:62).

7. ***Metas e ações do movimento social*** se referem ao grau com que os participantes do movimento social percebem a correlação entre as metas do movimento, as estratégias de ação do movimento e seus sentimentos de injustiça, seus interesses e sentimentos de eficácia política. Esta dimensão trata de “avaliar” até que ponto as metas e propostas dos movimentos sociais e das suas lideranças correspondem aos próprios interesses materiais e simbólicos de seus participantes. Nesse sentido, suas propostas de ação coletiva e seu discurso de reivindicação de justiça contra os adversários percebidos estão no âmbito de seus próprios sentimentos de eficácia política. A complexa tarefa de fazer a correspondência entre metas e estratégias do movimento e suas aspirações e a auto-percepção das capacidades de seus membros tem provocado sérias mudanças de posturas tanto para as lideranças quanto para as pessoas comuns. Essa dimensão produz, ao mesmo tempo, outros componentes da consciência política que interagem com as características de organização do movimento percebidas na forma de predisposição psicológica para ação coletiva.

De acordo com Sandoval (2001), tanto a dimensão da consciência política ***“Vontade de agir coletivamente”*** quanto ***“Metas e ações do movimento social”***, têm suas bases em alguns teóricos da escolha racional como Olson (1965), que tem contribuído para o debate sobre os determinantes da participação coletiva. Nesta perspectiva, é inegável que as pessoas, ao decidirem participar, individual ou coletivamente, em movimentos sociais fazem uma escolha dos elementos significativos que influenciam sua participação e o seu compromisso com o movimento social.

Sandoval entende que estas escolhas são elementos que se tornam significativos para o pensamento individual através das suas identidades coletivas; suas crenças, valores e expectativas em relação à sociedade; seus sentimentos de eficácia política; suas percepções do auto-interesse frente aos adversários e, finalmente, seus sentimentos de

justiça e injustiça (Sandoval, 2001:190). Ao mesmo tempo, essas dimensões contribuem para a tomada de decisão dos indivíduos, o que leva o autor a afirmar que a escolha de elementos significativos na avaliação da organização dos movimentos sociais, bem como essas metas e estratégias são percebidas como formas relevantes de ação coletiva que proporcionam uma pressão situacional.

Depois de descrever as dimensões da consciência política, proposta no modelo teórico de Sandoval (2001), nos parece oportuno fazer algumas aproximações entre o seu modelo e o realismo crítico de Martín-Baró.

Uma primeira aproximação é a idéia de Martín-Baró sobre o *fatalismo* a que se tem submetido a sociedade latino americana e a idéia de *comodismo* desenvolvida por Sandoval.

Para Sandoval (1994), os padrões de comportamento, as crenças sociais, os pontos de vistas políticos, os modismos estão presentes na vida cotidiana dos indivíduos e são expressos de maneira não-racional e espontânea, visto que “(...) o cotidiano impõe sobre as pessoas uma forma de pensar imediatista e utilitária favorecendo o desenvolvimento do pensamento superficial” (p. 64) que leva ao *comodismo* e à alienação do sujeito que é tipicamente manifestada em:

“(...) suposições não-questionadas da inevitabilidade da rotina diária e o ‘natural’ das desigualdades e dominação nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais e submissão política disfarçada de requisito do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania” (Sandoval, 1994a:64-65).

Por essa razão, não são poucos os autores que admitem que a sociedade capitalista, ao produzir interpretações segmentadas de visões de mundo que fragmentam a consciência do indivíduo, impede a formação da consciência política. É preciso uma ruptura desta rotina cotidiana para que possa emergir outras modalidades de consciência política (Sandoval, 1994a).

Martín-Baró (1998), por sua vez, afirma que as instituições sociais como a família, a escola e a moral (entendida como as normas reais que regem o comportamento concreto e os costumes de uma sociedade ou grupo social) produzem a dependência, a passividade e o individualismo (unido a um certo fatalismo pré-determinista e a-histórico). O fatalismo para Martín-Baró

“(...) es aquella comprensión de la existencia humana según la cual el destino de todos está ya predeterminado y todo hecho ocurre de modo ineludible. (...) En cuanto tal, el fatalismo pone de manifiesto una peculiar relación de sentido que establecen las personas consigo mismas y con los hechos de su existencia y que se traducirá en comportamiento de conformismo y resignación ante cualquier circunstancia, incluso las más negativas” (Martín-Baró, 1998: 76).

Martín-Baró formulou um quadro de atitudes em que sintetiza os traços do fatalismo latino-americano procurando representar como a forma de ser de algumas pessoas se relaciona consigo mesmas e como estas se situam diante do mundo em que vivem.

IDÉIAS	SENTIMENTOS	COMPORTAMENTOS
A vida está pré-definida	Resignação frente ao próprio destino	Conformismo e submissão
A própria ação não pode mudar esse destino fatal	Não deixar-se afetar nem emocionar com os acontecimentos.	Tendência a não fazer esforços, tendência a passividade.
Um Deus distante e todo-poderoso decide o destino de cada pessoa	Aceitação do sofrimento causado	Presentismo, sem memória do passado, nem planos para o futuro.

Segundo Martín-Baró (1998), a aceitação ideológica do fatalismo supõe uma aceitação prática da ordem social opressiva. O fatalismo passa a ser um grande aliado do sistema estabelecido, principalmente, por justificar uma postura de conformismo e submissão às condições sociais que lhes são impostas, facilitando a opressão e reproduzindo as condições de domínio social.

Por essa razão, ele afirma que:

“(...) la conscientización responde a la situación de injusticia promoviendo una conciencia crítica sobre las raíces objetivas y subjetiva de la enajenación social. (...) La conscientización no solo posibilita, sino que puede incluso desencadenar el cambio, el romper con los esquemas fatalistas que sostiene ideológicamente la alienación de las mayorías populares” (Martín-Baró, 1998:171).

E concluí dizendo que *“La conscientización lleva a las personas a recuperar la memoria histórica, a asumir lo más autentico de su pasado, a depurar lo más genuino de su presente y a proyectar todo ello en un proyecto personal y nacional”* (Martín-Baró, 1998:171).

Podemos dizer que o fatalismo está presente em nossa sociedade como uma *“consciência de senso comum”* e a memória histórica transforma-se em uma estratégia que possibilita o rompimento desse fatalismo, desse conformismo porque provoca uma ruptura no cotidiano¹⁶.

Na sua proposta epistemológica, conhecida como o *“realismo crítico”*, Martín-Baró, justamente questiona o senso comum e defende o rompimento com o fatalismo a partir da recuperação da memória histórica que, para ele, constitui um dos objetivos da *Psicología de la liberación*. Ao apresentar a necessidade de uma memória histórica como objetivo da

¹⁶ Sobre a consciência de senso comum que encontramos na vida cotidiana e a possibilidade de ruptura com esse senso comum, ver Heller, Agnes (1972). *Cotidiano e História*.

psicologia da libertação, Martín-Baró afirma, que esta

“reclama, por necesidad una psicología política, es decir, una psicología que tome en cuenta el poder social en la configuración del psiquismo humano y que, por tanto, contribuya a construir un nuevo poder histórico como requisito de una nueva identidad psicosocial de las mayorías hasta hoy dominadas” (Martín-Baró, 1998:341).

Assim, podemos afirmar que no processo mesmo de “conscientização” a que se refere Martín-Baró está presente a possibilidade de intervenção na realidade concreta. Essa possibilidade está claramente presente no “*sentimiento de eficacia política*” que encontramos como a quarta dimensão de consciência política de Sandoval.

Aliás, Martín-Baró recorre a um quadro de atitudes para explicitar o *fatalismo como identidade cognitiva* apontando a relação causal existente entre idéias, sentimentos e comportamentos, Sandoval, por sua vez, recorre à teoria da atribuição de Hewnstone para explicar o *Sentimiento de eficacia política*, ou seja, o sentimento da capacidade de intervenção numa determinada situação política. Entre elas, como vimos, encontramos as que geram conformismo e reações submissas – muito próxima ao fatalismo de Martín-Baró, aquelas em que os indivíduos buscam soluções individuais para situações sociais e aquelas em que as pessoas acreditam de fato que são agentes de mudança.

Sandoval destaca que:

“O imediatismo do pensar e do comportamento quotidiano obscurece a diferença entre o ‘possível’ e o ‘correto’, tanto quanto no comportamento diário tende a reduzir o correto ao possível e, em decorrência, a encobrir as questões de direito de cidadania e moralidade política. Assim, a atitude quotidiana é tipicamente pragmática. Essa falha na racionalidade e a ênfase no pragmatismo se refletem no caráter fragmentário do pensamento das pessoas combinando a mescla não-sistemática de material cognitivo e juízos superficiais de valores, convertendo a pressa no ‘desejável’ a eficiência no ‘natural’, na medida em que as opções de comportamento delas lhe permite continuar no ritmo do dia-a-dia com um mínimo de perturbação.” (1994a:64).

Ao fazermos essas aproximações entre Martín-Baró e Sandoval podemos dizer que, quando reconstruímos nosso passado, ou seja, quando recuperamos a memória histórica perpassamos pelas dimensões da consciência política proposta por Sandoval, visto que este processo nos possibilita perceber antagonismos, provocar sentimentos de justiça e injustiça, avaliar a capacidade de intervir na realidade, despertar nossa vontade de agir coletivamente e estabelecer metas de ação que possam gerar, de fato, uma ação coletiva em vistas da transformação social.

Há, pois, elementos fundamentais de mobilização no processo de reconstrução da memória, uma vez que, como bem aponta Martín-Baró (1998), recuperar a memória histórica significa descobrir elementos que foram eficazes na luta das classes exploradas e que poderão ser de utilidade para os objetivos de luta e conscientização. Deste modo, é um processo que leva a recuperar a própria identidade, resgatar costumes, formas de organização e trabalho, valores e normas que servirão para a libertação.

Desta feita, tanto o modelo da consciência política proposto por Sandoval, quanto a proposta do realismo crítico de Martín-Baró, são referenciais consistentes para este estudo se concebemos a **consciência como um elemento essencial na reconstrução do passado**, e nesse sentido, na construção de uma memória política que, como defendemos nesta tese, é capaz de motivar a ação coletiva e, portando, tendo uma implicação direta no comportamento político.

Haja vista que toda memória coletiva politizada ou não é construída socialmente a partir do universo simbólico de cada sujeito, universo este que, segundo Sandoval “(...) *tem suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence*” (Sandoval, 1994a:61).

3. Os diferentes enfoques e tradições da Memória Social

Depois de situar nossa pesquisa sobre a memória política no campo de estudos da Psicologia Social, especialmente na Psicologia Política e destacar os marcos de referência psicossociais que fundamentam nosso estudo, vamos procurar refletir sobre os diferentes enfoques e tradições da memória social.

Mais do que descrever as grandes tradições dos estudos sobre a memória, queremos dialogar com elas, recuperando aquelas que estudam a memória em sua dimensão psicossocial e, principalmente, buscando nelas elementos para pensar uma memória política e, ao mesmo tempo procurando perceber como estas tradições se articulam com a memória política.

Evidentemente, não é de hoje que a questão da memória e dos processos mnemônicos fazem parte dos debates filosóficos e psicológicos. Desde os pré-socráticos, a preocupação com a memória tem sido uma constante na reflexão filosófica e até nossos dias, cientistas sociais, psicólogos, filósofos, com maior ou menor intensidade, vem procurando compreender a memória. Não há dúvidas, como aponta Vazquez (2003), que, como qualquer campo do conhecimento, os estudos da memória emergem em um contexto histórico e social determinado e sofrem a influência das culturas, do conhecimento e das práticas sociais que imperam em cada época. A Psicologia não deixou de ostentar a memória como seu objeto de estudo e o fez seguindo a linha da evolução do pensamento filosófico e científico instituindo diferentes tradições dentro da própria Psicologia.

Quando se menciona “*psicologia da memória*”, tradicionalmente se aponta os estudos vinculados a psicologia experimental, e aí encontramos, principalmente a contribuição de experimentalistas e cognitivistas. Sem dúvida nenhuma, os principais clássicos do estudo da *Psicologia da Memória*, ao oferecerem enfoques epistemológicos

tão distintos representaram, ao longo da história, rupturas radicais com as tradições anteriores. Algumas delas foram bem assimiladas pela psicologia dominante até por volta dos anos cinquenta do sec. XX, como é o caso de Ebbinghaus (1850-1909) e outras foram relegadas, por muitas décadas, ao esquecimento, como é o caso de Bartlett (1886-1969), que passa a ser estudado bem posteriormente. Haja vista que até fins dos anos 70, a memória era vista como um fenômeno essencialmente individual.

3.1. A Psicologia da Memória

A psicologia da memória tem uma longa tradição na Psicologia que vem desde 1885 com o filósofo e psicólogo alemão Ebbinghaus (1964) que, marcadamente circunscrito dentro do associacionismo/comportamentalismo, rompe com a tradição filosófica¹⁷ e introduz o estudo dos processos mentais superiores, e em particular, a memória numa perspectiva de investigação experimental. Ebbinghaus representa a primeira grande tradição nos estudos da memória.

A segunda grande tradição aparece com o cognitivismo do psicólogo Bartlett (1995) que, ainda dentro do marco experimentalista, apresenta os processos perceptivos da lembrança, dando ênfase às determinações sociais e institucionais da lembrança e do esquecimento e aos processos interativos presentes na reconstrução do passado. Nesse sentido, abrindo perspectivas para o estudo da memória como fenômeno social e interativo.

¹⁷ Na tradição filosófica antiga grega, a memória era concebida como uma identidade sobrenatural ou divina, de onde provém a figura de Mnemosyne. Posteriormente e na então filosofia antiga, os romanos desenvolveram a arte da retórica, utilizada para persuadir e criar emoções nos ouvintes através do uso eficaz da linguagem. Eles treinavam os oradores através de técnicas mnemônicas que eles chamavam “memória artificial”. Nesta época, a memória era considerada um ramo da retórica. Em seguida, criaram os teatros de memória onde se buscava imagens perfeitas que auxiliassem na recordação. A partir de Descartes, e isso continuou com Bacon, Hobbes e outros, a memória passa ser entendida através dos sistemas de categorias lógicas e causas científicas seguindo, desde então, a linha do pensamento filosófico e científico. Ver Fentress e Wickham (2003).

Dentro da tradição associacionista/comportamentalista, Ebbinghaus (1964) procurou aplicar à memória os métodos utilizados pelas ciências naturais, desenvolvendo formulações matemáticas e sistemas de medição e controle com o objetivo de estabelecer leis puras da memória e a fim de convertê-la em objeto de estudo em laboratório. Ebbinghaus queria fazer da Psicologia uma ciência experimental que fosse semelhante, metodologicamente às ciências naturais. Para isso, procurou estudar a memória objetivamente, tratando de isolar completamente seus sujeitos experimentais e fazendo-os recordar de uma combinação de “sílabas sem sentido”, tendo em vista provocar um conjunto de associações. Ao fazer isso, afastou totalmente a memória do contexto da vida cotidiana, desvinculando-a completamente de qualquer relação com o social e político e reduzindo o estudo da memória à medição e controle.

De qualquer maneira, a ênfase dada aos procedimentos experimentais, conferiu à psicologia uma extraordinária reputação no meio científico permitindo o desenvolvimento e expansão da tecnologia experimental utilizada ao longo de todo o século XX, manifestando uma tendência do pensamento científico que inspirou muitos cientistas e deixando um legado que, até hoje, continua vigente em nossos dias, haja vista que ainda encontramos uma predominância de estudos experimentais comportamentais na Psicologia atual.

Ainda no campo experimental, nos encontramos com o cognitivismo de Bartlett (1995), que faz uma forte crítica aos estudos experimentais de Ebbinghaus, argumentando que ao transformar a memória em objeto possível de ser medido em laboratório, Ebbinghaus ignorou a complexidade da memória humana. E salienta que é impossível eliminar o significado dos estímulos e que, ao fazê-lo, se cria uma situação muito artificial que não considera as atitudes subjetivas e a experiência prévia do sujeito, já que as

respostas dependem da variação dos estímulos, ordem, frequência e modo de apresentação (Bartlett, 1995: 54).

Infelizmente, durante muito tempo, a psicologia tradicional não considerou a importante contribuição de Bartlett e, embora seu trabalho tenha influenciado muito a Psicologia cognitiva, a ênfase que ele dava aos determinantes sociais e institucionais da lembrança ficou deixada para segundo plano. Como aponta Baddeley (1990) - outro grande estudioso da memória - desde que Bartlett publicou sua obra *Remembering* em 1932, houve muito pouco desenvolvimento teórico sobre a linha proposta por ele para o estudo da memória e, ainda hoje, recebe pouca atenção por parte da investigação psicológica. Esta omissão, como afirma Vázquez (2003) se explica porque a proposta de Bartlett (1995) não respondia à concepção de conhecimento e investigação dominantes na Psicologia.

O fato é que, elegendo os estudos experimentais como o grande representante das investigações sobre a memória, a Psicologia relegou ao esquecimento a tradição de Bartlett que nunca conseguiu estabelecer-se como linha principal na psicologia da memória.

Mas é, justamente, o aspecto que a Psicologia da Memória relegou ao segundo plano ou ao esquecimento, que nos interessa no trabalho de Bartlett (1995): **sua perspectiva psicossocial que compreende a memória como o resultado de um processo de interação entre os indivíduos e destes com seu meio.**

De maneira bem sucinta, destacaremos algumas de suas principais premissas no estudo da memória que consideramos de grande utilidade para a elaboração da noção de memória política.

- a) Uma primeira, que já sugere sua postura epistemológica, é ter em conta o **comportamento cotidiano dos indivíduos e a análise das condições sociais em que ocorrem as lembranças.** Bartlett, claramente rompe com a tradição de

Ebbinghaus que se preocupa apenas com as reações dos indivíduos aos estímulos que se lhes oferecem:

“El psicólogo tanto si utiliza métodos experimentales como si no, trata con seres humanos y no simplemente con reacciones. (...) he intentado investigar sobre las condiciones sociales del recuerdo; aclarar algunos problemas de la determinación, dirección y modificación social de los procesos de recordar” (Bartlett, 1995: 62).

Ele chama a atenção da Psicologia para o fato de que, nas pesquisas, lidamos com seres humanos e não apenas com suas reações, de modo que devemos considerar as condições sociais em que ocorrem a lembrança. O autor não tem dúvidas quanto à influência dos fatores de origem social no processo da lembrança: *“No cabe duda de que existen factores de origen social que influyen directa y poderosamente en buena parte del proceso humano del recordar”* (Bartlett, 1995:151).

E isso podemos verificar, ao longo de sua obra e, também, na importância que ele atribui aos grupos sociais no processo da lembrança:

“Veremos que el intento de hallar el principio de las costumbres e instituciones sociales en la experiencia puramente individual podría estar fundamentalmente equivocado. En términos generales nuestro problema es explicar una respuesta dada por un individuo a una serie de circunstancias determinadas una de las cuales podría ser el propio grupo” (Bartlett, 1923, citado por Shotter et al., 1992:137).

Entre os fatores de origem social que influenciam o processo da lembrança, se encontra o grupo como unidade organizada que condiciona as reações humanas, reações que são específicas dos grupos e que só vamos encontrar dentro dos mesmos e não fora deles. No grupo, estão presentes as crenças, convenções, costumes, tradições e instituições que são responsáveis pela conduta do próprio grupo e constituem *“o material da*

psicologia social”¹⁸ que ele divide em duas categorias: a) casos ou tipos de experiências e condutas que são diretamente determinados por fatores sociais encontrados dentro dos grupos e não fora deles - na teoria da identidade social denominaríamos (ingroup); b) casos ou tipos de experiência e conduta determinadas indiretamente pela sociedade, de modo que, estar dentro de um grupo significa ser suscetível às crenças, costumes, tradições, sentimentos e instituições características de uma organização social concreta (outgroup). A essas categorias, sugere um terceiro conjunto de fatos que devem ser estudados, que é a interação entre dois grupos (x e y), com suas peculiares crenças, tradições, costumes, sentimentos e instituições, no qual ambos se modificam por meio do que ele chama processo de convencionalização, totalmente relevante para o estudo social da lembrança, porque elucida a influência do passado sobre o presente.

As mudanças que são produzidas por estas modificações, provocadas pelo processo de convencionalização são, para Bartlett, dados relevantes para o psicólogo social. Ele próprio orientava suas análises no sentido de compreender os processos pelos quais condutas individuais estavam associadas a condições sociais determinadas do estudo da lembrança dentro do grupo.

Nessa dinâmica em que se dá o processo da lembrança, encontramos uma segunda premissa:

- b) **O caráter construtivo da memória:** a vida tem uma dinâmica de adaptação contínua entre respostas que se modificam num meio que também varia, de modo que nunca será possível uma evocação literal ou exata - tal situação, segundo Bartlett, seria artificial – já que nossas lembranças se misturam com nossas próprias construções. Nisso reside que:

¹⁸ Ele define a psicologia social como “o estudo sistemático das modificações na experiência e das respostas do indivíduo que se devem diretamente a sua pertença a um grupo” (Bartlett, 1995:311).

“Recordar es una función de la vida diaria, por tanto ha tenido que desarrollarse de acuerdo con las exigencias de la misma. Dado que nuestros recuerdos se entremezclan constantemente con nuestras construcciones, quizás deban tratarse como poseedores de un carácter constructivo ” (Bartlett, 1995: 65).

Ainda que a própria psicologia não se preocupasse com o caráter construtivo da memória, na época, e por muitos anos seguintes – e porque não dizer despertando, ainda hoje, pouco interesse dos psicólogos sociais – Bartlett argumentava que *“(...) la determinación social del recuerdo proporciona a menudo la base para esa naturaleza constructiva que según se ha visto caracteriza muchos ejemplos de recuerdo* (Bartlett, 1995:323).

Preocupado em entender como estas influências sociais operam no processo de lembrança ele acreditava que *“(...) la forma misma y el estilo del recuerdo variaba con los cambios del marco social”* (p. 323).

Bartlett estava atento ao fato que estas condutas individuais se manifestavam como *tendências* a agir de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Do mesmo modo, a forma como a lembrança individual se apresenta é muito influenciada por essas tendências que ele denomina de *“tendências sociais persistentes e dominantes”* que nada mais são que a riqueza de costumes, instituições e tradições de um determinado grupo ou sociedade. Estas se constituem como um tipo de *esquema* social duradouro em cuja base pode se dar uma grande quantidade construtiva da lembrança.

Vale ressaltar que estas *“tendências persistentes e dominantes”* decorrem de um estudo das interações sociais ou dos conflitos de um grupo quando este tem que adaptar-se a novas situações sociais, econômicas, políticas ou religiosas introduzidas por pessoas que se incorporam ao mesmo. Bartlett enuncia que os períodos de forte tensão social, ameaças

externas, rebelião interna, ditaduras manifestam tendências prioritárias e isso se deve ao desaparecimento ou a debilidade dos fatores normais de controle social.

“Siempre que las fuertes tendencias sociales persistentes y dominantes estén supeditadas a cualquier clase de control social severo (...) el recuerdo social será perfectamente capaz de adoptar un carácter constructivo e ingenioso, de una manera consciente o inconsciente. Su forma tenderá entonces a ser asertiva, más bien dogmática y segura de sí misma, y el recuerdo irá probablemente acompañado de entusiasmo y emoción” (Bartlett: 1995: 340).

Isso quer dizer que a maneira como as pessoas manifestam suas lembranças possui uma carga emotiva que está suscetível a invenções e todo tipo de imprecisão ou distorção. Nesse sentido, há que se ter o cuidado de situar concretamente as circunstâncias e o contexto histórico e político em que se dá a lembrança, não incorrendo no risco de se fazer generalizações descontextualizadas.

Tendo claro esta postura metodológica, Bartlett não se intimida em afirmar que as tendências sociais persistentes fortemente arraigadas nos grupos, influenciam **a forma da lembrança**, ou seja, na maneira como os grupos expressam seus relatos:

“Me aventuro a concluir que la manera más fácil de justificar las tendencias grupales persistentes y dominantes es se basarse en el estudio del patrimonio cultural – relatos populares, arte, prensa, chistes y refranes de la actualidad, quizá el cine y el teatro popular –; pero, sea cual sea el lugar donde logremos descubrirlas, nunca podremos sostener que se apliquen al grupo en general, a menos que encontremos en otros lugares datos que también las confirmen” (Bartlett: 1995:334).

Ao considerar o caráter construtivo da memória, Bartlett não deixa de lado seu rigor metodológico, também não deixa de enfatizar uma série de elementos sócio-culturais que podem ser determinantes no processo de recordação: *“(...) la organización social aporta*

un marco persistente en el que debe encajar toda evocación, e influye muy poderosamente tanto en la forma como en el fondo del recuerdo” (Bartlett, 1932: 296).

Vale destacar que esses elementos sócio-culturais, bem como as convenções sociais não determinam de forma mecânica a memória, antes passam pelo crivo da percepção e dos significados, ou seja, estas só exercem influência na memória na medida em que são percebidas pelos indivíduos e tenham significado para eles. De modo que, recordamos dos fatos que os grupos sociais e a sociedade, de alguma maneira, conferem algum valor:

“Lo que en principio se destaca y lo que se recuerda en consecuencia es en cada momento, en cada grupo y en casi todos los temas, resultado en buena medida de tendencias, intereses y hechos a los que la sociedad ha conferido algún valor” (Bartlett, 1995: 324).

c) Essas afirmações nos remetem a uma terceira premissa fundamental no estudo

Bartlett: o esforço por encontrar significado:

“(...) podemos considerar cualquier reacción cognitiva humana – percibir, formar imágenes, recordar, pensar, razonar – como un esfuerzo en pos del significado. (...) Cuando intentamos descubrir cómo se hace esto nos encontramos siempre con un esfuerzo para conectar el material dado con otra cosa. Así pues lo inmediatamente presente, originándose así el significado en sentido psicológico. (Bartlett, 1995: 96).

Para Bartlett nada pode ser lembrado sem que antes tenha sido percebido, ou seja, nada pode ser vivenciado como algo familiar sem que tenha sido apresentado ou vivenciado de algum outro modo. Aqui nos parece interessante a distinção que ele faz dos conceitos “perceber”, “recordar” e “formar imagens” para que não se confunda a recordação com a percepção. Segundo o autor, “*perceber*” refere-se a um conjunto ou combinação de estímulos sensoriais que estão presentes de forma imediata, inconsciente; “*recordar*”, refere-se à maneira de utilizar tais combinações e estímulos de forma

consciente; e “*formar imagens*” diz respeito ao que é imaginado, portanto é algo mais fluido, já que pode ser alterado de distintas formas, bem como recombina de modo a formar estruturas que não correspondam a nenhuma que tenha sido presenciado de forma sensorial. Para Bartlett,

“Deberíamos decir que una persona está recordando sólo cuando se halla orientada de forma precisa hacia su pasado y es conciente de que intenta rastrear algunos hechos que una vez se encontraron en su percepción sensorial, pero que ya no lo están” (Bartlett, 1995:63).

Esta distinção permite relacionar memória e percepção sem cair no erro de reduzir uma à outra. E em termos do nosso problema de pesquisa, Bartlett oferece um argumento muito interessante: se queremos compreender o “como?” e “o quê?” recordamos, devemos relacionar com “o quê?” e “como?” percebemos.

Ele trata de elucidar que somos capazes de recordar o que nos interessa, o que é para nós parte de tarefas preferenciais, que tem algum sentido para nós, que tem uma função social. Para que as determinações sociais exerçam influência sobre os indivíduos é necessário que estes as percebam e encontrem nelas significados.

Nesse sentido, e como nos aponta Santos (2003), a memória é um processo consciente que faz parte do processo de conhecimento e reconhecimento do mundo, sendo que esse processo se define pela busca de sentido.

Consideramos, de maneira bem sucinta, as duas principais tradições desenvolvidas pela psicologia da memória: a tradição de Ebbinghaus, para se ter uma idéia de que, nas suas origens, a psicologia da memória esteve diretamente vinculada à psicologia experimental, desconsiderando qualquer influência de origem social; e a tradição de Bartlett, em que apenas destacamos algumas premissas que sustentam o estudo da memória

enquanto fenômeno social, nos oferecendo pistas para se poder pensar a noção de memória política.

Dito de outra maneira, as premissas de Bartlett, trazem elementos fundamentais a serem considerados em nossa análise, pois permitem concatenar fatores que estão presentes no contexto sócio-político em que estão inseridos os movimentos sociais e suas lideranças e fatores que envolvem percepções e significados que nortearão a noção de memória política.

3.2. A Sociologia da Memória de Halbwachs

Depois de apontar as duas principais tradições da psicologia da memória dando destaque para algumas premissas fundamentais provenientes de Bartlett, desenvolveremos o conceito de memória coletiva do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1925, 1950)¹⁹ - um dos primeiros a estudar a memória coletiva, e que, com certeza, é leitura obrigatória para os estudiosos da memória, dada sua inegável contribuição na compreensão do significado da memória coletiva. Oriundo da tradição francesa, Halbwachs foi contemporâneo de Bartlett e enquanto um desenvolvia suas pesquisas no âmbito da psicologia o outro, no campo da sociologia, introduzia o conceito de memória coletiva.

Influenciado pelas idéias de Durkheim de representações coletivas, Halbwachs (1990) define a memória coletiva como um fenômeno social que deve ser compreendido como um processo social de reconstrução do passado e não como resultado de processos individuais ou subjetivos. A novidade de sua contribuição se encontra na relação que ele estabelece entre memória e sociedade onde enfatiza as estruturas coletivas da lembrança.

¹⁹ Originalmente suas obras foram publicadas em francês em 1925, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* e, em 1950, *La mémoire collective*. Utilizaremos as versões em castelhano e português de 2004 e 1990, respectivamente.

Ao desenvolver essa relação entre memória e sociedade, Halbwachs nos aponta elementos chaves para compreensão da memória coletiva dos quais depreendem algumas premissas que destacamos a seguir.

Uma primeira é que **a memória coletiva está ancorada em “quadros sociais”** ou estruturas coletivas que representam uma ou mais correntes de pensamento coletivo e que servem de referência para a memória: *“No existe posibilidad de memoria fuera de los marcos utilizados por los hombres que viven en sociedad para fijar y recuperar sus recuerdos”* (Halbwachs, 2004:101). Em sua obra, *“Quadros Sociais da Memória”*, publicada, originalmente²⁰ em francês, em 1925, Halbwachs destaca a linguagem, o tempo e o espaço como quadros sociais, e analisa detalhadamente a construção da memória coletiva a partir dos grupos, enfocando a família, os grupos religiosos e as classes sociais.

Por trás desta atenção detalhada à memória destes grupos, encontramos uma segunda premissa: **a memória cumpre uma função para a identidade do grupo social**, ou seja, o grupo é condição necessária para a memória da mesma maneira que a memória é condição indispensável para a existência do grupo. Os diversos grupos coletivos funcionam como suporte da memória coletiva. A convicção de Halbwachs de que a memória é sempre coletiva reforça a importância destes quadros sociais já que, para ele, nossas lembranças sobre um evento sempre serão coletivas, mesmo que somente nós estivemos envolvidos: *“Cuando el hombre cree encontrarse solo, cara a cara consigo mismo, otros hombres surgen y, con ellos, los grupos de los cuales han desprendido* (Halbwachs, 2004: 134).

Os grupos têm necessidade de reconstruir seu passado e o fazem a partir do que está a sua disposição no presente, seja o sistema de idéias, a linguagem, a tradição e os pontos

²⁰ Les Cuadros Sociaux de la Mémoire foi recentemente publicada em castelhano com o título: *“Los Marcos sociales de la memoria”*.

de referência da sociedade e aí temos a terceira premissa **a memória é a reconstrução contínua do passado que fazemos com dados do presente**: *“A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”* (Halbwachs, 1990: 71).

Nesta reconstrução do passado, a linguagem e o discurso tem um papel fundamental no que se refere a organização da memória, pois permite construir de maneira comunicativa o passado e, ao mesmo tempo, compartilhar significados:

“Los hombres que viven en sociedad usan palabras cuyo sentido comprenden: esta es la condición del pensamiento colectivo. Así cada palabra (comprendida), se acompaña de recuerdos, y no hay recuerdos a los que no podamos hacer corresponder palabras. Hablamos de nuestros recuerdos antes de evocarlos; es el lenguaje y es todo el sistema de convenciones sociales que le son solidarias el que nos permite, en cada instante, reconstruir nuestro pasado” (Halbwachs, 2004: 324).

Portanto, a memória se apóia no pensamento e na comunicação do grupo que representam correntes de pensamento coletivo, que segundo Halbwachs (1990, 2004), se estruturam em quadros sociais temporais e espaciais. Dito de outra maneira, os grupos utilizam a linguagem – que é o instrumento fundamental de comunicação – para compartilhar significados e construir de maneira comunicativa seu passado por meio da memória (Vázquez, 2003).

Assim, podemos falar em memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos e consideramos no momento em que nos lembramos: *“Cada um é membro de vários grupos, participa de vários*

pensamentos sociais, seu olhar mergulha em vários tempos coletivos” (Halbwachs, 1990:128).

O **tempo** da memória não é o tempo da história (o cronológico), mas o “tempo do grupo”, ou o tempo social (aquele constituído por significações). É o tempo em que o próprio grupo estabelece a seqüência dos acontecimentos e as referências que demarcam suas lembranças. Esse tempo social ou psicológico acompanha a duração própria de cada grupo e muda quando o grupo se transforma, *“Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, nos quais cada um tem sua duração própria.* (Halbwachs, 1990:127). Os limites aos quais recuamos no passado variam conforme os grupos, isto explica os pensamentos individuais de acordo com os momentos, isto é, segundo o grau de participação neste ou naquele pensamento coletivo, atingem lembranças mais ou menos distantes. Nesse sentido, a memória só retém do passado aquilo que está vivo na consciência do grupo que a mantém, ou seja, a memória tem o limite da duração dos grupos (Halbwachs, 1990:130).

Para que a nossa memória contribua com as dos outros na construção da memória coletiva, é necessário, não só o depoimento das pessoas, mas o envolvimento entre as pessoas e das pessoas com o grupo. Só assim, a memória poderá ser reconhecida e reconstruída. Caso contrário, se não nos recordarmos de um evento, a culpa não é da memória de um ou de outro, mas sim porque as pessoas envolvidas não experimentaram um sentimento comum ou porque já não experimentam mais, o que pode fazer com que a memória coletiva desapareça (Halbwachs, 1990). Dito de outra maneira, se a memória desaparece é porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram ou deixaram de manter viva essa memória.

Assim sendo, a memória funciona como um ponto de referência que nos permite situar em meio à constante variação dos quadros sociais e da própria experiência coletiva

histórica. Um acontecimento provoca mudanças nas relações do grupo com o lugar - seja porque modifica o grupo, seja porque modifica o lugar (Halbwachs, 1990:134).

Nesse sentido, fica claro que, para Halbwachs, a memória é um fenômeno que não pertence a nenhum indivíduo em particular, uma vez que evoca a experiência de outros que nos fazem olhar o evento de uma forma diferente. Isso significa que cada indivíduo constrói a sua memória sobre um mesmo fato coletivo, o que mostra que a memória se modifica de acordo com a identidade coletiva/identificações sociais e do contexto familiar, social, nacional em que elas se inserem (Ansara, 2000).

Desta maneira, a memória coletiva permite uma pluralidade de versões do passado: *“(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”* (Halbwachs, 1990:51).

Em nossa dissertação de mestrado, estudamos a memória coletiva de uma greve operária que ocorreu na época de ditadura no Brasil e elegemos, para entrevistas, três grupos com diferentes vínculos com os autores da greve: netos – vínculo familiar; lideranças sindicais – militância sindical; lideranças comunitárias – militância política. Nesse estudo, pudemos reconhecer a influência dos “quadros sociais” a que se refere Halbwachs, motivo pelo qual reafirmamos a existência de dois grandes suportes da memória coletiva: por um lado, o grupo aparece como referência da memória coletiva, onde se destacam os vínculos identificatórios, e, por outro lado a presença da fábrica - mesmo desativada - no bairro atuando como um estímulo para a memória. Observamos que os netos, sindicalistas e lideranças comunitárias que entrevistamos interpretam o passado do ponto de vista dos grupos com os quais estão identificados social e politicamente. As peculiaridades dos relatos de netos, lideranças sindicais e comunitárias nos permitiram

constatar que a identificação social funciona como um prisma para a memória coletiva, ou seja, para cada grupo a reconstituição do evento é feita via prisma identificatório: identificação com os avós (os grevistas) – a vivência familiar proporcionou a constituição da **“memória da família”**; identificação com os operários Queixadas, constituiu a **“memória do sindicato ou dos sindicalistas”**; a identificação com uma *“luta de libertação”* enquanto uma experiência comunitária, constituindo a **“memória da comunidade”**. (Ansara, 2000). Em outras palavras, os grupos, ao reconstruírem o evento passado revelam os vínculos identificatórios forjando a idéia de um *“nós”*. Esses vínculos com os autores da greve favoreceram a reconstrução da memória coletiva, o que nos permite reafirmar, concordando com Halbwachs (1990), que é a partir dos grupos com os quais se têm *“pontos de contato”* que se reconstrói a memória coletiva.

Isso porque as pessoas *“não perderam o hábito de lembrar como membros do grupo”* (Halbwachs, 1990:28) e se utilizam, para isso, das mesmas noções comuns a seus membros. Quando o indivíduo lembra um fato do passado, sua história se confunde com a história do grupo, há uma identificação com o grupo que muitas vezes determina as formas de comportamento.

“O grupo no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo... É o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória” (Halbwachs, 1990: 87).

Portanto, a memória coletiva que perpassa esses três diferentes grupos de distintas gerações reforça as teses de Halbwachs de que diferentes grupos sustentam diversas e distintas memórias. Quando pessoas relembrem um evento do passado, estes recorrem a orientações específicas que os grupos fornecem e pelos quais são conservados (Halbwachs,

2004). Nesta perspectiva, existe uma “memória grupal” que retém e reforça as lembranças, de modo que o grupo é uma referência básica para a memória coletiva.

Contudo, não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. Os espaços, a que se refere Halbwachs, são concretamente os lugares, as construções e os objetos que marcam a vida do grupo, são lugares que contribuem para evocação da vida social, ou seja, da experiência dos grupos que ali viveram:

“(...) cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens. (...) O lugar recebeu a marca do grupo, e vice versa. (...) Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida da sociedade, ao menos naquilo que havia de mais estável (Halbwachs, 1990: 132-133).

De modo que os espaços são constantemente modificados pelos grupos, assim como exigem a adaptação dos grupos a eles.

Não obstante, como pudemos verificar em nossa pesquisa, estes lugares também podem ser convertidos em símbolos por aquilo que é vivido pelos grupos. Por exemplo, a Fábrica de Cimento – onde ocorreu a greve operária - permanece no bairro e é, ainda hoje,

*“(...) motivo para rememorar conflitos e contradições do passado, mas também demonstra a **importância do lugar como espaço de manutenção da memória coletiva das lutas populares**, proporcionando às pessoas que chegaram ao bairro bem depois da greve, que nunca foram politicamente engajadas e que não possuem vínculos com os grevistas, a construção da memória daqueles acontecimentos” (Ansara, 2000: 149).*

O lugar onde está a Fábrica de Cimento, neste caso, fez com que o evento não fosse esquecido e, pelos diferentes significados que foram atribuídos a ela, aparece como *“(...) monumento popular e expressão viva da memória coletiva da classe trabalhadora que*

resistiu ao tempo, aos grupos, a demolição. O lugar em si é sinal da existência das lutas que se tornam símbolo na memória coletiva” (Ansara, 2000:149).

Se por um lado a memória coletiva tem como referência os grupos, sendo evocação de pensamentos e preocupações ligadas à história pessoal de cada um, aos destinos de sua família, as suas relações de amizade, por outro lado, o local da fábrica, como “*lugar simbólico*”, aparece como um elemento novo, não abordado pela literatura e que pode ser aprofundado em nosso estudo, especialmente se consideramos que estes espaços são convertidos em símbolos pela vontade de vencer o esquecimento e insurgir na luta dos dominados.

Apesar da ênfase dada às estruturas coletivas, a sociologia de Halbwachs não fica aprisionada unicamente a estas em seu sentido restrito, pois ao considerar, como quadros sociais a linguagem, o tempo e o espaço, ele enfatiza a influência do presente com toda a gama de novos significados que podem ser atribuídos ao passado.

Nesse sentido, ao considerar a memória como reconstrução, Halbwachs deixa claro que ela não é nem “reprodução”, nem pura “representação”. Ela se ancora nas “representações coletivas” presentes nas sociedades e nos grupos para reconstruir o passado com os significados do presente. Portanto, a memória coletiva de eventos passados passa por processos constantes de re-significação, dado que os grupos se modificam ao longo do tempo:

“Os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são mais os mesmos. Ora é do ponto de vista deles que considero o passado. É preciso, então, que à medida que estou mais engajado nesses grupos e que participo mais estritamente em sua memória, minhas lembranças se renovem e se completem” (Halbwachs, 1990:74).

Esta plasticidade que caracteriza a memória coletiva está presente, de maneira especial no seu livro póstumo “*A memória coletiva*”, que tem sido a nossa referência, de modo que suas reflexões continuam servindo de base para psicólogos sociais, historiadores numa linha mais culturalista, sociólogos e outros campos das ciências humanas.

Nossa tarefa de desenvolver a noção de memória política se torna ainda mais complexa se reconhecemos que

“(...) cada homem esta mergulhado ao mesmo tempo ou sucessivamente em vários grupos. Cada grupo, aliás, se divide e se restringe no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantém por algum tempo a lembrança de acontecimentos que não tem importância senão para elas (...)” (Halbwachs, 1990:79).

Haja vista que nestas mesmas sociedades se desenvolvem muitos processos políticos que manipulam, em grande medida, a memória social, vinculando-a ao pensamento dominante.

Vale ressaltar, que nas obras de Halbwachs esteve presente um acirrado debate com seus contemporâneos: o filósofo Henri Bergson (1859-1941), de quem, inicialmente, ele foi aluno, Charles Bondel (1876-1939), filósofo, médico e, posteriormente professor de psicologia e com o historiador Marc Bloch. Como aponta Santos (2003), a obra “*Quadros Sociais da Memória*” é uma resposta às teorias filosóficas de Bergson e na obra “*A memória coletiva*”, Halbwachs procura responder as críticas de Charles Bondel de que ele reduzia a memória individual ao fenômeno coletivo, enquanto Bloch criticava a tentativa de aplicar os critérios de objetividade e comprovação aos estudos sobre o passado (Santos, 2003).

Essas questões, que esquentavam os debates na época em que surgiram os estudos sobre memória coletiva, seguem presentes nos debates atuais dentro da psicologia e entre

as diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, a história, a antropologia, a filosofia, demonstrando que o fenômeno da memória coletiva, para ser estudado em sua dimensão psicopolítica, necessita romper com as fronteiras disciplinares, exigindo de nós o diálogo permanente com as diferentes áreas do conhecimento.

Com certeza não abordamos, em profundidade, a sociologia da memória de Halbwachs, que é muito complexa em seus enfoques, mas quisemos indicar por onde vimos utilizando suas extraordinárias contribuições que continuam sendo atuais e de grande proveito para nosso estudo, em que pretendemos abordar questões referentes a memória política da sociedade brasileira numa perspectiva psicopolítica.

3.3. A Construção Social da Memória

Vimos que o caráter social da memória aparece tanto na psicologia da memória de Bartlett quanto na sociologia da memória de Halbwachs. Seríamos injustos se não mencionássemos, ainda na psicologia, os trabalhos dos soviéticos Vygotski (1929), Luria (1968) e Leontiev (1981), e nos Estados Unidos, o norte americano George Mead (1982) que também foram e são contribuições importantes para a Psicologia Social mais orientada para a dimensão social. Não nos escapam também os autores que vêm da tradição francesa como o psiquiatra Pierre Janet (1928), e o antropólogo Evans-Pritchard (1977), este último se fundamenta tanto na tradição francesa quanto em Bartlett.

Não obstante, de acordo com Middleton e Edwards (1992), o estudo da memória, já não tem o monopólio da Psicologia e o interesse pelos estudos que apontam para a natureza social da memória passa a despertar, principalmente em nossos dias, a atenção de sociólogos, de historiadores, antropólogos e da própria teoria social. Haja vista que os

estudos da memória que enfatizam o aspecto da “*memória popular*”, realizado por historiadores orais como Johnson, McLennan, Schwartz e Sutton (1982), que compreendem a memória popular como representação oral de fatos passados, tradições, costumes e práticas sociais que vão muito além de conceber a lembrança como propriedade dos indivíduos (Midletton & Edwards, 1992).

O caráter construtivo da memória já foi acenado por Bartlett e Halbwachs, contudo nos parece importante mostrar outros autores mais contemporâneos que retomam a memória como construção social como por exemplo Middleton e Edwards (1990) e Félix Vázquez (2001, 2004).

Midletton e Edwards desenvolvem seus estudos concebendo a memória e o esquecimento como um processo “inerentemente social”, destacando o caráter compartilhado da memória e apontando para seu caráter construtivo: “(*...*) *nuestra intención no es especificar de que manera ciertos modelos mentales pueden representar el conocimiento y la experiencia sino como la gente representa su pasado y construye versiones de los hechos cuando se refiere a ellos*” (1992: 39).

Vázquez, tendo suas bases filosóficas e epistemológicas em Rorty (1979, 1989, 1991, citado em Vazquez, 2001), Gergen (1982, 1989, 1994, citado em Vazquez, 2001) e Tomas Ibañez (1989, 1990, 1994, citado em Vazquez, 2001), atualmente vem se dedicando ao estudo da memória social dentro de uma perspectiva construcionista e em seu livro “*La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario*” apresenta a memória social como um processo dinâmico e conflitual que está fortemente vinculado a cenários comunicativos e que se insere nos estudos dos processos sociais.

Procurando responder a alguns questionamentos sobre o estudo da memória Vázquez (2001) analisa a memória como processo e produto relacional, onde a linguagem e a comunicação desempenham um papel fundamental. Desvencilhando-se das concepções

dominantes nos estudos sobre memória, que se atêm aos processos cognitivos ou à maneira como as pessoas representam o mundo, ou ainda, se a memória reproduz corretamente o passado, Vázquez está interessado em como se constrói conjuntamente a memória, que papel joga a relação nesta construção e o significado que tem dentro dos processos sociais.

O autor compreende a memória como uma obra sempre aberta que se constitui a partir de elementos que ajudam a dar sentido e a construir, com materiais variados, um discurso. Ele afirma que a memória não só compõe uma narração (um discurso) ou estabelece um diálogo com o passado, mas está aberta a uma multiplicidade de versões.

Vázquez não deixa de apontar a relevância da memória social nos estudos dos processos sociais, entendendo que a realidade social é uma construção conjunta dos seres humanos que compartilham diferentes significados veiculados através da comunicação, onde a memória social é um componente indissociável que incorpora boa parte dos fenômenos e processos sociais e que possibilita a continuidade do social. *“Mediante la memoria se construyen y resignifican los acontecimientos. Sin embargo, la realidad social no se detiene en la construcción del pasado y del presente: se proyecta en el futuro”* (Vázquez, 2001:25).

O autor deixa claro que a importância do estudo da memória e do esquecimento sociais está em seu caráter de processos que contribuem, definindo e articulando a ordem social. *“(...) Vivir en sociedad implica hacer memoria y hacer olvido”* (Vázquez, 2001:26). Aliás, o autor trata de abordar a questão da memória e esquecimento como integrantes de um mesmo processo de construção do passado a partir do presente e destaca que o *“fazer memória”*, expressão frequentemente utilizada na fala cotidiana, já manifesta o caráter construtivo e intersubjetivo que a memória possui.

Portanto, Vázquez (2001) se propõe a estudar a memória em seu caráter social, ou seja, como processo e produto dos significados compartilhados e construídos pela ação conjunta dos seres humanos em cada momento histórico.

Apoiado nas idéias de Ibáñez (1989), o autor procura fazer uma distinção entre o coletivo, as relações interindividuais e as ações conjuntas, entendendo que o social não radica “nas” pessoas e sim “entre” as pessoas, ou seja, por meio da “intersubjetividade”, no espaço de significados que as pessoas constroem conjuntamente.

Vale ressaltar que Vázquez (2001) faz um levantamento intenso dos estudos da memória social e não deixa de mencionar os autores que ele considera relevantes nos estudos sobre a memória, que enfatizam o caráter social da memória e que o ajudam a fundamentar suas reflexões, como por exemplo: Bartlett (1995) e Halbwachs (1990, 2004); Billig (1990) e Middleton e Edwards (1990). Entre outros, destaca autores como Mead (1929, citado em Vázquez, 2001), Douglas (1986, citado em Vazquez, 2001); Ricoeur (1986); Yerushalmi (1982, 1988, citado em Vazquez, 2001); Middleton e Edwards (1992) e Shotter (1987, 1990, citado em Vazquez, 2001) que enfatizam que a memória responde muito mais a interesses do presente do que do passado, que incluem também Halbwachs e Bartlett. E ainda os autores como Billig, Condor, Edwards, Gane, Middleton e Radley (1988, citados em Vázquez, 2001); Billig (1990); Douglas (1986) que destacam que a ordem social veicula valores, normas e crenças que possibilitam ou inibem as memórias e as recordações e, nesse sentido, ressaltando o aspecto plenamente ideológico da memória social.

Ao enfatizar o caráter social da memória, o autor faz uma forte crítica à psicologia cognitiva, pois afirma que os cognitivistas têm se descuidado da função social que possui a memória. Não obstante, ainda predominam os estudos de memória a partir dos processos cognitivos individuais. Essa crítica leva inevitavelmente a discussão da relação entre o

indivíduo, o contexto e a sociedade, relação esta que, desde o surgimento da psicologia social, vem alimentando as discussões, por vezes polêmicas, dentro dessa área.

Observamos que ele situa a memória no espaço relacional em que se constituem as práticas comunicativas cuja linguagem funciona como elemento formador do discurso. Para mostrar a flexibilidade da linguagem, num dos capítulos do livro *“La Memoria como Acción Social”*, Vazquez mostra duas maneiras de relatar a memória: em *“Haciendo Memoria”*, o autor se inclui como personagem no discurso recordando alguns acontecimentos vividos na sua infância na escola e afirma ser este um discurso mais emotivo, mais cotidiano; em *“Para hacer memoria”*, o autor, relatando os mesmos acontecimentos, cria um personagem que faz referência aos acontecimentos. É um discurso que faz alusão a experiências pessoais, mas que é mais objetivo, mais moderado e distante.

Ele se utiliza destes recursos de linguagem para mostrar que, ao fazermos memória, construímos fatos, confrontamos dialeticamente versões, criamos novas seqüências de acontecimentos e até chegamos a acordos sobre uma versão. Ao incorporar o diálogo, a narração, o debate e a negociação, abandonamos a concepção de memória como capacidade que possuem os indivíduos para representarem dados ou resíduos ou como simples conservação dos acontecimentos do passado e passamos a considerá-la como ação social.

Do ponto de vista sócio-construcionista e discursivo, que acabamos de mostrar, o ato de recordar é, antes de mais nada uma ação que se realiza a partir de um processo de negociação entre diferentes possibilidades de explicar o passado.

Nesse sentido, por meio da memória não só se constrói o passado, como também se criam novos cenários e novas condições para fazer memória e para empreender outras ações. A memória concebida desta maneira está sempre aberta a novas interpretações, propiciando novos pontos de partida que podem modificar o significado do passado, do

presente e do futuro, podendo dar lugar a novas ações e projetos a partir da vinculação com o imaginário social.

Na perspectiva de Vázquez a memória se apresenta como antítese de um processo acabado que contesta radicalmente as concepções da memória como simples reprodução e reiteração inalterável de acontecimentos cronologicamente ordenados e invariáveis: “(...) *resulta erróneo considerar la memoria como simple conservación de acontecimientos del pasado. La memoria se construye en cada relación, mediante la negociación, la dialéctica, la justificación y la acción conjuntas. En este sentido, toda memoria es compartida*” (Vázquez, 2001:130).

Entendida desta maneira, a memória é um processo dinâmico e conflitivo relacionado com cenários sócio-comunicativos, de modo que fazendo memória, através dos nossos discursos, reproduzimos e transformamos nossas relações, ou seja, nossa memória se transforma na relação e transforma simultaneamente as relações.

Fazendo referência ao passado, presente e futuro, Vázquez coloca o tempo no espaço das relações humanas e da produção dos discursos, nesse sentido, reforça que o “*fazer memória*” não é transpor o passado para o presente, e sim dotar de significado o presente. Dito de outra maneira, a construção do passado é suscetível a adquirir novos significados, que agregam fatos do passado, do presente e do futuro onde diversas interpretações passam a constituir versões da memória, mediante diferentes pontos de vista (Vázquez, 2001:149). Assim, a memória é sempre criação de novos sentidos e não reprodução.

O estudo da memória não pára por aí; nas últimas décadas outros autores vêm estudando o tema. O próprio Vázquez destaca a ampla gama de enfoques dos estudos sobre a memória e o esquecimento que encontramos na Psicologia. Ele aponta os estudos psicanalíticos centrados na explicação dos mecanismos de repressão: Käs (1988), Viñar

(1995); os estudos, cujo enfoque são os processos cognitivos, que é a grande maioria: Neisser (1982); Delclaux e Seoane (1982, citado em Vazquez, 2001); Cohen (1989, citado em Vazquez, 2001); Lieury (1989, citado em Vazquez, 2001); Baddley (1990); Rui Vargas (1991, 1994); Cano e Huici (1992, citado em Vazquez, 2001); Garzón (1993); Clark e Stephenson (1995, citado em Vazquez, 2001); Schacter (1996, citado em Vazquez, 2001). E enfatiza os estudos, cujas formulações são de caráter eminentemente social: Stoetzel (1962, citado em Vazquez, 2001); Connerton (1989); Middleton e Edwards (1990); Billig (1990); Shotter (1987; 1990); Fernández Christlieb (1991, 1994, citado em Vazquez, 2001); Edwards e Middleton (1986, 1988); Edwards e Potter (1992).

Cada um desses enfoques, evidentemente, veicula uma determinada concepção do ser humano, do conhecimento, dos fenômenos e processos sociais e, obviamente da própria Psicologia, com suas tensões e “*veladas relações de poder*”, como afirma o próprio autor.

Caberá, portanto, em nossas análises, considerar as contribuições desses estudos da memória que se articulam com os referenciais teóricos expostos na primeira parte deste capítulo – que em parte já iniciamos – tendo em vista desenvolver uma linha argumental que inter-relacione a memória coletiva e a consciência política.

CAPÍTULO II

Memória Coletiva de Eventos Políticos

*Lo que brilla con luz propia
nadie lo puede apagar.
Su brillo puede alcanzar
la oscuridad de otras cosas.
Qué pagará este pesar
del tiempo que se perdió.
de las vidas que costó,
de las que puede costar.
Lo pagará la unidad
de los pueblos en cuestión,
y al que niegue esta razón
la Historia condenará.*

(Pablo Milanes)

Neste capítulo, “*Memória Coletiva de eventos políticos*”, discutiremos as investigações sobre a memória que vem sendo realizada nas últimas décadas em diferentes países tanto da Europa quanto no continente americano, desenvolvidos por autores, especialistas nas áreas de psicologia, sociologia, educação e filosofia. Trataremos de mostrar a convergência existente entre tradições bem distintas que vão desde a psicologia experimental até as áreas das ciências sociais que se utilizam dos instrumentos da análise de discurso, como é o caso dos sócio-construcionistas. São estudos que oferecem contribuições teóricas e metodológicas para o estudo da memória coletiva e identidade demonstrando diferentes perspectivas de análise da memória de uma sociedade.

Ao realizarmos nossa revisão bibliográfica, percebemos que muitos estudos abordam o trauma psicológico sofrido pelas vítimas dos regimes ditatoriais, especialmente na Espanha e nos países do Cone Sul. Nesse sentido, teremos o cuidado de diferenciar os estudos que enfocam a memória de eventos políticos, que não abordam o trauma psicológico, daqueles estudos que se referem mais diretamente ao trauma, provocado pela

violência política, que atingiu grande número de pessoas, tanto nos países do Cone Sul - como Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai – quanto em países como a Espanha, que viveu uma guerra civil seguida da longa ditadura franquista e os países diretamente atingidos pela II Guerra Mundial.

Cabe ressaltar, como aponta Huyssen (2000), que desde os anos 80, vivemos uma época de ascensão de uma “*cultura da memória*”, provocada por uma multiplicidade de fatores, especialmente por eventos políticos marcantes como o fim das ditaduras na América Latina, a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética – as transformações no universo interno e externo dos regimes capitalista e comunista – e o fim do regime sul-africano do *apartheid*, bem como o crescente foco cultural nas histórias de minorias e políticas de identidade.

Embora o trauma político não seja o objeto de nosso trabalho, pois não trabalhamos com as testemunhas que viveram diretamente o período da ditadura militar no Brasil, não podemos deixar de apontar os trabalhos que versam sobre a memória a partir do trauma político, visto que grande parte dos estudos sobre a memória enfatiza o trauma sofrido pelas vítimas, em consequência da violência política que marcou sobremaneira a experiência latino-americana.

Portanto, dividiremos este capítulo em duas partes: uma primeira em que destacaremos os estudos da memória de eventos políticos e públicos, que enfocam a problemática geracional e que compreendem vários estudos realizados em diferentes países como Espanha, Bélgica, Itália, Inglaterra, França e EUA. E, uma segunda parte, em que daremos ênfase aos estudos sobre o trauma sofrido pelas testemunhas diretas destas experiências autoritárias, que produziram um número incontável de vítimas, especialmente na América Latina.

Desta maneira, nos interessa, tanto os eventos que são analisados do ponto de vista do impacto sociopolítico - que aqui estamos chamando de *eventos políticos ou públicos* - quanto os que denominamos “*eventos traumáticos*”, que são analisados do ponto de vista do trauma que provocam e das ações de resistência contra a violência política dos governos ditatoriais e em defesa dos direitos humanos.

1. Eventos Políticos ou Públicos

Ao percorrer a literatura sobre os estudos da memória não faltam estudos sobre a memória social e coletiva, tanto na Europa quanto no continente americano. Apresentamos aqui, as pesquisas sobre memória realizadas na Europa, ressaltando que uma grande parte foi desenvolvida por autores espanhóis, especialmente, motivados pelos impactos produzidos pela Guerra Civil Espanhola e a repressão política exercida pela ditadura franquista. A nossa experiência de pesquisa junto à Universidade Autônoma de Madri, proporcionada pelo apoio financeiro da CAPES²¹, por meio de seu programa PDEE²² e com a colaboração do professor Dr. Amalio Blanco, contribuiu, de maneira especial, para o acesso a uma vasta bibliografia espanhola e a um bom número de estudos realizadas por italianos, ingleses, belgas e norte-americanos.

²¹ CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

²² PDEE - Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior.

1.1. Os Estudos da Memória e a Experiência Espanhola

Na Espanha, a maioria desses estudos se refere à memória da Guerra Civil Espanhola. Muitos autores espanhóis vêm se dedicando a esta temática, como os psicólogos Alberto Rosa, Nekame Basabé, J. K. Herranz, J. F. Valencia, Felix Vázquez e Lupicinio Iñiguez, a cientista política Paloma Aguilar e o psicólogo chileno Darío Paez, que há vários anos desenvolve pesquisas na Espanha. Apontaremos aqui os principais estudos sobre a memória realizados na Espanha, explicitando sobre o que versam e sobre que tipo de abordagem dão a memória.

Iniciamos pelo estudo de Paloma Aguilar (1996) “*Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*”. Nesse estudo, a autora utilizou diferentes fontes escritas sobre o franquismo. Entre elas, encontram-se uma coleção dos noticiários e documentos oficiais, livros de textos sobre a história e formação política – utilizados nos diferentes níveis do ensino obrigatório no período que ia do final da Guerra Civil até a morte de Franco – e uma série de gráficos denominados *No-Do*, que contém indicações das porcentagens e tempo dedicados às notícias sobre a Guerra Civil. Para aprofundar o estudo do período da transição, ela utilizou ainda a documentação das Cortes, os debates parlamentares, a legislação, a imprensa, as memórias e autobiografias, as obras de alguns intelectuais e outras publicações oficiais (Aguilar, 1996:58-59).

A grande preocupação de Aguilar era analisar o discurso acerca da Guerra Civil Espanhola (GCE) e, por meio dessas múltiplas fontes, compreender como foi transmitida essas lembranças e qual a importância que tiveram nos inícios da política democrática. Interessava-lhe compreender a política de socialização do regime franquista e os valores que se associavam a memória da guerra e, fundamentalmente, que tipo de aprendizagem política esses acontecimentos propiciaram aos espanhóis. A autora tinha o objetivo de

aprofundar-se na compreensão das peculiaridades das mudanças políticas advindas da transição política na Espanha (Aguilar, 1996).

Um dos grandes motivos que levou Aguilar a essa pesquisa é a existência de um paradoxo bastante significativo na sociedade espanhola: por um lado, encontrava-se uma vasta produção de material literário e cinematográfico sobre o tema da Guerra Civil, por outro lado, a insistente difusão, por parte da imprensa, da idéia de que “*os espanhóis não têm memória*”, dado que a memória coletiva traumática da Guerra Civil Espanhola, segundo ela e outros autores, parecia ter sido esquecida (Aguilar, 1996). Além disso, a autora afirma que houve, na Espanha, um pacto entre as elites para silenciar as vozes do passado, especialmente porque se temia um eminente ressurgimento de velhos rancores da guerra. Em outras palavras, podemos dizer que houve um “consenso” forçado na Espanha.

Por essa razão, Aguilar procura responder em sua pesquisa: Por que a função da lembrança da Guerra Civil na Espanha foi pacificadora? Por que prevaleceu a manutenção da ordem pública e a paz social? Por que se adotou o consenso como forma de atuação política? Para isto, se propõe a analisar que tipo de tratamento oficial se deu a este acontecimento no período de transição (Aguilar, 1996:57).

Aguilar chama a atenção para o fato de que houve um tipo de socialização política durante o regime franquista que instaurou um clima de medo nos espanhóis - como se a democracia fosse instaurar o caos e a violência – o que explica a atitude dos espanhóis em evitar, a qualquer custo, que os acontecimentos da guerra civil se repitam: “*(...) solo un recuerdo de la guerra civil del tipo que existía en Espanha debido, entre outros fatores, a la socialización franquista pudo favorecer el consenso en la transición*” (Aguilar, 1996:57).

Dito de outra maneira, o próprio processo de socialização, que se deu ao longo do franquismo, contribuiu para explicar a atitude dos espanhóis nesse período, tendo em conta

os valores que o regime tentou inculcar, os instrumentos que foram utilizados e o grau de êxito alcançado nessa empreitada. Desde o princípio, segundo Aguilar, as lembranças da Guerra Civil foram associadas à estabilidade política, à paz social, à convivência e à unidade nacional e, de maneira especial, ao progresso econômico e à elevação global do nível de vida das pessoas (Aguilar, 1996), de modo que, houve uma clarividente manipulação das lembranças. E para fazer essa análise a autora parte do princípio que o franquismo

“(...) inculcó un miedo feroz, obsesivo y omnipresente a la repetición de la Guerra Civil, justificando la pervivencia del régimen aludiendo a los supuestos peligros que una democracia liberal podía tener para España, parapetándose así tras un recuerdo traumático sobre el que ya existía un consenso del Nunca Más” (Aguilar, 1996:57).

Por esta razão, Aguilar (1996) não deixa de analisar os inúmeros símbolos franquistas utilizados em grande medida nas comemorações (dia da vitória, dia da unificação, dia da rebelião, dia do caudillho, dia dos caídos, etc). São elementos que funcionam como artefatos da memória e se estabelecem como lugares da memória²³ conforme propõe Pierre Nora (1984), mas, neste caso, servindo à manutenção da “memória dos vencedores”. Esses símbolos franquistas são considerados pela autora como mecanismos utilizados pela ditadura para levar ao esquecimento, o que hoje denominaríamos *políticas de esquecimento*, adotadas a fim de manipular a memória de uma sociedade.

Não nos restam dúvidas de que seu trabalho contribuiu e contribui para impulsionar, como ela mesma diz,

²³ Sobre “os lugares da memória” ver Pierre Nora (1984), autor francês e um dos primeiros a dedicar-se aos estudos dos lugares da memória em que destaca os lugares enquanto espaço material onde se dá as lembranças, as comemorações, os monumentos, os museus, as festas e os símbolos e os “lugares”

“(...) una nueva aproximación tanto al estudio de los regímenes autoritarios con al de los procesos de transición política. En ambos campos de investigación se ha venido soslayando el estudio de la memoria y el aprendizaje de las colectividades por ser considerados aspectos prácticamente inaccesible al investigador social” (Aguilar, 1996:24).

Paloma Aguilar nos desafia a buscar novas fontes e metodologias apostando na interdisciplinaridade, peculiar ao estudo da memória e aprendizagem de uma sociedade. Cabe ressaltar que, embora a autora tivesse como ponto de partida a existência de uma “*memória traumática*” que “*forçou*” uma atitude pacificadora, dada a manipulação por parte do poder ditatorial, situamos seu trabalho nesta seção de “*Eventos políticos*” pela ênfase dada à questão da aprendizagem política que advém do processo de socialização desse período.

No que tange à memória da ditadura franquista, especificamente, não encontramos muitos estudos, encontramos, sim, uma enorme gama de livros publicados por historiadores, com especial destaque para aqueles que se dedicam ao estudo da “História da Espanha”. Dentre elas, vale destacar a obra de Nicolás Sartorius e Javier Alfaya (2002), intitulada “*La memoria insumisa: sobre la dictadura de Franco*”, na qual fazem uma reflexão sobre o franquismo, enfatizando as características principais deste regime, essencialmente, baseado na repressão, na prisão, na perseguição das liberdades, no fundamentalismo católico, no isolamento internacional, na censura, na desinformação massiva, no genocídio cultural das nacionalidades e no seu caráter classista e militarista. Embora não seja um estudo que se pretenda histórico, os autores acabam por fazer uma excelente fundamentação histórica de maneira muito crítica. E deixam claro o objetivo de

constituídos pelos sujeitos coletivos, responsáveis pela transmissão da memória: a família, a escola, a igreja, o Estado.

mostrar às novas gerações, o que foi a ditadura de Franco, com uma séria preocupação de não permitir que se “*furtem*” a memória das novas gerações.

Como diz José Maria Vargas²⁴ (1997), o estudo da memória significa muitas coisas para muita gente. Por esta razão, encontramos vários autores que desenvolvem estudos da memória coletiva e centram sua preocupação em questões mais teóricas, e muitos que se utilizam das pesquisas de campo para desenvolver suas teorias ou sustentar teorias já existentes. Dentre os autores que se voltam mais para questões teóricas, encontramos Alberto Rosa, Guglielmo Bellelli e David Bakhurst (2000), que estão interessados nas questões que se referem ao estudo da memória e identidade nacional. Estes autores procuram oferecer um marco geral conceitual e relacional entre memória coletiva e identidade nacional, afirmando que memória, história, nação e identidade são palavras que estão presentes no discurso público cotidiano, como conceitos explicativos dos conflitos sociais.

Nesta perspectiva, estabelecem uma relação entre a memória e o eu pessoal e a constituição da identidade pessoal e social. Partindo de uma concepção do sujeito psicológico e social, esses autores buscam uma articulação entre a ciência cognitiva contemporânea e o estudo de certas ciências da cultura. No que tange à passagem para a identidade nacional, os autores procuram vincular o desenvolvimento histórico da ideologia nacionalista com a constituição dos estados nacionais modernos e o pacto de interesses que atuam como fundamento, tanto para legitimação contínua do Estado, quanto para fundamentar os sentimentos identitários de seus cidadãos.

²⁴ José Maria Ruiz-Vargas é pesquisador e professor titular de psicologia da memória da Universidad Autónoma de Madrid e tem se dedicado ao estudo experimental da memória, preocupando-se em compreender como funciona memória, a lembrança e o esquecimento. Nesta perspectiva, tem desenvolvido já alguns anos debates, encontros e pesquisas sobre a memória humana especialmente dentro da psicologia cognitiva.

Cabe ressaltar, que as formas de ação, que se dão na sociedade nacional com seus símbolos e cultura, se confundem com as biografias individuais a ponto de a nação aparecer como fato natural e constitutivo do ser individual e coletivo. Nesse sentido, a identidade nacional não fica restrita à dimensão cognitiva, mas invade os âmbitos emocionais e morais “(...) *la identidad nacional se muestra tanto en el plano de lo que uno siente que es, como en el de lo que debe y quiere ser.*” (Rosa, Bellelli & Bakhurst, 2000:21).

Assim sendo, tanto a simbologia nacionalista, quanto as narrações sobre o passado comum, entre elas a história (científica e transmitida no ensino obrigatório), estão entre os componentes da lembrança coletiva que fazem parte das memórias sociais. E, ao fazer parte das representações culturais do grupo cultural constituem, elas mesmas, uma das bases da identidade (Rosa, Bellelli & Bakhurst, 2000). Portanto, os autores apontam para o fato de que o caráter emocional da simbologia nacionalista é extremamente persistente, podendo ser uma das causas da dificuldade de se conseguir mudanças nas mentalidades coletivas.

Para eles, “(...) *la identidad es imposible sin la memoria, pero también sin alguna forma de conciencia*” (Rosa, Bellelli & Bakhurst, 2000:43). Segundo os autores, fazemos memória a fim de construirmos identidades. Nesse sentido, a identidade é um construto que se refere tanto a um “*eu permanente*”, que perdura através do tempo, quanto à atribuição a uma categoria, ou ao sentimento de pertença a um ou outro grupo. Observe-se que na memória inter-atua passado, presente e futuro. Nosso presente é o que herdamos do passado para construir o futuro com os recursos que o próprio passado nos legou. A memória, assim “(...) *torna acessível o passado através de processos de lembranças que são o resultado da ativação das marcas de experiências passadas a serviço das ações atuais*” (Rosa, Bellelli & Bakhurst (2000:44). Além das marcas da experiência passada, os

grupos humanos desenvolveram procedimentos para ampliar a capacidade de manter registros do passado para além da capacidade de registrar marcas na memória biológica corporal. São os chamados “*artefatos da memória*”²⁵ como rituais, monumentos, sistemas de anotações, poemas, histórias, que são utilizados como formas de manter a memória, de manter as experiências para muito além do limitado tempo da vida humana. Estes artefatos fazem com que um indivíduo acesse a experiência acumulada pelo grupo, tornando possível a cultura. A idéia de artefatos da memória é desenvolvida também por Alan Radley (1992) que afirma

“Hay objetos creados especialmente para ayudarnos a recordar. (...) la gente crea objetos o instala artefactos para que algo sea recordado o conmemorado en el futuro. El mundo de los objetos como cultura material representa, por lo tanto, el registro tangible de los logros humanos, tanto sociales como individuales” (p. 65).

Não obstante, por mais artefatos que se possa criar para recuperar o passado, como sustentam muitos autores, nem tudo se recupera. Temos que considerar que “(...) *solo se recuerda aquello que sirve para algo en el curso de las acciones presentes*” (Rosa, Bellelli & Bakhurst, 2000:44). Dessa forma, tão importante quanto à lembrança é o esquecimento, que poderíamos considerar como a não ativação dos rastros do passado. Segundo os autores, quando não se ativa uma memória durante certo tempo, torna-se mais difícil ativá-la, ficando cada vez mais no passado.

Rosa, Bellelli e Bakhurst (2000) seguem os mesmos passos de Bartlett, que dizia que não existem memórias específicas armazenadas na mente e no cérebro, mas somente traços deixados por experiências (esquemas) que se transformam cada vez que se ativam para produzir uma experiência concreta no curso de uma ação. Nesse sentido, as memórias

²⁵ Para mais detalhes ver o texto de Radley, A. (1992). “Artefactos, memoria y sentidos del pasado”.

não são fixas, são recriações do passado que produzem um sentido de continuidade, um sentimento de ser uma entidade com passado e com futuro. Desse modo

“Recordar algo es, entonces entretejer la experiencia de activación conciente de estos trazos del pasado en el flujo de acciones actuales y así, darles significado. De este modo, los recuerdos tienen un contenido y una forma que los constituyen. El lenguaje, y a través de el, las jergas grupales, los géneros de habla, los recursos literarios, contribuyen a la forma que finalmente toman los resultados de los actos del recuerdo, particularmente cuando se comunican a otras personas” (Rosa, Bellelli & Bakhurst (2000:45).

Portanto, os autores esclarecem que quando as lembranças se referem à experiência pessoal, eles chamam de memória individual; quando se referem ao passado do grupo, as denominam memórias sociais e, se estas cumprem alguns requisitos institucionais, as chamam história (Rosa, Bellelli & Bakhurst, 2000). De qualquer maneira, ambas se apresentam como produto, como uma produção lingüística de um ator, seja ele individual ou coletivo, podendo ser submetida, como afirmam os autores, à análise de discurso. Não fica muito claro se Rosa, Bellelli e Bakhurst fazem distinção entre o conceito de memória social ou coletiva. Entretanto, ao fazerem menção a “*memória coletiva*”²⁶, reafirmam o conceito desenvolvido por Halbwachs (1990), de que toda memória humana tem uma natureza social e que se ancora em quadros sociais (grupos, instituições, linguagens, espaço e tempo).

As memórias autobiográficas, por sua vez, além de serem experiências próprias, contêm informações relativas ao eu. Muitas dessas memórias são compartilhadas com o corte geracional e incluem referências a eventos públicos (ver, por exemplo, as autobiografias do período da ditadura militar, muitas são uma denúncia ao que ocorreu no regime). Algumas dessas memórias recebem uma atenção pública especial, conservando-se

²⁶ Desenvolvemos este conceito no primeiro capítulo.

por meio de rituais, representações gráficas, estátuas, edifícios etc., outras, entretanto, são totalmente esquecidas.

Outra contribuição importante é de Adela Garzón (1998) que salienta a importância dos psicólogos sociais recuperarem os marcos sociais da memória, reconhecendo que foram os psicólogos cognitivistas, na década de 60, os primeiros a recuperarem o contexto social da memória. A autora procura esclarecer alguns aspectos básicos das pesquisas atuais sobre memória coletiva, assinalando que os dois pontos principais, no estudo dos processos de memória a serem esclarecidos, dizem respeito ao ator e ao conteúdo da memória.

De acordo com Garzón (1998), existem formas de abordar a memória: uma mais radical, que entende como memória coletiva a atividade mental realizada por um sujeito coletivo – desse ponto de vista a memória coletiva se contrapõe à memória individual; e outra, que define memória coletiva em função do seu conteúdo (o que é armazenado pela memória) – que seria a memória de fatos coletivos, em que o ator tanto pode ser um, quanto vários sujeitos independentes ou isolados. Garzón afirma que, mesmo as pesquisas sobre a lembrança de fatos sociais como uma guerra, uma catástrofe, um acontecimento político relevante - que se entendem como memória coletiva - às vezes, não deixam de ser o estudo de memórias individuais sobre fatos coletivos.

Como a maioria dos estudiosos sobre memória, Garzón compartilha a idéia de que as memórias individuais e coletivas cumprem nitidamente a função de manter e fomentar a identidade individual e coletiva (Garzón, 1998). E, apoiando-se nas idéias de Charles Blondel (1964), admite que a memória, em seu aspecto mais pessoal, tem sua origem no social e só é possível porque existem os marcos coletivos. Nessa perspectiva, a memória se desloca do marco ao quadro e não o inverso: *“Por exemplo, para recordar a data de um acontecimento político (quadro) partimos do conhecimento da história política do país*

(marco) e a partir dele se reconstrói o momento de ocorrência do fato político com mais ou menos exatidão” (Garzón, 1998:23).

Transportando-nos, agora para experiências empíricas, encontramos as pesquisas de Valencia e Páez (1999) que analisam o efeito geracional nas lembranças de fatos históricos. Nesse estudo, os autores selecionaram sujeitos de várias cidades espanholas e de diferentes cortes geracionais, a saber: menos de 25 anos; 25-29 anos; 30-35; 36-40; 41-45; 46-50; 51-60 e acima de 60 anos.

Valencia e Páez (1999) trabalharam com perguntas abertas e fechadas sobre a Guerra Civil e a transição, chegando à conclusão de que, de uma forma geral, pelo menos 50% de todos os cortes geracionais mencionavam a Guerra Civil como um dos fatos históricos do século XX. Os autores supõem que a grande produção de obras de artes, filmes, novelas, séries, inclusive as comemorações que retratam esse período, permitem que estes eventos sejam ativamente lembrados pelas diferentes gerações. Contudo, existe um efeito de corte geracional na lembrança da geração que viveu a transição na Espanha no período de sua adolescência e juventude, período este que os autores consideram como o período de formação da identidade. Isto quer dizer que aqueles que eram adolescentes e jovens, naquele período, lembram muito mais que as gerações anteriores e posteriores. Estas afirmações estão fundamentadas em Mannheim (1952) e são corroboradas por Schuman, Belli e Bischooping (1998), por James W. Pennebaker e Becky Basanick (1998) e James W. Pennebaker e D. Michael Crow (2000), como veremos mais adiante.

Na segunda pesquisa, José Valencia e Darío Páez (1999), a partir dos processos de memória coletiva, que são considerados por meio da comunicação (falar), da reavaliação (pensar) e da inibição (evitar falar), analisaram o impacto de acontecimentos coletivos que re-atualizam o passado. Eles analisaram o efeito provocado por uma novela chamada “Fiesta” que defendia o franquismo e apresentava os republicanos (que combatiam a

ditadura) como responsáveis pelos massacres ocorridos na Guerra Civil. A novela provocou muita polêmica na sociedade espanhola, que se mobilizou contra a novela para manifestar o seu repúdio contra a manipulação histórica.

Os autores procuraram fazer a relação entre o corte geracional, a polêmica pública e os processos de lembrança. A pesquisa mostrou que a comunicação e reflexão sobre o evento foram mais intensas nos lugares onde a realização da novela reavivou a polêmica sobre o que ocorreu durante a Guerra Civil, levando-os a concluir que “(...) *las polémicas públicas (elementos rituales como conmemoración u obras de arte) tienen un efecto refuerzante de los procesos interpersonales e intra personales del recuerdo del pasado colectivo*” (Valencia & Páez, 1999:28-29). Eles concluíram também, que existe uma associação linear entre a idade e as proximidades com o fato histórico (Guerra e pós-guerra ou transição), ou seja, a geração pós-guerra, que hoje se encontra na faixa dos 64 a 69 anos, e a geração que viveu os inícios do franquismo, entre 53-63 anos, mostraram menor interesse em falar do acontecimento, de modo que, procuravam evitar o tema. Entretanto, a geração que foi socializada na democracia, ou seja, os que hoje têm menos de 30 anos, além de falar mais, procuravam saber o significado da polêmica pública. Sendo assim, os autores afirmam que

“(...) parece que la polémica pública refuerza los efectos inhibitorios y de distanciamiento de lo ocurrido, en otras palabras, refuerza la actitud dominante de distanciamiento de temas políticos y de la Guerra Civil que vivieron en sus años de formación de identidad. Se puede decir que aún en la actualidad estas generaciones están perdidas para la acción política” (Valencia & Páez, 1999:29).

Apesar da distância temporal, o clima de medo e inibição permanece na geração que vivenciou o período na idade da sua adolescência e juventude, reforçando o que a teoria de efeito geracional sugere.

Seguindo esta mesma linha de pesquisa, Karnele Herranz e Nekame Basabe (1999), num estudo sobre a identidade nacional, ideologia, política e memória coletiva, analisam a relação entre identidade social (nacional e étnica)²⁷ e a Guerra Civil Espanhola e o pós-guerra, aplicando questionários a pessoas de diferentes comunidades autônomas²⁸ da Espanha: País Basco, Castilha-Leon, Catalunia, Madri e Andaluzia. Eles utilizam as mesmas estruturas de pesquisa dos autores Valencia e Paez (1999): uma primeira pergunta aberta para analisar uma das variáveis que Herranz e Basabe (1999) denominam “*recuerdo libre de hechos históricos*” que versa sobre o que as pessoas falam sobre os eventos históricos ou políticos mais importantes do século XX e, uma segunda variável, que nesta pesquisa, refere-se ao reconhecimento de fatos negativos ou traumáticos que afetaram as suas famílias. Em seus resultados, os autores mostram que mais de 60% dos entrevistados consideram a Guerra Civil Espanhola como um dos acontecimentos mais importantes para Espanha. Contudo, existem diferenças quanto à identidade étnica: o esquecimento de acontecimentos coletivos negativos está vinculado à identidade nacional²⁹ (espanhola); a identidade étnica (basca), por sua vez, se vincula aos acontecimentos políticos relevantes como a transição política. No que diz respeito à ideologia política, os

²⁷ Para estes autores existe uma relação estreita entre identidade social e memória coletiva. Sendo que a memória coletiva é entendida como um atributo da identidade social, como estratégia de construção da identidade ou como um processo que reflete a identificação étnica. A identidade social “*se refleja en un recuerdo selectivo de lo positivo, un olvido de los hechos negativos y una reconstrucción positiva del pasado del grupo étnico o nacional*” (Herranz & Basabe, 1999:33). A identidade nacional e étnica têm em comum os seguintes atributos: um nome próprio comum que define a comunidade; um território histórico ou um lugar de origem; uma cultura compartilhada ou pública como a religião, os costumes e a linguagem e uma memória coletiva que corresponde a mitos e memória de um passado comum. Além dos atributos comuns, a identidade nacional diz respeito a uma série de direitos e obrigações comuns; a identidade étnica, por sua vez, se define por um sentido de solidariedade e um mito de ascendência comum e ressalta uma representação de continuidade e homogeneidade de uma comunidade, através da língua, cultura e raça (Herranz & Basabe, 1999:32).

²⁸ A Espanha está dividida em comunidades autônomas – que possuem idiomas próprios como País Basco, cuja língua é o Euskeda; Catalunia, cujo idioma é o catalão; Andaluzia e Madri, que falam o castelhano, com diferenças na pronúncia e Galícia, que fala o galego. Nesse sentido, há que se considerar a presença de um forte nacionalismo étnico entre os espanhóis do País Basco, e a ausência de nacionalismo étnico entre os espanhóis de outras localidades como Madri, Sevilha e Salamanca. A questão étnica é muito forte e tem chamado muito a atenção para inúmeros estudos sobre identidade nacional.

²⁹ Esta distinção entre identidade étnica (basca) e identidade nacional (espanhola) são os próprios autores Herranz e Basabe (1999) que fazem.

sujeitos, com orientação mais de esquerda, lembram muito mais os eventos da ditadura de Franco que os sujeitos com orientação de direita (Herranz & Basabe, 1999).

A partir desses resultados, os autores confirmam que a identidade social (nacional e étnica) está associada tanto à lembrança dos fatos históricos quanto aos processos de comunicação (falar, pensar ou evitar falar). E, nesse sentido, a identificação com o grupo se associa às lembranças dos usos, costumes e valores dos grupos. Por essa razão, os autores concluem que, o grupo basco, lembra mais dos acontecimentos de sofrimento, as lutas e conquistas, acontecimentos estes que são esquecidos pelo grupo espanhol.

Dos estudos vistos até agora, grande parte deles pertencem à tradição cognitivista ou sócio-cognitivista e, muitos deles se utilizam de metodologias e análises, essencialmente, quantitativas.

Como o tema da Guerra Civil fomentou muitas pesquisas empíricas na Espanha, não poderiam faltar os estudos dentro da abordagem sócio-construcionista³⁰ ou como alguns chamam, construcionismo social, que concebem a memória como construção social.

Félix Vázquez, que como dissemos no capítulo anterior, faz fortes críticas a esta tradição, considera que, nestes estudos cognitivistas, é o pesquisador quem determina, através das lembranças dos sujeitos como a memória é conceituada e operacionalizada: *“Acostumbra ser el/la analista quien define el status factual y cognitivo de las producciones discursivas de los/las participantes a partir de su conceptualización como productos elaborados en la memoria”* (Vázquez, 2001:111). A perspectiva deste autor

³⁰ O sócio-construcionismo ou construcionismo social (Hoffman, 1996) defende que as idéias, os conceitos e as lembranças surgem do intercambio social e são mediatizados pela linguagem. Todo conhecimento é resultado de uma construção coletiva e as práticas sociais constroem a realidade. O sócio-construcionismo tem como antecedentes, na vertente sociológica, o interacionismo simbólico de Mead (1982); a etnometodologia de Garfinkel (1967) e Heritage (1984) e o trabalho de Berger e Luckman (1973) *“A construção Social da realidade”* e na vertente psicológica, uma das principais referências tem sido os trabalhos de Gergen (1973; 1990; 1996), seguido dos trabalhos Armistead (1974) e mais recentemente Bruner (1990) e os estudos dos psicólogos que, na linha de um construcionismo prático, desenvolvem a psicologia discursiva Billig (1987); Edwards (1997); Edwards e Potter, 1992; Parker, 1992; Potter, 1998; Potter e Wetherel, 1987).

contrapõe-se a esta postura ao defender que a memória é uma prática relacional concebida como processo e produto social e, como tal, não é expressão de estados mentais e, sim, de práticas discursivas como maneira de falar sobre diferentes temas mediante os quais estabelecemos e mantemos relações. Desta feita, as produções discursivas, através da negociação de significados, são elementos fundamentais na construção da memória.

Vázquez em co-autoria com Lupicinio Iñiguez e Jose Valencia (1998) realizaram um estudo acerca da construção da memória e do esquecimento da Guerra Civil Espanhola com estudantes da Universidade Autônoma de Barcelona. Os autores usaram um questionário com quatro perguntas totalmente abertas, com o objetivo de identificar as principais narrativas sobre a Guerra Civil Espanhola, a democracia e a ideologia política. Embora se centrem nos eixos narrativos, os autores também se utilizaram de análises estatísticas, classificando os dados em quatro conjuntos de informações: a) uma primeira em que fazem uma descrição geral lexicométrica, a partir do número de vezes que as palavras aparecem, neste caso, utilizaram as que apareciam mais de 20 vezes; b) uma segunda que verifica as concepções da Guerra Civil classificando os indivíduos a partir de seus estilos narrativos, como por exemplo, os cronistas, os objetivistas, os antagonistas e os polarizadores; c) e uma classificação das formas léxicas que permitiu extrair categorias que configuram as diversas opções da Guerra Civil Espanhola (Iñiguez, Valencia & Vázquez, 1998).

Não muito diferente das conclusões dos autores com tendência mais cognitivista, Vázquez, Iñiguez e Valencia (1998) identificaram várias narrativas diferentes que dizem respeito à pertença ao grupo social que influencia a forma de construção da memória e que reforçam as teses de Halbwachs (1990), de que, por mais individual que seja nossas lembranças, estas sempre estão relacionadas com aquilo que compartilhamos com outras pessoas. Em outras palavras, os autores afirmam que os grupos, categorias sociais e

coletivos sociais constroem diferentes memórias sociais que moldam e são moldadas por suas subjetividades.

1.2. Os Estudos da Memória e a Experiência Britânica

O interesse pelo estudo da memória e do esquecimento tem despertado o interesse, também, dos psicólogos do Reino Unido como Michael Billig (1992), David Middleton e Derek Edwards (1992), que estão preocupados com a forma como a lembrança e o esquecimento são partes integrantes das práticas sociais.

Assim como Vázquez, a memória coletiva é estudada por eles numa perspectiva sócio-construcionista, destacando-se em seus estudos o caráter social, conversacional e compartilhado da memória. Nesse sentido, eles enfocam os aspectos conversacionais procurando compreender “(...) *como la gente representa su pasado y construye versiones de los hechos cuando se refiere a ellos*” (Middleton & Edwards, 1992:39).

Para compreender estes aspectos conversacionais, Edwards e Middleton (1992) não estudaram um evento especificamente, mas compararam algumas práticas discursivas de um grupo de estudantes, analisando-as a partir de um enfoque sócio-psicológico. Nesta mesma perspectiva sócio-construcionista, encontramos o estudo de Billig (1992) que analisa como as famílias britânicas falam da monarquia e desenvolve, essencialmente, a relação entre a ideologia e a família britânica. Seu trabalho chama a atenção para importância da ideologia na construção da memória social, pois se concebemos que a memória é determinada coletivamente também o será ideologicamente. Para ele a

“(...) ideología será una forma de memoria social en la medida en que constituya lo que se recuerda colectivamente y también lo que se olvida o qué

aspectos de la historia de la sociedad siguen siendo conmemorados y cuales son relegados a los archivos del olvido” (Billig, 1992:77).

Suas afirmações são, particularmente, importantes para estudos da memória de períodos repressivos, já que existe uma forte manipulação por parte do poder instituído, especialmente, quando são ditatoriais.

1.3. Os Estudos da Memória e a Perspectiva Italiana

Em uma perspectiva diferente daquela apresentada por britânicos e espanhóis de linha sócio-construcionista, encontram-se vários autores italianos como Guglielmo Bellelli, Bruno Mazzara, Giovanna Leone e Paolo Jedlowisk (2000), os quais estão mais voltados as questões teóricas e metodológicas, que estão implicadas no conceito de memória coletiva e que trazem à luz as polêmicas que giram em torno deste conceito. Mazzara (2000), apresentando as perspectivas de ordem teórico-metodológicas, discute a polêmica que caracteriza, atualmente, o debate em psicologia no que se refere à memória coletiva, enquanto processo que se localiza na “*encruzilhada*” entre dinâmicas cognitivas e processos de construção social, ou seja, entre os enfoques de tipo cognitivistas e os *socio-construtivistas*³¹.

O autor procura evidenciar alguns problemas de caráter teórico e metodológico no estudo da memória coletiva e defende a necessidade de uma relação mais flexível entre as

³¹ Entendemos que o autor utiliza o termo sócio-construtivista como sinônimo de sócio-construcionista, já que vinculam o termo à psicologia discursiva, indicando os mesmos autores que apontamos como sócio-construcionistas (Edwards e Potter, 1992; Parker, 1992; Potter e Wetherel, 1987). Ver nota de rodapé nº 30. Cabe ressaltar que, o termo socioconstrutivismo é muito utilizado no Brasil pelos que trabalham com o ensino-aprendizagem e, apesar de contemplar muitas questões divergentes, normalmente, se entende o socioconstrutivismo como uma teoria que vem sendo desenvolvida a partir dos estudos de Vygotski e seus seguidores. A grosso modo, podemos dizer que o socioconstrutivismo enfatiza a construção do conhecimento numa visão social, histórica e cultural, destacando o papel da linguagem como uma poderosa “ferramenta cultural”. Ao nos referirmos às idéias deste autor, Mazzara, manteremos o mesmo termo utilizado por ele (sócio-construtivista) na perspectiva dos autores sócio-construcionistas.

perspectivas cognitivistas e sócio-construtivistas, procurando estabelecer certa integração entre as mesmas. Ele ressalta que, dentro desse debate, encontramos claramente duas posições: uma que enfatiza a oposição entre as duas perspectivas, considerando-as como pontos de vistas antitéticos e irreconciliáveis, tanto nas premissas epistemológicas como nos métodos de investigação; a segunda, que considera que cada um dos pontos de vistas pode alcançar resultados válidos e interessantes, podendo ser integrados em um conhecimento mais completo dos fenômenos examinados (Mazzara, 2000:108).

“(...) la perspectiva socio-constructivista señala como límite principal de la perspectiva cognitivista clásica, el dualismo de derivación cartesiana: esto es, la distinción entre una mente, que existe y piensa según procesos propios, y un cuerpo que actúa e interactúa con los otros y con el mundo guiado y condicionado por los procesos mentales... La investigación empírica consistiría en la verificación de hipótesis respecto a la naturaleza y las modalidades de funcionamiento de los procesos cognitivos” “(...)en la perspectiva socio-constructivista, sin embargo, no existiría ninguna realidad de los procesos cognitivos independientes de las modalidades concretas con la que estos se expresan en la vida cotidiana, y el lugar propio en el que los procesos psicológicos ocurren es la interacción comunicativa, a lo largo de la cual se realiza la manipulación de símbolos que constituye el pensamiento. De este modo los, procesos no pueden ser estudiados en otra sede que en la de su producción discursiva.” (Mazzara, 2000:108-109).

Do ponto de vista teórico, de um lado está a perspectiva cognitiva clássica, na qual o ato de lembrar é tratado como uma manifestação externa de um processo interno que se denomina memória. Esta é pensada como o fenômeno a ser estudado que constitui a capacidade de conservar e recuperar corretamente informações relativas aos acontecimentos passados. Nessa linha, o pesquisador procura verificar de que maneira os indivíduos são capazes de reproduzir um evento a uma determinada distância temporal preocupando-se em entender os fatores que podem condicionar a eficácia da reprodução (Mazzara, 2000). Por outro lado, na perspectiva *socio-construtivista* e discursiva, o ato de

lembrar requer um processo de negociação complexo entre as possíveis explicações do passado. Nesse sentido, não interessa se o discurso corresponde exatamente aos acontecimentos e sim as suas funções pragmáticas e suas contingências discursivas, que expressam sobremaneira uma relação entre pontos de vistas antagônicos (Mazzara, 2000).

Do ponto de vista metodológico, os cognitivistas, no seu aspecto majoritariamente experimentalista, não consideram científicos os resultados dos *socio-construtivistas*, especialmente no que se refere aos problemas de validade e fidelidade. Além disso, consideram que não existe homogeneidade dos procedimentos e apontam a falta de um controle de interação de variáveis efetuados com procedimentos de cálculo (Mazzara, 2000).

Os *socio-construtivistas*, por sua vez, consideram que os procedimentos altamente formalizados e padronizados do modelo clássico estão muito distantes da vida real e, por essa razão, os resultados produzidos pelos experimentalistas não são possíveis de serem utilizados na compreensão dos fenômenos psicológicos.

Na sua proposta de integrar as duas perspectivas, respeitando as diferenças entre elas, o autor questiona o radicalismo das duas vertentes afirmando que nem os cognitivistas nem os sócio-construtivistas representam amplamente o campo de estudos dos processos cognitivos, nem tampouco o dos processos de construção social, respectivamente (Mazzara, 2000). E afirma que o modelo clássico, baseado em experimentos de laboratório, foi criticado e superado dentro da própria perspectiva cognitivista, especialmente por aqueles que procuraram estudar a memória em seu contexto real, como Ulric Neisser (1982) e Neisser e Winograd (1988).

Finalmente, parecem oportunas, para o nosso estudo, as observações do autor no sentido de flexibilizar ambas as vertentes, desde que se respeitem as escolhas

epistemológicas próprias de cada uma e se reconheça a utilidade heurística e a validade empírica da integração dos resultados.

“Probablemente una mayor atención al desarrollo del debate metodológico sobre el tema de la cualidad y cantidad podría llevar a una relación mas productiva entre las dos frentes. Por parte de la vertiente socio-constructivista tendría que adquirirse la conciencia de que un cierto nivel de estandarización de los procedimientos y de rigor en las comparaciones y en la verificación de las hipótesis no conlleva de por sí una desnaturalización del dato cualitativo, sino que más bien permite explotar de lleno su riqueza. La vertiente cognitiva necesitaría aceptar la idea de que son posibles formas de validación , de verificación intersubjetiva y de control de la interacción entre variables, distintas de las codificadas en la aproximación clásica de tipo experimental” (Mazzara, 2000:120-121).

Essa articulação é particularmente importante no estudo da memória coletiva que integra tanto a dimensão cognitiva, em seus aspectos motivacionais e de significados, quanto a dimensão discursiva, fundamentadas nos fatores socioculturais e nos processos de negociação de significados.

Nessa perspectiva, concordam outros autores como Leone (2000), que também destaca as polêmicas entre psicólogos estritamente experimentais e os psicólogos mais preocupados com a validade de seus estudos em torno de questões metodológicas, ou seja, da validade ou não das técnicas que ambos utilizam. Esta autora afirma que existe uma grande polissemia de significados que se escondem atrás da terminologia “*dimensões sociais da memória*” e que expressam as dificuldades de considerar, ao mesmo tempo, o indivíduo e sua rede de relação.

As questões de ordem teórico-metodológicas não param aí. Jedlowski (2000), numa perspectiva teórica, traz questões referentes à sociologia da memória e afirma que não podemos negar a contribuição da sociologia, nessas últimas décadas, para a compreensão

dos aspectos sociais dos processos mnêmicos e destaca que, a partir do marco teórico proposto por Halbwachs (1990), a sociologia da memória se desenvolveu em três direções:

- a) Muitos estudos que se referem à dimensão social da memória individual que enfatiza o importante papel que a linguagem e o discurso jogam na organização da memória dos indivíduos (Middleton & Edwards, 1992);
- b) Os estudos que enfocam as representações culturais da memória e da história social em que o interesse se volta, sobretudo, para as dinâmicas que vinculam, por um lado, a memória às tecnologias e, por outro, a conjuntos mais amplos de representação cultural que dizem respeito ao tempo e o valor da lembrança (Cavalli, 1982; Jedlowski, 1989; Rossi, 1991);
- c) Os estudos sobre a memória coletiva que enfatizam a multiplicidade das memórias presentes no seio de cada sociedade e os conflitos que podem emergir desta multiplicidade de memórias e que dizem respeito ao conceito de memória coletiva (Halbwachs, 1990).

Todas essas questões apontadas demonstram a preocupação de Jedlowski (2000) com o problema da definição de memória coletiva. Segundo o autor, num plano geral, a sociologia compartilha com a antropologia que o problema da memória coletiva considera que cada sociedade tende, necessariamente, a conservar seu próprio patrimônio cultural e a transmiti-lo a seus membros de geração a geração. Assim, o patrimônio cultural que cada geração transmite às gerações sucessivas, inclui saberes cotidianos e especializados, as artes e mesmo a linguagem, conhecimentos e costumes. (Jedlowski, 2000: 123-124). Portanto, *“la memoria colectiva tiende así a ser entendida por los sociólogos como el conjunto de representaciones del pasado que un grupo produce, conserva, elabora y transmite a través de la interacción de sus miembros”*. (Jedlowski, 2000: 125).

Contudo, o autor afirma que o que torna uma memória propriamente coletiva não é o caráter comum dos seus conteúdos, mas o fato de serem elaborados em comum, ou seja, o fato de serem produto de uma interação social:

“(...) de una comunicación capaz de elegir en el pasado lo que es relevante y significativo en relación con los intereses y con la identidad de los miembros de un grupo. Que muchas personas hayan visto la misma cosa, todavía no quiere decir mucho: para el concepto es importante que lo que algunas personas han visto (o saben que otras han visto) se haya convertido en algo relevante y haya sido elaborado en el plano de su interacción social.” (Jedlowski, 2000: 126).

O autor afirma ainda que nem toda representação do passado é memória coletiva. Por exemplo, os conteúdos de uma biblioteca são fragmentos de um passado elaborado e relevante, que estão à disposição da sociedade, entretanto não são memória coletiva, são uma memória da sociedade, uma memória social, um conjunto virtual de retalhos que se tornam atuais somente quando um sujeito concreto é movido por seus próprios interesses de consultá-lo. Dessa forma, Jedlowski entende que

“En el plano teórico, esto significa que conviene entender la memoria colectiva como la selección, la interpretación y la transmisión de ciertas representaciones del pasado producidas y conservadas específicamente desde el punto de vista de un grupo social determinado” (Jedlowski, 2000: 126).

Numa sociedade constituída por uma pluralidade de grupos, não é possível falar de uma única memória coletiva, pois cada grupo elabora aquela representação do passado que mais se adapta a seus interesses. Além disso, outro aspecto importante apontado é o papel relevante que exerce os meios de comunicação social, que funcionam como agências de

difusão de conhecimento de segunda mão sobre o passado que vem da estrutura de uma memória pública.

No campo mais empírico dos estudos da memória, encontramos os italianos Belelli, Curci e Leone (2000), que abordam a questão das *memórias flashes* como lembranças coletivas, fazendo uma crítica aos estudos de *memórias flashes* que, em geral, se ocupam de processos individuais, descuidando-se dos processos intraindividual e social. É curioso o paradoxo, pois os estudos clássicos sobre *memórias flashes* sempre se referem a acontecimentos públicos, entretanto são sempre estudados a partir do impacto emocional que produzem nas pessoas, ou seja, sempre privilegiando os aspectos individuais. Estes autores criticam o estudo de Brown e Kulik (1977) sobre as lembranças que norte-americanos brancos e negros tinham de alguns acontecimentos traumáticos, como por exemplo, os atentados contra líderes políticos.

Belelli, Curci e Leone (2000) fazem uma lista dos estudos sobre memória flash de acontecimentos públicos ocorridos nos anos 70 e 80, dos quais apontamos o assassinato de Kennedy, estudado por Brown e Kulik (1977) e Winograd e Killinger (1983); o atentado ao presidente Ronald Reagan, estudado por Pillemer (1984); a explosão de Challenger ocorrida em 1986, estudada por Bohannon (1988), McCloskey, Wible e Cohen (1988) e também por Neisser e Harsh. Merecem destaque também os estudos sobre o assassinato do primeiro ministro sueco Olof Palme e a demissão da primeira ministra Margareth Tacher, que foi estudada por Wright Gaskell e O'Muircheartaigh. Tradicionalmente, grande parte desses estudos de *memória flash* explora o elemento surpresa, a importância pessoal, a emoção e a repetição, deixando de lado, segundo Belelli, Curci e Leone (2000), as dimensões mais coletivas como, planos e expectativas pessoais, grupos e pertencimentos sociais e a influência que exercem os meios de comunicação, principalmente porque todos esses

grandes acontecimentos políticos, são exclusivamente notícias e não acontecimentos vividos pessoalmente.

Para mostrar o aspecto coletivo, que deve ser incluído no estudo das *memórias flash*, os autores apontam o trabalho das belgas Catrin Finkenauer, Lydia Gisle e Olívia Luminet (2000), que analisam a morte inesperada do rei Balduíno (que será descrita a seguir), cujo episódio emocionou fortemente a população belga, já que ele teve um papel político fundamental na unificação da Bélgica.

Em todos esses estudos foram utilizados, basicamente, técnicas quantitativas, ou seja, depois de aplicar os questionários, os autores recorreram ao método das equações estruturais, que permite examinar as relações causais entre os diversos fatores que influem na formação e manutenção das memórias flashes.

1.4. Os Estudos da Memória e a Experiência Belga

Nessa mesma linha dos estudos sobre *memórias flash*, encontram-se os trabalhos das belgas Finkenauer, Gisle e Luminet (2000), que analisam como se criam e se mantêm as *memórias flash* em torno de um acontecimento que abala toda nação: a morte do rei Balduíno. Elas apresentam o modelo teórico de Brown e Kulik (1977), que afirmam que uma *memória flash* se forma quando o acontecimento é novo, inesperado e capaz de produzir surpresa. Segundo estas autoras, se o acontecimento é rotineiro e comum, não é capaz de conduzir a surpresa, portanto, não possibilitando a formação de memória flash. Depois desse efeito surpresa causado pela novidade do evento, é necessário avaliar as consequências pessoais ou a importância do evento para os indivíduos. Esses elementos são equiparados à *ativação emocional*, ou seja, nesse modelo, se admite que, quanto maior as consequências percebidas, maiores serão os detalhes da *memória flash*, visto que o

modelo se baseia tanto na surpresa quanto no que eles chamam de *consequencialidade*. Repassar para outras pessoas, conversar (contar e recontar) sobre o evento faz com que haja uma nova elaboração das memórias flashes, de modo que as pessoas vão construindo uma história sobre estes acontecimentos.

Ao estudarem a memória coletiva que o povo belga construiu acerca da morte do rei Balduino, as autoras ampliam o modelo, inicialmente proposto por Brown e Kulik (1977). Segundo as autoras, os meios de comunicação *bombardearam* a população com informações sobre esse fato, a ponto de todos os canais de televisão e rádio substituírem suas programações rotineiras por histórias acerca da morte do rei, da família real e do importante papel do rei na política belga. As autoras concordam com Brown e Kulik que este evento foi extremamente novo para a população belga, entretanto procuram combinar essa teoria com a *teoria das emoções*, elaborando um novo modelo.

O que se acrescenta ao novo modelo é que “(...) *el nivel de importância valorado junto com los efectos de novedad (o sorpresa) determina la intensidad de la reacción emocional (...) y la emocionalidade tiene uma influencia directa sobre las MFs*” (Belelli, Curci e Leone, 2000:171). Essa ativação emocional, por sua vez, afeta indiretamente as *memórias flashes*, na medida em que o evento é repassado para outros, ou seja, quanto maior a emoção, mais necessidade de repassar, de falar do evento e de acompanhar os meios de comunicação.

É importante ressaltar, como admitem Finkenauer, Gisle e Luminet (2000), que a *memória flash* não é a memória coletiva, ou seja, ela é um aspecto da memória que contribui para a construção da memória coletiva desses eventos políticos de grande impacto na sociedade.

1.5. Os Estudos da Memória nos EUA

Não poderíamos deixar de mencionar a importância dos estudos que abordam a questão geracional e discutem o *efeito geracional*, que como bem aponta Aguilar (1996), está intimamente ligado ao estudo da memória coletiva. A questão geracional tem sido estudada por muitos autores a partir de diferentes perspectivas e correntes. Entretanto, grande parte delas tem sido preocupação dos norte-americanos como Schuman e Scott (1989), Wagner-Pacifici e Schwartz (1991), Holsti e Rosenau (1980) que, fundamentalmente, estudaram a influência que têm os grandes acontecimentos políticos sobre diferentes cortes geracionais. A distinção que Schuman faz sobre *corte geracional* e geração nos parecem bem interessante para os que estudam a memória das novas gerações. Embora utilizem os dois termos como mais ou menos equivalentes, eles possuem diferentes conotações, que transcrevemos a seguir:

“La cohorte se centra en rangos de edad que están trazadas con un grado de precisión bastante claro en términos de fecha de nacimiento, pero no nos restringimos (...) a la unidad temporal de estructura de parentesco o afinidad. La generación se refiere de manera más vaga y general a agrupamientos en términos de años de nacimiento, pero también sugiere el moldeamiento de creencias por un periodo histórico significativo” (Schuman, Belli & Bischooping, 1992).

Schuman e Scott (1989), muito estimulados pelas idéias de Mannheim (1952) – que foi uma das mais importantes contribuições para o estudo das gerações como fenômeno social – mostraram que as pessoas tendem a atribuir maior importância aos acontecimentos nacionais e mundiais que vivenciaram durante a sua adolescência e juventude. Como veremos a seguir, semelhante conclusão também foi apontada nos estudos de Pennebaker.

Schuman, Belli e Bischooping (1992) desenvolveram um estudo sobre a base geracional do conhecimento histórico centrando-se em onze eventos políticos, sociais e culturais que ocorreram ao longo dos últimos sessenta anos, procurando compreender as razões pelas quais estes eventos podem ou não ter diferentes impactos sobre os cortes geracionais.

Os autores utilizaram um questionário contendo palavras que se referiam aos eventos políticos e nomes de personalidades do passado³². Nele se perguntava aos sujeitos se tinham ouvido falar a respeito destes eventos e personalidades e a que se referiam. Eles utilizaram também doze categorias³³ de idade, sendo que, para combinar a relação educação-idade, empregaram outras quatro categorias³⁴.

Não é nossa intenção descrever toda a análise dos autores, visto que estes estudam, detalhadamente, cada evento³⁵. Entretanto, trataremos de apontar, fundamentalmente, as conclusões mais gerais a que chegaram e que mais nos interessam para o desenvolvimento desse estudo. O primeiro importante resultado da pesquisa, segundo os autores, é o mais simples e corresponde à “*versão linear simples*”. Essa versão sustenta que é menos provável que as pessoas tenham um conhecimento preciso dos fatos ou eventos que aconteceram antes do seu nascimento sobre os quais tenham ouvido falar, por meio de seus pais e avós. Sendo assim, o conhecimento do passado diminui de forma gradual entre os cortes geracionais, de modo que os fatos que aconteceram há cinquenta ou sessenta anos atrás são mais bem conhecidos pelas pessoas que viveram aquele momento, enquanto que são, cada vez menos conhecidos, pelas gerações posteriores. Dessa forma, o conhecimento

³² Os nomes e fatos apresentados foram: WPA, Holocausto, Plano Marshall, Joe McCarthy, Rosa Parks, Ofensiva Tet, A Aldeia de Mylai, Woodstock, Watergate, Jonh Dean, Christa McAuliffe.

³³ As categorias de idade foram: 18-23, 24-29, 30-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50-54, 55-59, 60-64, 65-69, 70-74, 75-79.

³⁴ De 8-11, 12, 13-15, 16.

³⁵ Para mais detalhes sobre essas análises ver Schuman, Belli e Bischooping (1992). “La base generacional del conocimiento histórico”.

de um fato social importante depende da idade e, muito pouco, da educação. Essa afirmação se pauta no conhecimento que os sujeitos manifestaram sobre o WPA, que foi muito alto entre aqueles que estavam no final de sua adolescência e muito baixo entre os que são jovens atualmente. Entretanto, é importante esclarecer que o fato de depender exclusivamente da idade tem a ver com a natureza do fato e do grau em que se recria o evento para as novas gerações. Sendo assim, os eventos que não foram vividos pelas novas gerações, mas são repetidamente lembrados e recriados de diferentes maneiras, por meio de filmes, documentários, fotos etc, como foi o caso do Holocausto nessa pesquisa, são bem mais recordados.

O segundo resultado importante é a confirmação das idéias de Mannheim (1952) de que os anos da adolescência e início da fase adulta é o período em que os fatos têm maior impacto sobre o conhecimento do evento, do que para as pessoas que já passaram dessa faixa etária e daquelas que não haviam nascido. Isso apareceu com respeito à guerra do Vietnam, a que correspondem os eventos da “ofensiva de Tet” e do “massacre de Mylai” e também do evento cultural Woodstock, ocorrido no mesmo período. Para explicar por que as pessoas que tinham por volta dos trinta anos, na época do evento, não o recordaram, Schuman, Belli e Bischooping (1992) afirmam que é porque as pessoas não tinham interesse por aqueles acontecimentos. Como eles dizem, “(...) *não estavam psicologicamente ou socialmente*” (p. 114), ou seja, não encontravam neles significado.

E, por fim, o terceiro importante resultado a que chegaram os autores é que não encontraram efeitos geracionais no que se refere ao conhecimento do caso Watergate e Jonh Dean. Nesse sentido, Schuman, Belli e Bischooping (1992), chamam a atenção para o fato de que nem todos os eventos têm efeitos duradouros sobre adolescentes e jovens, já que os dados mostraram que tanto adolescentes quanto aqueles que já haviam passado

desta faixa de idade, na época do Watergate, apresentaram o mesmo grau de conhecimento sobre o caso.

A preocupação em analisar eventos políticos é também trabalhada por Pennebaker e Crow (2000), que procuram explicar por que, quando e como alguns eventos políticos têm importância social a longo prazo e outros não. Para responder a esse questionamento, os autores analisam alguns eventos que tiveram impacto nos Estados Unidos a saber: a Segunda Guerra Mundial, o assassinato de Kennedy, o período de protestos contra a Guerra do Vietnã em prol da paz anti-Vietnã/Woodstock, o Watergate e a explosão do foguete espacial Challenger. Tais eventos, segundo os autores, afetaram, profundamente, a memória coletiva do povo americano. Em contrapartida, eventos como a Guerra da Coreia, a Bahia de Cochino em Cuba, a eleição de Reagan - que representava uma mudança política e filosófica na mentalidade americana - e a Guerra do Golfo Pérsico não tiveram o mesmo impacto psicológico que os eventos mencionados anteriormente (Pennebaker, 1998, 2000)³⁶.

Pennebaker e Crow (2000) fazem referências às *memórias flashes* que misturam circunstâncias pessoais com eventos históricos na memória, já que as pessoas, ao escutarem a notícia sobre um evento público inesperado, lembram tanto os detalhes do evento como as circunstâncias pessoais do momento em que ouviram e/ou viram a notícia. E, com base em Neisser (1982), assinalam que as *memórias flashes* não se estabelecem no momento do acontecimento, mas depois que a sociedade atribui importância ao evento. O que garante que as lembranças permaneçam vivas e duradouras é o fato de as *memórias flashes* permitirem ao indivíduo situar-se no contexto histórico. Além disso, ao comunicar o

³⁶ Pennebaker desenvolve essas pesquisas em co-autoria com Basanick (Pennebaker & Basanick, 1998). *Creación y mantenimiento de las memorias colectivas* e em co-autoria com Crow (Pennebaker & Crow, 2000). Pennebaker & Crow (2000). *Memorias colectivas: la Evolución y la Durabilidad de la Historia*.

fato a outros, nas suas *memórias flash*, as pessoas podem incluir-se no evento (Pennebaker & Crow, 2000). Para esses autores,

“La creación y el mantenimiento de una memoria colectiva o histórica es un proceso social y psicológico dinámico. Entre otras cosas, implica el continuo hablar y pensar acerca del suceso por parte de los miembros afectado de la sociedad y o la cultura s. Este proceso de interacción es crítico para la organización y asimilación del suceso en la forma de una narración colectiva” (Pennebaker & Crow, 1998:232).

Considerando a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e a Guerra do Golfo Pérsico, guerras nas quais os EUA intervieram, Pennebaker e Basanick (1998) afirmam que apenas duas delas tiveram impactos psicológicos na população americana, por provocarem uma mudança na visão dos americanos sobre si mesmos. Eles admitem que a população americana reconhece que os EUA se tornou o principal líder econômico e militar mundial a partir da Segunda Guerra e pós Vietnã e passa a questionar o papel dos EUA no mundo. Segundo os autores, é necessário que haja efeitos institucionais ou pessoais para que as pessoas possam recordar: *“(...) si no se manifiestan efectos institucionales y/o personales cuando la guerra termina, aparecerán muy pocas memorias colectivas”* (Pennebaker & Basanick, 1998:33).

Nesse sentido, para entender as memórias coletivas e individuais de eventos políticos, é preciso compreender que o impacto a longo prazo ajuda a determinar as lembranças. Os autores ressaltam que os estudos sobre memórias individuais demonstram que as pessoas não costumam recordar eventos ou objetos que não tenham impacto pessoal ou alguma importância adaptativa.

Para que os eventos possam produzir memórias coletivas, segundo Pennebaker e Basanick (1998), é fundamental que apresentem algumas características básicas, uma vez

que, é mais provável que os indivíduos recordem mais objetos ou eventos que: a) sejam únicos; b) provoquem reações emocionais; c) sejam ativamente repetidos; d) que requeiram mudanças posteriores de condutas e crenças.

Os autores defendem que, quanto mais se fala e pensa sobre os eventos, mais estes se consolidam na memória coletiva. Falar dos eventos pode ser uma forma importante de organizar e assimilar experiências. Sendo assim, os rituais, as comemorações e as tradições, como bem aponta Paul Connerton (1989), são formas eficazes de garantir o caráter comum das memórias coletivas sociais e contribuem, inclusive, para aumentar a coesão dos membros de um grupo ou sociedade (Pennebaker & Basanick, 1998).

A principal contribuição de Pennebaker e Basanick (1998) foi oferecer aos estudiosos da memória algumas dinâmicas que contribuem para a criação e manutenção das memórias coletivas, que resumimos a seguir:

- a) Os eventos políticos que produzem mudanças significativas a longo prazo na vida das pessoas tendem a formar memórias coletivas duradouras;
- b) É mais provável que se formem memórias coletivas se as pessoas pensam e falam abertamente sobre os eventos. Compartilhar os eventos com outras pessoas ajuda a modelar as percepções fazendo com que surja uma maneira comum de interpretá-lo. Além disso, se um acontecimento não provoca mudanças institucionais de importância, falar sobre ele ajudaria as pessoas a organizá-lo, assimilá-lo e posteriormente esquecê-lo.
- c) Os acontecimentos repletos de emoção sobre os quais as pessoas evitam falar deles abertamente continuarão afetando os indivíduos, aumentando os pensamentos e sonhos sobre eles. Por exemplo, a repressão política que não permite que se fale abertamente sobre o evento, leva involuntariamente a memórias coletivas associadas ao evento reprimido. Esse aspecto é mais trabalhado nos estudos de eventos traumáticos.

d) Acontecimentos que tem impacto psicológico coletivo tendem a gerar comportamentos individuais e coletivos. Os autores dão um exemplo do caso de Betty Ford, mulher do presidente dos EUA, quando lhe foi diagnosticado um câncer. Nos dias que sucederam a notícia, houve um aumento do número de mulheres que procuraram realizar exames da mama. Por meio de um outro estudo, eles também observaram que, após a morte de Kennedy, em Dallas, as pessoas começaram a discriminar os moradores de Dallas, que eram alvos de críticas nos meios de comunicação. Além disso, notaram que depois de eventos importantes, como o assassinado do presidente Kennedy, aumentaram, significativamente, os índices de criminalidade e suicídios³⁷.

e) Os eventos nacionais de grande intensidade afetam mais as pessoas na faixa de idade entre doze e vinte cinco anos.

f) Por fim, há uma tendência das pessoas em comemorar o passado em ciclos de vinte ou trinta anos, construindo monumentos, fazendo filmes e escrevendo livros sobre eventos políticos nacionais.

Ainda no que se refere aos estudos da memória realizados por norte-americanos, encontramos o trabalho de Schudson (1992), que estuda a memória coletiva sobre o caso Watergate. Esse autor utiliza uma série de fontes documentais como jornais, programas de televisão, filmes, literatura e livros de textos para analisar em que medida a memória sobre Watergate influencia o pensamento das pessoas sobre temas da atualidade. Dessa forma, procura analisar o impacto que teve tal evento sobre a mentalidade do povo norte americano e sobre as instituições políticas.

Schudson defende a existência de uma forte relação entre passado e presente, de modo que a memória social ou coletiva diz respeito a maneira como “(...) *los recuerdos*

³⁷ Os autores apontam uma série de dados que explicitam esta afirmação.

grupales, institucionales y culturales del pasado modelan las acciones presentes de los individuos” (Schudson, 1992:3).

Para esse autor, as sociedades constroem seu passado não sob sua própria vontade, pois existem obstáculos que impedem uma livre reconstrução do passado. O primeiro obstáculo, apontado por ele, é a existência de uma memória viva sobre os acontecimentos que se pretende manipular, sempre quando existir uma geração que os presenciou diretamente; o segundo obstáculo é considerar que as múltiplas versões existentes sobre o passado costumam conviver num mesmo período histórico, sobretudo nas sociedades pluralistas e democráticas; o terceiro obstáculo são os constrangimentos profissionais dos historiadores na hora de *manipular a história*, visto que terão que submeter a critérios de rigor científico; por fim, o quarto obstáculo, que diz respeito ao fato de que o passado traumático deixa marcas de tal calibre que não podem ser facilmente ocultadas por políticos e historiadores. O autor salienta ainda que, na medida em que o caso Watergate foi perdendo relevância política entre os que vivenciaram a época, o conflito sobre a memória deste acontecimento tendeu a declinar (Schudson, 1992:210).

David Bakhurst (1992), outra importante contribuição, arrolou e analisou como a memória social é tratada pelos soviéticos Vygotski, Voloshinov e Ilyenkov, que concebem a memória como uma função psicológica essencialmente social. Na perspectiva dos soviéticos, segundo o autor, as lembranças são estados socialmente constituídos, e certas formas de atividade coletiva representam uma forma de memória social essencial para a vida mental de cada indivíduo (Bakhurst, 1992).

Para esse autor, ainda que um “texto” apresente as memórias de um indivíduo, como por exemplo, a memória autobiográfica, ela sempre será uma expressão social em um meio social (uma linguagem mediada por mecanismos narrativos específicos), que é dirigida a outros e submetida as suas críticas. Deste modo, contribui para formar um

quadro que é sustentado coletivamente e cujo significado depende desse extenso quadro. A palavra escrita, a fotografia, o cinema, o vídeo, o ritual e o memorial, como meios sociais, tornam o passado constantemente presente (Bakhurst, 2000: 94).

Fundamentado nas idéias dos soviéticos de que toda memória, mesmo em seus aspectos mais íntimos, está imbuída do social, Bakhurst procurou estabelecer uma relação entre a memória, o eu pessoal e a constituição da identidade pessoal e social, buscando articular a ciência cognitiva contemporânea com as ciências da cultura. E o fez enfatizando a memória experiencial: *“Nuestras historias personales son historias de experiencias vividas. Este hecho es central para entendernos a nosotros mismos”* (Bakhurst, 2000: 93).

As reflexões de Bakhurst insere-se no marco do construcionismo social e da psicologia discursiva, entretanto ele defende a idéia de um “eu” concreto, que não é um produto das narrativas – como defendem os construcionistas radicais. Ele diz: *“hay algo que yo soy y que hay una verdad en mi vida que es en parte algo que se me manifiesta y en parte algo que hay que descubrir”* (Bakhurst, 2000:104). Nesse sentido, trata de aproximar o construcionismo e o relativismo, por meio do conceito de experiência. Portanto, a memória coletiva, assim como, a memória experiencial pertencem às questões da identidade. Diferentes memórias se relacionam com distintos aspectos de identidade.

El trato en primera persona con el pasado sustenta nuestras identidades como sujetos permanentes de experiencia; por otro lado, están las prácticas públicas, las prácticas en tercera persona del recuerdo colectivo, vitales para nuestra identidad como sujetos de vidas vividas en el espacio social (Bakhurst, 2000:95).

Como vimos, os estudos de eventos políticos, que enfocam o impacto sócio-político, sejam com ênfase no aspecto teórico-metodológico, seja no aspecto empírico, oferecem diferentes perspectivas e possibilidades de análise da memória coletiva.

2. Memória de eventos traumáticos na Europa e na América Latina

Não são poucos os autores que têm estudado a influência do trauma psicológico sofrido pelas vítimas dos regimes ditatoriais, os autoritarismos de Estado, fascismos e guerras. São acontecimentos que deixaram marcas indeléveis, que transtornaram e transtornam, ainda hoje, a vida de muitas pessoas, sejam elas vítimas diretas ou familiares.

Nessa perspectiva, encontramos o estudo de Maritza Montero (1987), que revisa a produção da psicologia latino-americana entre 1956 e 1986, apontando que os estudos que se referem ao trauma político seguem duas linhas principais de investigação: uma advinda, majoritariamente, das experiências clínicas, que prioriza a denúncia dos efeitos da repressão e da tortura sobre os indivíduos, grupos e sociedade, como é o caso das pesquisas realizadas por Lira e Castillo (1991); Lira e Weinstein (1984); Becker e Calderón (1990; 1993) entre outros; outra refere-se aos estudos desenvolvidos por Martín-Baró, que analisa os fenômenos associados ao trauma político e que vincula a repressão e seus efeitos à ideologia e à alienação.

Darío Paez, um dos psicólogos mais interessados no estudo da memória coletiva, especialmente no que se refere à relação entre “*Trauma político e memória coletiva*”, além das pesquisas que vem realizando, em parceria com outros autores, organizou um número da revista de Psicologia Política da Universidade Autônoma de Madri, dedicado exclusivamente a esse tema. Nesse número, ele reuniu diversas pesquisas realizadas, tanto na Espanha quanto nos países da América Latina.

Na França, autores como Pollack (1989), Jodelet (1993) e Ricouer (2003) são contribuições importantes para análise da relação entre memória coletiva de eventos traumáticos e os processos de esquecimento.

2.1. Memória e trauma na Espanha: o peso da Guerra Civil e da Ditadura Franquista

Nos estudos desenvolvidos por Páez e Basabe (1993), os autores discorrem sobre os efeitos do trauma de origem sócio-político na memória coletiva argumentando que os eventos traumáticos afetam a memória coletiva por meio de processos de esquecimento, distorção e reconstrução positiva do passado. Segundo esses autores, as vítimas utilizam artefatos culturais, buscando dar um significado aos fatos traumáticos. As comemorações são, para as vítimas e seus familiares, então, uma forma de reconhecer o evento publicamente, mostrando que foi injusto e que não deve se repetir (ver também Jodelet, 1992). No entanto, para os responsáveis pelos atos de violência política, evitar a lembrança ou convencioná-la cumpre a mesma função de reconhecimento público, muito embora seus conteúdos sejam distintos.

Dessa maneira, o processo de reconstrução simbólica de eventos traumáticos, de acordo com Páez e Basabe (1993), adota as seguintes fases: num primeiro momento, ocorre um período de silêncio e/ ou uma versão convencional, em que se ignoram os fatos negativos; num segundo momento, ocorre um período de amnésia ou esquecimento, tanto por parte “dos vencedores” quanto por parte “dos vencidos”. Em seguida, ocorre a lembrança individualizada que destaca as características pessoais dos sujeitos e se esquece a causa perdida e, por fim, se produz uma lembrança idealizada, em que se valoriza positivamente a atuação do grupo (Paez & Basabe, 1993:29). Assim, existe uma tendência em recordar os eventos positivos e esquecer os eventos negativos que questionam ou desvalorizam a imagem do grupo. Segundo Paez e Basabe (1993):

“(...) parece haber una paradoja: para controlar los recuerdos intrusivos y para evitar el rechazo social, es necesario resaltar lo positivo de lo ocurrido y comunicarlo de forma desdramatizada. Esto sirve para defender la identidad

de los agresores. En el caso de las víctimas, el énfasis en lo positivo y la búsqueda de un significado también contribuye paradójicamente a una transmisión distorsionada del lo ocurrido” (Paez & Basabe, 1993: 30-31).

Para esses autores, o processo de reconstrução do passado, tanto das vítimas quanto dos agressores expressam o caráter conflitivo da memória coletiva, visto que os fatos traumáticos, ao colocarem a identidade do grupo em conflito, são esquecidos de maneira coletiva ou apresentam uma versão distorcida dos fatos. Esse caráter conflitivo da memória coletiva diante de acontecimentos traumáticos também é discutido por Pollack (1989), como veremos a seguir.

2.2. Memória e trauma na França: O peso da II Guerra e do Holocausto

Entre os estudos realizados na França, aos quais tivemos acesso, destacamos os trabalhos de Michael Pollack (1989), Denise Jodelet (1993) e Paul Ricouer (2003).

No estudo de Pollack (1989), ele aponta que o silêncio sobre o passado dos sobreviventes dos campos de concentração - no seu retorno à Alemanha ou à Áustria, após serem libertados - está ligado às dificuldades de integrar suas lembranças à memória coletiva da nação:

“Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio. (...) A deportação evoca necessariamente sentimentos ambivalentes, até mesmo de culpa, e isso também nos países vencedores onde, como na França, a indiferença e a colaboração marcaram a vida cotidiana ao menos tanto quanto a resistência” (Pollack, 1989:4).

Para Pollack, parte deste silêncio diz respeito às razões políticas e parte está diretamente relacionada às questões pessoais dos sobreviventes, que preferem poupar seus filhos de crescerem na lembrança das suas feridas. Não obstante, passados quarenta anos, essas razões políticas e familiares convergem para romper esse silêncio:

“(...) no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. E seus filhos, eles também, querem saber, donde a proliferação atual de testemunhos e de publicações de jovens intelectuais judeus que fazem da pesquisa de suas origens a origem de sua pesquisa. Nesse meio tempo, foram as associações de deportados que, mal ou bem, conservaram e transmitiram essa memória” (Pollack, 1989:4-5).

O autor menciona que existe uma memória envergonhada proveniente da geração das associações de desertores, evadidos e recrutados à força, que buscam o reconhecimento de uma valorização das vítimas. Nesta memória, destaca-se a atitude de recusa e de resistência passiva. Essa memória envergonhada se considera mal compreendida e desprezada, procurando afirmar-se por meio do engajamento numa luta contestatória e militante. Sendo ela, a memória dos que foram recrutados à força, é também uma memória subterrânea, que assume seu trabalho de subversão no silêncio tendo em vista eliminar o estigma da vergonha. Pollack defende que diante do trauma sofrido e depois de um longo silêncio (muitas vezes interpretado como esquecimento) sobre o passado, podem irromper *memórias subterrâneas*, que expressam a resistência de uma sociedade civil contra os discursos oficiais. São memórias que esperam o momento oportuno para invadir o espaço público: *“(...) essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”* (Pollack, 1989:2).

Essas memórias subterrâneas opondo-se radicalmente à memória coletiva nacional (que possui um caráter destruidor, uniformizador e opressor), segundo este autor, são transmitidas pela família e pelas redes de sociabilidade afetiva e/ou política. São memórias *proibidas* (no caso dos crimes stalinistas), *indizíveis* (no caso dos deportados) ou *vergonhosas* (no caso dos recrutados à força) que são cuidadosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade em geral (Pollack, 1989).

Esse enfrentamento entre diferentes memórias no contexto nazista é também apontado por Denise Jodelet (1993), que analisa as memórias coletivas dos grupos envolvidos nos processos judiciais contra os responsáveis pelos crimes cometidos no Holocausto nazista na França. Em seu estudo, a autora argumenta que os processos judiciais reativaram as emoções e os sofrimentos vividos pelas vítimas do nazismo e, ao mesmo tempo, permitiu que as pessoas, que não viveram diretamente o holocausto compartilhassem e se identificassem com os grupos vitimizados, fazendo com que se mantivessem a memória viva.

A autora explicita que este processo destaca, por um lado, o “*conflito entre memórias*” de acusação, representada pelos deportados e resistentes e de defesa, que representa os povos colonizados e, por outro lado, “*a memória da repressão*”, que aparece como um dever ético, ou seja, de não permitir o esquecimento e de transmitir a lição às novas gerações.

Para Jodelet (1993), a memória pode ser estudada a partir de várias perspectivas: “*del presente hacia el pasado*”, que entende que o presente intervém no passado por meio da reconstrução das lembranças, seja pelas comemorações ou outros artefatos da memória; “*del pasado hacia el presente*”, que se centra em como o passado retorna ao presente em forma de lembranças que se re-atualizam e se perpetuam como marcas, reminiscências,

esquecimentos, etc.; e ainda *“los choques entre el pasado y el presente”*, que enfocam o conflito entre a tradição e o novo, aqueles aspectos do passado que impedem o progresso do presente, *“(...) el olvido y ocultación del pasado, de los que son testigos ciertos acontecimientos de la actualidad que tienen valor conmemorativo e simbólico”* (Jodelet, 1993:54).

Neste caso estudado por Jodelet, os processos judiciais cumprem a função de manter viva a memória, provocando o enfrentamento entre distintas memórias, entre diferentes versões do passado, que podem ser utilizadas pelos grupos para diferentes propósitos políticos, seja como defesa, seja como acusação. A partir daí, Jodelet ressalta, que diante dos eventos traumáticos, é necessário o dever da memória como uma exigência para preservar as identidades e despertar a consciência política, uma vez que o esquecimento é uma falta política, que equivale a um crime social (Jodelet, 1993).

De todos os estudos até agora apontados, Jodelet é a primeira autora a mencionar a relação entre memória e consciência política, objeto de nossa tese, e muito embora não aprofunde essa relação, ela faz considerações importantes na qual a memória possibilita um posicionamento político que nos remete a uma ação coletiva de apuração e reparação do passado ou de manutenção e manipulação do passado. Nesse sentido, ela afirma que a lembrança é

“un deber de solidaridad, un medio de retomar la bandera del combate. (...) La memoria se convierte así en un fenómeno de masa que concierne, de la misma manera, a aquellos que sobrevivieron y que tienen como deber de no olvidar, y a aquellos que vienen después y que tienen como deber recordar” (Jodelet, 1993:70).

Por trás desse dever de memória, está presente a idéia de uma consciência ética e a importância de se manter e preservar a memória coletiva da repressão.

Esses estudos apontam para a intrínseca relação entre as lembranças traumatizantes e a luta contra o *esquecimento coletivo*, ou como alguns autores denominam, a *amnésia social*. Sobre essa questão, Paul Ricouer (2003) dedica um capítulo, em seu livro “*La memoria, la historia, el olvido*”, argumentando que há todo um processo de manipulação da memória construída, através das narrativas oficiais da *história autorizada*, que é imposta, celebrada e comemorada e que, para ele, é uma forma de impor o esquecimento, pois retira dos atores sociais seu poder de narrar a si mesmos.

Se no caso estudado por Jodelet se evidencia a importância dos processos judiciais para a manutenção da memória, a interrupção destes processos provoca o seu oposto: o esquecimento. E é exatamente isso que Ricouer (2003) aponta, ao se referir aos processos de anistia, visto que se suspendem todos os processos jurídicos em andamento, impondo-se, por via legal, o esquecimento. Para o autor, os processos de anistia equivalem a “(...) *borrar la memoria en su expresión testimonial y a decir que nada pasó*” (2003:590).

O tema do *esquecimento coletivo* e da *amnésia social* é trabalhado também por autores latino-americanos que analisam os processos de anistia, reconciliação e a própria questão dos direitos humanos que estão vinculados aos estudos e disputas pela memória que veremos mais adiante.

Não dá para dissociar a questão dos acontecimentos traumáticos resultante de processos políticos violentos da questão da memória coletiva, já que o trauma que deixa marcas indeléveis na vida das pessoas ou dos grupos sociais, só pode ser manifestado por meio das lembranças individuais e coletivas.

2.3. Ditadura, trauma psicossocial e memória na sociedade chilena

Nesta seção nos interessa apontar os estudos que discutem o trauma proveniente de conflitos sócio-políticos e que dizem respeito à luta política, particularmente acerca das ditaduras militares na América Latina. A definição de trauma utilizada aqui se fundamenta nas afirmações de Martín-Baró que define trauma psicossocial enfatizando *“el carácter esencialmente dialéctico de la herida causada por la vivencia prolongada de una guerra como la de El Salvador”* (Martín-Baró, 1989:101). Este trauma psicossocial é constituído por dois aspectos que não podemos deixar de considerar:

“a) la herida que afeta a las personas ha sido producida socialmente; b) su misma naturaleza se alimenta y se mantiene en relación con el individuo y la sociedad, a traves de diversas mediaciones institucionales, grupales e incluso individuales. La cual tiene obvias e importantes consecuencias a la hora de determinar que debe hacerse para superar estos traumas” (Martín-Baró, 1989:102).

A questão do estudo da memória coletiva na perspectiva do trauma psicológico tem sido bastante desenvolvida, especialmente por uma parcela significativa de autores latino-americanos nas últimas décadas. Desta feita, por todo o continente latino-americano, não faltam estudos sobre a repressão das ditaduras militares que assolaram grande parte do nosso continente e é, especialmente nesses países, que encontramos trabalhos sobre a memória coletiva.

A maioria dessas produções analisa os efeitos psicológicos da repressão política como é o caso de Kordon e Edelman (1987) na Argentina. As questões relativas ao terrorismo de Estado na América Latina e os processos de reparação social é estudada por Becker e Calderón (1990; 1993).

No Chile³⁸, particularmente, se destacam os estudos de Elizabeth Lira (1988; 1993) no que se refere aos efeitos psicossociais da repressão política. Num estudo coordenado por Elizabeth Lira e Maria Isabel Castillo (1991), realizado entre 1988 e 1991, por meio do Instituto Latino-americano de Salud Mental y Derechos Humanos (ILAS), as autoras estudaram os significados subjetivos e políticos da ameaça e do medo na sociedade chilena durante a ditadura militar.

Lira e Castillo (1991) caracterizam como ameaça política a prática sistemática de violações dos direitos humanos, que se constituiu como ameaça permanente ao longo do período militar no Chile (caracterizado como terrorismo de Estado) e que produziu uma resposta de medo³⁹ crônico, que atingia tanto as pessoas afetadas diretamente pela repressão quanto as pessoas que se sentiam ameaçadas frente à violência política generalizada. As autoras destacam que:

“Cuando miles de sujetos son amenazados simultáneamente dentro de un régimen político, la amenaza y el miedo caracterizan las relaciones sociales, incidiendo sobre la conciencia y la conducta de los sujetos. La vida cotidiana se transforma. El ser humano se hace vulnerable. Las condiciones de la sobrevivencia material se ven afectadas. Surge la posibilidad de experimentar dolor y sufrimiento, la pérdida de personas amadas, pérdidas esenciales en relación al significado de la propia existencia o la muerte” (Lira & Castillo, 1991:8).

Tanto a ameaça política, a que se vêm submetidas as pessoas num contexto de forte repressão (tortura, desaparecimentos, execuções e assassinatos de pessoas), quanto a resposta de medo individual e coletiva são parte de processos psicológicos e políticos que

³⁸ Existem outros estudos sobre a repressão chilena que são apontados na seção **Memórias da Repressão Política no Cone Sul**, que optamos por desenvolver à parte, por se tratar de pesquisas realizadas através do Programa “**Memoria Colectiva y Represión**”, desenvolvido pelo “Painel Regional da América Latina (RAP)” da Social Science Research Council, que reúne pesquisas de todos os países do Cone Sul como Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

estão implicados dialeticamente. Nesse sentido, Lira e Castillo (1991) procuram integrar as perspectivas psicológicas e políticas, analisando o fenômeno por meio das relações sociais, tendo em conta o sujeito e a sociedade. O objetivo da referida pesquisa extrapola os limites da investigação científica, pois as autoras assumem o desafio de propor uma ação transformadora dos efeitos da ameaça e do medo na realidade concreta chilena.

Desta maneira, as autoras desenvolvem, numa mesma pesquisa, quatro estudos que se complementam. No primeiro estudo, analisam três conjuntos de problemas procurando compreender o significado da morte como ameaça política no processo histórico-social chileno: os conflitos sociais e trabalhistas que tiveram como desfechos a morte, desde o princípio do século em diante; a ascensão da esquerda no país; a crise política nacional; a ditadura militar e o terrorismo de Estado.

No segundo estudo, analisam a relação entre ameaça política e medo na propaganda política do plebiscito de 1988⁴⁰, procurando compreender as estratégias utilizadas pelos órgãos oficiais na propaganda televisiva. O terceiro estudo se utiliza dos registros de pesquisas de Opinião Pública (realizadas entre 1986 e 1989), documentos sobre a realidade nacional e estudos sobre as campanhas de terror nos meios de comunicação, tendo em vista analisar a percepção do medo e da ameaça política.

Por fim, o quarto estudo, que se refere ao trabalho terapêutico⁴¹ grupal. Foram formados vários grupos de trabalho constituídos por ativistas de direitos humanos, religiosos, donas de casa, lideranças sociais e políticas que eram contra o regime político.

³⁹ O medo é entendido, por Lira e Castillo (1991), como um efeito da permanente ameaça política na sociedade chilena num contexto político determinado.

⁴⁰ No Plebiscito, realizado em 1988, mais da metade dos chilenos decidiram que não queriam Pinochet como presidente da República. Cabe ressaltar, que a ditadura termina, formalmente, depois deste plebiscito. Posteriormente, se convoca eleições e, em 1989, Patricio Aylwin é eleito, tomando posse em março de 1990. No entanto, o novo presidente não teve como destituir do cargo Pinochet, que continuou como Comandante-em-chefe do Exército (Lira, 1993).

⁴¹ Um estudo mais detalhado sobre o trabalho terapêutico grupal pode ser encontrado em Lira e Weinstein (1984), num livro que reúne as experiências de um coletivo de trabalho de saúde mental, intitulado "Psicoterapia y represión política".

Muitos que participaram destes grupos haviam sofrido ameaças e algumas das organizações das quais participavam haviam sido fortemente reprimidas. O objetivo desse estudo foi registrar o impacto do medo e fazer uma intervenção no sentido de modificar seus efeitos por meio do trabalho psicoterapêutico grupal. Os sujeitos participantes reconheceram e confirmaram, individualmente e coletivamente, a percepção da ameaça política, o que, segundo Lira e Castillo (1991), possibilitou “(...) *elaborar y transformar su significado, disminuyendo el nivel de angustia frente la amenaza política*” (1991:11).

A relação que existe entre o trauma político e a memória social foi, posteriormente, desenvolvida por Lira (1993) na qual a autora afirma que a memória social se define como o significado atribuído aos eventos traumáticos do passado e seus efeitos nas relações sociais. Em outras palavras, para a autora, são os significados que os acontecimentos tiveram no passado que constituem a memória social. De acordo com Lira a

“Memoria historica o social, a nuestro juicio no hace referencia a los hechos en sí, sino al significado que ellos han tenido en las relaciones sociales produciendo efectos que inciden sobre el presente, sobre el quehacer político y sobre el curso de la vida social” (Lira, 1993:113).

Dessa maneira, essa memória está sempre aberta a novos significados. Cabe ressaltar que, numa situação traumática, se vive o dilema entre a memória e o esquecimento, ou seja, pode ser impossível lembrar aquilo que foi traumático, assim como esquecê-lo. Entretanto a lembrança, eventualmente, pode irromper violentamente na vida das pessoas. Lembrar o passado traumático é como revivê-lo, é como abrir as feridas ainda não cicatrizadas. A autora aponta ainda a necessidade de se falar coletivamente dos eventos traumáticos, a fim de permitir a elaboração política e subjetiva desse passado traumático, pois *“hay un sinnúmeros de muertos y desaparecidos que no descansan en paz... y está el*

deseo de olvidar y dar vuelta a la página de unos y otros y seguir viviendo” (Lira, 1993:113).

Aprofundando essa relação entre a memória coletiva e o trauma político provocado pela repressão no Chile, Lira e Castillo (1998) afirmam que “*El recuerdo es una reconstrucción de las emociones, sentimientos y percepciones pasadas*” (p. 249). Essa reconstrução não diz respeito somente às experiências privadas, mas também estão diretamente relacionadas à história social, não afeta somente as vítimas, mas toda a sociedade chilena. Enquanto existir a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura e o propósito político de se esquecer esse passado, torna-se difícil a elaboração dos traumas e a verdadeira reconciliação (Lira & Castillo, 1998).

A memória chilena, não diferente de outras memórias traumáticas em outros contextos históricos, convive com o antagonismo entre duas versões do passado: uma que vê Pinochet como um herói que combatia o comunismo e os subversivos, que restabeleceu a lei e a ordem, que criou as bases constitucionais para a democracia moderna e que permitiu uma pacífica transição e a outra versão, a das vítimas e dos grupos de direitos humanos, que exigem o reconhecimento público das violações de direitos humanos ocorridas na sociedade chilena. Segundo Lira e Castillo (1998), embora os dados das pesquisas de opinião demonstrem que a maior parte da população chilena acha necessário apurar os casos de violação dos direitos humanos e castigar os responsáveis, existe um medo de que as demandas de justiça e de verdade os exponha novamente aos riscos da violência política. Frente às ameaças de violência política, os chilenos, à semelhança dos espanhóis – como apontado por Aguilar (1996) – temiam os conflitos, supervalorizavam os consensos censurando seus próprios atos a fim de evitar a instabilidade política, temendo o retorno ao horror (Lira & Castillo, 1998).

É, portanto, no sentido de “curar” as feridas “ocultadas” pelo medo de um retorno à repressão, que as autoras insistem na necessidade do reconhecimento político, social e público deste sofrimento. *“Sin el reconocimiento social, los traumas llegan a ser solamente sufrimiento privado y no pueden ser confrontados”* (Lira & Castillo, 1998:253). As memórias da resistência exercem um papel fundamental, tanto no que se refere à elaboração do trauma quanto na exigência de políticas sociais que reconheçam a responsabilidade do Estado na repressão política em vistas à reparação social. A esse respeito, as autoras apontam a importância dos trabalhos da *Comisión Nacional de la Verdad y Reconciliación* que, oficialmente, vem elaborando informes sobre as violações de direitos humanos e fazendo recomendações no que diz respeito as pensões e compensações econômicas aos familiares das vítimas.

Além disso, destacam o papel das “*arpilleristas*”⁴² que contavam suas histórias de dor e sofrimento por meio das *arpilleras* (tapetes bordados). Esposas e mães de mortos e desaparecidos expressavam suas denúncias, em seus tapetes, contando a história de um Chile dividido e do sofrimento cotidiano dos pobres: a fome, a tortura, a família ferida. *“Las arpilleras inventaron estrategias para enfrentar el miedo a pesar de la represión política y desarrollaron nuevas formas de lucha contra el autoritarismo. Las arpilleras fueron una forma de resistencia política durante la dictadura militar”* (Lira & Castillo, 1998, 256).

Por meio da arte de seus tapetes, as *arpilleristas*, além de representar o horror que as acometiam, elaboravam seus traumas criando um sentido de resistência a dor e ao sofrimento provocado pela violência política.

⁴² Os tapetes coloridos são uma arte tradicional no Chile. As primeiras *arpilleristas* eram grupos politizados de mães que procuravam seus filhos e esposos que foram presos e, posteriormente, desaparecidos. Atualmente, as *arpilleras* políticas já não existem mais, somente as que confeccionam para fins turísticos (Lira & Castillo, 1998).

A questão dos efeitos da violência política também é apontada em várias publicações de Martín-Baró (1985; 1987; 1989), em que o autor discute aspectos psicossociais do trauma político em El Salvador. O autor denuncia a situação de repressão política em que vivia a população salvadorenha, afirmando que:

“Toda la vida social queda marcada por este terrorismo político, cuyos propósitos es la internalización del miedo. En consecuencia tenemos una población aterrorizada, que ha internalizado el miedo y que no tiene casi otra alternativa que conformarse con las opciones políticas que le han sido impuestas” (Martín-Baró, 2003:264-265)⁴³.

Esta situação, segundo Martín-Baró (1989), provoca a polarização social, a mentira institucionalizada e a militarização da vida social, impregnando as relações sociais e se cristalizando como um trauma psicossocial. É uma situação concreta de violência e guerra civil que provoca uma verdadeira guerra psicológica. Para o autor, *“en la medida en que el ordenamiento interiorizado, las exigencias sociales apropiadas requieren la sumisión de las personas a un orden opresivo que los enajena y deshumaniza, en esa medida el proceso de socialización constituye un mecanismo de violencia institucional”* (Martín-Baró, 1985:408).

Como podemos notar, para Martín-Baró, não basta o trabalho de intervenção psicológica aos que foram submetidos a situações traumáticas, é necessário ir além do trabalho psicoterapêutico e fazer um intenso trabalho de despolarização, desideologização e desmilitarização, que seja capaz de transformar as relações sociais permitindo às pessoas elaborar sua história em um contexto interpessoal diferente do contexto de terrorismo de Estado e de ameaça política (Martín-Baró, 1989).

⁴³ Vários textos de Martín-Baró foram reunidos, por iniciativa de Amalio Blanco e Luis de la Corte, num único livro intitulado *“Poder, Ideología y Violencia”*, publicado postumamente em 2003, pelo Editorial Trotta na Espanha.

2.4. Memória coletiva e genocídio na Guatemala

Finalmente, apontamos o estudo de Martín Beristain, José Luiz Gonzáles e Darío Páez (1999) sobre a memória coletiva e o genocídio político na Guatemala. Esses autores analisaram os processos de lembrança coletiva das experiências traumáticas dos maias guatemaltecos, vítimas de um genocídio nos anos 80. O estudo⁴⁴ foi realizado nos anos de 1996 a 1997, dez anos depois do massacre – ocorrido no período que vai de 1981 a 1985 - com pessoas que vivenciaram o acontecimento. Os autores apontam, em seus resultados, que as guerras e os genocídios reforçam a mobilização social e a necessidade de se criar rituais. E destacam que ser vítima se relaciona com maior reação emocional, com mais rituais, com maiores reivindicações de memória coletiva e com reivindicações de mudança política. É curioso observar que, neste processo podemos ver, claramente, como dimensões da consciência política, propostas no modelo de Sandoval (2001), como sentimentos de justiça e injustiça estão presentes na construção da memória.

“La cólera y la sensación de injusticia estaban fuertemente asociadas con la demanda de conmemoración, de exhumaciones, de reparación moral de los fallecidos y la compensación moral de las víctimas, apoyando algunas de las funciones sociales específicas de las emociones. La dimensión de conmemoración de la memoria colectiva aparece como asociada a una función social de movilización de la energía que mantiene una actividad más preactiva y dirigida hacia una meta: la restauración de la dignidad del fallecido y la reivindicación de indemnización de las víctimas, La sensación de injusticia y cólera moviliza la energía para pedir una reparación moral” (Beristain, Gonzáles & Páez, 1999: 96).

⁴⁴ Este estudo fez parte de um projeto de Direitos Humanos do Arcebispo da Guatemala (ODHAG), que tinha o objetivo de “Recuperar a memória histórica”.

Estes resultados reforçam as teorias desenvolvidas por vários autores indicados em seções ou capítulos anteriores, que afirmam que as comemorações reatualizam as emoções provenientes de acontecimentos coletivos traumáticos e, ao serem reatualizadas, confirmam a identidade da pessoa e ajudam na reapropriação do passado (Pennebaker & Crow, Paez & Rime, 1998).

Além disso, reforçam a coesão e a mobilização social, reafirmando, também, que o sentimento de justiça e injustiça, provocado pela lembrança coletiva, leva a um sentimento de solidariedade com as pessoas ou o grupo, fortalecendo a unidade do grupo e se dirigindo às reivindicações políticas (Sandoval, 2001).

Nesse sentido, a relação entre memória e consciência política está marcada por um processo dinâmico e dialético, visto que mantém uma relação de interdependência que, dependendo de cada sujeito ou coletivo, pode-se tornar mais ou menos pro-ativa ou reativa, transformadora ou cristalizada.

3. Memórias da repressão política no Cone Sul

Dentre os estudos realizados no Cone Sul, destacamos aqueles realizados sob a direção de Elizabeth Jelin e Carlos Ivan Degregori - iniciado em 2001 até o momento - sobre a memória da repressão política, através do Programa desenvolvido pelo “Painel Regional da América Latina (RAP)”, da Social Science Research Council. Esse programa intitulado “Memoria Colectiva y Represión” resultou na publicação de uma coleção específica sobre as investigações realizadas na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que apontaremos nas linhas que seguem. Em tais estudos, os autores aprofundam o que a literatura da memória denomina “artefatos da memória”, ou seja, os recursos que as

sociedades desenvolvem para manter/preservar a sua memória coletiva. De modo que, encontramos uma série de estudos sobre os *arquivos da repressão*, as *comemorações e disputas entre memórias coletivas* e os *monumentos memoriais* que foram realizados na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

No que se refere à questão dos arquivos da repressão, Ludmila da Silva Catela (2002a) analisa os arquivos do DOPS do Rio de Janeiro – localizado no Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro - e os arquivos alternativos do Projeto Brasil Nunca Mais⁴⁵, - localizado no arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (São Paulo), ambos no Brasil. Catela (2002a) utiliza a expressão “*territórios da memória política*” para se referir aos arquivos da repressão que, segundo a autora, são espaços que se constituem para *fazer memória e construir memórias*, visto que tornam visível à opinião pública os debates, os agentes envolvidos e as formas das ditaduras e suas seqüelas. Como território da memória, o arquivo:

“É um lugar onde se acumulam memórias coletivas totalizadas e unificadas, em nome de diferentes princípios como a nação, o Estado, a luta de classes, etc. Sua estrutura se dispõem a reativação, resignificação e negociação de diversas formas de memórias sociais. Nesta ativação-negociação radica seu poder cultural e político na medida em que possibilita a expressão de novas práticas e ações cidadãos” (Catela, 2002a: 69).

⁴⁵ O “Projeto Brasil Nunca Mais” foi um projeto coordenado pela arquidiocese de São Paulo que organizou um arquivo próprio sobre as violações dos Direitos Humanos no Brasil reunindo cópias dos processos políticos que tramitaram na Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. Cabe ressaltar que essas cópias foram feitas, clandestinamente, durante vários anos pelos advogados dos presos políticos e exilados e, posteriormente classificadas e organizadas, resultando em doze volumes, sendo que, em São Paulo, uma cópia encontra-se na Comissão Justiça e Paz e, no Rio de Janeiro, uma cópia encontra-se sob o poder do Grupo Tortura Nunca Mais (GTMN-RJ) e uma outra na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A síntese deste trabalho foi publicada no livro *Brasil Nunca Mais* editado pela Vozes e é considerada por Coimbra (2004) uma das mais completas radiografias da repressão exercida pelo Regime Militar no Brasil. É importante esclarecer que o livro Brasil Nunca Mais não é do GTNM-RJ. O referido grupo foi criado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos e tornou-se, através das lutas em defesa dos direitos humanos de que tem participado e desenvolvido, uma referência importante no cenário nacional. O Grupo tem atuação forte na luta contra as violações dos direitos humanos hoje, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos, pelo resgate da memória histórica e pelo afastamento imediato dos cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura. Posteriormente foram criados outros GTNMs em outros estados brasileiros como Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco.

A abertura dos arquivos do Paraguai, considerados “arquivos do terror”, por conter grande parte da documentação sobre a “Operação Condor”⁴⁶, de fundamental importância para a América Latina, são analisados por Myrian Gonzalez (2002a).

Maria Angélica Cruz (2002), destacando a importância de se preservar os arquivos do passado para manter e transmitir a memória coletiva, faz um estudo sobre os arquivos da “Vicaría de la Solidaridad” no Chile⁴⁷. Finalmente, Darío Olmo (2002) discorre sobre o uso de arquivos policiais na antropologia forense na Argentina, analisando um conjunto de diferentes arquivos: o arquivo da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP); as causas judiciais que tramitaram na Câmara Federal entre 1984 e 1987; as informações publicadas sobre a violência política na imprensa escrita e os casos padrão da Equipe Argentina de Antropologia Forense.

Embora não discutimos detalhadamente as análises realizadas por esses autores, vale ressaltar que, todos estes estudos mostram a importância da abertura e debate público dos arquivos estatais e dos arquivos organizados pelas entidades de direitos humanos e destacam as lutas sociais e políticas pelo acesso público aos arquivos considerados sigilosos e confidenciais. Como sugere Catela (2002), tornando-se públicos os arquivos da repressão servirão de chave para a memória das vítimas – na medida em que contribui para recompor identidades e responsabilizar os que cometeram arbitrariedades e violações dos direitos humanos; no plano jurídico são provas concretas dos atos violentos; no plano da pesquisa histórica, são importantes fontes documentais e por fim, podem proporcionar ações pedagógicas que sinalizem os perigos da intolerância, do totalitarismo político, da tortura, etc (Catela, 2002).

⁴⁶ A Operação Condor, instalada nos anos 70, foi uma operação conjunta feita pelos serviços de informações dos regimes militares do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, sob a liderança do Chile.

⁴⁷ Este arquivo foi criado pela Igreja Católica e depois transferido para a Fundação de Documentação e Arquivo da Vicaria de Solidariedade.

Tão importante quanto os arquivos são as comemorações que ativam sentimentos e que constroem e reconstroem as memórias do passado (Jelin, 2002). As comemorações, vinculadas às ditaduras militares no Cone Sul, são abordadas por Azun Candina Polomer (2002), que analisa aquelas que se referem ao golpe militar no Chile, em 11 de setembro de 1973. As lutas pela memória do golpe na Argentina, em 24 de março de 1976, são estudadas por Federico Guillermo Lorenz (2002); os festejos do aniversário do ditador Stroessner no Paraguai são analisados por Myrian Gonzalez (2002b); a data de 14 de abril de 1972, a chamada guerra dos caídos no Uruguai, é analisada por Aldo Marchesi (2002) e o 31 de março no Brasil, o dia do golpe militar, é estudado por Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela (2002). São datas “in-felices”⁴⁸, que marcaram os processos políticos da América Latina e que, em suas comemorações, demonstram as múltiplas versões e interpretações do passado que são, ainda nos dias de hoje, objetos de muitas disputas e conflitos.

Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003), dentro do programa de pesquisa sobre Memórias da Repressão, tomam as marcas territoriais, os espaços físicos e os lugares públicos como porta de entrada para analisar as lutas pelas memórias e os sentidos sociais do passado de repressão política no Cone Sul. Nesses estudos, as autoras focalizam os processos políticos que marcaram os espaços onde ocorreram a violência estatal nas ditaduras e as tentativas “(...) *de construir memoriales y monumentos que recuerden y homenajeen a sus víctimas*” (Jelin & Langland, 2003:2). Nesse sentido, as autoras procuram compreender não só os significados que as sociedades atribuem aos monumentos e memoriais, mas os processos políticos que convertem um mero espaço físico em um

⁴⁸ Este termo é utilizado no título do livro, publicado pelo Programa “Memórias da Repressão”, que reúne estes estudos sobre as comemorações em vários países do Cone Sul. É uma maneira de demonstrar, já no título, as disputas que existem entre diferentes versões dessas comemorações – felizes para uns, infelizes para outros.

lugar carregado de sentidos e sentimentos para os sujeitos que viveram essa violência, ou seja, os processos políticos de elaboração das “marcas territoriais” que fazem o nexo entre o passado e o presente. Por mais que os monumentos tradicionais tentem ocultar os fatos e promover o esquecimento, por meio de seus heróis nacionais cristalizados numa única versão da memória, as possibilidades de novas interpretações e leituras estão sempre presentes.

Hite (2003), voltando a atenção para o monumento dedicado a Salvador Allende, mostra como as posturas políticas e interpretação do passado se modificaram ao longo do tempo. A questão dos novos sentidos que vão sendo construídos em torno dos monumentos é também apontada por Langland (2003) em seu estudo sobre o Edifício da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro e por Michael Lazzara (2003) sobre o Parque de La Paz na Villa Grimaldi no Chile. Langland (2003) procura mostrar os sentidos atribuídos, por estudantes brasileiros, ao edifício da UNE em diferentes períodos, apontando que o edifício é reconhecido como símbolo da resistência da UNE contra o regime militar, principalmente por ter sido invadido e incendiado no momento do golpe militar em 1º de abril de 1964. Entre os anos de 1964 até 1978 se desenvolveram ali muitas manifestações estudantis e comemorações, que o converteu em um lugar de memória do período.

Nesta mesma linha, Valdenia Brito (2003) reconstrói a história de construção do monumento *Tortura Nunca Mais* na cidade de Recife, no Brasil, analisando as significações temporais e espaciais que expressam, tanto os sentidos nacionais quanto locais, incluindo a sua dimensão estética. Nesse sentido, a autora afirma que este monumento foi resultado da reivindicação de familiares de mortos e desaparecidos desde a metade dos anos oitenta, tornando-se canalizador das lutas que antes se concentravam nos comitês pró-Anistia. Mais do que remeter à lembrança daqueles que foram vítimas da

ditadura, Brito enfatiza que o nome *Tortura Nunca Mais* atribuído a esse monumento significa:

“Uma esperança e a expectativa de que não seja somente um lugar de comemoração daqueles que sofreram torturas no passado, mas também um espaço que promova a mobilização social contra a tortura e contra outras formas de violação dos direitos humanos que se mantém no presente” (Brito, 2003:116).

Sendo assim, ela resgata a motivação dos idealizadores do monumento: o de ser um *espaço de luta*.

Lazzara (2003), por sua vez, analisando o valor simbólico que se atribui ao Parque de La Paz, destaca a estreita relação entre lugar, subjetividade e narração, já que sujeitos diferentes constroem diferentes relatos a partir de suas motivações políticas e pessoais.

Todo o processo de construção do *Parque de la memoria en Buenos Aires*, como um dos monumentos dedicados às vítimas do terrorismo de Estado na Argentina, é analisado por Patrícia Tappatá de Valdez (2003) que discorre sobre os processos de debate e consenso entre atores do setor público (governamental) e atores não governamentais.

Enfim, neste programa de pesquisa, coordenado por Jelin e Degregory, há uma enorme gama de estudos científicos sobre os *“artefatos da memória”* em cujas análises se evidencia a importância dos arquivos, das comemorações, dos monumentos e das marcas territoriais como *“veículos da memória”*, que trazem à luz as lutas políticas pela memória, as disputas entre múltiplas e diferentes memórias que se confrontam, ao mesmo tempo em que proporcionam às novas gerações a possibilidade de conhecer o passado e estabelecer nexos entre passado, presente e futuro.

4. Os estudos da memória da repressão no Brasil

*“Um dos mais cruéis exercícios
da opressão é a espoliação
das lembranças”.*

Ecléa Bosi

No que tange ao período da ditadura militar no Brasil, encontramos uma vasta documentação elaborada pela historiografia e pelas ciências sociais, visto que a temática do autoritarismo, a denúncia da violação dos Direitos Humanos, as análises das crises econômicas e políticas do período, entre outras, é freqüente em muitos trabalhos.

Com respeito à memória da repressão, podemos apontar uma série de trabalhos autobiográficos, entre eles os de Fernando Gabeira (1979, 1980) e Syrkis (1980) – produzidos durante o exílio de seus autores – que discorrem sobre suas experiências vividas mesclando, em suas narrativas, o real e o imaginário. Basicamente estes autores procuram fazer a mediação entre o singular e o universal para explicar o passado, a partir de uma leitura particularizada e crítica das experiências que viveram concretamente. Gabeira e Syrkis resgatam e reconstroem a memória deste período e procuram, por meio dos seus relatos, sensibilizar o leitor para a gravidade da situação. Syrkis (1980), participante ativo da luta armada, rememora as denúncias das torturas sofridas pelos companheiros de prisão e procura compreender, a partir de sua trajetória, porque a luta armada não conseguiu resistir à ditadura.

As memórias de Frei Betto (1982) e Freitas (1981) descrevem as agruras do período enfatizando a resistência heróica de alguns revolucionários que lutaram contra as atrocidades praticadas durante a ditadura militar, bem como a luta pelos ideais de justiça. O livro de Betto (1982) é um denso relato sobre os acontecimentos vividos pelo autor, em cuja obra ele revela a participação dos dominicanos durante o período de acirramento do

regime autoritário. O autor rememora a perseguição e a prisão de religiosos, além de apresentar um dossiê sobre Frei Tito, também vítima da tortura.

Freitas (1981) faz um relato dos fatos que testemunha, denunciando a opressão vivida nos cárceres durante a atuação militar. Seu relato descreve o cotidiano vivido na convivência com os presos políticos e comuns e a terrível experiência das torturas da qual também foi vítima.

Segundo Lucileide Cardoso (1993), esses autores são memorialistas que se opõem ao regime militar e têm a pretensão de escreverem um relato sincero, uma extensa reportagem da história que nos foi censurada durante a atuação do regime militar no Brasil. São memórias que, além de relatarem as cenas de prisões, expressam a resistência contra o esquecimento, a autodenúncia das atrocidades e crimes cometidos durante a ditadura e autocrítica da luta armada e da esquerda tradicional (Cardoso, 1993).

Em seu estudo sobre as criações memorialísticas do regime de 1964, Cardoso (1993), como base em onze livros de memórias autobiográficas acerca do período, procura demonstrar como os memorialistas constroem a versão dos acontecimentos, em função da posição que assumem frente ao poder.

Se, por um lado encontramos publicações que são *memórias* da repressão e que são verdadeiras denúncias contra o regime militar e a violação dos direitos humanos, por outro lado, não faltaram trabalhos, também autobiográficos, como aponta Cardoso (1993), que são memórias que defendem o regime, o autoritarismo e o poder, como por exemplo, os de Falcão (1989) e Abreu (1979), que são ideólogos do regime militar. Falcão (1989) destaca a sua participação no regime militar contra a ameaça subversiva, justificando o caráter inevitável do golpe de 1964, que impediu a instauração de uma ditadura de esquerda; Abreu (1979) afirma que a população brasileira se posicionou a favor da “*revolução de*

1964”,⁴⁹ que tinha por objetivo a defesa da “*democracia*”, o combate à corrupção e à subversão.

Ustra (1987) e Lobo⁵⁰ (1989), por sua vez, têm como questão central, em seus relatos, a prática da tortura e se colocam como cumpridores das ordens vindas da hierarquia militar. O relato de Ustra (1987) consiste numa ardorosa defesa do combate à subversão bem como numa tentativa de provar, por meio de seu testemunho que nunca esteve envolvido com os mecanismos de tortura, pois estes não existiram. Já Lobo (1989) reconhece a existência real das práticas de tortura, mas se isenta de qualquer tipo de envolvimento na aplicação das técnicas de tortura. O autor legitima a reação militar frente à ameaça comunista, mas se considera uma vítima do regime.

Percebemos que todas essas memórias estão fundamentadas na experiência vivida por seus autores. São trajetórias individuais que revelam um posicionamento político: uma preocupação em denunciar a repressão e afirmar a legitimidade dos grupos revolucionários ou de reafirmar o poder e justificar os atos do governo militar. Embora estas memórias reflitam as contradições vividas pela sociedade brasileira, essas são autobiografias que não têm a preocupação de ser um estudo científico sobre a memória coletiva da repressão. Além disso, essas memórias autobiográficas são de militantes ou profissionais que gozavam de algum reconhecimento público e/ou com acesso para publicar suas autobiografias não refletindo as experiências de militantes populares.

Cabe ressaltar que, embora muitos historiadores como Edward Thompson, Hobsbawm, Raymond Williams, atuando no campo da interpretação, procuram entender a

⁴⁹ Colocamos entre aspas “revolução de 1964”, porque é a forma pela qual estes autores, partidários do regime militar, se referem ao golpe militar de 1964 e também porque é uma forma muito comum das pessoas se referirem a este período. É também uma forma irônica de falar em revolução já que não teve nenhuma característica revolucionária.

⁵⁰ Amílcar Lobo era médico psiquiatra e foi um dos torturadores que, nos anos 70, atuava no DOI-CODI/RJ. O Grupo Tortura Nunca, em 1987, ganhou o processo de cassação do registro profissional do médico, conforme “*Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos: Resgatando a Memória Brasileira*” (p.8).

história por meio da cultura, não encontramos estudos sobre a *memória coletiva popular* (se assim podemos chamar), que expressem as memórias dos segmentos populares, que demonstre o que as pessoas conhecem da época da ditadura, como vêem a repressão ou mesmo a sua vivência em relação à época.

Em 2000, apontávamos que havia uma ausência de estudos sobre a memória coletiva da repressão no Brasil, especialmente que fossem provenientes da classe operária. Naquela ocasião, a Social Science Research Council (SSRC) estava iniciando seu Programa de pesquisa, com jovens pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas, sobre a Memória da Repressão Política no Cone Sul que, conforme vimos, incluem pesquisas científicas realizadas, no Brasil. Sendo assim, a partir de 2001, passamos a ter a nossa disposição, por meio da publicação da coleção *Memórias de la repressión*, boa parte dessas pesquisas.

Como vimos, estas pesquisas enfatizam os mecanismos que as sociedades desenvolveram e desenvolvem para manterem viva suas memórias, ou seja, os artefatos da memória, que são fundamentais para a construção da memória coletiva das novas gerações, mas que estão mais voltadas à análise dos *arquivos da repressão* do DOPS do Rio de Janeiro e dos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais; *as comemorações* do Golpe Militar de 1964 e as chamadas *marcas territoriais* (monumentos) como é o caso do Edifício da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro e do monumento “Tortura Nunca Mais”, em Recife.

Nesse sentido, não enfocam as memórias construídas por meio das narrativas e discursos de sujeitos que não viveram o período da repressão no Brasil. De modo que estes estudos, pelo menos por enquanto, não têm a pretensão de analisar os impactos da memória da repressão no comportamento político das novas gerações, nem tampouco discorrer sobre a memória coletiva dos segmentos populares.

No enfoque psicopolítico, um trabalho que merece destaque é o de Ângela Caniato (1995). Embora não seja o objetivo da autora estudar a memória da repressão, ela nos oferece uma análise dos atributos e articulações psicossociais da violência política do regime militar no Brasil, discutindo o autoritarismo de 1964 e a violação dos direitos humanos. Com base na psicanálise, observa que a violência política é internalizada e a estrutura psíquica do indivíduo passa a sustentar a violência na sociedade. No Brasil, de acordo com Caniato (1995):

“os estudos psicopolíticos e mesmo psicológicos sobre as repercussões psíquicas das mortes, exílios e torturas foram negligenciados mesmo porque a Psicologia que aqui se desenvolveu a partir da criação dos primeiros cursos de psicologia em 1962 não estava voltada para as implicações no psiquismo das questões socio-políticas” (Caniato, 1995: 70).

Desta feita, em sua tese, a autora enfatiza as consequências psicossociais da violência política, apontando alguns elementos que podem explicar o esquecimento, visto que como assinala:

“A realidade política do regime autoritário da Ditadura Militar de 1964 no Brasil foi delineando uma psicopolítica da subjetividade em que o sinistro, a tendência ao silêncio, ao esquecimento do ocorrido e a falta de memória social são alguns elementos constituintes do processo psicossocial de individuação” (Caniato, 1995:276).

A essa tendência ao silêncio ou ao esquecimento provocada pela repressão política, Jacoby denomina *amnésia social*, assinalando que o passado esquecido, apagado, ocultado é incontestável e que, para transcendê-lo, é preciso recordá-lo:

“Exatamente porque o passado foi esquecido, ele domina incontestado; para ser transcendido ele antes deve ser lembrado. A amnésia social é a repressão que a sociedade faz da recordação do seu próprio passado. É a conveniência psíquica da sociedade da conveniência” (Jacoby, 1977:19).

Assim, a lembrança pode ser entendida como uma forma de resistência aos processos de repressão imposta pelos regimes militares.

A temática do esquecimento e da memória tem sido preocupação não só de psicanalistas como Caniato e Jacoby, mas de sociólogos, como é o caso de Irene Cardoso (2001), importante referência de pesquisa sobre o período da ditadura militar no Brasil, especialmente dos acontecimentos de 1968. Estudando os acontecimentos de 68, a autora aponta o silêncio imposto pelo terrorismo de Estado, afirmando que houve *“uma estratégia de implantação do terror por parte do Estado”*, estratégia esta caracterizada *“pela construção do espaço de total arbitrariedade, pela criação do inimigo potencial, pela disseminação do medo, pela produção do silenciamento, pela deleção secreta e pela impossibilidade da política”* (Cardoso, 2001: 153).

Desse modo, a autora assinala que a questão do esquecimento e da memória são fundamentais para se interpretar os acontecimentos de 68, uma vez que, por meio da repressão, se estabeleceu uma súbita “normalização” da sociedade e da política, baseada na interdição do passado:

“No Brasil a normalização, via violenta repressão, tomou a forma do ‘milagre econômico’ dos anos 70, da ‘distensão, lenta, gradual e segura’, da ‘abertura’, da anistia submetida ao veto militar e marcada pela interdição de investigação do passado, de fortes prerrogativas militares institucionais, da mais longa transição, que concorre para o esquecimento ou diluição da memória coletiva, do terror implantado pela ditadura militar” (Cardoso, 2001:149-150) [grifos da autora].

Essas dificuldades para acessar o passado, provocadas por esta interdição, de acordo com Cardoso, torna difícil a própria interpretação dos acontecimentos de 68 e exige a problematização do presente, ou seja, a crítica do presente que leva a refletir sobre as subjetividades nele inscritas e as possibilidades de se reconstruir historicamente essas subjetividades.

Essa preocupação com as subjetividades produzidas pelo terror político foi também desenvolvida pela psicóloga Cecília Coimbra (1995), por meio de um estudo – que resultou na publicação do livro “*Guardiões da ordem*” - imprescindível para os que pesquisam a memória da repressão no Brasil. Nessa obra, a autora faz uma retrospectiva de algumas práticas psicoterapêuticas - “*práticas psi*”, como ela mesma denomina – que foram desenvolvidas nos anos 70, procurando analisar os modelos e subjetividades que tais práticas têm fortalecido e produzido.

Em seu estudo, Coimbra nos oferece uma detalhada contextualização política do regime, atentando para o fato de que o período em que mais se torturou no Brasil (1969-1977) coincide com a época do “*milagre brasileiro*”, em que se vende a imagem de “*progresso*”, “*bem-estar*”, “*tranqüilidade*”, “*euforia*”. Por trás dessa aparente “*tranqüilidade*”, o terrorismo de Estado disseminou o terror em toda a sociedade calando-a e levando-a a um *torpor social*. Além disso, a utilização da tortura como prática *comum* e *oficial* dos aparelhos repressivos, segundo a autora, cumpre a função social de produzir subjetividades. Nesse sentido, destaca: “*Há uma produção massiva de subjetividades coletivas, o que mostra as dificuldades, neste período, de se recusar ou mesmo questionar a ordem social que está sendo produzida, fortalecida e imposta*” (Coimbra, 1995:22).

A autora questiona a pretensa neutralidade e objetividade das práticas “*psi*” e procura mostrar como este posicionamento contribuiu para legitimar as práticas

estabelecidas pela ordem dominante e reproduzir o contexto autoritário e repressivo. Embora a autora não tenha a pretensão de fazer um estudo da memória histórica, como ela mesma afirma, seu trabalho aponta para a reconstrução de uma memória coletiva de resistência daqueles que recusam as formas estabelecidas como memória oficial:

(...) Não pretendo fazer a reconstrução de uma memória histórica, mas de uma 'outra', sempre ocultada, sempre impedida de aparecer, sempre estigmatizada. Com isso em realidade proponho a desconstrução de uma história conhecida como 'oficial', instituída, fazendo surgir daí uma 'outra' memória, uma 'outra' história” (Coimbra, 1995: XIV).

Uma obra mais recente que merece destaque é o livro *Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos* organizado por Rauter, Passos e Benevides (2002) que reúne trabalhos escritos pela equipe Clínico-grupal do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de alguns autores que discutem temáticas pertinentes à violência política. É um trabalho pioneiro que procura fazer a interface entre a clínica e a política trazendo as reflexões e os questionamentos que emergiram, ao longo de mais de uma década, do trabalho clínico deste grupo com os afetados pela violência do Estado. Para nós que estudamos a memória da repressão numa perspectiva psicopolítica esta publicação é uma importante contribuição para o entendimento das questões referentes à violência do Estado, a relação entre clínica e política no que tange à violação dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, um incentivo às lutas em favor dos direitos humanos.

Como já dissemos anteriormente, não queremos perder de vista que o estudo da memória política da repressão abre novas possibilidades de pesquisa, especialmente no campo da psicologia política, que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político das sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, os estudos já realizados servirão de base para compreensão das relações de poder e do autoritarismo que proliferaram por todo o continente latino americano, em particular na sociedade brasileira, visto que não se pode separar o estudo da memória coletiva da repressão do seu caráter político e ideológico. Desta forma, em nossa análise, teremos em conta os referenciais teóricos de Gamson (1992a/b) e Sandoval (1994) sobre consciência política, que já indicamos no primeiro capítulo, tendo em vista, compreender as contradições sociais presentes na memória coletiva, o conformismo político, a submissão e a defesa da ordem que justificam a repressão e a resistência à repressão por parte dos que estão predispostos a agir contra os mecanismos repressivos.

Assim, podemos falar de uma memória política fazendo uma leitura crítica do passado a partir do presente e resgatando a capacidade de compreender o futuro dos projetos políticos que a nossa sociedade implementa. Estudar a memória política da ditadura e repressão é, pois, discutir as relações de poder, as questões que dizem respeito aos direitos humanos e sociais, a conscientização política, a participação de atores sociais efetivos, que necessitam ampliar a sua capacidade de compreensão do mundo para nele poder viver e intervir politicamente. Dessa forma, desafiando-nos a - como afirma Lê Goff (1992) - *“trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”* (p. 477).

CAPÍTULO III

Da ditadura à democracia: conhecendo a história para compreender a memória

*Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações*

(Francis Hime e Chico Buarque, 1984)⁵¹.

O presente capítulo pretende oferecer ao leitor uma breve contextualização histórica dos períodos que compreenderam a ditadura militar e o processo de redemocratização no Brasil, apontando, cronologicamente, os principais acontecimentos, sem a pretensão de aventar para complexas análises históricas, políticas ou econômicas desenvolvidas no âmbito das ciências humanas.

Como nosso intento é estudar a memória coletiva da ditadura militar e da repressão política no Brasil, fazem-se necessárias duas contextualizações: uma primeira, referente ao próprio período da ditadura militar no Brasil sobre o qual faremos uma breve história e caracterização, apontando aspectos que são comuns a outras ditaduras militares e também aspectos bem peculiares do contexto brasileiro; uma segunda, de fundamental importância num estudo da memória coletiva, que descreva o processo de transição política à democracia, visto que nossos sujeitos de pesquisa, nasceram e/ou vivenciaram esse período pós-ditadura, sendo suas memórias construídas sob o impacto do processo de

⁵¹ Este é um trecho de uma canção de Francis Hime e Chico Buarque que faz referência ao golpe militar de 1964 como "*Página infeliz da nossa história*".

redemocratização. Sobretudo porque é, nesse período que os movimentos sociais começam a intensificar suas lutas, voltando a se manifestar publicamente e com mais liberdade, depois de vinte e um anos de repressão e ditadura militar.

Ambos os contextos são significativos para nossa análise, uma vez que a memória política é um processo construído e elaborado no tempo histórico, inserindo-se – como já dissemos no início – dentro dos grandes dilemas políticos a que se confrontam os povos latino-americanos: “(...) o dilema entre ditadura e democracia, entre dependência e autonomia regional e entre alienação e identidade histórica” (Martín-Baró, 1990:100).

1. A Ditadura Militar no Brasil

A Ditadura Militar no Brasil foi instaurada por meio de um golpe militar que destituiu o governo, constitucionalmente eleito pelos brasileiros, num período de grande tensão política e mobilização social.

Não podemos deixar de assinalar que os anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 foram marcados por intensa mobilização popular – organização de estudantes, camponeses, sindicalistas, trabalhadores da cidade – que se mobilizavam em favor das reformas de base – bandeira de luta do então presidente João Goulart. Neste período, o movimento estudantil tinha uma intensa atuação política tendo na UNE (União Nacional dos Estudantes) sua principal entidade representativa. Havia, portanto, uma polarização da sociedade: de um lado a crescente mobilização dos setores populares, dos nacionalistas e das esquerdas pelas reformas de base e, do outro, as elites econômicas tradicionais, grupos empresariais, direita política patrocinada pelo capital estrangeiro, grande parte das classes médias e até mesmo parcelas dos setores populares, que queriam “salvar” o Brasil da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo.

Essa tensão política levou as forças contrárias ao governo a conspirarem contra Goulart e intervirem violentamente com o golpe militar de 1964 que instaura no Brasil um governo ditatorial que compreende um período que vai de 1964 a 1985. Foram vinte e um anos caracterizados pelas arbitrariedades, autoritarismo, falta de democracia, pela supressão de direitos constitucionais, pela censura, forte perseguição política e repressão aos que se posicionavam contra o regime militar.

Diferente de outras ditaduras latino-americanas, a ditadura brasileira não foi personificada na figura de um único ditador, mas teve uma alternância de militares no poder por meio de eleições indiretas, na qual o presidente era eleito pelo Colégio Eleitoral – o que dava uma *máscara* democrática ao regime militar.

Essa seqüência de governos militares teve, segundo Sandoval (1994b), três fases: a primeira fase que se dá entre 1964 a 1968, abrangendo os governos de Castelo Branco e Costa e Silva; uma segunda fase, entre 1969 a 1974, que compreende o governo do general Emílio Garrastazu Médici, caracterizado por uma rigorosa repressão política e uma acelerada industrialização; e uma terceira fase, entre 1974 a 1985, caracterizada por um período de abertura política, que compreende os governos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo balizado pelo início da democratização do sistema político, com o fim de bipartidarismo, e pelo surgimento das atividades grevistas e dos movimentos sociais.

1.1. Revisitando a história do primeiro governo militar

Logo após o golpe uma junta militar toma o poder e elege para presidente da República o General Castelo Branco, que governa de 1964 a 1967. Embora esse general declarasse defender a democracia contra o avanço comunista, inicia seu governo com uma postura autoritária, estabelecendo eleições indiretas para presidente, dissolvendo partidos

políticos, cassando mandatos de vários parlamentares federais e estaduais, suspendendo os direitos políticos e constitucionais dos cidadãos brasileiros e intervindo nos sindicatos. Em seu governo, para tentar demonstrar tolerância e também solapar a articulação da oposição, foi instituído o bipartidarismo, sendo autorizado o funcionamento de dois partidos: a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que representava os militares e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), considerado partido de oposição. Foi também imposta uma nova Constituição para o país, aprovada em 1967 que “legalizou” as formas de atuação do regime militar.

Em 1967, assume a presidência o general Arthur da Costa e Silva (1967-1969). Seu governo enfrentou, desde o início, uma série de protestos de políticos, estudantes e trabalhadores em todo o país. Haja vista que, em 1968, explodiram as greves operárias em Contagem (MG) e Osasco (SP) e cresceram, vertiginosamente as manifestações estudantis; em março de 1968, em uma das manifestações estudantis no Rio de Janeiro, o estudante Édson Luis foi morto no confronto com os policiais provocando um protesto organizado pela UNE (União Nacional dos Estudantes) que levou cerca de cem mil pessoas às ruas em passeata contra o regime; em várias partes do país ocorreram muitos confrontos; em São Paulo, cerca de novecentos estudantes vindos de diferentes regiões do país, foram presos durante um congresso da UNE que, nessa época, já estava na ilegalidade.

Setores da Igreja, que no início da ditadura apoiavam o golpe, posicionaram-se contra a Doutrina de Segurança Nacional divulgando um documento denunciando-a como doutrina fascista. Essa doutrina, apregoada pelos militares da Escola Superior de Guerra (ESG), não se limitava à defesa do país face a uma suposta “agressão comunista”, mas se referia, como nos aponta Alves (1984) ao “inimigo interno”, ou seja, garantir a Segurança Nacional implicava em eliminar a agressão comunista interna, que significava a repressão direta às organizações e aos movimentos sociais e a vigilância constante de todas as

instituições e setores da sociedade. Em nome da Segurança Nacional, durante todo o regime militar se justificavam as prisões, as torturas e as mortes.

Em dezembro de 1968, o governo decretou o Ato Institucional⁵² Nº5 (AI-5), fechando o Congresso, cassando vários mandatos de deputados federais e estaduais, intervindo em estados e municípios, suspendendo direitos políticos de qualquer cidadão e demitindo ou aposentando funcionários do governo ou de empresas estatais. O AI-5 proibia qualquer tipo de protesto ou mobilização social e submetia a imprensa à mais rigorosa censura, impedindo a livre informação e cerceando as manifestações culturais, atingindo políticos, artistas, editores, professores, estudantes, advogados, sindicalistas, intelectuais e religiosos.

Diante da violência do governo militar, muitos grupos de esquerda começam a defender a luta armada. A guerrilha urbana, formada por jovens idealistas de esquerda começou a se organizar, realizando assalto a bancos, *seqüestros* (como forma de negociar a libertação de presos políticos), inclusive de um embaixador americano, para obterem fundos para o movimento de oposição armada. A repressão policial-militar aumentou implacavelmente.

1.2. O rigor do Governo Médici

Em 1969, inicia-se a segunda fase do governo militar (1969-1977), com o general Emílio Garrastazu Médici. É a fase mais dura e repressiva do regime militar, na qual as perseguições políticas se tornaram mais violentas, motivo pelo qual, o período de seu governo ficou conhecido como *os anos de chumbo*.

⁵² O Ato Institucional era um importante instrumento legal de repressão e controle social que foi utilizado pelos militares para legislar e subtrair direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros. Durante o período dos

Durante esse governo a repressão à luta armada cresceu instaurando uma severa política de censura à imprensa, sendo proibidos livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística. Muitos intelectuais, políticos, professores, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados do país. Multiplicam-se, por todo Brasil, os centros de tortura do regime, ligados ao DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) que atua como centro de investigação e repressão do governo militar. Com a criação desses órgãos oficiais o governo institucionaliza a violência contra quem ousasse questionar o regime, intensificando as perseguições políticas gerando, assim, um aumento das torturas, assassinatos e desaparecimentos de pessoas.

Devido ao rigor do regime e ao fechamento do cerco aos movimentos armados antiditatoriais, a guerrilha urbana cede terreno rapidamente nas capitais, refugiando-se estrategicamente no interior do país, como na região do Araguaia⁵³, mas é fortemente reprimida pelas forças militares e acaba enfraquecida e liquidada. Mesmo com a derrota das guerrilhas, o governo continuou usando seu aparato repressivo que sofisticava cada vez mais as técnicas de tortura.

O endurecimento político do regime é respaldado pelo *milagre econômico*, que vai de 1969 a 1973, em cujo período, o Brasil teve um acelerado crescimento econômico, atraindo muitos investimentos externos para projetos de grande porte no setor industrial, agropecuário, mineral e de infra-estrutura. Foram feitos enormes empréstimos e realizados muitos projetos considerados “faraônicos”, como a construção da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói que trouxeram altos custos às contas do Estado.

governos ditatoriais foram instituídos cinco Atos Constitucionais, dos quais o mais rigoroso e feroz foi o AI-5.

⁵³ A região do Araguaia está localizada no atual Estado do Tocantins, desmembrado do então Estado de Goiás e instituído como Estado a partir da Constituição Federal de 1988.

Apesar desses investimentos gerarem empregos no país, todo esse crescimento vertiginoso, em função dos empréstimos estrangeiros, levou a uma dívida externa de mais de 12 bilhões de dólares - altíssima para os padrões econômicos do Brasil naquele momento - acarretando um rombo nas contas públicas e um crescimento assombroso da inflação e da dívida externa.

Essa situação se agrava com a crise mundial do petróleo, em 1973, que quebrou a economia provocando um impacto no governo militar que já não contava com total apoio da burguesia e que sofria pressões contra as atrocidades cometidas pelo AI-5.

1.3. A abertura Política e o começo da redemocratização

Em março de 1974, Ernesto Geisel assume o governo e, em função da pressão dos movimentos sociais, que se fortaleciam na luta contra a ditadura militar, e das denúncias contra os atos repressivos feitas no exterior, promete uma distensão gradativa do regime ditatorial ou, como ele mesmo afirmava, uma “*abertura, lenta, gradual e segura*”. Além disso promete a manutenção do crescimento econômico em ritmo acelerado – o que já se demonstrava difícil – em virtude da crise econômica gerada pelo próprio “milagre econômico” que estava com seus dias contados. Inicia-se a terceira fase da ditadura com a *abertura política*.

Como já dissemos, o Brasil, diferente de outras ditaduras latino-americanas, manteve o pleito eleitoral tendo, inclusive durante o período, a vitória da oposição. Nas eleições de novembro de 1974, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) - partido de oposição, conquistou mais de 50% dos votos para o Senado, e quase 50% para a Câmara dos Deputados ganhando, também as eleições para prefeito na maioria das grandes cidades.

Apesar deste período caracterizar-se pela *abertura política*, a linha dura resiste à liberalização e desencadeia uma onda repressiva contra militantes e simpatizantes do clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). As torturas por crime político continuavam e, em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, vítima de tortura é assassinado em uma cela do DOI-CODI do 2º Exército, em São Paulo. Em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho é morto em circunstâncias semelhantes. Ambos apareceram nos documentos oficiais como *suicidas*⁵⁴, o que posteriormente, foi provado ser uma farsa.

Essas mortes levaram Geisel a afastar os militares da linha dura, que atuavam nos órgãos de repressão e nos comandos militares, a libertar alguns presos e a restringir a censura à imprensa.

No final de 1976, o MDB vence novamente as eleições. Ao perceber que o partido do governo perdia forças, em abril de 1977, Geisel faz uma “manobra” no Congresso e o coloca em recesso modificando as regras eleitorais, de modo a garantir maioria parlamentar à Arena, criando o *senador biônico*, eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas Estaduais e ampliando o mandato presidencial de cinco para seis anos.

A vitória do MDB nas eleições, em 1978, começou a acelerar o processo de redemocratização e, em 1979, João Batista Figueiredo (1979-1985) foi indicado para substituir Geisel e prosseguir com o projeto de *abertura política*. Figueiredo aprovou a Lei de Anistia que libertava os condenados por crime político e permitia a volta dos políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Em função da pressão dos movimentos sociais, as penas severas, impostas no auge da repressão, foram reduzidas nos tribunais e muitos exilados políticos puderam voltar ao Brasil. Havia uma mobilização, desde 1978, para que a anistia fosse ampla, geral e irrestrita, entretanto, a lei

⁵⁴ As mortes dos opositores políticos eram divulgadas, oficialmente, como sendo “suicídio”, tiroteio ou atropelamentos.

aprovada concedeu anistia parcial e restrita, pois os acusados de crimes de terrorismo e seqüestro não foram anistiados.

Além da anistia, Figueiredo estabeleceu a eleição direta para governador, em 1982, e aprovou a lei que restabelece o pluripartidarismo no país. A ARENA mudou o nome e passou a ser PDS (Partido da Democratização Social), o MDB passou a ser PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e são criados os partidos como o PDT, (Partido Democrático Trabalhista), o PP (Partido Popular), de centro-direita e o Partido dos Trabalhadores (PT) - que foi o primeiro partido organizado por núcleos de base ligados aos movimentos populares - e que, desde o princípio, teve como líder nacional Luís Inácio Lula da Silva, que também liderava os movimentos sindicais do ABC paulista.

Todas estas medidas criavam uma idéia de aparente democracia, uma vez que essa “abertura” concedia determinados direitos à população, entretanto não permitia o acesso às esferas políticas do regime. Tratava-se daquilo que Florestan Fernandes (1982) denominava de *liberalização outorgada* ou *auto-reforma do regime militar*, que conduzia o país à “volta à democracia”, sem disputa, sem luta, sem revolução, ou seja, mantendo as coisas como estavam, mas com uma aparente orientação democrática.

Fato é que esta estratégia foi amplamente apoiada pela classe média e por aqueles que defendiam o regime. Nesse sentido, a abertura política, como bem assinalava Fernandes (1982) foi resultado de um “consenso nacional” que aspirava ao desmonte da ditadura sem qualquer tipo de rupturas ou conflitos profundos no interior da própria burguesia. Não fosse essa abertura *lenta, gradual e segura*, a supremacia militar estaria seriamente comprometida já que, como aponta o autor, se abriria espaço para as classes populares lutarem pela tomada do poder.

Contudo, a linha dura que se opunha ao processo de abertura, não deixou de atuar e começou a seqüestrar pessoas ligadas à Igreja Católica, enviar cartas-bomba que

explodiram nas sedes de instituições democráticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O episódio mais grave foi uma bomba que explodiu durante um show no centro de convenções do Rio Centro, em 30 de abril de 1981, provavelmente promovido por militares da linha dura, embora nada tenha sido provado.

Cabe ressaltar que durante o mandato do presidente Figueiredo, os movimentos sindicais não eram bem vistos pelos órgãos oficiais e a repressão a esses movimentos ainda fazia parte das ações do governo federal, visto que o processo de abertura foi altamente controlado pelas Forças Armadas (Skidmore, 1988).

Pouco a pouco, o governo militar foi enfraquecendo em função da intensa pressão dos movimentos sociais contra a ditadura e da situação econômica que se agravava com a inflação acelerada, com o crescimento da dívida externa e a recessão. Quer os militares aceitem ou não, o fim da ditadura foi caracterizado pela desmoralização dos militares em termos econômicos, pois estes levaram o país a atravessar uma das mais forte recessão, entregando o governo aos civis, em 1985, com os índices de inflação anual superior a 200%, e com uma escandalosa dívida externa. Só para se ter uma idéia, a dívida externa⁵⁵, segundo fonte do Banco Central do Brasil, passou de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 102 bilhões, entre 1964 e 1984, ou seja, a dívida cresceu cerca de 3900% em 20 anos, o que piorou a distribuição de renda no país.

Do ponto de vista político, os partidos de oposição, os sindicatos, as entidades de classe e os movimentos sociais se fortaleciam. Em 1983, a oposição iniciou uma grande campanha pelas eleições diretas para presidente. O deputado federal Dante de Oliveira

⁵⁵ A dívida externa brasileira durante o regime militar (Fonte: Banco Central do Brasil)
1964: US\$ 3,3 bilhões
1969: US\$ 4,4 bilhões
1973: US\$ 13,8 bilhões (Pres. E.G. Médici)
1978: US\$ 52,2 bilhões (Pres. E. Geisel)
1984: US\$ 102,0 bilhões (Pres. J.B.Figueiredo)

elabora uma emenda pró-diretas para ser votada no Congresso Nacional. Em 1984, aumenta a pressão popular para que os deputados votem a favor dessa emenda constitucional e ocorre uma grande mobilização popular na campanha pelas *Diretas Já*, que reivindica eleições diretas para a Presidência da República.

1.4. A redemocratização: vinte e um anos depois

Apesar da derrota da emenda constitucional na Câmara dos Deputados, o movimento pelas diretas ganha popularidade originando um período de forte mobilização popular. Em janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral – que representava as forças políticas dominantes escolhe para presidente da República, Tancredo Neves (PMDB), um político tradicional que fazia oposição ao regime militar, mas que era considerado confiável pelas forças armadas. Tancredo Neves (PMDB), derrota o candidato Paulo Maluf (PDS) que era apoiado pelos militares. Tancredo teve um papel fundamental na articulação do movimento de redemocratização, ele integrava a frente de oposição - Aliança Democrática - formada pelo PMDB e pela Frente Liberal, que era uma dissidência do PDS. Essa eleição marca o fim da sucessão de governos militares e o início de um processo de redemocratização com a eleição de presidentes civis que, somente a partir de 1989, passam a ser eleitos pelo voto direto. Tancredo Neves nem chegou a tomar posse, pois adoeceu vindo a falecer em abril de 1985. Em seu lugar, toma posse seu vice, José Sarney, que dá início ao período conhecido como a Nova República.

O processo de democratização no Brasil, marcado por muitas tensões políticas e conflitos, só se completa em 1988 com a promulgação da nova Constituição que estabeleceu princípios democráticos no país. Apesar de a Constituição de 1988 ser bastante

avançada no que se refere aos direitos sociais, do ponto de vista econômico ela manteve um perfil conservador, já que garantia muitos privilégios às elites empresariais.

Embora a política da Nova República não tenha rompido com a política do período militar, visto que o país continuou tutelado pelas Forças Armadas e aberto ao capital estrangeiro e às multinacionais, Sarney extinguiu a censura à imprensa, ampliou o pluripartidarismo, regularizando os partidos de esquerda tradicionais, como o PCB e o PC do B e legalizou, plenamente, o sindicalismo e as grandes centrais sindicais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), consolidando o período de transição democrática, assegurando a campanha eleitoral e as eleições diretas para presidente.

Assim sendo, seu governo foi marcado por muitas denúncias de corrupção, por muitos protestos e manifestações populares, por uma onda de greves⁵⁶ e pela atuação relevante do “novo sindicalismo”⁵⁷. Era um período, como diria Sader (1988), de *“irrupção de movimentos operários e populares que emergiram com a marca da autonomia e da contestação”* (p. 35).

Em 1989, após quase trinta anos, finalmente o povo brasileiro pôde eleger, por voto direto, o presidente da República. O processo eleitoral teve como resultado a eleição de **Fernando Collor de Melo** que assumiu o poder em 1990. Cabe ressaltar que se atribui a eleição de Collor a manipulação dos meios de comunicação de massa, já que ele não era

⁵⁶ Segundo Sandoval (1994b), *“a atividade grevista começa a subir por volta do final do último governo militar; conhece então seus aumentos mais expressivos no final do governo civil do presidente Sarney, quando ocorreram 3.164 em 1989, em comparação com 144 em 1980. Não é preciso dizer que um dos fatores subjacentes à atividade grevista aumentada pode ser atribuída ao processo de redemocratização da Nova República, quando certamente houve maior tolerância com respeito ao protesto dos trabalhadores que nos anos de governo militar”* (p. 161).

⁵⁷ O novo sindicalismo surge como uma alternativa ao “modelo autoritário” enfatizado pelos governos ditatoriais do regime militar. Para Sader (1988) o novo sindicalismo tinha a pretensão de ser independente do Estado e dos partidos políticos. Segundo Santana (1998), a categoria “novo sindicalismo” *“foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica. Ao mesmo tempo em que se gestavam as ações dos novos atores, que entravam em cena rasgando o pano de fundo criado pela ditadura militar e disputavam um espaço no interior do campo político e sindical da esquerda brasileira”* (p.6) [grifo do autor].

um candidato de projeção nacional, nem tampouco com tradição de oposição ao regime militar.

Collor de Mello foi afastado do governo, dois anos depois, com um inédito processo de *impeachment*, conduzido pelo Congresso Nacional e acompanhado por uma forte mobilização popular em que se destacava como novidade o movimento dos "*caras pintadas*", liderado pelo movimento estudantil e fortalecido pelos meios de comunicação social, em especial, a Rede Globo.

Após sua deposição, o Brasil, mais uma vez, passa a ser governado por um vice, Itamar Franco, que assumiu a Presidência até 1994, quando ocorreram novas e democráticas eleições que culminaram com a vitória do então senador da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que assumiu a presidência em 1995, sendo reeleito por mais quatro anos e governando o Brasil até 2002.

Em seu governo, foi publicada a lei 9140/95, que diz respeito ao reconhecimento da responsabilidade estatal por mortes e desaparecimentos por motivos políticos, incluindo a indenização financeira a seus familiares. Segundo Coimbra (2001, setembro), essa lei "*foi fruto do árduo trabalho de entidades de direitos humanos nacionais e internacionais, familiares de mortos e desaparecidos políticos e alguns parlamentares*". Não obstante, apesar de o governo, imediatamente, reconhecer os mortos e desaparecidos políticos e criar uma Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça para analisar caso a caso, nada foi feito para garantir a execução dessa lei, como denuncia Coimbra "*a Lei 9.140/95, apesar de suas limitações, não chegou a ser cumprida pelo próprio governo que a promulgou, e a 2ª fase dos trabalhos não foi até hoje iniciada*".

No final de seu governo, Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto 4553/02 que amplia os prazos de segredo de todas as categorias de documentos referentes à ditadura militar, permitindo que aqueles considerados *ultra-secretos* tenham sigilo para os próximos 50 anos, podendo ser ampliado *ad infinitum*; os documentos considerados *reservados*, por dez anos; o sigilo por vinte anos, para os documentos marcados como *confidenciais*, e trinta anos para aqueles que são considerados *secretos*.

Na sequência de governos eleitos democraticamente, em 2003, toma posse Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente brasileiro que emerge do movimento sindical. Em seu governo, as questões de direitos humanos passam a ser debatidas, principalmente pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, hoje, Subsecretaria de Direitos Humanos, que está vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República. Esta secretaria, juntamente com representantes da sociedade civil e em parceria com outros ministérios, compõe a comissão especial para analisar e determinar a liberação ou não dos arquivos da ditadura em poder do governo federal, tendo em conta as questões que dizem respeito à segurança nacional.

Desde então, apesar de o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, confirmar – conforme informou, no dia 17/11/2004, o Correio Braziliense – que o governo vai abrir os arquivos da ditadura militar, esse tema tem trazido muitas controvérsias com relação aos encaminhamentos propostos que, por vezes, dificultam o trabalho da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e porque, até agora, não se teve nenhuma atitude mais enérgica com relação a revogação do decreto 4553/02. Haja vista que existem pelo menos quatro projetos⁵⁸, que propõem mudanças na atual legislação relacionada aos documentos

⁵⁸ O projeto 1025/95, de autoria do ex-deputado Aldo Arantes (Pc do B-GO), propõe a abertura de todos os arquivos da época da ditadura, e também determina que eles fiquem à disposição da sociedade no Arquivo Nacional e nas Universidades Federais; o projeto 1150/95, de autoria do deputado Fernando Ferro (PT-PE),

do regime militar, tramitando, desde 1995, na câmara dos deputados e que até agora não foram aprovados.

Dentre as ações que estão dificultando o trabalho da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, segundo o GTNM-RJ, está a Lei nº 11.111/05⁵⁹, assinada pelo presidente Lula, em 05 de maio de 2005, que considera que todos os documentos que resultem em ameaça "*à soberania, à integridade territorial ou às relações exteriores*" continuarão sob sigilo. Cabe ressaltar que os documentos relacionados à Guerrilha do Araguaia fazem parte destes documentos considerados sigilosos.

Segundo as denúncias feitas pelas entidades de direitos humanos os últimos governos não esclareceram as circunstâncias em que ocorreram as prisões, as torturas e as mortes, não apuraram as responsabilidades dos agentes do Estado pela prática dessas arbitrariedades e não localizaram nem entregaram os restos mortais, da maioria dos mortos e desaparecidos durante o regime militar, sustentando assim a impunidade.

1.5. A luta pela anistia e apuração dos crimes cometidos na ditadura

Faz parte da luta por uma *memória dos vencidos*, a busca incessante pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira. Além de fazer parte do contexto da ditadura e democratização,

que propõem a redução, de 30 para 15 anos o prazo para que documentos referentes à segurança da sociedade e do Estado sejam mantidos sob sigilo; outro projeto do ex-deputado Aldo Arantes, que propõem a redução de 100 para 50 anos o acesso a documentos referentes à honra e à imagem de pessoas e, por fim, o projeto de Decreto Legislativo da deputada Alice Portugal (Pc do B-BA), que propõem a extinção do decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com a regulamentação sobre os documentos sigilosos.

⁵⁹ Sobre esse assunto ver página do GTNM/RJ: www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias.asp.

algumas dessas lutas, que aconteceram ao longo da ditadura, prolongam-se até nossos dias e dizem respeito a uma das formas de luta por políticas da memória. Exemplo disso foi a luta pela anistia, cujo lema era “*Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita*” e a luta pela apuração dos casos de torturas, mortes e desaparecimentos que teve seu início em meados dos anos 70 e que continua nos dias de hoje, passados quase trinta anos.

Apesar do grande afã de alguns setores da população, da força que tinha o movimento pela anistia no Brasil e das adesões que tiveram de outros movimentos sociais, que assumiram esta bandeira de luta, a primeira lei de anistia de 1979 não foi ampla, nem geral e nem irrestrita como queria o povo brasileiro. Para a decepção da sociedade brasileira, como nos aponta Coimbra (2004, novembro):

“A lei da anistia foi extremamente parcial e limitada, ou seja ela não anistiou todos aqueles que foram perseguidos pela ditadura. Por exemplo, as pessoas acusadas de ‘crimes de sangue’, como se dizia na época, homicídio morte, essas pessoas não foram anistiadas pela lei da anistia. A interpretação que se fez, à época, era de que os torturadores, aqueles que praticaram os crimes conexos⁶⁰ estariam anistiados também” (pp. 33-34).

Além disso, a anistia não acabou com as atrocidades dos governos militares propôs um apaziguamento entre militares e opositores ao regime militar e, infelizmente pode ser considerada como a mais atrasada de todas as anistias da América Latina, como bem aponta Coimbra (2004, 28/agosto):

“A anistia brasileira se caracterizou, no contexto latino-americano, por ser a mais atrasada, a mais retrógrada. O Brasil que, nos anos 60, exportou

⁶⁰ Com relação aos crimes conexos Coimbra (2004, agosto) enfatiza a análise crítica de Helio Bicudo e Fabio Konder Comparato sobre a interpretação que o regime militar deu a lei de anistia e esclarece “A interpretação hegemônica afirma que este parágrafo da lei anistia todos os que praticaram ‘crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política’, ou seja, os torturadores. O significado da palavra conexo refere-se a ‘alguma coisa que tenha relação com outra, que tenha dependência, nexos. Pretende-se com isso, além de anistiar assassinos, perversamente, igualar os atos dos opositores políticos com os que foram praticados pelo Estado ditatorial terrorista”.

know-how de tortura e a triste figura do desaparecido político para as recém-instaladas ditaduras da América Latinas, nos anos 90, vergonhosamente, é o país mais atrasado não só quanto aos direitos de todos os que foram atingidos pelos diferentes atos de exceção, como também pelo resgate de nossa história recente”.

Dessa maneira, os revolucionários deixaram de ser um movimento ofensivo, que pretendia derrubar a ditadura e o sistema que ela representava, despontando como democratas, ou seja, como membros de um processo de resistência democrática.

A segunda lei de anistia, de 1995, foi fruto da pressão das organizações não-governamentais (ONG's) e dos familiares dos desaparecidos e, embora haja o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro acerca dos exauros cometidos durante a ditadura militar, ela reforçou o sentimento de conciliação no país (Mezarobba, 2003).

A última lei, de 2002, foi também resultado da pressão de familiares de desaparecidos, ONG's e de parlamentares e, embora reforce os pilares democráticos brasileiros, se voltou mais para as perdas materiais, pois até hoje o governo brasileiro não reconheceu que violou os direitos humanos, não se desculpou à população, nem sequer julgou nenhum dos torturadores descumprindo algumas determinações de legislações internacionais de direitos humanos. Além disso, não houve nenhuma preocupação em criar uma comissão da verdade que pudesse esclarecer a Guerrilha do Araguaia e as torturas dos *porões da ditadura* como nos aponta Mezarobba (2003). Mesmo depois da promulgação da lei, segundo o Movimento Tortura Nunca Mais (MTNM)⁶¹:

⁶¹ O Movimento Tortura Nunca Mais, organizado em vários estados brasileiros tem o objetivo de “Esclarecer as prisões e mortes, localizar os restos mortais e realizar, quando possível, o sepultamento, acompanhar as investigações das ossadas de Perus e de outras, assim como levantar subsídios para abrir ações de esclarecimento das mortes e desaparecimentos. Denunciar permanentemente à sociedade os crimes e assassinatos perpetrados pela ditadura militar e exigir a responsabilização judicial dos envolvidos”. (MTNM/PE, 1995:9). “(...) pesquisar documentos do IML em S.Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco e nos arquivos do DOPS de Pernambuco, Paraná, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro. (...) Realizamos também pesquisas junto ao Projeto Brasil Nunca Mais – coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985 – e

“O número de mortos e desaparecidos políticos atinge a soma de 360. Este número não reflete a totalidade dos mortos ou desaparecidos, visto que sempre aumenta, quanto mais se abrem as possibilidades de pesquisa. Até o momento, tivemos acesso a poucos e inexpressivos documentos oficiais referentes às mortes na zona rural”. (MTNM/PE, 1995: 4)⁶².

No início, a luta pela anistia foi assumida por grupos de familiares que começaram a se organizar para denunciar as mortes e desaparecimentos de seus familiares e as torturas sofridas pelos presos políticos na época. Naquele momento, esses grupos contavam com o apoio de alguns setores da Igreja Católica, por meio das Comissões de Justiça e Paz, e de alguns parlamentares oposicionistas. Posteriormente, foram organizados os Comitês de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) em vários estados brasileiros. A então Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) publicou, em 1984, um dossiê que relatava os casos dos mortos e desaparecidos. Tanto na época da ditadura quanto nos governos democráticos atuais, estes grupos fizeram inúmeras tentativas para que se esclarecessem as circunstâncias das mortes e a localização dos restos mortais de seus familiares, desde audiências com ministros, ações judiciais de responsabilização da União e de retificação de registros de óbito e *Hábeas Data*⁶³.

que teve como resultado a microfilmagem de todos os processos do STM – Superior Tribunal Militar, de 1964 a 1979. A prioridade do nosso trabalho é a busca de informações a respeito dos mortos e desaparecidos políticos, as denúncias a respeito dos policiais responsáveis pela prática de torturas e a divulgação para toda a sociedade brasileira do que foram os horrores cometidos pela Ditadura Militar. Temos sistematicamente enviado nossas reivindicações às autoridades constituídas para não nomear torturadores para cargos de confiança”. (MTNM/PE, 1995:7).

⁶² Essas citações foram extraídas do **“DOSSIÊ dos MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS a PARTIR de 1964”** (CEPE - Companhia Editora de Pernambuco Governo do Estado de Pernambuco, Recife, 1995), publicada no site do Movimento Tortura Nunca Mais (MTNM/PE): http://www.torturanuncamais.org.br/mtnm_mor/mor_introducao/mor_resgatando1.htm.

⁶³ É uma lei de n.º 9.507, regulamentada em 12 de novembro de 1997, permite o acesso aos registros de informações e dados sobre si mesmo, possibilitando desde a simples visualização à retificação de tais dados ou informações. Essas informações referem-se aquelas que estão em registros, ou bancos de dados de entidades do governo, de caráter público.

Em 1990, num dos bairros da periferia de São Paulo, onde realizamos parte das entrevistas da nossa pesquisa, foi aberta a *Vala de Perus*, uma vala comum localizada no Cemitério Dom Bosco. Nesse cemitério, também segundo dados do Movimento Tortura Nunca Mais, foram encontradas “1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos Esquadrões da Morte. Pelo menos as ossadas de seis presos políticos deveriam estar enterradas nessa vala, de acordo com os registros do cemitério (MTNM/PE, 1995:5).

Logo após a descoberta da Vala, a então prefeita Luiza Erundina criou uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus com a participação de familiares e médicos legistas da UNICAMP para apurar o caso: “A iniciativa da Prefeita foi seguida pela abertura de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara Municipal de São Paulo e a formação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos, na Câmara Federal” (MTNM/PE, 1995:5).

Em seguida, a prefeita tratou de fazer um convênio entre a Prefeitura de São Paulo, a UNICAMP e o Governo do Estado e entregou as ossadas da Vala de Perus para serem identificadas pelos peritos. No local, segundo o MTNM/PE, “foi erguido um memorial – de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake” (p. 7).

Paralelamente, no Rio de Janeiro e Pernambuco, desde 1990, iniciaram-se pesquisas nos Institutos Médico Legal (IML), polícias técnicas e cemitérios das periferias e, segundo o MTNM:

“(…) outras valas clandestinas foram abertas, graças às pesquisas feitas pelos Grupos Tortura Nunca Mais: no Cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco. Nelas se encontram despojos de presos políticos. Na vala comum do Rio, há pelo menos os restos mortais de 14 presos políticos e em Recife há os despojos dos mortos da “Chacina São Bento”, quando, em 1973, o delegado da polícia paulista, Sérgio Paranhos Fleury, foi até lá, orientado pelo agente infiltrado Cabo Anselmo, matar militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)” (MTNM/PE, 1995:6).

Nesta mesma época, foram encontradas outras ossadas de desaparecidos em outros estados brasileiros. A abertura dessas valas comuns é considerada pelo MTNM um marco na luta pelo resgate dos mortos e desaparecidos, principalmente porque a partir disso, o movimento pelos mortos e desaparecidos políticos ganhou nova força e começou a reivindicar o acesso aos arquivos policiais da ditadura.

De acordo com o MTNM, nos estados do Paraná e de Pernambuco, os arquivos do período foram imediatamente abertos e disponibilizados aos familiares de desaparecidos. Na Paraíba alguns vereadores iniciaram pesquisas nos arquivos da repressão política. Infelizmente o mesmo não ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, pois estes arquivos estavam em poder da Polícia Federal, desde 1983⁶⁴, sob a guarda de policiais vinculados diretamente à repressão política da ditadura militar.

Isto levou os familiares e movimentos de direitos humanos a reivindicar insistentemente ao Presidente da República que repassasse esses arquivos ao Governo de São Paulo, o que ocorreu somente em janeiro de 1992. Os familiares continuaram insistindo, junto ao governo do Estado, para terem acesso aos arquivos tentando negociar para que, pelo menos, alguns representantes dos familiares pudessem realizar as pesquisas. No entanto, somente os arquivos pertencentes à Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foram abertos para o público em geral no final de 1994, por iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, ficando engavetados os arquivos que se encontram em poder dos órgãos federais, que ainda não foram disponibilizados para o público.

⁶⁴ Segundo Coimbra (2004, novembro), “com a vitória de Franco Montoro em São Paulo e Leonel Brizola no Rio, ainda período da ditadura Figueiredo, os arquivos do DOPS foram passados pra Polícia Federal, e ficaram até 1992 nas mãos do seu Romeu Tuma, como guardião” (p.33).

O MTNM afirma que, “no Rio de Janeiro, os arquivos do DOPS foram entregues ao Governo do Estado em agosto de 1992 e, imediatamente, foi permitida a pesquisa pelo ‘Grupo Tortura Nunca Mais’ daquele estado” (p.7).

Infelizmente muitos arquivos das diferentes organizações militares (CISA, CENIMAR, CIEEx, SNI, DOI-CODIs, DOPS etc.) ainda são considerados confidenciais e sigilosos, conseqüentemente ficando submetidos ao decreto de sigilo 4.553/2002 que amplia os limites de todas as categorias de “*documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado*” (reservado, confidencial, secreto e ultra-secreto). Este decreto é considerado inconstitucional, uma vez que estipula o prazo de 50 anos prorrogáveis indefinidamente por iguais períodos para abertura desses arquivos, portanto, acima do que prevê a lei de arquivos (número 8.159/91) que fixa em 60 anos o prazo máximo de restrição.

Até agora esse decreto está sendo mantido pelo governo Lula dificultando o acesso a todos os arquivos em poder do Estado e impedindo que a população brasileira conheça plenamente a história do país. Segundo o atual governo brasileiro este prazo está sendo analisado, visto que envolve questões de política externa do país no século passado e discussões sobre a segurança nacional.

As comissões de mortos, presos e desaparecidos, comissões de direitos humanos, ONGs, Grupos Tortura Nunca Mais têm se mobilizado contra a revogação desse decreto e em favor da abertura dos arquivos, por meio de campanhas⁶⁵ em todo o Brasil. Conforme aponta a Agência de Informação Frei Tito para América Latina (Adital) em 03/10/2005:

⁶⁵ Em Pernambuco, por exemplo, foi lançada uma campanha que pretende sensibilizar a sociedade brasileira para a necessidade da abertura dos arquivos da ditadura. A campanha, segundo o Diário Vermelho “já recebeu a adesão de ONGs, sindicatos, partidos políticos (inclusive do PC do B), associações estudantis, entre outros órgãos” (Ver http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0315/0315_arquivo-ditadura-pe.asp de 05/04/2005).

“O Grupo Tortura Nunca Mais está organizando uma campanha em defesa da abertura dos arquivos de documentos do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e também pela anulação do Decreto 4.553, de 27/10/02, que amplia os prazos de segredo de todas as categorias de documentos, permitindo que aqueles considerados ultra-secretos tenham sigilo perene. A organização não-governamental convocou entidades e cidadãos que apóiam essa campanha para se pronunciem publicamente, enviando cartas, mensagens, e-mails e faxes para várias autoridades, entre as quais está o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva”.

A abertura dos arquivos da ditadura é um direito à memória que permite às vítimas e seus familiares o acesso às informações que lhes dizem respeito e que estão sob o poder sigiloso do Estado, a fim de serem apuradas, pela justiça, as violações aos direitos humanos. Portanto, a sociedade vem denunciando insistentemente a recusa à abertura desses arquivos que mantém a conivência com as atrocidades que foram cometidas contra os que se opunham ao poder.

"A recusa dos recentes governos em abrir os arquivos dos horrores praticados durante o regime militar contra os então dissidentes funda-se, na verdade, em outras razões, bem conhecidas de todos. É a proteção ignominiosa dos torturadores, assassinos, estupradores e todos os que lhes deram apoio, nos mais diversos órgãos do Estado, muitos dos quais estão vivos ainda hoje, a gozar de escandalosa impunidade. É, ainda, o indigno temor de enfrentar uma revolta no oficialato das Forças Armadas, adestrado tradicionalmente a defender a corporação militar acima de tudo." (Fábio Konder Comparato, Folha de S. Paulo de 26/12/2004).

É inadmissível que se negue à população esse direito e que, ainda hoje, os governos queimem a documentação oficial daquele período – como acompanhamos pela imprensa, em fins de 2004⁶⁶ – afinal tais medidas eram práticas comuns na época da escravidão no Brasil.

⁶⁶ Cf. O GLOBO, 13/12/2004 – “Documentos produzidos por órgãos de informação da Aeronáutica, da Marinha, do Exército e de outras instituições ligadas à repressão foram incinerados na Base Aérea de Salvador. Foi o que mostrou ontem reportagem do “Fantástico”, da Rede Globo. O programa exibiu 78

Por isso, ressaltamos que a luta pela construção da democracia não se tornará efetiva enquanto não se “passar a limpo” esse passado. Nesse sentido, é fundamental trazer à cena pública a memória política de segmentos das classes populares procurando desmascarar a “memória oficial” que foi produzida, como bem aponta Coimbra (2001), pelo poder ditatorial para apagar as marcas da resistência e luta das classes populares numa tentativa de ocultar da sociedade brasileira a história dos “vencidos” como se estes não pertencessem ao cenário político.

2. Os movimentos sociais no processo de transição à democracia

Não poderia faltar, ainda que sucintamente, algumas considerações a respeito da atuação dos movimentos sociais no processo de transição à democracia, haja vista que estes tiveram um papel preponderante nas lutas contra a ditadura. Além disso, nossos sujeitos de pesquisa, majoritariamente são militantes dos movimentos sociais, sindicais e das Comunidades Eclesiais de Base e, em seus discursos constantemente comparam a atuação dos movimentos sociais desse período com a atuação dos movimentos sociais hoje. Como vimos, ao longo de toda a ditadura não faltaram as manifestações de resistência ao regime militar. A prova maior disso foi o próprio número de presos políticos, mortos e desaparecidos políticos naquele período e a perseguição que sofreram muitos militantes de movimentos sociais, sindicais, visto que a qualquer ação considerada suspeita o governo respondia com a violência, a perseguição e a morte. Embora admitamos que houve uma diminuição das manifestações públicas, os movimentos contrários ao regime não ficaram

fragmentos de fichas, prontuários e relatórios produzidos ou recebidos pela Base Aérea. Os papéis datam de 1964, quando se instalou a ditadura militar no Brasil, até 1994, época em que o país já vivia em regime

parados, pois seguiram suas lutas na clandestinidade, despontando publicamente em alguns momentos específicos como, em 1968, com as greves em Osasco e Contagem, com as manifestações do movimento estudantil. Entre essas manifestações estão as greves do ABC que traz novamente à cena política o movimento operário que teve, na greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1979, o início da maior onda de greves da história do país. Sobre este período um dos entrevistados aponta:

“Agora, de fato o movimento sindical no Brasil ele surge como ator, como grande ator social nos anos 78 e 80 no ABC, quer dizer, depois na construção do PT, da CUT. (...) o movimento sindical da forma que eu conheço, como a gente conhece, como a gente aprendeu, eu aprendi a conhecer, por exemplo, na CUT, que é essa experiência que vem desde 1980, ela tem diferença porque esses anos o operário industrial, a coisa do metalúrgico, né, pra gente bancário, os setores urbanos, quer dizer, cê tem nos diversos setores você conseguiu forma de organização, quer dizer, o movimento tem uma... Esses anos da ditadura militar de 68, 70 e início dos anos 80 têm a coisa da Igreja, né, a importância da Igreja, quer dizer. Não fosse a Igreja cê teria muito pouco de movimento social no Brasil, inclusive nos 70 nos 80, inclusive eu, nós, o PT, a CUT, a gente é produto um pouco disso, dessa experiência, né” (Edílson).

Fato é que em tempos de forte repressão e perseguição política os movimentos criaram alternativas para dissimular suas ações políticas. Um exemplo claro disso foi o papel que desempenhou a Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base que disponibilizavam seus espaços “religiosos” para reuniões de grupos de esquerda e movimentos que estavam na clandestinidade durante todo o período militar, criando meios de disfarçarem suas ações como atos exclusivamente religiosos. Sob as ditaduras militares na América Latina, a Igreja progressista forneceu, como nos aponta Lernoux (citado em Scherer-Warren, 1996: 35), *“uma cobertura protetora para as organizações populares, como para os sindicatos operários e as federações dos camponeses, que de outra forma*

sucumbiriam à regressão”. Entre 1968 a 1985, só no Brasil, estima-se um crescimento de quarenta mil para setenta mil o número de Cebbs. E como nos aponta Scherer-Warren (1996): “Entre Medellín⁶⁷ (1968) e Puebla⁶⁸ (1979) as redes de Cebbs se desenvolveram, principalmente no Brasil, Chile, México, Honduras, Panamá, Equador, Bolívia, Paraguai, Colômbia, El Salvador, Nicarágua e República Dominicana” (p. 36), estendendo-se, posteriormente a outros países da América Latina.

Esse crescimento das Cebbs em todo o continente coincide com o período das ditaduras militares, haja vista que estas Cebbs surgem em meados da década de 60 e início da década de 70 em diferentes estados brasileiros, constituindo-se em um importante movimento de resistência à ditadura. Dois fatores concorrem para essa forma de organização: de um lado a conjuntura política brasileira com o recrudescimento do regime militar, a restrição dos espaços de organização dos trabalhadores (sindicatos, associações ou partidos), o arrocho salarial e as péssimas condições de vida e de trabalho vivenciados por estes trabalhadores, que leva a população a buscar formas de solução para os seus problemas, a partir dessas pequenas comunidades; de outro lado, estão o Concílio Vaticano II (terminado no final de 1964) e as Conferências de Medellín e Puebla que propiciam uma abertura da Igreja à participação dos leigos, maior comprometimento com os setores mais pobres e marginalizados e o avanço da teologia da libertação. Desta feita, a Igreja latino-americana reconhece a pobreza em que vive os povos da América Latina, principalmente a *violência institucionalizada* praticada pelos governos militares, motivando as Cebbs a assumirem um papel de denúncia da violação dos direitos humanos e da crescente

⁶⁷ Medellín é a forma como as pessoas normalmente se referem à II Conferência Episcopal Latino Americana realizada em Medellín na Colômbia em 1968.

⁶⁸ Puebla se refere a III Conferência Episcopal Latino Americana que foi realizada em Puebla, no México, em 1979.

exploração das populações mais pobres. A Igreja condena com veemência o modelo econômico capitalista dependente e a Doutrina de Segurança Nacional.

As Cebbs, inicialmente pensadas como uma nova forma de estruturação da Igreja, ou seja, como pequenas comunidades e não paróquias – como “*novo modo de ser Igreja*” – desempenharam uma importante articulação dos setores populares, especialmente entre os anos de 1969 e 1976 (período de intensa repressão):

“Durante os anos de maior repressão as Cebbs que florescem nos anos 70, são as únicas organizações que resistem no dia a dia a toda sorte de violência institucionalizada. Tanto que no período de 69 a 73, assiste-se uma série de perseguições e prisões de padres, freiras, agentes pastorais e leigos comprometidos com diferentes trabalhos ‘comunitários’. O aparato de repressão liga-os a algumas organizações clandestinas em atividade na época. Em 1969, por exemplo, é assassinado, com requintes de crueldade e barbarismo, o padre Antonio Pereira Neto, um auxiliar de D. Helder Câmara, no Recife e até hoje os culpados não foram punidos” (Coimbra, 1995: 42).

As Cebbs estimularam a formação de todo tipo de organizações populares: associações de moradores, sindicatos rurais, oposições sindicais, comitês de luta por creches, clubes de mães, movimentos sociais de saúde, educação, moradia. Sua forma de organização – a partir de práticas democráticas, debates sobre a realidade social, a direção na mão de leigos eleitos pelas próprias comunidades, a solidariedade entre seus membros – contribuíram para que os setores populares se unissem e se organizassem, através das reivindicações e da mobilização popular, tendo em vista mudar a realidade social.

De acordo com um dos entrevistados:

“Era necessário combater pela abertura democrática e era necessário combater para que você tivesse direitos políticos ou garantia sociais, escola, saúde, educação, moradia e isso é uma necessidade inerente, né, quer dizer, os trabalhadores, o povo se organiza, né, mesmo debaixo de uma ditadura” (José).

Das Cebs emergem “novos movimentos sociais” que contribuíram, como aponta Ilse Scherer-Warren (1996) para “*a corrosão das práticas autoritárias que ocorrem tanto no nível da sociedade civil como do Estado propriamente dito*” (p. 49). Tais movimentos, gestados durante a ditadura militar através das suas práticas de resistência, emergem como um *novo sujeito coletivo*, que como define Sader configura-se como: “*uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas*” (Sader, 1988: 55).

Esse *novo sujeito coletivo* surge como uma alternativa ao “modelo autoritário” enfatizado pelos governos ditatoriais do regime militar. Esses movimentos, de acordo com Coimbra, constroem “*novos espaços públicos*” transformando o cotidiano em um “*lugar de resistência, de produção singular, de algo novo e criativo. É nas próprias lutas e enfrentamentos do dia-a-dia que vão emergir esses novos significados, operando fissuras nos discursos dominantes, produzindo algumas revoluções moleculares*” (Coimbra, 1995: 44).

É, portanto, no espaço do cotidiano das lutas populares que estes “*novos personagens entram em cena*” forjando uma nova prática que já não se pauta nos moldes marxistas, exclusivamente classistas, mas que trazem em seu bojo novas demandas.

“Ao final da década [de 70] vários textos passaram a referir-se à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o ‘novo sindicalismo’, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os ‘novos movimentos de bairro’, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma ‘nova sociabilidade’ em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os ‘novos movimentos sociais’, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir

novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para a sua inteligibilidade” (Sader, 1988: 35-36).

Por “novos movimentos sociais” compreendem-se as novas formas de luta como as lutas pela afirmação da identidade e condição feminina, as lutas em defesa da cultura negra, os movimentos de defesa dos direitos humanos, incluindo a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, movimentos ecológicos, movimentos de unificação das lutas de moradia, assentamentos urbanos, mutirões habitacionais entre outros. Estes novos movimentos sociais têm como característica a busca pela sua autonomia, ou seja, pela sua independência frente aos partidos, igrejas, Estado, visto que procurando romper com os clientelismos, estes movimentos insistem na participação das bases nas decisões e defendem o processo de conscientização das classes populares. Autores como Scherer-Warren (1996) discute o papel dos movimentos sociais na superação das formas de dominação capitalistas e na construção de uma nova sociabilidade que se fundamenta em práticas mais democráticas, na solidariedade que supera os interesses puramente individuais impostos pela sociedade capitalista orientando-se para a satisfação das necessidades coletivas. Nesse sentido, estes se tornam espaços concretos e efetivamente potenciais de transformação da sociedade. A esse respeito Scherer-Warren (1996), afirma que

“Sem sociabilidade política não há MS nem projeto coletivo em torno do que lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembléias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos “combativos”, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política” (Scherer-Warren, 1996: 71).

Como sujeito coletivo estes novos movimentos sociais, dirigem suas ações contra o Estado procurando

“estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados” (Scherer-Warren, 1996: 49-50).

Nesta perspectiva, a própria noção de política se amplia, uma vez que já não é entendida apenas como a participação do voto nas eleições, mas refere-se a toda prática organizativa e reivindicativa de diferentes classes e camadas sociais. Assim, esses movimentos pressionam os poderes dominantes ampliando a esfera do político, antes reduzida ao Estado e as atividades relacionadas a ele. Desse modo, *eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil*” (Gohn, 1995: 44) que se configura numa área de disputa política, de luta social, de confronto e antagonismos.

É nesta perspectiva que compreendemos as grandes mobilizações que se deram em torno das Diretas Já, (1983-1984) na qual a sociedade civil reivindicava mudanças políticas e econômicas imediatas.

“Paralelo a isso houve algumas coisas boas, como o movimento das diretas já, né, que talvez, foi um grande movimento nacional como há muito não se via, né, de participação popular e de conscientização da população da necessidade de voltar a democracia no país. É, mas, na verdade não foi uma conquista, né, naquele período, foi uma concessão, tanto é uma concessão que eles continuam fortemente e politicamente atuando no país, né” (Anderson).

Posteriormente o povo volta às ruas com grandes manifestações em torno do impeachment do presidente Collor, em 1992, que expressava, por um lado o descontentamento da sociedade civil, mas por outro lado bastante fomentado pelo impacto midiático que se deu ao movimento “Fora Collor”.

“Se você pegar, surgiu um movimento muito mais festivo depois foi os caras pintadas na questão do Collor, né. O Collor só criou aquela comoção popular tudo, mais, em função de aberrações de corrupção, que é uma mudança de percentual” (Armando).

Fato é que apesar dessas expressões fortes de manifestações populares que mobilizou importantes setores da população, os movimentos sociais ainda têm muito por fazer para conquistar a verdadeira democracia, como afirma Anderson, um dos entrevistados: *“Agora, nós temos muito ainda a caminhar pra chegar a uma independência, propriamente dita, né, principalmente de, de autonomia e consciência política, né, pra é, a gente dizer que o povo brasileiro tá, efetivamente decidindo o rumo do país democraticamente, né” (Anderson).*

Não nos estenderemos mais, pois a própria construção da memória política dos entrevistados se encarregará de complementar a importância do papel dos movimentos sociais e mesmo seus limites nesse processo de luta pela construção de uma sociedade democrática. Todavia, não podemos deixar de ressaltar que a noção deste *novo sujeito coletivo* que emerge no contexto da transição à democracia é, particularmente importante em nossa pesquisa, sobretudo porque a memória política da ditadura e repressão no Brasil, construída pelos movimentos sociais da atualidade, é também memória desse sujeito coletivo que tem por base uma identidade coletiva que decorre da luta política e dos referenciais de valores culturais e políticos compartilhados por esses movimentos sociais do passado.

CAPÍTULO IV

Construindo os procedimentos metodológicos da pesquisa sobre memória na perspectiva psicopolítica

Neste capítulo apresentamos as opções metodológicas que orientaram esta pesquisa sobre a memória política da ditadura militar no Brasil, que vai desde a escolha do nosso referencial teórico até as técnicas e instrumentos de pesquisa propriamente ditos. Isso se faz relevante, pois, para investigar tal temática no enfoque psicopolítico, o rigor metodológico torna-se fundamental em função das poucas pesquisas realizadas nesta perspectiva.

Assim, não podemos perder de vista as dimensões psicossocial e psicopolítica do fenômeno da memória coletiva, de modo que consideramos os processos interativos que estão presentes na memória social. A memória é um fenômeno complexo e para acessá-la é fundamental que as pessoas utilizem a narrativa. Nesse sentido, o discurso dos entrevistados será a “matéria-prima” de nossas análises, uma vez que a narrativa é a expressão dos elementos que estão presentes na memória e permitem perceber a existência de um tempo múltiplo que se diferencia substancialmente do tempo cronológico e dos marcos de referência da história oficial. Os discursos produzidos pelos entrevistados seguem uma ordem diversa da cronológica, pois se apóiam em marcos de referência que estão inscritos na memória que estes compartilham em seus grupos de pertença. Marcos estes de experiências que foram significativos em suas vidas que são capazes de modificar o seu cotidiano, alterar o ritmo de suas existências e que os levam a constituir uma outra história. Aqui se faz presente o referencial teórico de Halbwachs (1990) que afirma que o

tempo da memória é o tempo vivido, é aquele em que cada classe, cada grupo, cada pessoa vive de maneira diferente.

Estamos interessados na memória de um período e não no período propriamente dito, o que nos faz centrar nossa atenção nas falas, expressões, silêncios com vistas a entender os processos de construção da memória política.

Dessa forma, o discurso que coletamos nas entrevistas é de fundamental importância, uma vez que nele encontramos uma trama que é suscetível ao ideológico, o que exige de nós pesquisadores, cautela na condução das entrevistas, cautela esta que, como sugere Bosi (2004), deve *“respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência de seu grupo”* (p. 56). Essa cautela se estendeu a análise de dados que fizemos, uma vez que as nossas interpretações se iniciaram desde o contato com o contexto histórico dos entrevistados até a elaboração das categorias de análise propriamente ditas, que foram extraídas dos próprios discursos.

Para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, fizemos uso de dois procedimentos metodológicos:

- a) **entrevistas individuais semi-estruturadas** (Anexo I) com lideranças comunitárias e lideranças sindicais, para captar o tipo de contato que os entrevistados ou pessoas de referência deles tiveram com a ditadura militar e a repressão no Brasil e para perceber a influência destes em suas memórias, bem como os significados que os entrevistados atribuem ao passado;
- b) a **aplicação de um questionário** (Anexo II), com algumas questões de múltipla escolha e algumas questões abertas, aos estudantes universitários para saber o que conhecem sobre a ditadura e a repressão no Brasil.

Cabe ressaltar que a opção pelo questionário e não pela entrevista, no caso dos estudantes, se deu em função de que num teste preliminar com entrevista semi-estruturada, esses terem encontrado muitas dificuldades em falar do tema, argumentando não saber nada sobre o período. Além disso, em virtude do questionário atingir um maior número de estudantes.

Tais procedimentos contribuíram para a compreensão dos mecanismos, presentes na sociedade brasileira, que levam ao esquecimento e dos elementos que são significativos para a memória coletiva das pessoas entrevistadas e da influência da consciência política no processo de reconstrução da memória política.

A pesquisa foi realizada em três grandes capitais brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. Como não tínhamos recursos para realizar a pesquisa nas principais capitais brasileiras, como era nosso interesse inicial, escolhemos São Paulo por ter sido uma das cidades que sofreu grande impacto no período da repressão no Brasil e por considerá-la representativa do eixo Rio-São Paulo, onde se localizavam os principais centros de repressão política e onde ocorreram as maiores movimentações políticas na época; a cidade de Belo Horizonte, por ser considerada o berço do golpe militar e, pelo menos, uma cidade do sul brasileiro, Curitiba, que teve um impacto um pouco menor que as capitais do sudeste brasileiro, como Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Cabe ressaltar que, neste estudo da memória coletiva, a nossa preocupação principal não é com a representatividade estatística de uma dada amostra da população e sim com os significados atribuídos aos eventos políticos por parte de algumas categorias sociais que pertencem a um *lócus* que consideramos de grande importância para um estudo na perspectiva psicopolítica. Lócus este constituído por lideranças sindicais e comunitárias (adultos que não viveram a repressão e que são engajadas politicamente) e estudantes universitários (jovens que não viveram a repressão e não estão engajados politicamente).

1. Seleção dos entrevistados

Elegemos, para este estudo, três categorias de entrevistados: o grupo A, constituído por lideranças sindicais que estão atuando nos sindicatos e que não vivenciaram a época da repressão no Brasil; o grupo B, constituído de lideranças comunitárias que estão atuando nos sindicatos e que também não vivenciaram a época da repressão no Brasil; o grupo C, constituído de estudantes universitários que nasceram depois da ditadura militar.

Grupo A	Grupo B	Grupo C
Lideranças Sindicais	Lideranças comunitárias	Estudantes universitários
25 a 40 anos	25 a 40 anos	18 a 30 anos
Diferentes categorias sindicais	Diferentes comunidades e/ou movimentos	Das principais Universidades Públicas e Privadas
Diferentes capitais brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba	Diferentes capitais brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba.	Diferentes capitais brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba
03 entrevistas em cada cidade	03 entrevistas em cada cidade	100 questionários em cada cidade

Vale dizer que nossos critérios de seleção variaram de acordo com cada grupo. Para o grupo A, o critério principal para escolha dos sindicalistas foi o de estar atuando, no momento, no sindicato, seja como dirigente ou não e estar na faixa etária de 25 a 40 anos. Foram selecionados três sindicalistas de cada cidade. Para o grupo B, a seleção das lideranças comunitárias, também obedeceu ao mesmo critério de idade (25 a 40 anos) e ao de estar atuando nos movimentos sociais do bairro. Foram selecionadas três lideranças comunitárias de cada cidade. Por fim, o grupo C, de estudantes universitários, cujo critério foi o de estar na graduação (1º ao 4º ano), não importando a área. Para selecioná-los, fizemos contato com uma universidade pública e uma privada em cada cidade. Com

exceção dos alunos da USP – que foram abordados no horário de intervalo - os questionários foram aplicados na própria sala de aula.

2. As Entrevistas

Partindo dos pressupostos teóricos apresentados no Capítulo I, sustentamos que existe uma contínua interação entre o indivíduo e o seu meio social, tanto no nível emocional quanto cognitivo, mediante o qual o *aqui e agora* mobiliza, altera e, muitas vezes, determina os conteúdos manifestados pelos sujeitos. Por esse motivo, o uso de entrevistas semi-estruturadas é considerado por nós uma técnica adequada para a revelação da informação de um tema complexo e permite verificar sentimentos subjacentes às diferentes, e, talvez, divergentes opiniões apresentadas. As entrevistas permitem também a obtenção de informações sobre o evento e o comportamento passado, de modo que a nossa ênfase será na descrição verbal das pessoas. Nesse sentido, a “*análise dos significados de expressão verbal das pessoas é uma tarefa de juntar não apenas elementos 'atitudinais', mas de combiná-los com os dados do contexto do qual emergiu e a que devem estar associados*” (Sandoval, 1994: 59).

Um aspecto importante a ser considerado, nesta metodologia, é que a lembrança evocada, através da descrição verbal, constrói-se a partir do material que está à disposição dos sujeitos no presente, ou seja, o contexto social e as experiências atuais dos sujeitos influenciam de modo determinante o processo de construção da memória. Como nos aponta Halbwachs, “*A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada*” (Halbwachs, 1990: 71).

Em geral, encontramos muitas controvérsias quanto à descrição verbal no que se refere à veracidade das narrativas. Entretanto, no estudo da memória política, que ora realizamos, nossa preocupação não é com a veracidade da descrição verbal dos sujeitos, mas com as percepções da realidade social e com os significados atribuídos ao conhecido e vivenciado pelos sujeitos. Nesta perspectiva, estamos de acordo com Galindo (1999) que afirma que

“En la investigación cualitativa, el problema de la verdad no es tan importante, aunque numerosos detractores lo presenten como un tema harto conflictivo. (...) Por lo que, el análisis de la entrevista debe traducir de manera verosímil lo que los entrevistados expresan y perciben de sí mismos y de su entorno. El análisis se sustenta por tanto en la interpretación y reinterpretación de lo que dice el entrevistado, del modo en que lo dice, así como lo que nos dice en sus interacciones kynésicas y sus expresiones de comunicación no verbal” (Galindo, 1999: 329).

Exatamente por entendermos que as questões, já mencionadas acima, são importantes, nós optamos por utilizar entrevistas semi-estruturadas que nos oferecem um roteiro, sem que seja necessário nos prendermos rigidamente a ele. Vale ressaltar que a entrevista semi-estruturada consiste na interação entrevistado/entrevistador, sendo que a função do entrevistador é provocar continuamente a fala do entrevistado, uma vez que através da fala ele estrutura seu discurso.

No primeiro momento, realizamos as entrevistas individuais com as lideranças sindicais e comunitárias nas cidades de São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte. Em São Paulo, o contato com os sindicalistas foi feito através de um líder sindical que conhecíamos e que foi também um dos nossos entrevistados. Essas lideranças sindicais são de diferentes categorias sindicais: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo, Sindicato dos Vidreiros de São Paulo e Sindicato dos Bancários de São Paulo. O contato com as lideranças comunitárias foi feito através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que

conhecíamos do bairro de Perus – Zona Oeste de São Paulo, onde já havíamos desenvolvido pesquisas anteriores e onde existe uma vala comum da época da ditadura.

Em Curitiba, fizemos contato com uma Organização Não Governamental, o CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo) que trabalha com a formação de líderes sindicais e comunitários. Seus dirigentes nos indicaram os sindicalistas e as lideranças que preenchiam o perfil que nos interessava. Os sindicalistas pertencem aos seguintes sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores da Saúde do Estado do Paraná (SINDSAUDE), Sindicato dos Petroleiros do Estado do Paraná e Santa Catarina (SINDPETRO) e o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

Em Belo Horizonte, tínhamos o contato com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) que trabalham ou já trabalharam em projetos sociais ou centros comunitários nas comunidades locais de diferentes bairros da cidade e que nos colocaram em contato com as lideranças comunitárias. Esses mesmos pesquisadores indicaram alguns sindicalistas, sendo que outros contatos fizemos diretamente com os sindicatos. As categorias sindicais entrevistadas foram: Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SINDUTE), Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas e do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região.

Em todas as cidades, as entrevistas com as lideranças sindicais aconteceram nas sedes dos Sindicatos nos quais as lideranças sindicais atuam. Com relação às lideranças comunitárias, as entrevistas se realizaram na casa das pessoas, que nos receberam com muita disponibilidade.

Para facilitar a análise dos dados, todas as entrevistas foram gravadas com prévia autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas literalmente, procurando preservar os discursos na íntegra, sem nenhum tipo de corte.

3. Os Questionários

O questionário que aplicamos aos estudantes universitários foi construído após as primeiras entrevistas realizadas com lideranças sindicais e comunitárias e após uma primeira sondagem das perguntas a estudantes universitários, sobre as quais fizemos um pré-teste para avaliar se deveríamos ou não fazer entrevistas posteriormente. As poucas informações que os entrevistados tinham a respeito do período nos fizeram admitir que o uso do questionário seria mais adequado para essa categoria de entrevistados e atingiria um maior número de estudantes

O questionário (Anexo II) foi constituído por vinte e oito questões, sendo as sete primeiras referentes a dados mais pessoais⁶⁹ como idade, sexo, ano que está cursando; as questões de 8 a 11 que dizem respeito à participação deles em organizações universitárias, comunitárias ou políticas; as questões de 12 a 15 que se referem a hábitos de leitura e temas de interesse. As questões de 1 a 15 foram todas fechadas e de múltipla escolha.

A partir da questão 16 iniciam-se as perguntas sobre o período da ditadura militar no Brasil, sendo que intercalamos sete questões fechadas de múltipla escolha e seis questões abertas. Em linhas gerais procuramos, a partir dessas questões extrair as lembranças mais significativas referente aos seguintes temas: a) os períodos de maior repressão no Brasil; b) as características do regime ditatorial; c) o significado da ditadura para os entrevistados e para a população brasileira; d) as razões que levam a um golpe de Estado; e) a repercussão que tem esse período nos dias atuais; f) o que significou o fim da ditadura e a transição política à democracia; g) os piores e os melhores aspectos da

⁶⁹ Os questionários foram anônimos, portanto não constam dados pessoais do tipo nome, endereço, etc.

ditadura militar; h) o contato que tiveram com pessoas que viveram a época; i) onde adquiriram informações sobre a ditadura militar.

Para facilitar a análise dos dados dos questionários, utilizamos o programa de análise de dados SSPS for Windows 10.0, especialmente para saber a frequência com que apareciam as respostas. A seguir lançamos os dados dessas frequências no programa do Office Word para construirmos os gráficos sobre o perfil dos estudantes, que apresentamos ainda neste capítulo, e os gráficos que aparecerão nos capítulos de análise. Cabe ressaltar que as perguntas abertas abriu um leque de múltiplas e variadas respostas que agrupamos em algumas frases - deles mesmos - que expressavam uma mesma idéia, por exemplo: concentração de poder, violência, falta de liberdade de expressão, violação de direitos humanos, entre outras.

4. Perfil dos entrevistados

Antes de entrarmos na análise propriamente dita vamos fazer uma breve descrição dos perfis dos entrevistados (quem são, o que fazem, qual a sua atuação política), visto que a identidade dos sujeitos da pesquisa é um elemento fundamental na construção da memória. E como já afirmamos, existe uma relação muito estreita entre a memória coletiva e a identidade social, especialmente no que se refere às identificações sociais, o que favorece sobremaneira o processo de construção da memória.

4.1. Lideranças sindicais

As lideranças sindicais entrevistadas têm entre 25 a 40 anos, ou seja, pertencem a duas gerações que não vivenciaram diretamente a ditadura militar. Alguns deles não eram nascidos, outros eram crianças e bem poucos eram adolescentes no período da ditadura. Todos os entrevistados e entrevistadas exercem alguma função na diretoria de seu sindicato e muitos deles atuam também em movimentos sociais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Organizações Não-governamentais (ONGs), Associação de moradores ou em partidos políticos.

Esses diretores sindicais participam ativamente no movimento sindical entre 3 a 15 anos.

4.2. Lideranças comunitárias

As lideranças comunitárias entrevistadas têm entre 25 a 40 anos e participam de associações comunitárias, Comunidades Eclesiais de base e movimentos sociais. Algumas delas, simultaneamente, atuam em partidos políticos. A maioria delas são lideranças que atuam na periferia das capitais onde realizamos a pesquisa. Em Belo Horizonte, essas lideranças exercem sua militância em associações de moradores com envolvimento no orçamento participativo da cidade. Em São Paulo e Curitiba grande parte das lideranças atua em comunidades eclesiais de base, dividindo seu tempo de atuação em movimentos sociais de saúde, educação e no Partido dos Trabalhadores (PT). Algumas delas participam de movimentos mais amplos, como o Movimento de Mulheres de Belo Horizonte e Centros de Educação Popular em Curitiba, e atuam não só nas periferias destas cidades,

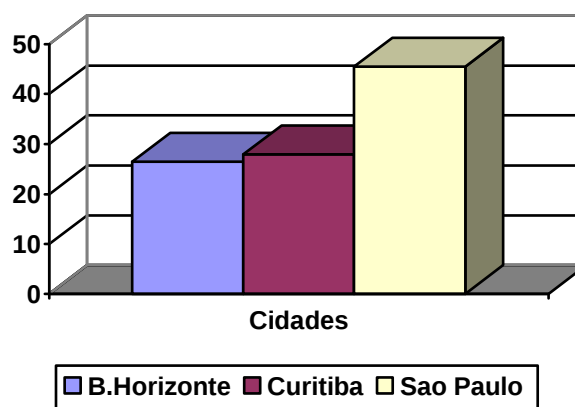
mas preocupam-se com a organização dos movimentos numa perspectiva estadual ou nacional.

Todos exercem um papel de liderança dentro desses movimentos sendo que o tempo de atuação varia de 3 a 18 anos.

4.3. Estudantes Universitários

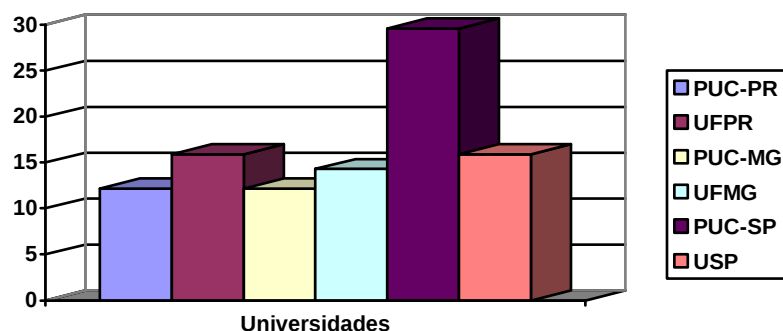
No caso dos estudantes, apresentamos seus perfis através de uma série de gráficos que mostram desde a percentagem de estudantes entrevistados por cidade, de quais universidades e cursos e, fundamentalmente as características desses estudantes.

Estudantes entrevistados por cidade



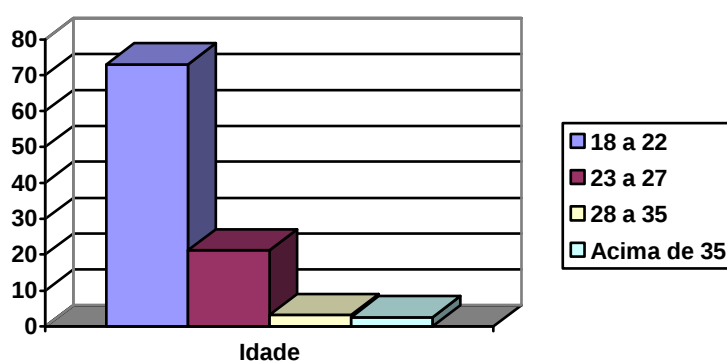
As universidades onde estudam estão apresentadas a seguir. O gráfico mostra que foram aplicados um maior número de questionários na PUC-SP, já que nesta responderam ao questionário, estudantes dos cursos de Psicologia e de Direito.

Universidades onde estudam

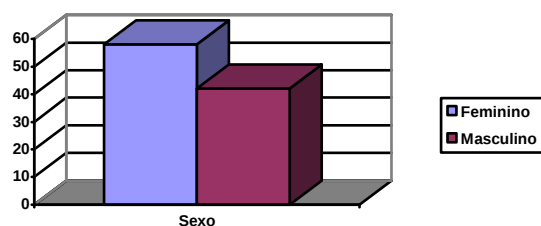


No perfil dos estudantes apresentamos a faixa etária, sexo, ano que está cursando, o curso que está frequentando, se está trabalhando ou não, se é em regime parcial ou integral, se participa de alguma organização universitária ou fora da universidade, ou seja, se tem alguma participação política. Além disso, apresentamos os gráficos sobre seus hábitos de leitura: se lêem jornais, qual a periodicidade de leitura e os assuntos de maior interesse.

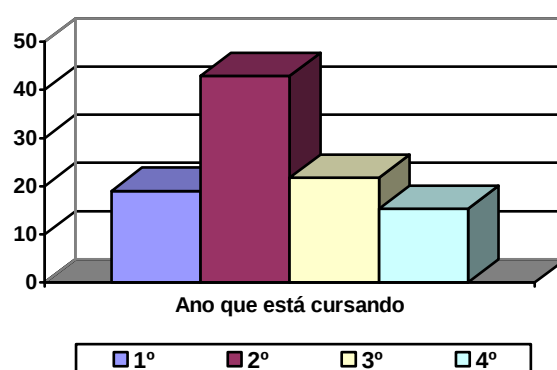
Idade



Sexo

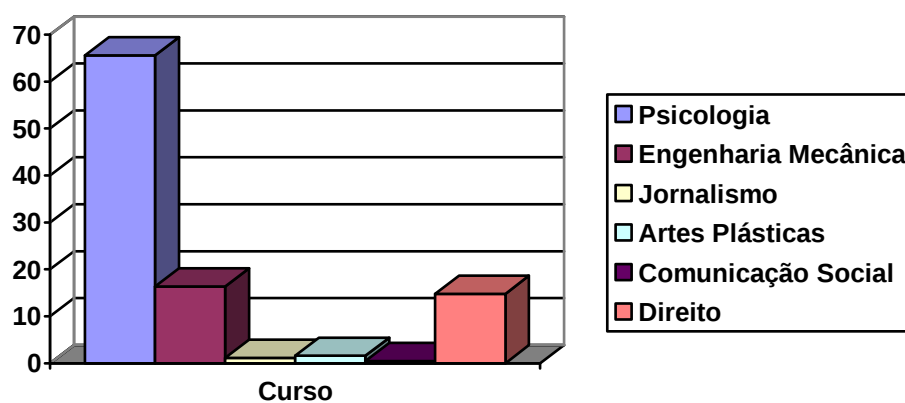


Ano que está cursando

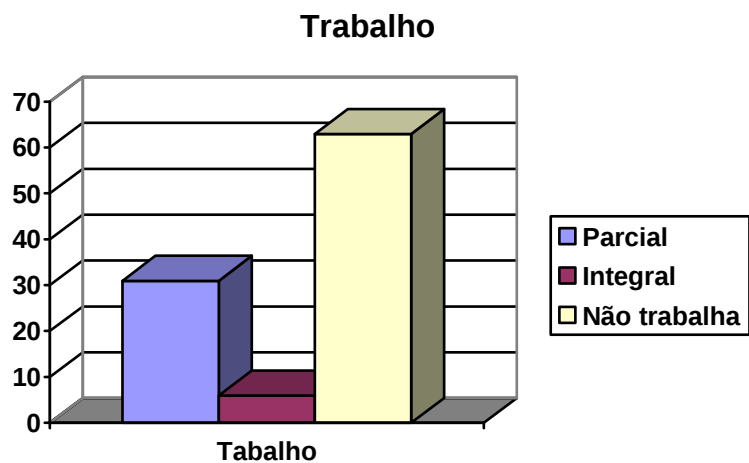


Houve uma predominância de estudantes dos cursos de psicologia dessas universidades pelo fato de nossos colegas dos cursos de psicologia facilitar-nos o acesso aos estudantes, o que, a nosso ver, não compromete os dados da pesquisa.

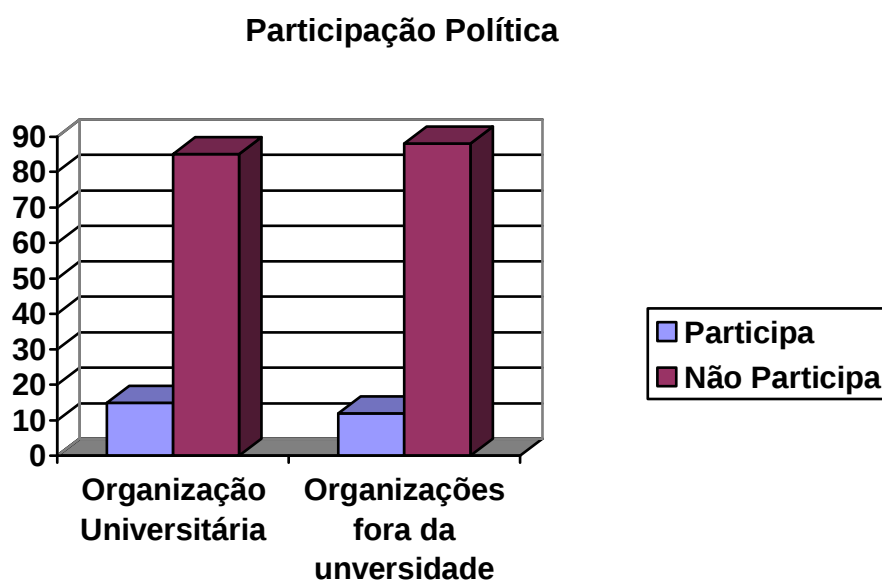
Curso



A grande maioria dos estudantes não trabalha, sendo que os que trabalham o fazem, em geral, em tempo parcial.

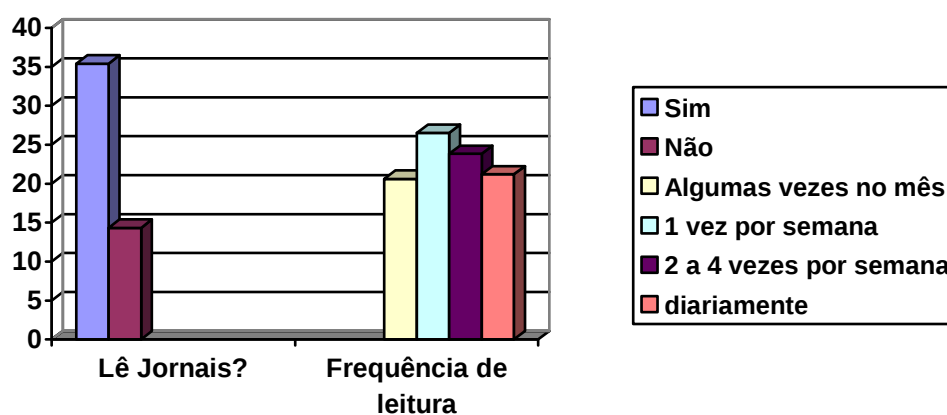


Como podemos observar no gráfico que segue, a grande maioria dos estudantes universitários não têm participação política nem dentro da universidade nem fora dela.



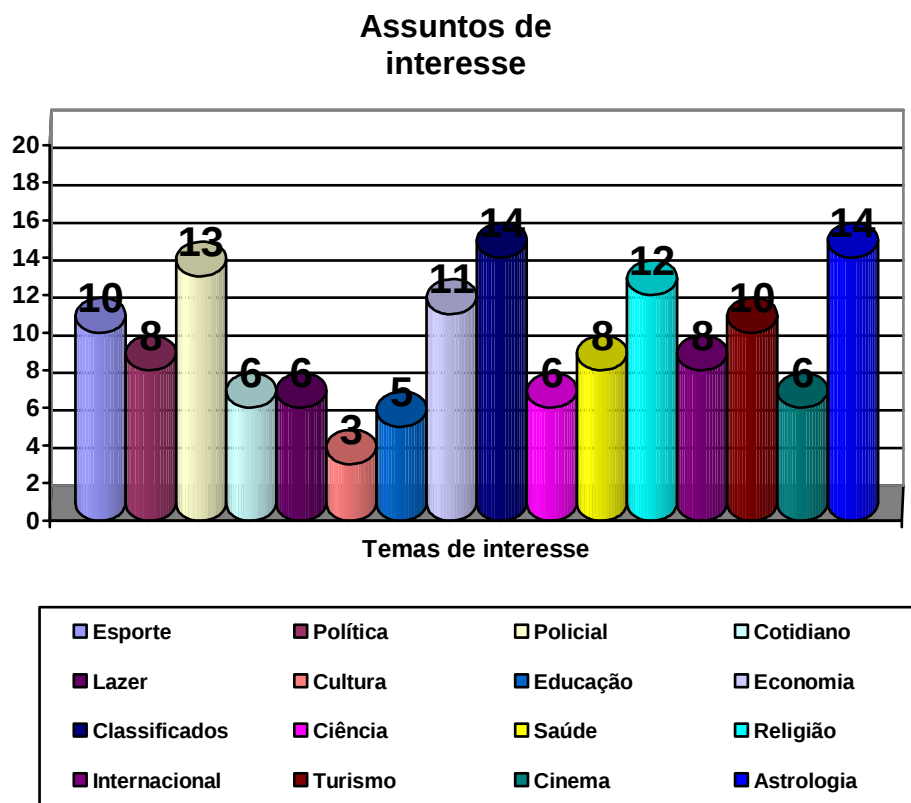
Eles estão habituados à leitura de jornais, portanto além do acesso às informações, através da universidade, lêem com uma certa periodicidade os jornais de grande circulação nacional, como podemos observar no gráfico abaixo:

Leitura de Jornais



Entretanto os assuntos de maior interesse não se concentram nos assuntos relacionados à política, cultura ou educação, ao contrário, concentram-se em: classificados e astrologia (14%), seguidos de policial (13%), religião (12%), economia (11%), esporte e turismo (10%). Ficando em terceiro plano os assuntos de política, saúde e internacional (8%), seguidos de cotidiano, lazer, ciência e cinema (6%).

Observemos:



Parece-nos fundamental conhecer o perfil, especialmente, para analisar o acesso que os estudantes tiveram e tem a diferentes recursos de informação.

5. A construção das categorias analíticas no estudo da memória política

Para a análise das entrevistas fizemos uso da análise qualitativa, que, segundo (Alvarez-Gayou, 2003), está orientada para “*captar el origen, el proceso y la naturaleza de estos significados que brotan de la interacción simbólica entre los individuos* (p. 15).

Depois de uma atenta leitura dos discursos, aliás, várias leituras, identificamos os elementos que consideramos significativos dos relatos agrupando-os em algumas categorias de análise. Construímos dois tipos de categorias de análise: uma primeira em

que os próprios enunciados das perguntas nos serviram como categorias, que analisamos no Capítulo V e, um segundo bloco de categorias de análise, extraídas dos próprios discursos dos entrevistados, as quais consideramos como unidades significativas que foram analisadas nos Capítulos VI e VII.

No Capítulo V, organizamos os relatos a partir de três categorias de análise que, a nosso ver, apresenta um quadro da memória das lideranças comunitárias, sindicais e dos estudantes universitários. São elas:

1. *As tramas da memória política: marcas do que ficou*, em que analisamos o que foi conservado pelas lideranças sindicais, comunitárias e estudantes, buscando compreender as semelhanças e diferenças nos relatos.
2. *As fontes da memória: as testemunhas, a militância, a escola e os veículos de informação*, em que procuramos analisar como foi sendo transmitida essa memória ao longo das gerações.
3. *Representação e significados do período para a sociedade brasileira*: nesta categoria, especificamente abriu-se um leque de múltiplos significados e representações que nos levou a criar subcategorias extraídas dos próprios discursos dos entrevistados que estão bem detalhadas ao longo do capítulo V.

Cabe ressaltar que quando nos referimos às categorias de análise estamos entendendo, como sugere Alvarez-Gayou (2003) que:

“las categorías y sus propiedades deben presentar dos elementos esenciales: tienen que ser analíticas, es decir designar entidades y no solo características, y deben ser sensibilizadoras, es decir, proporcionar al lector la posibilidad de ver y escuchar vividamente a las personas estudiadas” (Alvarez-Gayou, 2003: 93).

As demais categorias, apontadas no Capítulo VI, emergiram dos discursos de nossos entrevistados, onde nos centramos em alguns aspectos que consideramos relevantes para esta análise, como:

1. O legado da ditadura: a repressão policial, a impunidade, e o autoritarismo.
2. A existência de uma memória política construída pelos movimentos sociais
3. O processo de redemocratização e seus impactos sociais e psicopolíticos

E, por fim, para analisar as interfaces entre a memória coletiva e a consciência política, sistematizamos o conjunto das informações obtidas, através das nossas entrevistas, analisando-as e relacionando-as com as sete dimensões da consciência política indicadas no modelo teórico de Sandoval (2001). Desenvolvemos essa relação a partir três eixos de análise:

1. Histórias contadas X Lembranças dos entrevistados
2. Militância Política X Memória política
3. Impacto pessoal e político na construção da memória

Essas relações ficarão mais claras ao longo dos Capítulos V, VI e VII em que fazemos uma análise pormenorizada dos eixos e das categorias de análise que julgamos serem capazes de *“proporcionar al lector la posibilidad de ver y escuchar vividamente a las personas estudiadas”* (Alvarez-Gayou, 2003: 93).

A nosso ver, esse conjunto de relações de grande complexidade nos permitiu construir, de maneira sólida, uma análise psicopolítica da memória coletiva nos remetendo à noção de **memória política** que defendemos nesta tese e que confere a esta um caráter de originalidade.

CAPÍTULO V

Estudantes universitários, lideranças comunitárias e sindicais construindo a memória política da ditadura militar no Brasil

*Apesar de você, amanhã há de ser outro dia.
Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar
poesia.
Como vai se explicar vendo o céu clarear, de repente,
impunemente?
Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente.
(Chico Buarque)*

A partir do presente capítulo, iniciamos as análises de nossas entrevistas e questionários, procurando mostrar como a repressão aparece na memória coletiva de pessoas que participam de movimentos sindicais, movimentos sociais ou organizações comunitárias e de estudantes universitários que, em sua grande maioria, não participam de movimentos ou organizações. Trataremos de descrever o que apareceu nos discursos e questionários, destacando aquilo que sabem sobre a ditadura militar e a repressão no Brasil, sobretudo o que ficou em suas memórias, procurando analisar as semelhanças e diferenças em seus discursos e as representações e significados que essas gerações construíram sobre o período.

Em nosso cotidiano, é comum ouvirmos a frase “brasileiro não tem memória”, quase sempre se referindo ao fato da população brasileira “esquecer” certas ações de políticos e eleger representantes políticos que, no seu passado, lesaram a população, ou ainda quando não se tem o conhecimento de certos eventos políticos do passado. Em se tratando da ditadura militar brasileira, é quase unânime as pessoas considerarem que a população não sabe nada ou que sabe muito pouco: “*Eu creio que não* (referindo-se ao

conhecimento que a população brasileira tem da ditadura). *Não porque muitos fatos foram esquecidos. Que tem a ver com... o povo não faz memória*” (Ciça).

De acordo com Lucila Edelman (2002) - que também admite a presença desta expressão em seu país, a Argentina - tal expressão é culpabilizante e produz uma generalização enganosa já que esta omite a heterogeneidade da sociedade dividida em classes sociais e os diferentes interesses dos setores de classe, bem como os fatores que normalmente estão em jogo em cada momento. E principalmente porque, em situações traumáticas, segundo a autora, é necessário uma distância geracional de pelo menos vinte anos para que se comece a falar publicamente do fenômeno traumático individual.

De acordo com algumas lideranças sindicais e comunitárias, o pouco acesso à informação e a baixa escolaridade das classes mais pobres contribui para a falta de conhecimento que se tem do passado: *“Muito pouco, muito pouco. Pelo conhecimento que eu tenho, o povo é muito pouco informado sobre isso, principalmente por parte, assim, né, da classe mais baixa, eles têm muita pouca informação, quase nenhuma”* (Maria).

Essa idéia é reforçada por Fabíola, ao considerar que o nível cultural brasileiro é muito baixo, o que se acentua com a própria deficiência da escola ao *transmitir* ou ensinar a história do Brasil:

“Eu acho que muito pouco. É, primeiro porque o nível cultural brasileiro ele é muito pouco. Segundo, porque a história, ela é a própria história nossa dentro das escolas, das universidades, ela não, não tenta trabalhar a história, inclusive do povo brasileiro. A gente ainda tem uma, eu diria que as matérias de história, sociologia, filosofia, elas trabalham pouco a própria identidade, a história do povo brasileiro. Eu mesmo, eu venho de uma trajetória que ela né, ela se dá pela militância e quando você me falou que ia entrevistar eu fiquei totalmente envergonhada. Gente, o que que eu sei do período militar? Então, aí, é até auto-crítica da gente buscar mais, é, vivenciar um período que é tão próximo e que é a nossa história. Eu acho que a gente trabalha pouco isso” (Fabíola).

Ronaldo acredita que a classe média, justamente por ter mais acesso às informações, tem mais conhecimento da ditadura enquanto que a classe mais pobre só tem acesso a estas informações através de parentes que viveram a época:

“Acho que a classe, a classe média, acho que sim. Acho que a classe mais pobre, pelo, né, por não ter acesso à informação, acho que eles conhecem aquilo que os seus parentes viveram, e podem estar relatando. E também alguma coisa que passa na televisão, aquelas minisséries, da Rede Globo, que mostram alguma coisa. Mas eles não têm acesso, né, a tá estudando, a uma faculdade, a um. Acho que da classe média, assim, média-baixa, né, pra cima, acho que todos tem consciência do que foi a ditadura. E você pode peneirar ali nas mães, na escola, que com certeza, tem muita gente que sabe” (Ronaldo).

Ora, evidentemente, a questão da falta de memória dos brasileiros não é um problema de classe social. Embora o acesso às informações através da escola, leitura de livros, jornais, revistas, etc tenha alguma implicação, existem mecanismos muito mais cruéis relacionados às políticas implementadas pelos governos ditatoriais e democráticos que corroboram muito mais para que povo não tenha memória dos acontecimentos políticos. Haja vista que esta falta de conhecimento não atinge só as pessoas com baixa escolaridade, pois nos salta aos olhos o fato de que muitas pessoas, entre elas universitárias, afirmarem que o período militar foi um período bom para o país, um período de ordem em que, inclusive, muita gente sente saudades, como exemplifica Luciara.

“Eu acho que se o povo conhecesse um pouco mais da sua história não defenderia a ditadura militar. Esse ano mesmo eu fiquei assim indignada na sala de aula, companheiras, 3º ano de Serviço Social, defendendo assim de que foi o melhor momento que nós vivemos no período da ditadura, quer dizer, né, quer dizer o militarismo, porque daí colocou ordem no país, porque num sei o quê. Então quer dizer, se a gente vê isso de pessoas que hoje estão dentro de uma faculdade, no 3º ano, num curso como Serviço Social, então eu imagino assim que tem muita gente que não, não tem conhecimento do que foi isso pro país. Da matança que foi tudo isso, da destruição, do que trouxe como

seqüelas pro país mesmo, né. Então acho que tem muita gente que não tem esse conhecimento. Até porque aquilo que a gente falava, o próprio material oficial que fala é de uma maneira muito superficial, e não profundamente. Talvez esse, esse conhecimento mais profundo, se as pessoas tivessem, valorizariam muito mais o movimento popular hoje e seria uma força maior” (Luciara).

O que Luciara denuncia é, justamente, que o material oficial utilizado na escola é superficial. A *saudade* de um período *bom* para o povo brasileiro é também apontada por Sara que observa essa atitude por parte das pessoas *mais velhas*, que vivenciaram a ditadura, mas não eram militantes:

*“É, eu acho que (...) porque eu ouvi muito já, principalmente, as pessoas que viveram a ditadura, no período da ditadura, mas não foram torturados, né, claro, mas assim essas pessoas que, que, assistiram, né, não tiveram uma participação efetiva na ditadura, elas têm saudades desse tempo. **Muitas pessoas que viveram essa época, pessoas mais velhas falaram que no tempo da ditadura a gente tinha trabalho, tinha o que comer e tal.** E não é bem assim, né, a gente sabe. Só que eu vejo, que as pessoas têm saudades desse tempo. Acho que justamente por não conhecer, porque que é assim. É, tipo assim, não é o caso da minha mãe, né, mas vamos dizer, pessoas como ela, que não tinham informações, muitos, sabiam, né, que tava acontecendo alguma coisa assim, **mas tinha lá sua casa pra morar, quer dizer, tinha pra sua família, aquela coisa.** Então acho que é, e hoje assim, a sobrevivência tem que ser batalhada muito mais, parece, num sei e acabam tendo saudades daquele tempo. **‘A segurança era muito maior’**, né. Essas coisas assim. (...) É bem diferente a realidade hoje do que a da época da ditadura, né, mas tem saudades” (Sara) [grifos nossos].*

Infelizmente, essa maneira de pensar é comum a muitos brasileiros e reflete, de acordo com Coimbra (1995), as “*subjetividades hegemônicas fortalecidas*” que foram produzidas pelo regime militar.

Essa falta de conhecimento da ditadura atinge, inclusive os próprios entrevistados, como é o caso de Inesita, que se inclui entre aqueles que têm pouco conhecimento da

ditadura. Ela, inclusive, se sente envergonhada por saber muito pouco a respeito do assunto.

“Eu acredito que não. Cê viu por mim mesma, né. Ai que vergonha! Não tem. Porque tem uma frase que fala assim, né, que o ‘povo brasileiro não tem memória’. E em partes é verdade, nem todo o povo, né. Mas, não só conhecimento da ditadura, mas muitas outras coisas aí. Quando a gente, por exemplo, trabalha numa campanha, a gente vê que as pessoas não tem conhecimento político, digamos assim. Nem eu mesmo tenho muito, sabe eu tô aprendendo” (Inesita).

Assim como Inesita, Vilivaldo também se reconhece como alguém que sabe muito pouco, apesar de ter uma militância, e compara: imagine o que dizer da população em geral, que não viveu a época e não participa de nenhum movimento:

“Pra você ter uma idéia, você tira por mim. Eu que tô dentro do movimento sindical tenho uma certa dificuldade de tá falando sobre a ditadura, agora cê imagina quem não está e que não viveu essa época, né. Eu acho que é, a população, acho que não chega a trinta por cento que deve saber sobre a ditadura” (Vilivaldo).

Essas afirmações parecem fazer parte do senso comum na sociedade brasileira e nos remete a pensar o quão eficaz foi o papel da *memória oficial* que, desde a época da ditadura militar, fomentou a idéia de que os generais, através da sua autoridade, mantinham a ordem no país, garantiam o desenvolvimento, por meio do chamado “milagre econômico”, que havia menos violência, levando a população a acreditar que foi um dos melhores períodos vividos na história do Brasil. Ainda que encontremos uma grande parcela da população que “*lembra com saudades*” as “*maravilhas*” da ditadura, esta falsa verdade defendida pela memória oficial é insistentemente questionada por historiadores, cientistas políticos e sociais, economistas e psicólogos, que estudam o período, por militantes de movimentos sociais e pelos próprios entrevistados.

Sobre isso Andréa nos permite ver que existe uma ausência de memória, cujo motivo ela mesma aponta ao se referir a um “conhecimento reprimido” provocado pelo medo de falar desse passado:

“Respondendo objetivamente eu acho que não tem. Tem muita coisa que aconteceu que, primeiro, eu acho que essa história, quando o povo fala que a gente tem memória curta, tem mesmo, tem mesmo. É um, é um fato, né. Mesmo quem vivenciou a época da ditadura eu acho que o medo foi tanto, que até hoje ainda tem medo de dizer as coisas. (...) Então assim, eu acho que as pessoas que têm ainda na memória, tem isso reprimido, né, e a grande maioria tem esse conhecimento que eu tenho, que é o escolar, né” (Andréa).

No que diz respeito a esse conhecimento “reprimido”, provocado pelo medo, Irene Cardoso (2001) afirma que ele foi imposto pela repressão, produzindo, ao longo de toda a tradição da sociedade brasileira, o “inexistencialismo”, ou seja, *“realidades que passam a ser consideradas como inexistentes pelos assassinos da memória”* (Cardoso, 2001:150) convergindo assim *“para o esquecimento ou para a diluição da memória coletiva dos eventos da repressão”* (Cardoso, 2001: 151).

Além desse conhecimento reprimido, Anderson aponta que a população sabe muito pouco porque *“oprimiram esse conhecimento”*, ou seja, ocultou-se da população os próprios documentos que revelam os fatos ocorridos naquele período:

“Pouca coisa. Muito pouca coisa. É a própria questão que tá colocada aí, da abertura dos documentos da época é um fato, né. A gente não tem consciência efetivamente e nos oprimiram esse conhecimento, né, pra saber o que que aconteceu naquela época, né, os documentos todos, né, inclusive pessoas que foram mortas e não se sabe realmente se morreram ou não, né. Então a gente ainda vive num, num, numa repressão muito grande, né, que é a repressão da informação daquele período que houve naturalmente, né. E em função disso ainda tem muita gente que, que suspira de saudade daquele período, porque era, mostra bem a falta de politização das pessoas e de consciência efetivamente do que foi aquele período. E do que que significou aquele período

de atraso, né. (...) Então acho que a grande maioria da população não tem esse conhecimento” (Anderson).

José, por sua vez, assinala que a população sabe que houve ditadura no Brasil, mas reconhece que esse conhecimento é superficial, uma vez que o regime procurava esconder ou falsear o que de fato ocorria na ditadura militar:

“Então eu acho que sabe, mas não detém o que de fato significou até o fim, porque até hoje a gente ainda vê pessoas dizendo que: ‘Ah, mas pelo menos na ditadura não tinha inflação’, não sei o quê. É mentira né, porque, não é que não tinha, é que se escondia, né. Então, todo o dinheiro era canalizado para outra coisa, né. Então, as pessoas acho que não têm um conhecimento profundo, mas que sabe, sabe que existiu a ditadura, que teve os porões, que teve gente perseguida” (José).

Emerson e Rosane, por exemplo, acreditam que a população tem conhecimento de que houve um período violento no país, mas não tem dimensão do *desastre* que foi a ditadura para o país.

“Olha, eu acho que não, acho que boa parte não. Da ditadura como ela foi não, né, da violência que foi, do desastre que foi pra esse país acho que a população brasileira não tem essa informação. Ela sabe que a ditadura foi um período de violência do país, que cerceava o direito de falar e isso o cidadão brasileiro, hoje, parece que tá querendo, tá querendo ter esse direito, mas como ela foi exatamente, do prejuízo histórico e político que nós tivemos pro Brasil, eu acho que ainda não, eu acho que ainda não. Eu espero que venha a ter, porque se tiver é um grande avanço, vai ser um grande avanço (Emerson).

“Conhecimento eu acredito que tenha, só que ela não tem a lembrança do que se passou na ditadura. Eu acho que conhecimento acho que todo o povo sabe que o Brasil teve uma, uma opressão forte, né, mas, assim, de ter na memória, né, os acontecimentos, aí eu acho que não tem, se perdeu, se perdeu” (Rosane).

Por isso nos perguntamos: pode-se afirmar que existe uma memória política dos estudantes e líderes comunitários e sindicais ou predomina na sociedade somente a

manipulação ideológica da memória oficial? Essa memória política corresponde a *memória oficial* ou é expressão de uma *memória da resistência*?

Os próprios entrevistados através dos seus discursos, deixam entrever que existe uma memória construída pelos movimentos sociais que visivelmente irrompe do subterrâneo da história como uma memória de resistência e que merece uma análise mais pormenorizada que faremos no capítulo seguinte.

Nossos sujeitos estabelecem os fundamentos dessa memória da resistência que está alicerçada na efetiva participação política que se dá nos espaços de luta cotidiana, apontada por Sandra e na importância do conhecimento do passado, enfatizada por Vitor. Para Sandra, a participação política é o que viabiliza o conhecimento do passado, inclusive, ela diz que se as pessoas não têm uma participação nos movimentos sociais, acabam por não ter acesso a nenhum conhecimento, já que em outras esferas da sociedade não existe nenhuma preocupação com o conhecimento do passado.

*“Eu sempre falo pras **pessoas que elas só vão aprender na luta mesmo, no dia a dia**. Eu também, naquela época que eu tava na escola eu não entendia. Eu só fui entender o que ela falava (referindo-se a professora de história) depois, participando. Então eu acho que é isso, também. **Se as pessoas não entrarem no movimento popular, numa luta, elas não vão entender, não vão tomar gosto assim pela coisa e ver que vale a pena**” (Sandra) [grifos nossos].*

Vitor, por sua vez, deixa claro a importância e necessidade de se conhecer esse passado para poder resistir contra qualquer tipo de tentativa autoritária ou de golpe de Estado. Para isso, ele sugere que a escola inclua em seus currículos, esse conhecimento que permitirá às gerações mais jovens resistirem às tentativas de autoritarismo. Isso nos remete à frase *“Lembrar é resistir”*⁷⁰ de uma obra de teatro que foi encenada nos espaços dos

⁷⁰ Esta peça foi encenada no edifício do DOI-CODI, em São Paulo, em 1999 e nas dependências do DOPS no Rio de Janeiro, em 2001. *“Lembrar é resistir – um recorte no tempo e no espaço”* é uma recompilação de testemunhos de ex-presos políticos da prisão de Tiradentes, no Rio de Janeiro e descreve sessões de tortura. O público participa da cena se deslocando de uma cela a outra com os atores, o que gera um profundo

antigos centros de repressão política em São Paulo e Rio de Janeiro. Vitor reforça a capacidade potencializadora da lembrança do passado.

*“Eu acho que as escolas deveriam ter em seu currículo, sabe, é, deveriam ter na parte de história deveria ter isso com muita inserção pra que não se perca esse, o que houve nesse país e possibilite hoje, que principalmente os jovens não deixem que isso aconteça, resista à qualquer iniciativa nesse sentido, sabe, de golpe, de regime militarista. É, eu, na minha opinião, **eu acho que procê resistir cê tem que conhecer, né.** Então, eu acho que falta isso, inclusive, nas escolas, isso deveria fazer parte do currículo, sabe, **é fundamental a gente conhecer a história, inclusive ou pra aprimorar ou pra resistir, né. Seguramente, nesse caso da ditadura, é literalmente pra resistir**” (Vitor) [grifos nossos].*

Esses discursos apontam a fundamental importância dos espaços de participação política como um meio eficaz para conhecer criticamente o passado e resistir ao autoritarismo, à violência e à repressão, além de questionar a lacuna deixada pela escola, que, como eles mesmos apontaram, tem trabalhado esse tema de maneira muito superficial.

1. As tramas da memória política: marcas do que ficou

Quando pensamos nas marcas que foram deixadas pelo passado, naquilo que foi *mantido* pelas gerações que nos antecederam, não estamos falando de algo cristalizado, estamos nos remetendo àqueles fatos ou acontecimentos, àquelas experiências do passado que marcaram também a vida e a história dos entrevistados ou, como diria Bartlett (1995), aquilo que teve e tem um significado para suas vidas. Em outras palavras, estamos nos

impacto e emoção, já que se revivem ao longo da peça as cenas de prisão e de torturas. Na ocasião da peça, em 1999, o edifício do DOI-CODI, em São Paulo, tinha o seu interior exatamente como era no período da ditadura, o que nos permitia sentir como eram de fato os espaços das prisões dos presos políticos. Mas, infelizmente, o prédio foi todo reformado, preservou-se, apenas a estrutura estreita das celas, retirando-se toda a sua originalidade, ou seja, elas foram totalmente rebocadas e pintadas, eliminando-se assim a possibilidade de que as gerações mais novas saibam de fato como eram estes centros de repressão.

referindo aos acontecimentos e as práticas coletivas nas quais os sujeitos encontraram e encontram significado, ou seja, às suas experiências coletivas nas comunidades e nos movimentos sociais ou sindicais que contribuíram para a construção de suas memórias.

Numa perspectiva psicossocial, como já mostramos em nossa pesquisa anterior, a memória coletiva aparece como um “mosaico”, uma vez que os eventos passados são ressignificados a partir do presente e das identificações sociais que as pessoas têm com os grupos de pertença. Nesse sentido, cada grupo reconstrói múltiplas memórias revelando os diferentes significados, que foram construídos a partir dos diversos grupos com os quais os sujeitos se identificam (Ansara, 2000).

Isto porque os significados que cada pessoa atribui a um determinado evento passado são múltiplos e variados em função da identificação social, da participação política, da percepção de antagonismos de classe, dos sentimentos de justiça e injustiça que desenvolve.

Desta feita, vamos *tecer* esse *mosaico* apontando algumas descobertas que o conjunto dos relatos nos forneceram e as questões e/ou hipóteses que estes suscitaram. Este trabalho é como costurar uma grande “colcha de retalhos”, visto que recolhemos os fragmentos de diferentes memórias: das lideranças sindicais, das lideranças comunitárias e dos estudantes universitários, tentando *alinhar* cada *fio* disposto ao longo dessa *costura*. Na confecção de uma colcha de retalhos, um retalho solto pode parecer algo desprezível, entretanto, na medida que vamos tecendo, retalho por retalho, a colcha vai tomando forma, nos surpreendendo pela sua forma e pelos seus coloridos. É uma unidade construída pelos diferentes. Não tem parte que não se faça necessária ou que seja desprezível. Igualmente no caso da memória coletiva, recolhemos os *fragmentos* da memória (os retalhos

dispersos) a fim de reconstruir uma nova *trama*, a da *memória política da ditadura militar no Brasil*.

Tecer agora essa memória política é reconstruir tudo aquilo que estava disperso ou que se dispersou, que estava oculto ou foi ocultado pelo regime militar e pelo próprio processo de democratização, como denunciam Irene Cardoso (2001) e Nelly Richard (1999). É um processo de análise e síntese, um processo de idas e vindas, de caminhos pedregosos e cheios de obstáculos e que exige trabalho e cuidado, porque nasce das nossas entranhas, das nossas percepções, da nossa interpretação, mas que está aberto a novas interpretações e ressignificações.

A analogia com o trabalho de tecer é muito apropriada ao estudo da memória, porque nos remete a questões fundamentais sobre os elementos que compõem a urdidura que sustenta e perpassa a memória coletiva e que possibilita a “invenção” de múltiplas e variadas tramas que são organizadas por estes sujeitos. Portanto, o que ficou na memória das lideranças sindicais, comunitárias e dos estudantes? Como eles reconstróem essa memória?

1.1. Memória das lideranças sindicais

A maioria das lideranças sindicais, ao se referir à ditadura e suas seqüelas, afirma saber muito pouco sobre o período, apontando que tem um conhecimento superficial e alegando ter apenas uma idéia da dificuldade que foi viver sob o regime militar:

“Olha um pouco do que a história deixa de contar, um pouco do que a história conta, mas na verdade muito pouco, né. Na verdade a gente, simplesmente, tem idéia da, da dificuldade que foi aquele período e uma das coisas que eu não consigo imaginar, inclusive, que eu tenho dificuldade de tentar interpretar naquele período é como a maioria da população, né, é considerava aquilo

normal. Uma época até meio apática, né de um sistema repressor que existia na época, né. A sociedade continuava, é claro que não na normalidade, mas como se aparentasse, né, tá na normalidade. Então na verdade é eu tenho até uma certa dificuldade de entender, né, como é que se transcorreu todo aquele período lá. É quando a gente começa, eu comecei a entender o que foi aquele período já tava no, no né, começa a ter uma consciência política já tava no final, numa época de transição, né. E, historicamente é difícil entender, né, porque a gente consegue saber do período, é o que a gente lê, né, de movimento estudantil, de alguns movimentos pontuais de guerrilha que houve, mas fora isso, né, parece que a sociedade conseguiu captar isso e levar a vida na normalidade” (Anderson).

Essa aparente normalidade, a que se refere Anderson, em que vivia a sociedade brasileira na época da ditadura é explicada tanto por Nelly Richard (1999) quanto por Irene Cardoso (2001) como um processo de *normalização* da sociedade, como um recurso utilizado pelas ditaduras latino-americanas para fazer com que a sociedade acreditasse na inexistência dos acontecimentos repressivos.

Se este processo enganava a população quanto ao que ocorria naquele período, imagine para aqueles que não viveram diretamente o período. Os entrevistados, apesar de saberem que houve repressão e perseguição às organizações populares e sindicais, ressaltam que os fatos desse passado próximo são *obscuros* para as pessoas que não viveram a ditadura, uma vez que houve uma manipulação ideológica, através da propaganda anti-comunista e da intimidação daqueles que pensavam diferente e contestavam o regime apontando, também, a perseguição que houve:

“Foi digamos. O que a gente conhece um pouco de relato histórico e um pouco de relato de pessoas, né, que conviveram nesse período, né. A história basicamente era um pouco obscura, né, mas a gente sabe que muito se houve de perseguição para a organização popular, seja na forma sindical, seja na forma de movimentos populares. Pessoas, acho que tudo muito em nome de um emblema, não é comunista ou, né, muito em cima de um, de um, de um jargão. Não, é comunista então é o famoso ‘come criancinhas’ ou algo parecido, né. Não, não presta. Se é nessa linha não presta. E o pensamento diferente era prejudicial ao regime, né. Então, nesse sentido é, do que se colocou na época a perseguição foi em cima de idéias, em cima de ideologia, né” (Armando).

Essa manipulação ideológica invade o universo familiar e, como aponta Eliana, atinge a sua família que concebia o que ocorreu em 1964 como uma “revolução” e não um golpe militar, como era divulgado e transmitido de geração a geração, por meio da escola, da mídia televisiva e outros meios informativos. Por isso mesmo, ainda hoje, boa parcela da população refere-se ao golpe militar como sendo uma “revolução”.

“É, eu vou te dizer do meu lado. Então assim. É, o golpe de 64 na minha família, é uma coisa que foi revolução, não foi golpe. Dentro da minha casa e dentro da escola eu nunca aprendi que foi golpe. E eu tenho vontade de chorar quando eu falo disso. Porque o dia que eu disse pra uma pessoa que foi revolução, e eu era pré-adolescente, e a pessoa me disse: - Não foi revolução, foi golpe. É que eu comecei a ler algumas coisas e pegar no ar, na televisão ou nas músicas do Chico Buarque, que vai passar, né, eu comecei a ver que meus pais eram cegos, e que eles gostavam dos militares. Mas, que eles detestavam violência” (Eliana).

Eliana demonstra sua indignação por sentir-se “enganada” quanto àquilo que aconteceu no passado e de perceber como a sua família era “cega” tendo uma visão distorcida da realidade e dos acontecimentos políticos. Seu discurso demonstra claramente que a memória coletiva que foi construída por uma grande parcela da sociedade brasileira coincide com a “memória oficial” que foi forjada pelos governos militares ao longo da ditadura militar e principalmente fomentada no processo de transição para a democracia.

Ela continua seu discurso mostrando como sentiu necessidade de ultrapassar aquilo que foi construído pelo seu grupo familiar e ir atrás de outras informações para conhecer melhor o passado:

*“(...)Então assim, eu acho que hoje eu sou militante, é, porque eu não quero ser cega como meus pais foram, de achar que a gente tinha um presidente escolhido entre os militares, e era um militar por mero acaso. E que o Chico Buarque não fazia músicas do jeito que ele fazia de mero acaso, só porque ele é um poeta. Ele é um poeta baseado na realidade, né. Então assim, o que eu sei da ditadura, eu aprendi muito sozinha. Eu fui autodidata, porque na minha casa ninguém gosta muito de política, né. E aí eu fui descobrindo meio que Tateando mesmo, pela curiosidade de uma criança, de uma adolescente, que foi sabendo que tinha gente que violentava outras pessoas moralmente, psicologicamente ou fisicamente. E, é, fui, é, assim por interesse pessoal descobrindo alguns filmes que falavam disso, ouvindo alguns artistas que falavam disso, ouvindo é, alguns políticos que falavam disso e prestando atenção nisso. E eu dizia isso pra minha mãe: - Mãe, teve gente que morreu, teve gente que estupraram, teve gente que as pessoas cortavam (...). E ela dizia assim: Isso que acontece é lá na Rússia, minha filha, que lá é o comunismo, e eu dizia: - Não mãe, é aqui perto da gente. E aí, eles se revoltavam por eu tá dizendo isso. Então eu era a **ovelha negra** da família, como dizia a música da Rita Lee” (Eliana).*

Eliana insiste em apontar toda a manipulação ideológica utilizada pela ditadura militar no intuito de esconder a repressão e a violência e lembra do uso que se fez do futebol, em 1970, com a Copa do Mundo:

“Então é assim, é, o que eu sei da ditadura é que foi um tempo muito ruim para o Brasil. Eu acho que esse tempo, eu associo a ditadura com o futebol. Eu não suporto futebol. Porque eu sei que usaram o futebol pra fazer com que o povo não olhasse o lado político do país, né. (...) O que eu sei é que teve muita gente que sofreu e que o povo brasileiro até hoje sofre a consequência, e hoje no meu dia-a-dia do sindicato, quando alguém fala mal do sindicato, eu sei que ela tá falando ainda porque ela foi ideologicamente programada pra pensar assim. Programada pra achar que o Estado nas mãos dos militares é melhor do que hoje, né. E que, então, pra mim é uma história de muita revolta e se, eu não quero usar dos mesmos artifícios e da mesma violência que eles usaram, mas me dói muito e, eu tenho vontade, às vezes, de fazer a vingança da mesma forma, né” (Eliana).

Nas memórias dos sindicalistas estão presentes muito dos principais acontecimentos ocorridos na época. Ronaldo aponta o contexto de repressão, de supressão da liberdade de expressão e de imprensa e as torturas e perseguições aos movimentos sociais, especialmente ao movimento estudantil.

“Bom, o que eu sei é que foi um período de repressão, né. Um período em que é, o poder é, anti-democrático, né, tomou o poder e o poder militar, né. Em que não havia liberdade de imprensa, liberdade de, de comunicação, né, de expressão, né. Foi uma época de torturas, de, de perseguição, a, principalmente aos atores, né, do movimento comunista, que tentavam, que lutaram contra esse sistema que tinha sido colocado, principalmente o movimento estudantil, que na época era muito forte, né. Hoje em dia já não, já não tem a mesma força. Em geral, é mais ou menos isso” (Ronaldo).

José aponta o endurecimento do regime militar que impedia qualquer manifestação política, social e também enfatiza a supressão das liberdades democráticas, dentre elas a liberdade sindical:

“Bom, o que eu sei é que foi uma época muito dura para o povo brasileiro, que foi cassadas as liberdades democráticas, as liberdades, dentro delas a liberdade sindical, quer dizer, a gente não podia, a gente não, o pessoal não podia ter nenhuma forma de expressão, nem política, nem social, né, que eram totalmente cassados, nem mesmo o Congresso Nacional funcionou. Foi uma época muito dura porque, praticamente, os militares mandavam e era a política oficial, era só isso” (José).

Andréa e Vitor tiveram mais dificuldades de dizer o que aconteceu naquele período, mas, apesar disso, enfatizam acontecimentos fundamentais como o AI-5:

“Não sei nem se vou lembrar nomes de quem é que foi que instituiu, que assinou lá o tal do AI 5, acho que foi isso, né. São, são memórias bem pontuais de questões da escolarização, né. Então, da ditadura militar o que a gente sabe é isso, né. O processo de tomada de poder pelos militares e todo o processo de repressão que acontecia. Bem o que tá no superficial do, né” (Andréa).

“Que foi momentos terríveis, eu acredito que a população, principalmente daquela época, né. O pouco da história que a gente sabe é que, sinceridade, nos dias de hoje se voltasse era dificilmente se viveria numa situação daquela, seguramente seria conflito constante”. (Vitor).

Alguns sindicalistas disseram não ter certeza dos fatos, sempre insistindo em afirmar que sabem pouco da história. Apesar disso, Edílson apontou uma série de fatos ocorridos na ditadura como a instauração do modelo econômico, a repressão ao movimento, às liberdades e ao direito de organização. Além disso, reconhece que a sua militância é de outra época, de uma outra geração, (a chamada “geração que não tinha memória”), e faz algumas comparações com os dias de hoje, afirmando que ainda hoje existe repressão.

“Olha, eu não, eu sei um pouco da história né, assim, que a gente aprende aí na universidade, na militância. Eu, particularmente nunca procurei ler muito a coisa do porão da repressão, da tortura, porque é uma coisa que deixa muito indignado e que sempre, agora é obvio, também, cê não pode abster dessa coisa aí. Esquecer que teve tortura, muito pelo contrário, tem que saber disso. Mas eu imagino que saiba, uma questão é, dos aspectos econômicos, sociais e políticos, né. Do modelo econômico, do que a ditadura fez com o país nesse momento. Agora também a repressão ao movimento, às liberdades, à democracia, à organização, à liberdade de greve, ao direito de organização, que pra quem milita num partido e pra quem milita num sindicato era fundamental. Mesmo nos anos oitenta. Eu não, eu comecei a militar, já no início, militar nos movimento sindical em 1990, quer dizer, primeiro ano do governo Collor, tal. Eu sou de uma outra geração, né. É e uma geração que não tinha memória, também não tinha, era jovem, mas assim, minha militância é de uma outra, né. Mas e a gente percebe, quer dizer, se hoje tem dificuldade, as pessoas, às vezes, não militam ou não se expõem, ou não organizam uma greve, ou não participam de uma greve, por exemplo, uma greve, que é uma coisa imediata, concreta com medo de perder emprego, quer dizer, como é que seria isso na ditadura militar que além do emprego cê tinha, ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, né. É muito mais em risco e a própria vida, né. Muitos pagaram com a vida, né. (Edílson).

As comparações com os dias de hoje também foram feitas por Vilibaldo, principalmente referente a repressão no contexto da experiência sindical, dos trabalhadores da qual ele faz parte:

“Olha, sobre a ditadura militar eu sei muito pouco. Porque é aquilo que eu estava te dizendo anterior. A gente, nessa época era criança, né. A gente sabe que a ditadura militar, ela reprimiu muito o trabalhador, né. (...) a gente sabe que, é hoje a gente temos uma certa liberdade, uma democracia que, entre aspas também, mas que na ditadura militar a gente não conseguia nem essa “entre aspas” porque, é, no sindicalismo não tinha essa liberdade que hoje tem, né. Era reprimido, (...) quando tinha greve a gente ouvia falar pela televisão, pelos jornais que eles reprimia de uma forma, né, bem pior do que hoje. Apesar que hoje também, não deixa de reprimir. Mas é, assim, é o pouco que eu sei da ditadura, não sei muito porque a gente não viveu diretamente, né, militando. Mas é, foi uma época, pelo que a gente ouve dizer, foi uma época que foi muito difícil para a classe trabalhadora por conta dessa repressão da elite” (Vilibaldo).

Percebemos, na memória de Edílson e Vilibaldo, uma ênfase na experiência vivida pelo movimento sindical e pela classe trabalhadora. Em seus discursos está presente uma memória que foi construída a partir da identificação social com a categoria social sindical. O que eles sabem está diretamente vinculado à experiência sindical vivida por eles que reforça o que já apontávamos em nosso estudo anterior: *“(...) os discursos são construídos no interior dos grupos com os quais nos identificamos e a partir dos quais reconstruímos nossa memória” (Ansara, 2000: 96).*

1.2. A memória das lideranças comunitárias

No que tange a memória das lideranças comunitárias a maioria delas destaca que a ditadura militar no Brasil foi uma época de repressão, de falta de liberdade de expressão, de perseguições e morte:

“Foi uma época que nós vivemos, de muita repressão, é, onde não havia democracia, né. E a gente éramos é, muito sofrido, né, pressionados. Muitas coisas que hoje nós fazemos, né, entendeu, nós não tínhamos liberdade para fazer. Hoje, é, em relação ao passado nós estamos no paraíso” (Arnaldo)

“Eu sei que foi um período assim muito duro, né, de repressão tanto de artistas, estudantes. De você não poder falar o que pensa, né. Então foi um período assim bem de perseguição, né, tortura. Quem era contra esse regime, né, era torturado, expulso e assim por diante, né” (Sara).

“Bom. Eu sei que foi uma época de repressão, onde nada podia ser dito, tudo era censurado, vamos dizer, o que seria basicamente a verdade, o que a gente vê hoje, né, num podia ter uma imprensa que divulgasse o que é dito hoje, que tudo era reprimido, não tinha uma, como uma, dar continuidade, alguma coisa. Quem tinha um pouquinho mais de voz ativa ou era extraditado ou era, praticamente, extraditado não, exilado, né? Exilado e num tinha assim uma, não tinha liberdade, praticamente. Todo mundo tinha que ficar calado com aquilo que sabia” (Ciça).

“Olha, eu sei que foi uma barra, matou muita gente, é não se tinha abertura pra nada, né, era muita repressão houve-se, é, como que se fala, dava-se fim nas pessoas que queria mudar a situação, né, tanto é que tem a cova dos indigentes aí que foram no cemitério de Perus (referindo-se a vala comum), né, que foram achados desse período né, no período da ditadura” (Rosane).

“(...)Então eu sei assim, que as pessoas que se mobilizavam assim, tipo nosso trabalho assim de liderança, de articular o povo, de acontecer alguma coisa, elas eram muito perseguidas, mortas. É tudo que eu sei, assim. Ou se não eram as próprias pessoas eram as famílias. Muitas desapareceram. Isso é tudo que eu sei” (Inesita).

Fabíola acrescenta a questão da luta política que se travou naquela época e a construção de uma identidade e memória coletiva.

“O que fica pra mim do período militar é uma identidade, um pouco coletiva, que o próprio, os próprios movimentos eles passam no sentido da repressão, é, da luta política que se travou no período. Então é mais essa memória coletiva mesmo do que conhecimento de fatos, de pessoas do período” (Fabíola).

Já Emerson aponta que o golpe militar foi aplicado pela burguesia que almejava a concentração do poder e destaca a violência a que foi submetido o povo brasileiro:

“A ditadura militar no Brasil é um golpe aplicado pela burguesia do país né, na tentativa de concentrar o poder, né, e, às vezes, quando eu participo de algumas atividades da ditadura eu me arrepio porque eu procuro viver aquele período, né, da violência que foi esse período. (...) e a ditadura, ela é um período que, assim, pelo conhecimento que eu tive, um período que a gente era cerceado de tudo, não podia falar o que pensava, né, a idéia de concentrar mesmo o poder de, de enriquecer um pequeno grupo, né, que é o que foi que aconteceu, enriqueceu um pequeno grupo, a idéia de poder, concentração de poder mesmo, de concentrar o poder, dizer que aqui quem manda somos, era um grupo, era esse grupo que mandava e assim, o que mais me impressiona nisso é a violência com que esse grupo agia, né, a força da violência, eu fico imaginando quantas pessoas não sofreram antes de morrer nesse processo” (Emerson).

Além disso, ele enfatiza que muitas pessoas, atualmente, acreditam que a ditadura foi boa porque não tiveram acesso às informações e assinala que, economicamente, houve privilégio de um grupo, visto que muitas pessoas cresceram, porém a grande maioria não se beneficiou deste desenvolvimento.

“(...)Hoje a gente conversa com as pessoas, “mas a ditadura era boa”, mas boa porque as pessoas não tinha acesso a comunicação. É, era o chamado policinco, aonde algumas pessoas se desenvolveram e muitas, muitas não desenvolveram e o país, nesse período, se empobreceu muito porque foi nesse período que se fizeram vários empréstimos internacionais e eu acho que, hoje, se o país tá nessa situação que tá, se nós temos, hoje, mais de cinquenta milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza é devido ao período da ditadura, né” (Emerson).

Emerson acrescenta ainda que a situação de pobreza que o Brasil vive hoje é resultado dos grandes empréstimos internacionais contraídos naquele período.

“(...) naquele período foram feitas muitas negociatas, a dívida externa praticamente aumentou naquele período, né, e hoje a gente não tem acesso a saúde, não tem acesso à educação, não temos acesso ao emprego, não temos acesso ao trabalho, não temos acesso ao lazer, graças a esses camaradas ou neo-camaradas no Brasil que endividaram o país, né, fizeram do país um parque de diversão, né. Essa era a idéia do poder, de concentração de poder mesmo, de realmente mascarar todo esse endividamento e quem fosse contra

isso, quem dissesse aquilo que tava pensando sobre isso, com certeza era punido, né, com certeza” (Emerson).

Luciara, ao falar da ditadura, também enfatiza os resquícios da ditadura que vivemos ainda hoje, especialmente, as situações de repressão.

“Olha, o que a gente vem estudando na faculdade, vem também acompanhando desde toda a formação junto às comunidades é que é um momento, foi um momento, se a gente for avaliar, ainda hoje, temos muitos resquícios da ditadura, né. Tem momentos de muita repressão, de, é, a liberdade totalmente podada, né, onde as pessoas não tinham sequer oportunidade de se organizar, né, e o poder militar tomando conta totalmente, né, da vida do país como um todo. E hoje a gente sente os resquícios de tudo isso, né. Na nossa idade, eu nasci, é, fazia 3 anos, 3 anos de diferença, né, do período forte da ditadura que foi em 64, então assim, vivi muito pouco o período, mas a gente vive os resquícios hoje, passados pela ditadura” (Luciara).

É bem interessante a fala de Sandra que destaca a inversão ideológica que se fazia com relação aos que lutavam contra a repressão, visto que ela assinala que havia uma manipulação ideológica em que o governo procurava identificar os opositores ao regime como “perigosos”. É exatamente a idéia de que existia um *inimigo interno* que devia ser combatido, conforme apregoava a Doutrina de Segurança Nacional.

“(...) Agora o que eu sei da ditadura é assim, é que o governo passava uma coisa, né, e o povo acreditava. Por exemplo, quem tava lutando era visto como uma pessoa perigosa. Então os perigosos era o povo, no caso, que lutava e não o, não o governo. Então na época eles viam assim. Depois que isso foi se passando e hoje as pessoas que tão um pouco mais na militância entendem um pouco mais” (Sandra).

Neste aspecto, vale destacar o que diz Cardoso (2001) com respeito a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional que foi uma das estratégias de implantação do terror político que “assume formas psicológicas indiretas e que explora os descontentamentos

existentes e conquista as mentes, passa a considerar suspeita toda a população como inimigo potencial, a ser controlada, perseguida e eliminada” (Cardoso, 2001:153).

Não é difícil perceber que os discursos das lideranças sindicais e comunitárias apontam para a existência de uma *memória política* que está sendo construída pelos movimentos sociais e pelas classes populares que contradiz aquilo que foi transmitido pela memória oficial.

Nesse sentido, essa memória política rompe com o caráter ideológico e alienante da memória oficial, uma vez que se contrapõem, claramente às versões que foram instituídas e fixadas pela história oficial, através dos mecanismos de manipulação como a escola e a mídia.

1.3. A memória dos estudantes universitários

Com respeito à memória dos estudantes universitários, apresentaremos o que os estudantes universitários sabem da ditadura militar no Brasil, utilizando-nos de alguns gráficos para facilitar a visualização, já que as informações que eles nos forneceram se deram através de questionários. Ressaltamos que, apesar de serem bem jovens, nos pareceu muito interessante o conhecimento que eles têm do período.

Iniciamos mostrando um gráfico com os períodos em que os estudantes indicaram como períodos de maior repressão no Brasil e observamos que estes coincidem, exatamente, com os períodos em que os militares governaram o país e em cujos períodos ocorreu maior repressão. Observemos o gráfico:

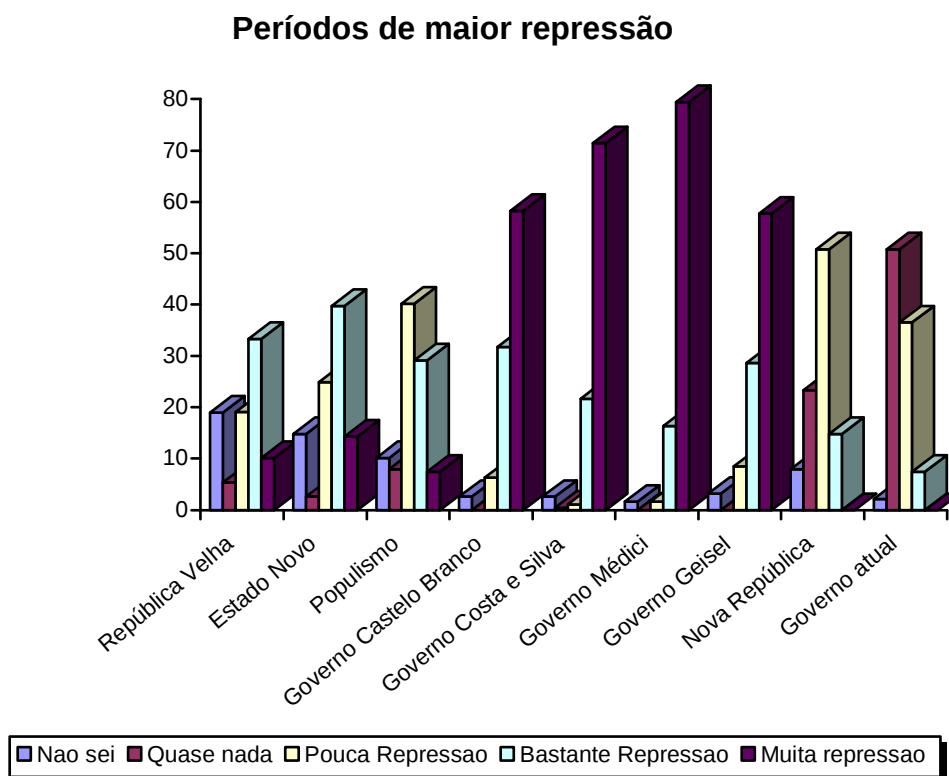


Gráfico nº 11

Podemos notar que os governos em que houve mais repressão foram os de Costa e Silva e Médici, sendo este último considerado o mais repressor, que coincide com o período posterior a instauração do AI-5, que foi a fase mais dura e repressiva da ditadura militar. Observamos que no governo da Nova República, em que ocorreu a transição democrática, os estudantes, na sua grande maioria, apontam que foi um período em que existiu *pouca repressão*, demonstrando que eles reconhecem que a repressão não havia sido banida com o fim da ditadura, permanecendo ao longo de todo o governo da Nova República.

Com relação ao governo atual notamos que o item *quase nada* de repressão predomina sobre os demais itens, o que significa, para a maioria deles, que quase não existe repressão neste governo. Não obstante, nos parece relevante as indicações de “*pouca repressão*” que aparece não só no governo da Nova República como também no governo

atual, o que é um indicativo de que, para eles, a sociedade atual ainda convive com algum tipo de repressão.

O gráfico a seguir diz respeito às formas de repressão política utilizadas pelos governos militares que foram indicadas como **formas de repressão de extrema gravidade**. Como podemos observar, a maior ênfase é atribuída ao “*interrogatório com tortura*” seguida da “*violação dos direitos humanos*”. Notamos que os dois aspectos apontados como de maior gravidade se referem a atos que violam a integridade física e mental das pessoas ficando, mais ou menos, no mesmo nível de gravidade as questões relacionadas à legislação como “*supressão das garantias constitucionais*”, aos aparelhos repressivos que se utilizam da “*violência policial*” e à “*falta de liberdade de expressão*” que é consequência dos atos repressivos praticados pelo Estado. Referente a esta violência estatal, são apontadas ainda “*o impedimento de manifestações públicas e os atos arbitrários do governo*”.

Formas de repressão política em que são atribuídas maior gravidade

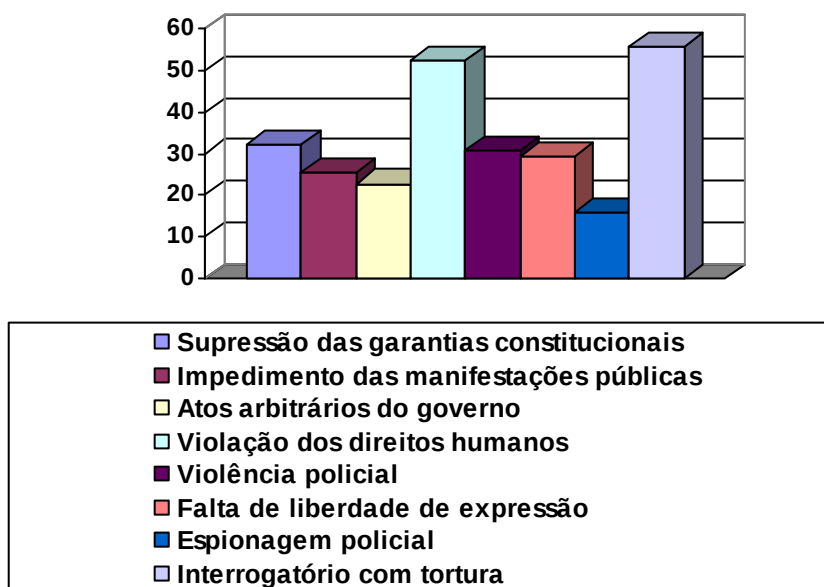


Gráfico nº 12

Os gráficos que seguem referem-se as questões abertas que constavam no questionário aplicado aos estudantes e as frases que aparecem nos respectivos gráficos são frases apresentadas pelos próprios estudantes. Estas foram sintetizadas em frases que expressavam uma mesma idéia, seja de poder, violência, falta de liberdade de expressão, violação de direitos humanos, entre outras. Nossa intenção não é a de representar quantitativamente essas idéias, mas, principalmente oferecer um panorama visual do conhecimento que os estudantes têm da ditadura e enfatizar aqueles aspectos que mais apareceram com relação ao período da ditadura e repressão no Brasil indicando, também aqueles que consideramos relevantes, apesar de não terem sido apontados pela maioria dos estudantes. Cabe ressaltar que os enunciados dos gráficos correspondem aos enunciados que os estudantes completaram nos questionários.

A ditadura militar foi um regime onde:

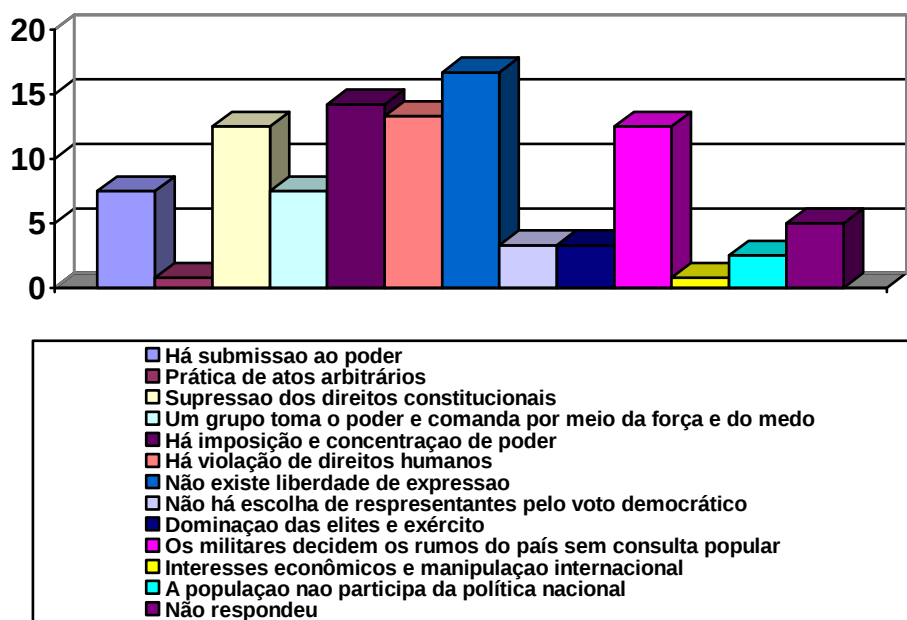


Gráfico nº 13

Para a grande maioria dos estudantes universitários pesquisados, a ditadura militar se caracterizou pela *falta de liberdade de expressão, pela imposição e concentração de poder, pela violação dos direitos humanos, pela supressão dos direitos constitucionais e pela tomada do poder pelos militares que decidiam os rumos do país sem a participação da população* e exercendo o comando do país por meio da força e do medo, o que implicou numa submissão da população ao poder.

Para eles, uma conduta ditatorial seria principalmente “*impor interesses do governo ignorando os anseios do povo*”, ou seja, trata-se de uma conduta anti-democrática que pode existir, também em regimes democráticos.

Uma conduta ditatorial seria:

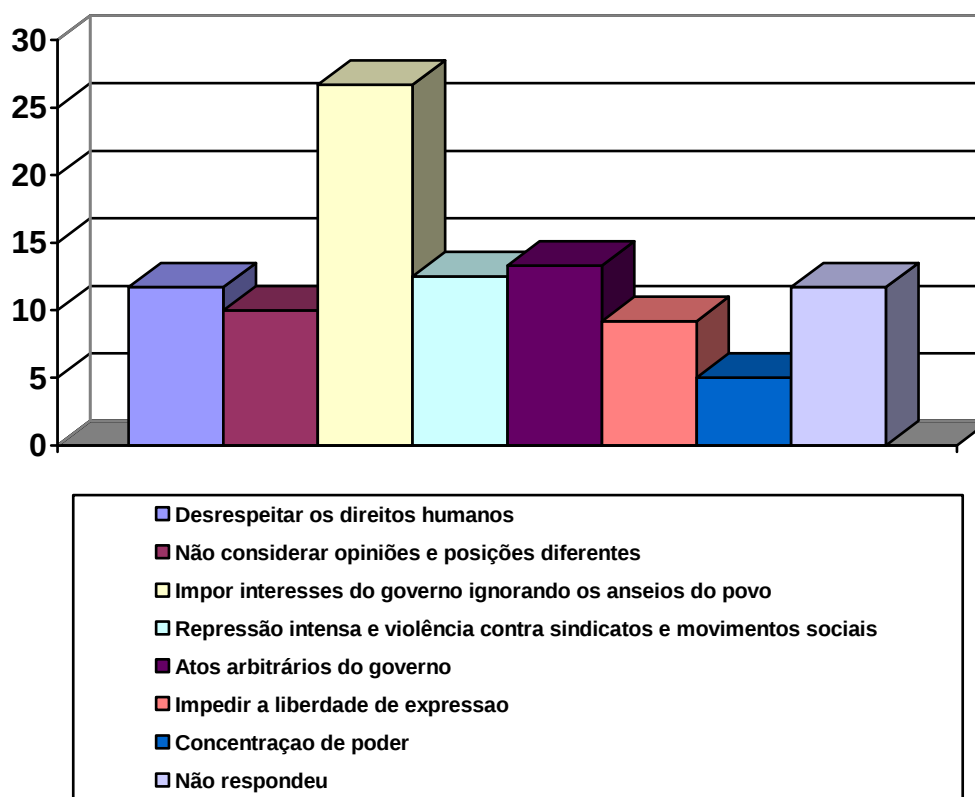


Gráfico nº 14

Não obstante, outras características da conduta ditatorial que são comumente utilizadas pelos regimes ditatoriais militares foram apontadas como os *atos arbitrários do governo*, a *repressão intensa e a violência contra os sindicatos e movimentos sociais*, o *desrespeito aos direitos humanos*, a *concentração do poder* e, por fim o *impedimento da liberdade de expressão*.

Notamos que essas características foram condutas comumente utilizadas por regimes ditatoriais militares em qualquer lugar do mundo, entretanto, suas respostas se pautaram, principalmente, por aquilo que eles conhecem das condutas praticadas pelo regime militar no Brasil, já que os exemplos que eles utilizaram se referia à situação brasileira.

Para que possamos comparar as características de uma *conduta ditatorial* com uma *conduta pouco democrática* dirigimos agora nossa atenção para aquilo que os estudantes descrevem como sendo uma atitude pouco democrática:

Uma atitude pouco democrática seria:

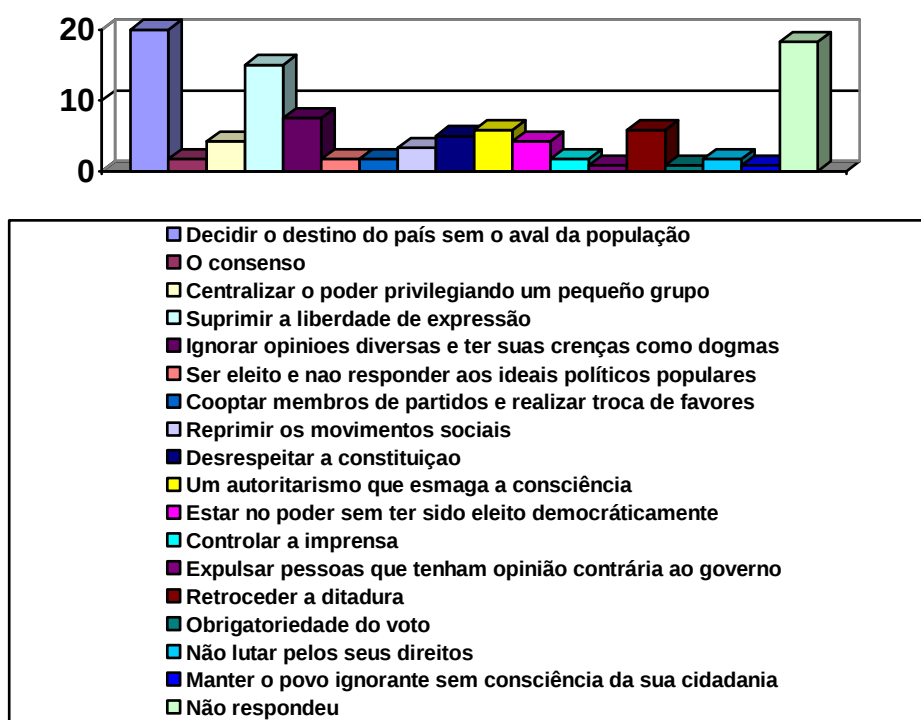


Gráfico nº 15

O leque de características das atitudes pouco democráticas foi muito maior do que aquelas apontadas na *conduta ditatorial*, entretanto, observamos uma certa ênfase em algumas características que destacamos agora como “*decidir o destino do país sem aval da população*”. Esta categoria é bem próxima daquela apontada como conduta ditatorial “*impor interesses do governo ignorando os anseios do povo*”, ambas apontam que não considerar a opinião da população é conduta ditatorial e pouco democrática.

Notamos também que parte significativa dos estudantes não responderam a esta questão, o que parece expressar uma certa dificuldade em caracterizar esta conduta. Em contrapartida, um número bastante expressivo de estudantes apontou “*suprimir a liberdade de expressão*”, o que parece manifestar que a questão da liberdade de expressão é bastante significativa para os estudantes, visto que aparece em praticamente em todos os enunciados.

Os estudantes apontaram também as razões que costumam levar a um golpe de Estado, e conforme podemos observar no gráfico, a seguir, as razões apontadas por eles coincidem com as razões que de fato levaram ao golpe militar de 1964:

As razões que costumam levar a um golpe de Estado são:



Gráfico nº 16

Nota-se que as três principais razões assinaladas por eles “*Razões econômicas e políticas que ameaçam o poder*”, “*interesse e ambição pelo poder*” e “*as disputas de interesses políticos*” referem-se às elites que tinham interesses econômicos e que queriam combater a suposta ameaça comunista. O “*surgimento de ideologias e movimentos de contestação*”, apontado por eles, corresponde ao período de grande agitação política que se vivia nos últimos meses que antecederam ao golpe. Esses movimentos, marcados principalmente pelas ideologias da esquerda apoiavam o então presidente João Goulart, o que amedrontava as elites que trataram de se unir para instaurar a ditadura militar no Brasil. Portanto, os estudantes enfatizam o cenário de forças antagônicas que foram tornando a situação política extremamente instável e abrindo brechas para se efetivar o golpe de Estado.

Contudo, os estudantes também apontam a “*insatisfação popular com relação ao governo*” como uma das razões que costumam levar a um golpe. Embora no caso

brasileiro não tenha sido o descontentamento popular que levou ao golpe e sim o descontentamento das elites econômicas e políticas.

Um dos enunciados dizia respeito aos piores aspectos da ditadura militar e nos chamou a atenção o número expressivo de estudantes que apontou a questão da “*violência, torturas, prisões e exílios*” como o que de pior ocorreu na ditadura.

A “*censura e a falta de liberdade de expressão*” e o “*desrespeito aos direitos humanos*” foram também indicadas por um grande número de estudantes. De modo que, todas aquelas práticas que atentam contra a vida humana, especialmente as geradas pela violência política, apareceram destacadas como os piores aspectos do período.

Conquanto, não podemos deixar de assinalar que, apesar de alguns aspectos como “*a impunidade*”, “*a falta de participação democrática*” e “*a tomada de decisões políticas e econômicas arbitrárias*” serem apontados por um número bem mais reduzido de estudantes, elas refletem a importância que alguns estudantes atribuem às questões políticas atuais, principalmente no que se refere à impunidade e à falta de participação democrática.

Com relação aos melhores aspectos da ditadura militar, não faltou a devolução de uma pergunta “*e teve algum?*”, o que nos parece muito significativo. Nesta questão, especificamente, as respostas foram bastante expressivas, a começar pelo grande número de estudantes que não responderam a questão, que tanto pode revelar que não sabem, quanto pode revelar que não existiram *melhores aspectos* na ditadura. Entretanto, as frases como “*não sei*” e “*não existem melhores aspectos*” também apareceram, significativamente nas respostas dos estudantes. Lembremos que esta também foi uma questão aberta, sendo as frases livremente respondidas por eles e não enunciadas por nós.

Dessa maneira, nos chama a atenção o fato de um grande número de estudantes apresentarem como um dos melhores aspectos da ditadura militar “*o crescimento e a*

estabilidade econômica” do país. Aqui cabe assinalar que esta idéia foi muito propalada pelos defensores da ditadura militar na época e em períodos posteriores. No que tange a essa idéia de crescimento econômico, tão defendida por grande parte da população brasileira como a melhor coisa que foi feita pelos militares, tomamos novamente as afirmações de Cardoso (2001) sobre os efeitos dessa prática de normalização da sociedade e da política: “*No Brasil, a normalização, via violenta repressão, tomou a forma de “milagre econômico dos anos 70”* (p.149), sendo um dos fatores que contribuíram para a *diluição da memória coletiva*. O milagre econômico realmente é visto como sinônimo de crescimento econômico e desenvolvimento industrial e tecnológico.

No que se refere ao significado do fim da ditadura militar, os estudantes foram muito objetivos afirmando, em sua maioria, que o fim da ditadura militar significou “*a volta à democracia, ampla abertura política, econômica e social*”. Observamos que essa afirmação é muito objetiva, ou seja, findada a ditadura, passamos a viver na democracia. Alguns chegam até a dizer que significou o “*começo da democracia*”. Muito associada à “*volta à democracia*” está o retorno à “*liberdade de expressão*, que significa, para eles, poder falar o que pensa, manifestar-se publicamente.

Apesar dos maiores destaques se referirem a volta à democracia, outros significados merecem a nossa atenção, especialmente porque são apontadas por um número mais ou menos equivalente de estudantes e, a nosso ver, são também bem expressivas e dignas de serem ressaltadas, como por exemplo, o “*restabelecimento dos direitos humanos e constitucionais*”, as demais expressões como “*vitória popular e esperança do povo*”, “*fim da imposição da força e do medo*”, “*possibilidade de voto direto*”. Além do caráter objetivo de se restabelecer todos os direitos que haviam sido suprimidos, da possibilidade de eleições diretas e da eliminação da força e do medo, está presente o caráter de vitória e

de esperança num regime democrático que coincide com toda a mobilização em torno das Diretas Já⁷¹.

Não obstante, aparecem outros significados que consideramos importantes: ainda que não tenha sido apontado pela maioria, um grupo muito pequeno de estudantes indicou que o fim da ditadura significou “*a possibilidade de crescimento*”, ou seja, sair daquele controle rígido possibilitou o avanço do país. Essa idéia contradiz aquela em que afirmaram que o crescimento econômico foi um dos melhores aspectos, visto que para muitos deles, a ditadura foi um atraso, um retrocesso para o país.

Os estudantes demonstram ser muito críticos e reconhecem que não vivemos numa democracia em seu sentido pleno. Isso observamos em dois outros significados, com respeito ao fim da ditadura, apontado por eles: a “*permanência de arbitrariedades e corrupções*” e “*a falsa impressão de um sistema de governo melhor*”. De alguma maneira, eles manifestam que a democracia que vivemos hoje é uma falsa democracia, até porque eles reconhecem que existem ainda hoje arbitrariedades e corrupção que desvirtua a idéia de democracia. Ao que podemos aludir a Rancière (1996) que afirma que a democracia está, equivocadamente, pautada na idéia de consenso que *mascara* a própria idéia de democracia. Se por um lado há uma esperança na democracia, por outro lado há um certo descrédito no que diz respeito à democracia que vivemos atualmente em nosso país.

Avançando para o período da transição política à democracia, na memória dos estudantes, a atuação dos movimentos estudantis e das lutas populares parecem ter produzido muito impacto. Mais uma vez aqui a questão da identificação com a categoria social parece evidenciar-se.

⁷¹ Durante seis meses, milhões de brasileiros foram às ruas reafirmando o direito de votar para presidente. A campanha teve início em novembro de 1983, com um comício em São Paulo, que reuniu 10 mil pessoas. Prosseguiu em janeiro de 1984 com um comício em Curitiba e a concentração de 300 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. E no dia 16 de abril, cerca de 1,7 milhão de pessoas se mobilizaram e saíram às ruas novamente na capital paulista.

Observamos que, cerca de metade dos estudantes apontaram que a transição a democracia foi resultado da *“pressão popular, especialmente dos movimentos estudantis”*. Por outro lado, um grande número não respondeu a esta questão – o que pode revelar um certo desconhecimento do período - e um número razoável deles acredita que houve um enfraquecimento do regime ditatorial e, por isso assinalam que a transição se deu pela *“impossibilidade de manter o poder ditatorial”*. Neste aspecto, parece-nos interessante a análise feita por alguns estudantes de que a ditadura militar não terminou por mera pressão popular e sim pelo próprio enfraquecimento do poder militar. Isso corresponde de fato aos acontecimentos e aquilo que foi apontado pelas lideranças sindicais e comunitárias, visto que havia um desgaste do poder militar e já não havia mais condições objetivas para se manter a ditadura. Nesse sentido, é muito pertinente a afirmação de alguns poucos estudantes de que a transição política brasileira foi resultado de um *“amplo processo de negociação”*, haja vista que a própria indicação de Tancredo Neves para o cargo de presidente foi um nome que, concretamente, representou um consenso, esta “negociação” entre setores militares, setores de centro esquerda e elites políticas.

Esses elementos presentes na memória dos estudantes são extremamente importantes e podem ser comparados com a memória das lideranças sindicais e comunitárias que destacaram que a transição política brasileira foi resultado de uma concessão e não de uma conquista, como aponta o sindicalista Anderson:

“Então acho que teve algumas coisas boas, né. Agora existe uma diferença básica entre conquista e concessão, né. É, o regime militar já tava num decrescente. Não tinha mais como continuar. Já tava ficando insustentável e eles mesmo identificavam isso e viam a necessidade de haver uma transição. Paralelo a isso houve algumas coisas boas, como o movimento das diretas já, né, que talvez, foi um grande movimento nacional como há muito não se via, né, de participação popular e de conscientização da população da necessidade de voltar a democracia no país. É, mas, na verdade não foi uma conquista, né,

naquele período, foi uma concessão, tanto é uma concessão que eles continuam fortemente e politicamente atuando no país, né” (Anderson).

Outro aspecto que podemos comparar é a afirmação dos estudantes de que havia “*uma grande movimentação interna entre governo e movimentos*”. Claramente está presente aí toda a manifestação em torno da campanha das Diretas Já, que é do conhecimento de muitos estudantes.

Todos esses distintos posicionamentos dos estudantes podemos sintetizar em três aspectos: a) uma forte tendência a “mitificar” o papel do movimento estudantil na luta contra ditadura que parece predominar no meio estudantil e aqui encontramos uma clara identificação social; b) um reconhecimento dos limites do poder ditatorial, o enfraquecimento, o esgotamento que levou a um processo de ampla negociação entre os diferentes setores da sociedade brasileira; e, paradoxalmente c) um desconhecimento do que foi este período de transição – que se refletiu no grande número de respostas em branco, já que quase trinta por cento dos estudantes deixaram de responder essa questão.

Portanto, na construção da memória coletiva dos estudantes temos, tanto elementos da consciência política quanto elementos de alienação, o que nos permite pensar na existência de uma memória política da ditadura militar construída por uma parcela de estudantes universitários, que elimina aquela generalização de que os “jovens não têm memória”, “os jovens não sabem nada”.

2. As fontes da memória: as testemunhas, a militância, a escola e os veículos de informação

Conhecer boa parte das tramas da memória construídas pelos entrevistados, evidentemente nos lança a curiosidade e a necessidade de saber quais teriam sido as fontes pelas quais souberam desse período. E indo às fontes, não encontramos grandes diferenças entre as memórias das lideranças sindicais, comunitárias e dos estudantes universitários.

Com relação aos estudantes universitários, as informações foram adquiridas fundamentalmente através do colégio. A mídia para eles também foi uma importante fonte de informação, seguida do contato com pessoas que viveram a época, do vídeo, cinema e de leitura e informação política. Chama-nos a atenção o fato da universidade não ter sido o meio principal de onde tiveram acesso ao conhecimento da ditadura militar, como podemos verificar no gráfico abaixo:

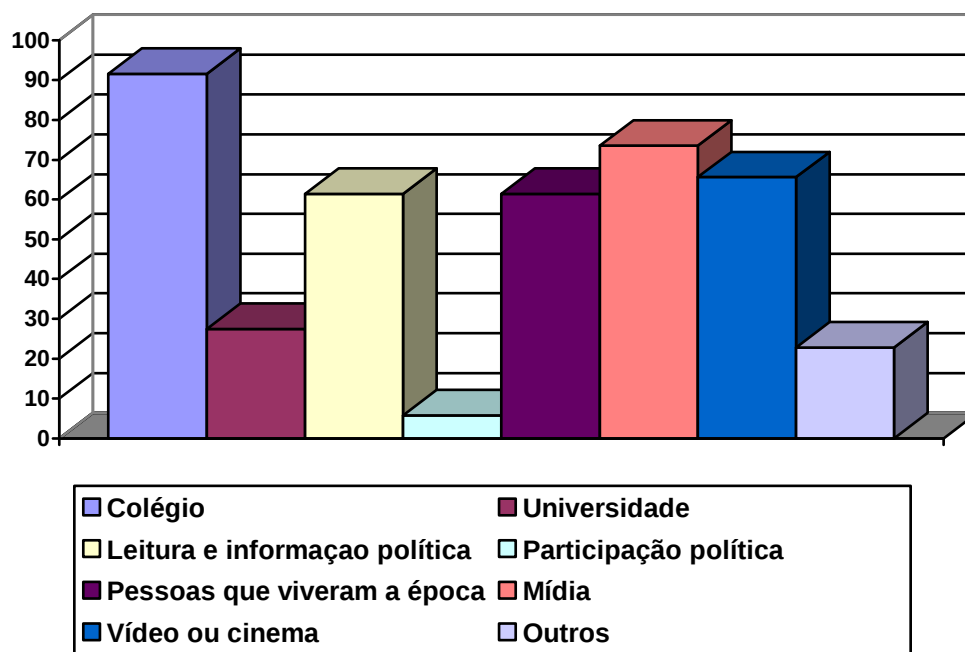


Gráfico nº 17

Cabe ressaltar que os estudantes apenas indicaram as fontes de informações, não fazendo nenhum comentário ou descrição a esse respeito.

No que se refere aos contatos que eles tiveram com pessoas que viveram a época é importante destacar que eles apontaram que o principal contato foi com familiares, sendo que tiveram algum tipo de contato com amigos e colegas.

No caso das lideranças sindicais e comunitárias, estas afirmam que obtiveram informações sobre a ditadura por meio da escola, de leituras, da mídia, da universidade, do contato com pessoas que viveram o período e, principalmente, através da participação e atuação nos movimentos sindicais ou sociais. Nas suas falas, elas descrevem com alguns detalhes como souberam da ditadura.

A escola parece ter sido um dos primeiros meios de informação sobre a ditadura militar, uma vez que muitos deles afirmam que souberam da ditadura militar através da escola:

“Mais do meu processo de escolarização. (...) Então o que eu tenho é o que a gente estuda dentro do processo escolar mesmo. Aquela coisa que você estuda, decora no momento, mas não, não recorda depois. Minha formação ela é bem essa, assim” (Andréa).

“Estudando na Escola, através de revistas, eu leio muito sabe, eu gosto muito de ler, então eu leio muitas revistas, jornais, já li livros, né, desses assuntos” (Maria)

Além das informações recebidas na escola, a maioria deles apontou que soube da ditadura por meio da sua participação nos movimentos em que eles atuam, especialmente através dos cursos de formação, seminários, debates. E, nesse sentido, é bem interessante o aspecto da participação política como um *lugar* de construção da memória política:

“Através da escola, né, que a gente estuda um pouco mais, um pouco que a gente sabe foi nessa convivência do movimento sindical, né. Muitos anos que

eu participo do movimento sindical, enquanto dirigente de 96 pra cá. Mas eu já participava em outras cidades que eu trabalhava dos sindicatos e aí sempre participei dos cursos de formação, né, geralmente os sindicatos tem e leitura de revistas, igual a do sindicato aqui, nós temos algumas revistas aqui: Princípio, Debate Sindical, né, uma maioria dos dirigentes desse sindicato são filiados ao PC do B, então um pouco é daí, jornais, revistas, o próprio partido em si” (Vitor).

“Por meios, até mesmo de muitas palestras na Igreja e escola, livros e também investigando um pouquinho, assim a época dos Queixadas, fazendo trabalhos sobre eles, uma pesquisa que eu fiz. Eu peguei muita coisa da época da ditadura” (Ciça).

“Essas informações, além de televisão, dos grupos também que eu participava, né, da comunidade, da Fé e Política, que de vez em quando iam na comunidade dar, né. Então, a gente sempre tem, teve contato com isso, né” (Rosane).

“Bom, através de leitura propriamente individual, mas através do sindicato e da formação política, de cursos de formação política e leitura né, jornais revistas, história” (José).

“É de ouvir as pessoas falar mesmo, em reuniões, assim, a gente vê. Até, por exemplo, preparando a missa da Vala comum essas coisas, a gente vai resgatando um pouco. Igual, eu entrei naquele site das famílias dos desaparecidos, então você começa a ler, né” (Sandra).

Nas fala de Luciara é bem interessante a ênfase que ela dá à memória histórica construída a partir da participação nos movimentos sociais e comunidades:

*“Na caminhada, eu acho que **muita gente fala hoje nas comunidades, tenta fazer essa memória histórica** porque a gente precisa, a partir do momento que você vem participar de um movimento, de uma comunidade **é necessário a gente ter essa abertura de conhecer quais são, qual é a nossa história, quais são as nossas raízes, né**. Então assim, eu participei de muitos encontros, formações que me deram esse suporte pra conhecer um pouco mais da onde que o que leva a gente hoje a se organizar enquanto comunidade. E logicamente hoje, na faculdade a gente retoma isso. O curso que eu faço é serviço social, então a gente tem que, tem que tá fazendo, tá tendo esse contexto histórico tudo, né” (Luciara) [grifos nossos].*

O destaque dado à memória histórica coincide com o apelo feito por Martin Baró em seus escritos sobre a Psicologia da Libertação, em que ele aponta que o trabalho de conscientização leva as pessoas a recuperarem a memória histórica, assumindo criticamente seu passado e seu presente em vista dos projetos futuros, tanto pessoal quanto nacional (Martín-Baró, 1998).

No caso de Emerson, o fato de ter participado dos debates, seminários, etc sobre a ditadura, o estimulou a aprofundar o tema:

“Dentro destes seminários que eu participei, né, dessas atividades, pouca coisa eu li, mas li e tive acesso a esse, por exemplo, a esse, tivemos essa homenagem a esse preso político que ainda vive, o seu França, tivemos acesso as informações nesses seminários. Eu tive num seminário em São Paulo sobre a América Livre e foi feito um relato sobre a história do Frei Tito, né, e dentro desses seminários e dentro da discussão política da onde a gente vive. Aonde a gente vive, nesse meio político aonde a gente vive é quase inevitável a gente não ter acesso a ditadura e agora porque, eu começo agora, esse ano eu comecei a, eu voltei a estudar e eu montei uma grade de estudos e dentro desta grade de estudos tá o período da ditadura e já foram indicados alguns livros e eu vou me dedicar, eu vou me aprofundar, de fato sobre a história da ditadura no Brasil, né. Então, eu tenho um conhecimento superficial ainda, mas agora, a partir deste ano eu quero ver se, se aprofundo realmente nesse processo porque vai fazer parte da minha carreira que eu quero seguir” (Emerson).

Sara, além de apontar que a maior parte das informações que ela teve sobre a ditadura foi pela sua participação nos movimentos sociais, faz uma crítica à forma como a escola aborda o tema da ditadura, uma vez que não desperta o interesse sobre o assunto, nem tampouco enfatiza a história do país:

“Eu acho, nos movimentos eu acredito que foi maior, a informação. Lendo alguma coisa, muito pouco, né. Mas, porque período escolar eu lembro que tinha algumas coisas assim, mas na época a gente não é, não tem muito interesse. Por quê? Eu vejo assim que os professores acabam passando aquilo como uma matéria e só, sabe. Não dão uma, uma ênfase maior à história mesmo do país, né. Então é, não cria um, assim um interesse muito grande. A

gente inclusive achava as aulas super chatas, né. Os alunos acabam, puxa, mas é bem aula chata, aquela coisa de datas e só, só... Era isso que interessava, parece, né? Então, a gente acaba não se interessando muito. Então, depois, assim na participação, é, nos movimentos, né, populares, aí você começa a se interessar mais pelo assunto, buscar mais, saber, né” (Sara)

Muitas lideranças apontam que obtiveram informações de outros meios informativos como a leitura, a televisão e contatos com pessoas que viveram a época, como podemos notar nos discursos que seguem:

“Ah, via televisão, é, livros, né, da época da faculdade, do colégio, de cursinho, né, que a gente vê alguma coisa, aprende alguma coisa (Ronaldo).

“Essas informações a gente obteve um pouco, é pelos jornais, né, pelas histórias que a gente ouve hoje, pelos livros que a gente lê da época da ditadura. Essas são as informações que a gente conseguiu. A gente não guarda tudo, mas tem alguma informação” (Vilibaldo).

“Olha. Grande parte por livro e algumas coisas, né, que meus pais tinham passado já. Que viveram não diretamente, mas indiretamente também, tinham tido alguma influência daquele período, é, principalmente que era a época da faculdade deles também, é mas a maioria é por, por literatura, né” (Anderson).

Além das leituras, da escola, e da televisão, algumas lideranças apontaram que foi também por meio do contato com pessoas que testemunharam o período:

“Leitura, exato. E um pouco das experiências de pessoas que foram presas, às vezes, sem saber porque, por participarem de movimentos que entendiam ser justos e que resgatavam dignidade, resgatavam direitos da sociedade e foram colocados em situações de total, presos, taxados de, colocados metade da sua vida escancarada como sendo uma pessoa do mal, usando assim em termos de valores bem e mal, mas pessoas que não fariam bem à sociedade, né. Por isso, então, colocavam de lado. Conheço muita gente que sofreu muito na pele discriminação e tudo mais, né. Então” (Armando).

“É, por leituras, escola, e também a gente acaba tendo contato com pessoas que vivenciaram aquele período, né. Então, por exemplo, no meu trabalho eu tenho uma colega de trabalho que teve um tio que foi morto no período militar. Então a gente, nesse tipo de contato também (Fabíola).

Conversando também com outras pessoas, aqui no próprio sindicato, né. Tem, tem pessoas aqui que viveram essa época e sofreram torturas, foram torturados, foram presos” (Ronaldo).

Os meios que contribuíram para a construção da memória política deste período foram vários e vão desde o processo de escolarização, passando pelo contato direto com pessoas que vivenciaram a repressão e foram presas e torturadas e, principalmente pela militância política. Há que se destacar ainda que nem sempre aquilo que souberam através da escola coincide com o que adquiriram no processo de formação política e participação comunitária.

3. Representação⁷² e significados do período para a sociedade brasileira

Trataremos de apresentar agora quais foram as representações e significados do período da ditadura militar para a sociedade brasileira, tanto para as lideranças sindicais e comunitárias quanto para os estudantes universitários.

⁷² Para nós, como já apontamos, a memória não é representação do passado, nem “reprodução”, mas se ancora nas “representações coletivas” que estão presentes nas sociedades e nos grupos para reconstruir o passado com os significados do presente.

3.1. Atraso e um período drástico e muito ruim para o país

Apesar das lutas populares, da participação mais efetiva dos movimentos sociais contra a repressão, grande parte dos entrevistados afirmam que o período da ditadura militar representou um atraso na vida política brasileira, principalmente porque ainda a nossa democracia convive com a repressão.

“Acho que representou um, um período de atraso, né, porque nosso, o período da ditadura atrasou a gente, entendeu. Nós podíamos estar muito mais avançados, entendeu. Nós podíamos ser uma população muito mais democrática, né, entendeu. Porque hoje nos, nos programas sociais, né, e tal ainda há muita, entendeu, muita política de repressão, entendeu. Mesmo na democracia, entendeu, ainda tentam tirar muito a liberdade da gente, de expressão, de trabalho, né, entendeu. Então, é, hoje, a gente tem que hoje lutar bastante, entendeu, mesmo na democracia pra que essas coisas não voltem” (Amaldo).

“Pra população no geral. Eu acho que acaba sendo um atraso. Não tem como um regime desse, por mais que os caras digam que, economicamente, foi um período de estabilização a gente sabe que não foi, né. Que, que a população, que o povo, continuou sendo mais pobre ainda, que o bolo, até hoje, não foi dividido. Então assim, eu acho que foi um grande atraso ideológico, político, social, econômico. É um atraso pra vida das pessoas, né. (...) qualquer que, qualquer movimento que se faça, que, que, né, que venha a cercear o direito das pessoas, de qualquer forma, ele vai sempre representar um atraso. Ainda mais com a concepção de que ficou por tanto tempo, né. Então, eu acho que se eu fosse resumir o caso, eu acho que foi um grande atraso no desenvolvimento do país, eu diria isso. Foi um atraso” (Andréa).

“Eu acho assim que o problema maior é o endividamento do país, porque aí, com certeza, a geração dos meus pais, a geração, a minha geração e a geração, a nova geração que tá vindo agora perde muito com isso porque o Brasil tá totalmente endividado, foi nesse período que o Brasil se endividou, até essas pessoas que têm o seu mundinho particular, tem seu sobradinho tal, tão perdendo muito com isso porque não têm acesso à cultura, não têm acesso à educação, não têm acesso à quase nada nesse país então é, foi um período drástico e até hoje a gente perde muito, historicamente, politicamente e economicamente” (Emerson).

Muitas falas foram marcadas por silêncios, e como apontam Luciara e Rosane a ditadura representou um choque para população, uma coisa muito ruim: *“Um choque”* (Luciara).

“Representou... (silêncio). Como que eu posso falar... (silêncio) . Representou um período muito ruim, né, onde as pessoas, é, eles não tinham direito a nada, não tinham direito a voto, não tinha direito a fala, principalmente, não tinham direito a expressão, né. Cê andava na rua, tinha que sair correndo. Então eu acho que o que representou foi, como é que eu posso falar, é (silêncio). Ah, foi um período muito ruim mesmo, né, um período muito ruim que eu acho que o povo hoje não gostaria de ter novamente, né” (Rosane).

3.2. Luta, organização e resistência:

Contudo, a representação da luta também marca esse período como expressa Maria:

“Foi um período de muita luta, muita mudança, muita mudança naquela época” (Maria).

E para Sara foi um período de resistência:

“(Longo silêncio). Acho que foi, talvez a resistência mesmo, né. A resistência dessas pessoas que estavam engajadas em combater, né. Porque acho que em todo o período existem aqueles que tão alheios a qualquer coisa, né, como aqueles que tão, né, por dentro do que que tá acontecendo e vão ser contra ou a favor, né, existem vários. Então, eu imagino que naquela época também existiam aqueles que não, não sabiam muito bem o que tava se passando e aqueles que resistiram e combateram, né, é, fortemente contra isso daí, né” (Sara).

Ciça chega a afirmar que foi um período que marcou a história e onde as pessoas começaram a se organizar:

“É, acho que foi um marco na história onde começaram se, as pessoas começaram a se organizar, a fazer mais... quem teve a coragem de se mostrar, embora ter sido exilado, quando voltou, voltou com mais força e foi

reconhecido pelos outros. Então, acho que começou a ter mais respeito por essas pessoas” (Ciça).

3.3. Compromisso e conquista

Sandra faz uma distinção do que representa para a população em geral, que tem pouco conhecimento da ditadura e das pessoas que estudam, que têm mais acesso às informações ou que participam. Ela acredita que a população em geral não tem muita noção do que foi a ditadura militar:

“Eu acho que pra população eles não têm muito conhecimento, não. Pra população eu acho que eles não têm noção o que foi isso, o que serviu, se serviu pra alguma coisa. Eu acho que, aparentemente, talvez assim pro pessoal mais de faculdade, que estuda tem uma consciência, né. Mas pra população que não tem essa vida, essa coisa, eu acho que não tem muita” (Sandra).

Mas para a população mais consciente, que participa, representou um compromisso, uma conquista:

Eu acho que, é, pra essas pessoas eu acho que se torna um compromisso, eles começaram e a gente tem que dar continuidade, porque não foi pouco o que eles passaram e eu acho que é uma conquista, né, com todo esse sofrimento, com toda essa luta, eu acho que é uma coisa assim que vai acontecendo, né. É, a gente sabe que a democracia hoje tá conturbada, tudo, mas eu acho assim, eles tinham, por exemplo você vai lutando, você tem um ideal, no meio do caminho cê fala: é não vamos chegar nisso, mas vamos conseguir isso. No meio do caminho a coisa vai acontecendo, as idéias vão mudando. Eu acho assim, é, o ideal deles vai se conseguindo aos poucos, não foi uma coisa que regrediu, foi uma coisa que avançou” (Sandra).

3.4. Reflexão, valorização da história e posicionamento político

Conhecer o passado leva a uma reflexão sobre os acontecimentos e contribui para a tomada de posição na sociedade:

“(Silêncio). O que representou o momento da ditadura... (...) Eu acho que deve ser um momento de altíssima reflexão do que a gente tem, de que forma foi conquistado, sabe. Pra que a gente valorize ao máximo esse pouco de liberdade, esse muito da liberdade que a gente tem, não é aquilo que eu falei, né. (...) Comparando, sem dúvida nenhuma que é enorme com relação, mas eu acho que, que, eu acho que deveria ser isso, sabe. Um momento assim de extrema reflexão nossa, valorização da história em relação a esse período e as transformações que houveram e que isso não fique no esquecimento, que eu acho que coisas ruins e coisas boas, eu acho que devem ser lembradas para se tirar, serve para se tirar, serve de exemplo para muitas coisas, as ruins para que a gente conserte e as boas para servir de exemplo, de espelho pra outros” (Vitor).

“Olha, eu acho que representou uma época, é, assim, pras pessoas refletirem e tomar algumas posições, assim, é... porque qual é o objetivo da ditadura? O objetivo da ditadura é que as pessoas, é, tinha que obedecer, tinha que falar o que eles queriam. Então eu acho que serviu pra que as pessoas tomassem posição em relação a vários aspectos, várias questões, é, sobre a própria vida, sobre o futuro dos filhos, sobre o que eles queriam, é, pro futuro, porque, é, na minha opinião, eu acho que a ditadura, num certo ponto, é, foi positivo pra que as pessoas acordassem, acordar e ver que não é a forma de viver da forma que tava vivendo na época da ditadura. Então, vamos despertar todo mundo. Vamos lutar por um outro regime, vamos lutar pra gente ter direito de se organizar, ter direito de falar, ter direito de, de, até de sair de casa porque, antigamente... É o direito de ir e vir que a constituição garante, né. Então eu acho que serviu pra todo mundo, é, refletir, é, e caminhar pra uma outra, pra um outro regime, né, claro que, não é esse que tá hoje mas... que caminha, né” (Vilibaldo).

3.5. Letargia do povo

Anderson aponta que, à semelhança de outros países da América Latina a ditadura representou a letargia do povo brasileiro, ou seja, um período em que o povo não reagia:

“Uma letargia completa, né. Eu acho que foi uma letargia do povo brasileiro e da América Latina como um todo, né, embora não dê também para generalizar isso, né. Teve, é, os reflexos culturais importantes, né, que não dá pra menosprezar é, mas na história do povo brasileiro, né, não dá muito para dissociar da América Latina. O que aconteceu aqui foi muito próximo com o que aconteceu com a grande maioria da América Latina. É, a gente ficou à deriva, né, dos países mais desenvolvidos aí, do egocentrismo da América do Norte e que a gente continua sendo colônia e que nos dificulta cada vez mais a tomada de consciência, né, que justamente a globalização, ela tem que ir no caminho inverso” (Anderson).

3.6. Uma marca, um período nebuloso, um vácuo

Para José, esse período marcou a vida do povo brasileiro e representou um vácuo porque privou a sociedade de sua liberdade. Para ele é como se a história tivesse parado no tempo.

“Olha, pra população eu penso o seguinte: pro povo brasileiro, como eu disse é uma marca, é um período um pouco nebuloso, né que o povo buscava se expressar de alguma maneira, e que, portanto a ditadura, na verdade ela cerra, né quer dizer, toda a possibilidade do pessoal poder ter uma forma de avanço coletivo da sociedade, né, porque as escolas são controladas, as universidades são controladas, tudo é controlado, né, e o povo não consegue dar esse passo, né, de construção social. Então para o povo eu acho que representou um vácuo, entendeu, na história do povo, é um tempo, (...) não tem uma representação, não tem um salto histórico, né, pro povo brasileiro, foi um período que nós ficamos parado, propriamente na construção dos nossos movimentos da história” (José).

3.7. Uma lacuna na história brasileira

A ditadura militar representou, segundo Armando, uma *lacuna na história*, porque nem toda a sociedade brasileira sabe que foi um período em que morreram muitas pessoas e no qual ocorreram desaparecimentos. Para ele é necessário abrir os arquivos da ditadura

para que a sociedade conheça a história. É necessário também falar dos “verdadeiros heróis” brasileiros como Santo Dias e Margarida Alves que foram mortos naquele período porque lutaram contra a ditadura e que são um exemplo para nós hoje:

“Então, acho que é uma lacuna da história brasileira, né, porque, quando se fala em ditadura, algumas pessoas relembram alguma coisa, alguns como, a questão de ter um ente perdido, que sofreu ou por ter sofrido esse processo todo ou de outros acharem, não, era um grupo de baderneiros que foram lá. Acho que o conhecer essa história, essa, abri realmente essa, os fatos verdadeiros desse processo vai ser assim uma compreensão interessante pra própria sociedade. Pra ela ter uma idéia de, não oh, teve um grupo de pessoas que lá trás brigaram pela gente. Ter, ter isso como, por que na realidade essas pessoas que se insurgiram antes do golpe, esses movimentos sociais, né, foram um exemplo que a gente deveria tá seguindo e na realidade, foi um após golpe toda a repressão que houve no período militar. Então, e pouco se fala dos heróis brasileiros. Os verdadeiros, o Santo Dias, outros que não são tão conhecidos, Margarida Alves. Alguns outros que são conhecidos, líderes que foram claramente sacrificados, né. O próprio Chico Mendes, que não tão distante mas pela repressão muito mais econômica, embora posterior por organizar os seringueiros contra os grilheiros e contra os fazendeiros, teve um fim, né. Então, os nossos heróis lá trás que a gente pouco sabe, pouco conhece deles, acho que a sociedade perdeu muito com essa lacuna da história. Acho que o grande prejuízo pra sociedade como um todo foi a lacuna na história. A gente não ter conhecimento” (Armando).

Cabe aqui uma comparação entre as falas de José e Armando: para Armando a lacuna é provocada pela “ausência” da verdade, a supressão da história, não ter o conhecimento do que aconteceu: *“Acho que o grande prejuízo pra sociedade como um todo foi a lacuna na história. A gente não ter conhecimento” (Armando).* Tanto que Armando mostra que a história não enfatiza a luta dos movimentos sociais e dos verdadeiros heróis, aqueles que deram a vida para ter um país diferente. Para José, no entanto, o “vácuo” na história, significa um período que paralisou a sociedade, um período em que não houve nenhum tipo de avanço dos movimentos: *“um período que nós ficamos parado, propriamente na construção dos nossos movimentos da história” (José).*

Ronaldo destaca, de um lado a união das pessoas que queriam mudar a situação e de outro, uma fase *negra*⁷³ da história, o lado *negro* do poder. O adjetivo negro é entendido por ele como algo ruim, uma fase difícil pela qual passou sociedade brasileira:

O que representou esse período? (Silêncio). O que representou esse período? (Silêncio). Olha foi. Olha, representou (silêncio). Olha, pra mim foi um período de, de união, né, de uma sociedade, é, com o objetivo aí de, né, de tentar sobreviver, de, de tentar mudar isso aí. Acho que representou assim um lado negro do, do, do poder, né. O lado negro desse poder. Foi uma fase negra da história do Brasil. Foi isso que ficou assim, né, mais representado” (Ronaldo).

A despeito do que significou a ditadura militar para os estudantes, o leque de significados atribuídos a ditadura militar foram múltiplos, dificultando inclusive uma categorização. Entretanto, algumas expressões foram extremamente fortes e ressaltadas por vários estudantes. Exemplo claro é que a maioria dos estudantes de todas as cidades apontaram que a ditadura significou “*Extrema repressão e coerção*”; Outra expressão bastante enfatizada foi que a ditadura significou “*Uma mancha (marco) na história brasileira*”. Com relação a esta última, um bom número de estudantes fez referência a uma “mancha negra”⁷⁴ para dar ênfase ao aspecto negativo da ditadura, outros apontavam como um marco, também representando um marco negativo que deixou seqüelas, resquícios. Dito de outra maneira, esse período de *extrema repressão e coerção*, marcou negativamente a sociedade brasileira, deixando seqüelas que estão presentes até hoje e que significou um “*retrocesso para a democracia*”, também assinalado por eles. Para os estudantes, assim como para as lideranças sindicais e comunitárias, esse período foi um

⁷³ Não concordamos com o uso desse adjetivo para representar “coisas ruins”, pois julgamos ser um uso inadequado e preconceituoso e que, infelizmente está muito introjetado na linguagem dos brasileiros. No caso de nossa pesquisa foram várias as vezes e situações em que esta expressão foi utilizada. Apenas um dos entrevistados, se auto-corrigiu imediatamente após mencionar essa expressão: “*Eu espero que essa história morra, cada ano que passa ela vá sumindo, que os nossos filhos e nossos netos não percebam essa, essa*

atraso para o país. Em contrapartida, um número razoável de estudantes reconhece que o período foi também de “*lutas e manifestações culturais contra o governo*” e, conseqüentemente foi também um período de “*repressão explícita aos movimentos sociais*”.

Para explicitar melhor o que estamos afirmando, fizemos um quadro comparativo das representações e significados atribuídos à ditadura, tanto por parte das lideranças sindicais e comunitárias quanto por parte dos estudantes que apresentamos a seguir:

Comparação entre as representações e significados atribuídos à ditadura por lideranças e estudantes

LIDERANÇAS SINDICAIS E COMUNITÁRIAS	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
Atraso e um período drástico e muito ruim para o país	Retrocesso para a democracia
	Uma vergonha para o país, uma época execrável
	Extrema repressão e coerção
	Negação do ser humano
	Reprodução da política elitista do país
Uma lacuna na história brasileira	Um período triste da história brasileira
Uma marca, um período nebuloso, um vácuo	Uma mancha (marco) na história brasileira
Luta, organização e resistência	Momento de lutas e manifestações culturais contra o governo
Compromisso e conquista	Insatisfação popular contida
Reflexão, valorização da história e posicionamento político	Repressão explícita aos movimentos sociais
Letargia do povo	Afastamento da população da vida política

marca, né, essa coisa, essa mancha negra que passou pelo Brasil. Acho que nem negra, porque os negros não tem nada a ver com isso, mas essa, essa mancha horrível que passou pelo processo no país” (Emerson).

⁷⁴ Novamente aqui a expressão “mancha negra” utilizada para indicar elementos negativos.

Tentamos estabelecer alguns paralelos entre aquilo que apontaram estes dois grupos.

- a) O primeiro paralelo que fazemos é a questão apontada pelas lideranças de que o período militar representou *um atraso para o país* que repercute até nossos dias tanto economicamente, quanto politicamente. No aspecto político, os estudantes consideram que foi um *retrocesso para a democracia*, sobretudo *no que se refere aos direitos*, que se expressa através da *negação do ser humano*, além de ter *reproduzido uma política elitista*, que com certeza está intimamente relacionada à questão econômica que privilegia as elites. Além disso, como apontam os estudantes, o fato de ter sido um período de *extrema repressão e coerção*, ele ainda repercute nos dias de hoje tanto que os leva a afirmar que foi uma *vergonha para o país, uma época execrável*.
- b) O segundo paralelo refere-se ao fato de representar uma lacuna na história brasileira, como já explicitamos. Para as lideranças, essa lacuna diz respeito à história que deixam de contar, ou seja, a que foi suprimida pelo poder militar e pelo processo de transição com respeito aos desaparecimentos até hoje não investigados. Diz respeito também à história daqueles que morreram lutando contra o regime militar. Para os estudantes, isso é expresso como “*um período triste da sociedade brasileira*”. O que os entrevistados chamam de lacuna, Cardoso (2001) chama de “*interdição do passado*”, ou seja, é um passado interditado, entre outras estratégias de esquecimento, pelos processos de anistia e outros mecanismos que concorrem para o esquecimento. Essa lacuna, essa interdição faz com que o período seja *nebuloso* para a grande maioria da população que fica paralisada

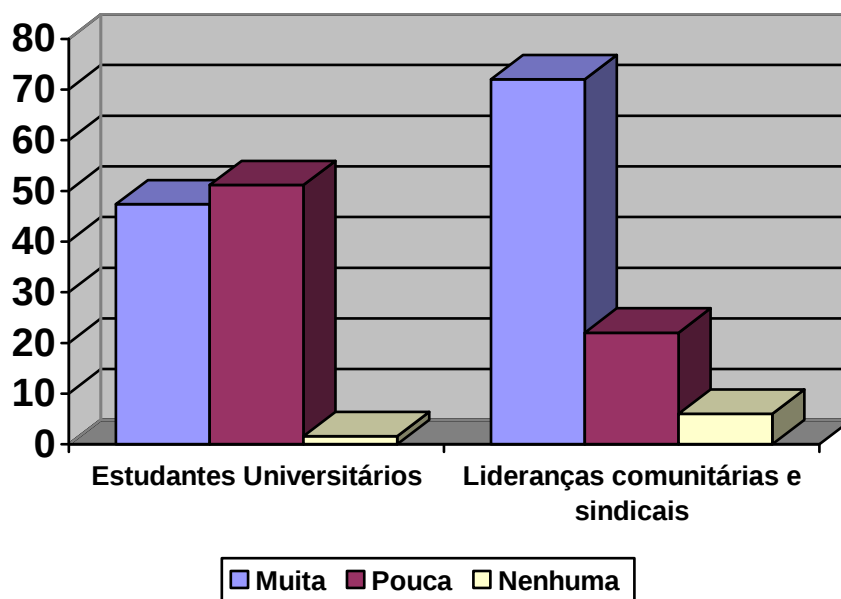
diante dos acontecimentos. E tanto para as lideranças, quanto para os estudantes, isto implica em uma *marca*, uma *mancha*, um *vácuo*, algo que marcou de maneira negativa a história brasileira.

- c) A questão das lutas, da organização popular e todo tipo de manifestações culturais e de resistência contra o governo é claramente apontada pelos dois grupos, sendo que as lideranças destacam, neste aspecto, o *compromisso político* e a *conquista da democracia*, afirmando que foi um período que levou à *reflexão e valorização da própria história de lutas* e ao *posicionamento político dos movimentos* frente aos governos como fundamental na luta pela democracia. Já os estudantes, neste aspecto de resistência, destacam a *insatisfação popular* que levou às manifestações contra o governo e em favor da democracia e sua conseqüente *repressão aos movimentos sociais*.

São significados e representações que passam pela consciência política tanto dos estudantes, que não estão engajados politicamente, quanto dos militantes que atuam nos sindicatos e movimentos sociais. Nesse sentido, começamos a apontar para a construção de uma memória política que não é simples evocação do passado, mas que apresenta os juízos de valor, as identificações sociais desses sujeitos com os movimentos sociais que protagonizaram as lutas contra o regime e revelando também o posicionamento político daqueles que recordam o evento.

Em função das representações e significados que esses grupos atribuíram ao período da ditadura, fica evidente que foi um período que ainda repercute na nossa sociedade brasileira. Nesse sentido, é interessante apresentar um gráfico comparativo entre estudantes universitários e lideranças comunitárias e sindicais com respeito à repercussão da ditadura no dias de hoje:

Repercussão da ditadura nos dias de hoje



Percebemos que as opiniões dos estudantes se dividem entre a existência de “pouca” e “muita” repercussão nos dias de hoje. Podemos dizer que a grande maioria deles acha que existe pouca repercussão ao lado de um número considerável de estudantes que afirma que ainda existe muita repressão. Entretanto, entre as lideranças cerca de 80 % admitem que ainda existe muita repercussão.

O fato é que, apesar das diferenças entre os dois grupos, há um entendimento de que vinte anos depois do fim da ditadura, ainda o legado ditatorial repercute na sociedade brasileira. E embora as lideranças sejam mais enfáticas a esse respeito, os estudantes universitários não deixam de reconhecer alguns elementos desse legado que prevalecem nos dias de hoje em nossa sociedade.

No capítulo seguinte, trataremos de aprofundar detalhadamente os legados da ditadura militar que estão presentes na memória dos estudantes e das lideranças sindicais e comunitárias.

CAPÍTULO VI

Os impactos sociais e psicopolíticos na construção social da memória

*Morte vela sentinela sou do corpo desse meu irmão que já se vai
Desejo nessa hora tudo que ocorreu, memória não morrerá
Vulto negro em meu rumo vem
Mostrar a sua dor plantada nesse chão
Seu rosto brilha em reza, brilha em faca e flor
História vem me contar
Longe, longe, ou ouço essa voz
Que o tempo não vai levar*

(Sentinela, Milton Nascimento)

A ditadura militar brasileira, com todo seu aparato repressivo, deixou muitos legados para as gerações que a sucederam, tanto negativos – que permanecem na sociedade brasileira como resquícios de uma sociedade autoritária e repressiva, e que representam um retrocesso para o avanço da democracia – quanto positivos – que se manifestam nas práticas de resistência dos movimentos sociais.

Ao longo deste capítulo vamos analisar os impactos sociais e psicopolíticos provocados pela ditadura e pelo processo de redemocratização na construção da memória política das lideranças comunitárias e sindicais, tratando de enunciar três importantes aspectos que encontramos nos relatos dos entrevistados: o primeiro que se refere à **repressão policial, à impunidade, e ao autoritarismo** presente na sociedade brasileira; o segundo, em que constatamos a **existência de uma memória política construída pelos movimentos sociais** e o terceiro, que diz respeito ao **processo de redemocratização e seus impactos sociais e psicopolíticos** apontados pelos entrevistados.

Em seus discursos os entrevistados deixam entrever que esses legados estão enraizados na sociedade brasileira por meio das instituições políticas, policiais e, inclusive, no interior das próprias organizações comunitárias e movimentos em que participam.

Em seus aspectos subjetivos, podemos apontar todas aquelas coisas que afetaram e afetam ainda hoje essa geração, visto que nossos sujeitos reconhecem que foram, e são, afetados pela ditadura em função do autoritarismo que ainda permanece nas relações sociais em todas as esferas da vida cotidiana: relações familiares, relações de trabalho, relações políticas e, até mesmo nas comunidades e movimentos em que atuam.

Não obstante, na contramão da história aparece um legado especialmente importante para os movimentos sociais, que encontramos em nossa pesquisa: a existência de uma **memória política** construída pelos movimentos sociais e comunidades que se preocupam em transmitir às gerações os acontecimentos ocorridos no período da ditadura militar. Essa memória do passado potencializa a capacidade de ação dos movimentos sociais hoje.

1. O legado da ditadura: repressão policial, impunidade, autoritarismo

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta*

(Cálice, Chico Buarque)

Apesar de vivermos na democracia, os discursos de nossos entrevistados mostram que os anos da ditadura ainda estão presentes na sociedade brasileira, uma vez que, segundo eles, a ditadura afetou todo o povo brasileiro, não só os que viveram aquela época, mas as gerações posteriores, já que muito do que vivemos hoje é herança do regime militar. Do ponto de vista político, eles destacam:

1.1. A falta de uma consciência política democrática

As lideranças comunitárias e sindicais reconhecem que esse passado repressivo ainda permanece nas formas autoritárias que se manifestam na nossa sociedade de maneira camuflada, no meio político e nos próprios movimentos em que participam, por meio das atitudes de certos líderes. E apontam que ainda temos muito que caminhar para chegar a uma consciência política democrática com maior autonomia, em que o povo brasileiro, efetivamente, possa decidir os rumos do país.

“Ela (a ditadura) continua de alguma maneira. Meia que encoberta, mas ela continua hoje no nosso meio. Seja através de lideranças que hoje se colocam como meio, né, como povo, né, que tão aí pra ajudar o povo e tudo mais, mas que no fundo são só uma casca, né, que carregam toda aquela exposta na ditadura, né. Então eu acredito que continua hoje, normalmente no meio político, né. A gente percebe isso claramente e nas formas de como fazem esse tapar a boca do povo, né. Passando melzinho, cuidando para as pessoas não falarem, dando uma coisinha ali, outra coisinha lá. Então acho assim, que é uma forma de se manter, querer se manter no poder, querer continuar dominando, né, toda a linha política que a gente vive, né. Então eu acho que ela continua aí, permeando nosso meio, de uma maneira muito, né, mais camuflada, mas tá aí”. (Luciara)

“Muito das coisas que a gente ainda vive hoje é herança daquele período, né, que não precisava ter ocorrido essas questões. A própria dificuldade que gente

tem de criar uma consciência política e democrática, né, foi bastante prejudicada em função do período militar daquela época. Se for colocar é, na ponta do lápis, quanto tempo a gente teve de período democrático no país, né, se resume ao período recente aí, né. Isso desde a descoberta, entre aspas do Brasil, que a gente não tem e não pode, é muito fácil simplesmente jogar a culpa, né, desde a colônia portuguesa lá, né, mas na verdade é que a gente não teve um período de experiência democrática, né. Porque é algo que se constrói também, essa questão de consciência. E isso não se tem, né. É algo que a gente tá começando a construir nesse momento e com muita dificuldade”. (Anderson)

1.2. A vivência de uma falsa democracia

A ausência de uma consciência política democrática é resultado da própria vivência numa *falsa democracia* ou numa “*democracia entre aspas*”, como os entrevistados se referem à democracia atual, que, para Vilibaldo, não deixa de ser uma forma de ditadura:

“Existe uma ditadura hoje que é a ditadura, como eu posso dizer, uma ditadura (...), que é, o cara tá na fábrica, ele trabalha, não tem a garantia de emprego, ele tem que trabalhar, às vezes, mais do que o seu horário, tem que fazer o banco de horas e ganha menos, e às vezes, ele tem que se submeter aquilo ali porque ele tá precisando do salário. Então é a ditadura do desemprego. Ele tá agarrado naquele negócio que tem que tá no emprego. Então, de certa forma é uma ditadura, diferente, mais é. Mais é com mais democracia, vamos dizer, né, entre aspas. Ele tem, ele pode, por exemplo falar o que ele pensa, ele pode fazer greve também, entre aspas, né” (Vilibaldo).

“E hoje o que a gente vive é uma falsa democracia. Porque existe a repressão de um lado, mas como nós vivemos sobre essa nuvem de democracia, a gente acha que tá tudo bem. E as pessoas estão morrendo, os movimentos estão sendo massacrados, a repressão continua em vigor na sociedade” (Fabíola).

1.3. A concentração do poder que leva uma idéia de política como coisa ruim, é uma coisa nefasta

Para as lideranças, a grande concentração do poder político, o abuso de poder e a corrupção em diferentes esferas político-institucionais leva a uma idéia de política como coisa ruim, como uma coisa nefasta que tem como consequência o descrédito na política e a falta de vontade da população em se envolver em questões políticas e até de discutir essas questões.

“Eu acho que hoje eu, ainda tem algumas marcas, eu acho que hoje eu tô percebendo o mal que a ditadura fez pro meus pais, né, pro meus irmãos e pra geração que eu tô vivendo. A ditadura ainda faz mal porque ela deixou essas marcas, da concentração do poder, de dizer que a política é uma coisa ruim, que a política é uma coisa nefasta, não liberta, acho que isso a ditadura influenciou na minha pessoa, acho que graças a Deus estou conseguindo a se libertar aos poucos desse processo” (Emerson)

“Uma coisa que, acho que a própria concepção de política. As pessoas, ‘ah, eu não gosto de política’. Não, eu sempre costumo dizer, você pode até não gostar de politicagem, porque política você faz quando você levanta e quando você deita. Então, a questão política de convivência, de lutar pelos seus direitos, de manter seus direitos é uma questão diária. É uma coisa que as pessoas tem que fazer até pra, como sobrevivência, né. Você se omitir e deixar que as pessoas façam, então, quer dizer, você pode até não gostar da politicagem que alguns políticos fazem, que a grande maioria dos políticos fazem. Então, nesse sentido, hoje você vê, que as pessoas são muito mais acomodadas politicamente. São poucas as pessoas que se expõe ou que resolve se expor ou que, porque sabem, que, quer dizer, eles tem medo de serem, é, como na ditadura, quem se sobrepõe como liderança era reprimido, eles têm medo de serem pressionados. Então eles preferem levar uma vida pacatinha, tendo o mínimo de conforto e tal, a tô bem, muito obrigado, às vezes se engajam muito mais na torcida de seu time organizado do que propriamente buscar seus direitos ou lutar pelos seus direitos enquanto categoria bancária, enquanto é, problemas do bairro, de asfaltar uma rua, de acabar com o esgoto de céu aberto. Se organizam por outras coisas, quer dizer, outros interesses menos, digamos assim, de expressão política e preferem, ‘ah, não, em política não quero me meter” (Armando).

1.4. O medo de se organizar – desmobilização social

Apesar de vivermos numa democracia, existe hoje, segundo nossos sujeitos, um medo de falar, de participar e de se envolver em ações coletivas que é proveniente do medo da repressão. O fato de se punir aqueles que se opunham, que escreviam ou falavam criticando o regime militar, faz com que, ainda hoje, muitas pessoas tenham receio de fazer suas críticas, de expressar suas opiniões, de participar, de inclusive lutar pelos seus direitos.

“Por exemplo, a questão de você sair falando, ou escrever um artigo pra alguma coisa. Eu fico, poxa, se fosse naquela época eu poderia ser punida de alguma forma escrevendo isso, mas hoje eu também não vou fazer porque alguém pode querer depois me prejudicar com isso. Eu fico assim com aquele receio, né, pode ser na escrita ou até mesmo dito alguma coisa. Eu fico com um pouco de receio” (Ciça).

Além disso, em função de ações extremamente repressivas se produziu um medo da repressão que ainda permanece como um elemento desmobilizador da participação de muitas pessoas nas lutas sociais. Como podemos ver, Luciara, Sandra e Eliana apontam os resquícios da ditadura que ainda existem na atualidade, enfatizando o medo que leva muitas pessoas a não se envolver nas lutas populares:

“Eu acho que as seqüelas estão aí, né. E muitas, muitas pessoas, muito do medo hoje do povo se organizar também tá aí. Principalmente das pessoas mais antigas. As pessoas mais antigas, os mais velhos, né. Que eu acho assim que isso acabou querendo ou não colocando muita, muito medo, muita insegurança nas pessoas. Então hoje quando os jovens, principalmente querem fazer alguma coisa de novo, acaba que as pessoas ficam não, não é por aí, tem que ter cuidado, né. Então ainda existe isso. E de uma forma meio indireta acaba afetando a gente, né. Porque barra de você também buscar uma organização mais, mais coletiva, né, de poder realmente implantar o novo, de ir pra rua sem ter medo, com mais segurança, né” (Luciara).

“É porque eu vejo assim, por exemplo, podia dizer assim. Hoje as pessoas não lutam porque têm medo daquela época, né” (Sandra).

“E a repercussão ela é, ela é da submissão do povo. Isso eu vejo assim de uma coisa, é, o povo. Do medo de lutar, é, do medo de fazer um enfrentamento, de buscar os seus direitos, sabe? Eu participo de algumas reuniões assim, onde eu vejo que o pessoal tem medo de enfrentar qualquer autoridade, ou pretensa autoridade” (Eliaana).

Como bem aponta Irene Cardoso (2001), durante o regime militar no Brasil houve a implantação de um “terror político” por parte do Estado que se caracterizava “*pela construção da total arbitrariedade, pela criação do inimigo potencial*”, disseminando o medo e produzindo o “silenciamento” da população brasileira, sendo que essa estratégia impossibilitava a própria política, visto que intimidava as ações políticas.

Com toda essa estratégia repressiva, esse medo se prolonga em outras esferas da vida em sociedade e é igualmente expresso em outras relações pessoais e sociais que ainda se estruturam de maneira hierárquica em nossa sociedade, relações estas ainda muito verticalizadas que se estabelecem entre o superior e inferior, entre o mandante e o obediente.

Exemplos não faltam, o autoritarismo presente na organização política da sociedade brasileira, apesar do avanço da democracia, pós-ditadura militar, se reproduz, ainda hoje, em outras instituições sociais como a escola, que mantém, em sua grande maioria uma relação absolutamente autoritária entre seus pares, direção, professores e alunos, baseada na ameaça, na punição e no medo. Os problemas na escola, infelizmente, ainda são resolvidos no grito, na imposição de normas e não por meio do diálogo.

Fabíola fala de um medo coletivo, vivido ainda hoje pela população e que é herança desse período militar:

“Eu acho que o processo militar, ele deixou marcas na sociedade, que estão até hoje, um certo medo coletivo, inclusive da participação. E, como eu, eu atuo na área do direito, e eu estudo muito a questão e tô dentro da Secretaria de Defesa Social e Trabalho, a questão de policiamento e segurança popular, a gente tem uma identidade muito da polícia, muito de polícia ainda, de segurança ser feita através da polícia, e eu acho que essa é uma característica que vem do processo militar. Quer dizer, você não trabalha a segurança pública através de projetos sociais. Você trabalha através do policiamento, da repressão ainda. Então isso tá muito forte ainda na sociedade brasileira. Apesar da gente viver um processo democrático. Eu acho que é democrático, entre aspas. A gente ainda tem, vive, efetivamente, um processo de repressão, de ditadura, das classes mais marginalizadas serem o tempo inteiro. E é o povo marginalizado que tá morrendo! Então a gente vive ainda sob o efeito, eu acho, um pouco desse período militar, do processo de repressão” (Fabiola).

É fato que nos chamados organismos de repressão toda estrutura policial permanece exatamente como era no período militar. A polícia, ao abordar pessoas consideradas “suspeitas”, o faz usando de grande violência, tanto física quanto moral, agindo, quase sempre, com preconceito contra negros e pobres. Embora exista a liberdade de manifestar-se publicamente, os governos ainda utilizam a repressão policial para conter greves, despejar famílias, utilizando-se da mais brutal violência, por meio dos batalhões de choque contra a população civil desarmada. Essa ação policial é um atentado contra a democracia e fundamentalmente contra os direitos humanos e é apontada pelos entrevistados como resquícios da ditadura com os quais convivemos na nossa sociedade, resquícios estes que, segundo Emerson, ainda sacrificará muito as próximas gerações:

“(...) com certeza, nós ainda temos alguns resquícios da ditadura nesse país. As polícias militares dos Estados têm muito resquício da ditadura, é, muita coisa nesse país vem de cima pra baixo, as leis são feitas muito de cima pra baixo, justamente por causa dos resquícios da ditadura. Nos não temos acesso, a população mais pobre não tem acesso às informações ainda, não tem acesso a liberdade graças ainda a essa bendita ditadura, né. Então eu acho que a gente vai sofrer, a gente sofre e o Brasil ainda vai sofrer pra se libertar desse processo, pra sair dessa marca da ditadura vai levar algum tempo ainda. Algumas gerações ainda vão ter que passar, os nossos filhos, quem sabe os nossos netos, pra nascerem livres desse processo, dessa marca” (Emerson).

1.5. A atitude repressiva nas greves e manifestações populares

A atitude repressiva e autoritária que ainda se mantém na sociedade brasileira se estende nas situações de greve e manifestações populares. Os entrevistados afirmam ter vivido, na pele, situações semelhantes de abuso de autoridade e de repressão policial nas greves de suas categorias sindicais ou em manifestações populares. O fato é que as práticas repressivas permanecem, visto que ainda hoje se reprime greves, ocupações de terra e outras manifestações com as tropas de choque, tratando as questões de direito de greve, direito a terra e moradia, direito de reivindicar como caso de polícia, caso de exército, fomentando uma cultura da violência que está longe de ser eliminada:

“(...) na greve de 95, né, algo muito similar e que pareceu natural para a grande maioria da população. Nós fizemos, né, fizemos uma greve histórica de 32 dias e tava com o exército tomando a refinaria ali, né. Nós tendo que entrar , né, descontar do salário. Ficamos sem salário, sem as férias, né e nós ia trabalhar lá, efetivamente pra manter, porque a não se pára, tem que manter ela né, com um número mínimo. (...) e com o fuzil lado a lado ali, né, tanque, metralhadora, né. (...) Qual que foi a resposta daquele, do movimento sindical, talvez eu tenha clareza disso. Aquela greve de 95 é, quando o Fernando Henrique jogou a força que jogou, inclusive com as forças armadas ali, é, a crise que, que aconteceu no movimento sindical se deu a partir dali, né” (Anderson).

Para Vitor, esse é um legado que sobrevive por causa do uso de práticas de tortura que mostra a ineficácia da segurança pública que, com sua forma de atuar, cria rechaço da população:

“Eu acho, principalmente, em se tratando, de, é, desse setor de segurança pública. A gente sente que em determinados momentos, é, por exemplo, a polícia militar, ela adota práticas que foi adotada naquela época, sabe, de tortura. Recentemente, a televisão divulgou isso numa cidade aí. Aí se abriu inquérito, tal, mas literalmente, a polícia militar utilizava-se de práticas de tortura pra fazer, pra ter confissão, né. Eu acho que esse, talvez ainda seja um legado que sobreviveu, muita atuação, principalmente atuação dos militares

nesse país hoje, adota um pouco daquele sistema de repressão, né, que não deveria, porque o papel não só da polícia como do exército não deveria ser esse de forma nenhuma, né, deveria ser de integração com a população, proximidade ao máximo da população. O que existe hoje é o que existe, inclusive naquela época. O cidadão, hoje, ele não respeita a polícia, ele, literalmente, ele tem pavor, ele tem medo da polícia exatamente por causa desse legado que se vem dessa época” (Vitor).

Apesar destas gerações não terem vivido diretamente o “terror político” imposto pela ditadura militar ficam evidentes as “cicatrices” desse passado próximo que subsiste na memória social brasileira.

1.6. Impunidade e violação aos direitos humanos

A impunidade é também responsável pela continuidade da violação dos direitos humanos, haja vista que o fato de não se punir os responsáveis pelas torturas demonstra a ineficácia do Estado em solucionar os atos de violação aos direitos humanos que ocorreram ao longo de todo período repressivo. Referimo-nos aqui à demora em tornar públicos os arquivos da ditadura militar e punir aqueles que praticaram torturas e assassinatos de militantes contrários ao regime. Muitos desses torturadores permaneceram impunes, inclusive ocupando cargos de confiança em governos municipais, estaduais e federais, conforme vem sendo denunciado pelo Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. No que diz respeito às violações dos direitos humanos por parte do Estado, ainda nos deparamos com o uso de torturas e espancamentos praticados por policiais, por abuso da autoridade policial, mediante ameaças, constrangimentos, agressões físicas. Basta verificar as denúncias destes casos nos órgãos de defesa dos direitos humanos, que encontramos várias incidências deles. Evidentemente, nestes casos de violação por parte do Estado, a situação

é ainda mais grave, já que este deveria ser o principal responsável por zelar pela integridade física e segurança dos cidadãos.

Armando aponta com veemência a necessidade de não se ocultar da população a abertura dos arquivos, ou seja, defende a sua abertura e entende que esse ato significa “*escancarar feridas ou imposições da ditadura*”, e que tornar isso público nos ajudará a compreender a lógica do poder militar:

“Então, ontem, (14/12/2004) teve um, um escândalo colocado pelo Fantástico, né. A queima de arquivos, lá em Salvador, na base aérea de Salvador. Mais um ingrediente, mais um temperinho do que já vinha há duas semanas com a intenção de abrir ou não abrir os arquivos, né, do que é confidencial e o que não é, então tem uma série de coisas. Na verdade, a gente vai tá trabalhando com feridas, né. Você vai tá abrindo, escancarando feridas ou imposições da ditadura militar, quer dizer, é, autoritarismo mesmo, né. Você passou dos limites na atuação do poder militar no país, em nome, você até não consegue dizer em nome de que, de manutenção de um sistema, em função de você matar pessoas, de você perseguir pessoas, você é, ferir direitos, né, reconhecidos em nome de você manter um status, status quo da época e tudo mais, né. Eu sei que na realidade o que eu acho interessante é que você tem que abrir, é, tornar claro essa parte da nossa história pra que a gente possa entender um pouco da lógica, precisa, de como agir, porque agiam daquele formato certas lideranças militares, né. É chamado de lideranças, mas não é o termo lideranças, ditadores militares, né, Lideranças é uma coisa mais popular, que surge ali, não foi uma coisa imposta mesmo, né” (Armando).

1.7. A ocultação dos acontecimentos por meio da manipulação da mídia

As lideranças sindicais são conscientes da manipulação ideológica utilizada pela ditadura militar no intuito de ocultar os acontecimentos repressivos e lembram, principalmente, do uso que se fez da Copa do Mundo em 1970:

“Ah, como é que fala, ao total apoio dos meios de comunicação aos militares. É, tanto pra encobrir certas coisas, pra não divulgar e tanto, também, pra é,

você tentar maquiar uma situação. É o caso até da, da Copa de 70, que eles maquiaram, né. Deram ampla divulgação, é festa, e como se tudo tivesse as mil maravilhas aqui e não tava, né. Então, os meios de comunicação. Você não tinha liberdade, mas tinha aquelas que, aqueles meios de comunicação, que eram os incentivadores, né. Tinham, né, você, a repressão mesmo no meio cultural, as torturas, os, as mortes, os exílios” (Ronaldo).

“Eu acho que esse tempo, eu associo a ditadura com o futebol. Eu não suporto futebol. Porque eu sei que usaram o futebol pra fazer com que o povo não olhasse o lado político do país, né. (...) O que eu sei é que teve muita gente que sofreu e que o povo brasileiro até hoje sofre a consequência, e hoje no meu dia-a-dia do sindicato, quando alguém fala mal do sindicato, eu sei que ela tá falando ainda porque ela foi ideologicamente programada pra pensar assim. Programada pra achar que o Estado, né, nas mãos dos militares é melhor do que hoje, né. E que, então, pra mim é uma história de muita revolta” (Eliana).

Nota-se que os entrevistados, ainda que não tendo vivenciado diretamente esse passado, sentem-se afetados por ele, uma vez que o legado deixado pelo regime militar, como a repressão policial, a desmobilização social e a impunidade repercutem ainda hoje na vida social e política da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é muito ilustrativa a fala de José, que reforça também a relação que existe entre passado e presente, ou seja, de como este passado é trazido para as experiências do presente:

“Eu acho que repercute porque a história do povo, né, ela é carregada pro presente. Eu acho que repercute. É, muitas vezes as pessoas ainda temem, né, ainda temem do passado, é um passado marcado, tanto que a gente vê o envolvimento do povo brasileiro, (...) a gente vê que o povo brasileiro ainda carrega uma marca da ditadura que é uma marca de não organização efetiva dos seus movimentos sociais, né. Eu acho que carrega, aliás, a gente carrega em leis hoje, quer dizer, por incrível que pareça, o SNI não foi desmontado pelo governo Lula. Tudo bem, temos um ano de governo Lula, os doze anos de Collor e, de Sarney... é 16 anos de Sarney, Collor, Itamar e os oito anos de Fernando Henrique Cardoso que a estrutura de vigilância, espião, araponga não foi desmontada, né, quer dizer e isso pesa na história de nosso povo, né. É, a gente conseguiu pôr o povo na rua pra derrubar o Collor, mas foi uma longa batalha, né, porque eu acho que é carregado sim, a história da ditadura pesa ainda na história do povo brasileiro” (José).

2. A existência de uma Memória Política construída pelos Movimentos Sociais

*Nada a temer senão o correr da luta/ Nada a fazer
senão esquecer o medo/ Abrir o peito a força, numa
procura/ Fugir as armadilhas da mata escura
Longe se vai/ Sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir o que me faz sentir
Eu, caçador de mim*

(Caçador de mim, Milton Nascimento)

Embora admitamos que exista um processo de “esquecimento” forjado e legitimado por uma “memória oficial”, que ao longo dessas décadas vem ocultando da população brasileira esse passado repressivo, e ainda um efeito desmobilizador das lutas provocado pelo medo a repressão, é fundamental destacar a importância de uma *consciência política* proporcionada pelos movimentos sociais na construção da memória, que é uma verdadeira luta contra o esquecimento, que vem sendo construída pelas classes populares.

Cabe ressaltar que a experiência passada tem uma forte implicação na construção da memória coletiva presente, visto que, como nos aponta Connerton (1999) “*as nossas experiências do presente dependem, em grande medida, do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens do passado servem para legitimar a ordem social vigente*” (p.: 4). Para este autor, as experiências do presente estão ligadas aos objetos do passado, de modo que “*viveremos nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo*” (Connerton, 1999:2).

Nessa perspectiva, as experiências do passado compartilhadas por nossos sujeitos no interior dos seus grupos de pertença, sejam eles sindicatos, movimentos sociais, comunidades, associações de moradores contribuem para a construção de uma memória

política que potencializa as lutas do presente, conforme demonstra o discurso dos entrevistados.

Ainda que o processo de manipulação da “memória oficial” – que se fundamentou na propagação do terror e do medo ou na ocultação dos acontecimentos de violência política – tenha produzido a alienação e a desmobilização da grande maioria da população brasileira que não se envolve em ações políticas, nossos dados mostram que, a experiência de participação possibilita a reconstrução de uma memória, aqui denominada *política*, que rompe com essa alienação por meio da crítica a memória oficial, potencializando as pessoas que hoje atuam nos movimentos sociais a continuarem a luta contra todo tipo de repressão e autoritarismo.

A fim de mostrar como vai se configurando essa memória política, trataremos de apontar alguns elementos que nos permitem afirmar que as lideranças sindicais e comunitárias constroem uma *memória política* claramente contraposta à *memória oficial* que predomina, em grande medida, no imaginário da população em geral.

2.1. O conhecimento do passado potencializa a ação dos movimentos sociais hoje

Ao falar da ditadura militar, nossos entrevistados apontam a repressão imposta pelo regime militar no Brasil e destacam que os movimentos sindicais e populares se organizaram e lutaram contra a repressão assumindo os riscos de serem torturados ou mortos, e por isso aquela geração “*merece o reconhecimento da sociedade brasileira*”.

“É mais o que chama a atenção também é a própria garra do pessoal da época que manteve, né, a esperança e a vontade de lutar contra a ditadura que fez com a gente chegasse comemorar as diretas, mesmo que as diretas foi dado

um golpe, né, através do colégio eleitoral, mas foi uma vitória da classe trabalhadora, com certeza (José).

Nesse sentido, o conhecimento do passado e o exemplo daqueles que lutaram contra a ditadura, ainda permanece entre as pessoas que estão na luta hoje, e garante a continuidade da história sem a possibilidade de volta a esse passado ditatorial:

“Eu acho que é um, a importância é do histórico, né, porque o histórico sempre ajuda a gente a caminhar pra frente, né, e a importância que ainda hoje existe, algumas pessoas que viveram naquele período e ainda tão animadas a lutar. Eu acho que isso é uma das coisas mais importantes que a gente tem hoje porque a gente vê pessoas que, quer dizer, eu não tenho acesso a essas pessoas diretamente, mas eu sei que essas pessoas viveram no período, foram presas políticas, mas ainda continuam atuando nas comunidades, continuando acreditando no povo brasileiro, continuam acreditando nesse trabalho de formiguinha, então eu acho que a importância que tá aí, né, é esse período histórico, ele, ele, ele continua ainda vivo na memória dessas pessoas e essas pessoas, pra não deixar até esse período, até pra querer que esse período não volte, elas continuam lutando. Então, pra mim, como militante do movimento social, é essa a importância, eu consigo ver” (Emerson).

Para a maioria dos sindicalistas e lideranças comunitárias, a vitória contra a ditadura é atribuída à classe trabalhadora, visto que os movimentos sociais, segundo eles, iniciaram sua força de organização na ditadura e tinham um poder de atuação muito mais forte que em nossos dias. Desta feita, apontam que a luta pela liberdade, o enfrentamento contra os governos que reprimem, contra as injustiças sociais, contra o autoritarismo e a corrupção exigiram organização do movimento. Saber que muitas pessoas derramaram seu sangue e perderam suas vidas por uma causa justa, pela liberdade, os impulsiona a lutar e os faz perceber que ainda há muito para se fazer.

“Ele é impulsionador. Eu acho que ele faz com que a gente perceba que há muito mais a fazer ainda, né. Porque esse processo que, que muitos passaram, o sangue de muitas pessoas derramado merece receber justiça de alguma

forma, né. E eu acho que hoje através da organização do povo, dos movimentos sociais, das pastorais, das comunidades eclesiais de base, é possível, ao menos, vivenciar aquilo que impulsionou essas pessoas a perderem sua própria vida por uma causa justa, né. Pela liberdade, né. Então eu acho que isso impulsiona. (...) Então eu vejo assim, que tem muito a ver com a organização popular hoje. Se nós nos organizamos enquanto movimento popular, enquanto comunidade, é porque a gente acredita que é possível fazer algo diferente, né. Um outro mundo é possível, um outro Brasil é possível, né, e é através da organização” (Luciara).

Eles não deixam de comparar: se os movimentos daquela época enfrentaram “exércitos e “derrubaram a ditadura”, os movimentos hoje podem ser capazes de derrubar o neoliberalismo.

“(...) mas eu também acredito, quer dizer, essa mudança só vai vim com o povo organizado, o povo na rua e aí o papel do movimento social é fundamental. E aí essa imagem da luta pela liberdade, de enfrentar os governos é importante porque, é também essa coisa é importante, né, porque o povo também derrubou uma ditadura militar. (...) quer dizer, e o nosso papel aqui no movimento é organizar esse povo pra derrubar essa coisa que se chama capitalismo. É, e pô, mas vamos olhar ali, os caras ali enfrentavam o exército, você só precisa enfrentar, entendeu (bate palmas) que não é fácil, a gente sabe, é o neoliberalismo. (...) É, e uma construção, né de anos que se foi formando isso, né, agora também é isso, quer dizer, se, continuar esse modelo econômico a exploração do povo aumenta, quer dizer, e o nosso papel aqui no movimento é organizar esse povo pra derrubar essa coisa que se chama capitalismo. Se vamos conseguir a história é que dirá, né” (Edílson).

O espírito de luta do passado, que mobilizou o povo para derrubar a ditadura, é uma referência que potencializa os movimentos para derrubar algo ainda maior que é o capitalismo e o neoliberalismo, cuja estratégia se apresenta numa forma sutil de dominação, tornando difícil de se identificar contra o quê se está lutando, coisa que, segundo eles, era clara no período da ditadura.

“Ah eu acho que era mais fácil é de tu participar de um movimento social naquela época, né, que a tua contraposição, né, a tua parte ideológica era muito mais fácil de, né, visível de tu identificar, né. Tu tinha um sistema é, muito fácil de identificar que era, aquilo não era o que tu queria, né. E era muito fácil de tu contrapor duas ideologias ou uma ideologia contra um sistema que tava colocado. Hoje o movimento social tem uma grande dificuldade, né” (Anderson).

“Eu acho assim, que na época da ditadura o teu inimigo tava muito mais claro, né. Então você sabia que queria um outro tipo de governo, né. Então assim, contra a repressão, claro, violência e tudo que aquilo gerava, então. Eu vejo assim, que hoje os movimentos sociais não têm tão claro qual que é o, contra quem nós tamo lutando, sabe?” (Sara).

A força que mobilizava os que lutaram contra a ditadura era também mais eficaz porque o “inimigo” (o regime militar, com suas técnicas repressivas) era concreto, visível, como afirma Andréa:

“Eu acho que eu volto um pouco naquilo que eu falei, né. Da necessidade das pessoas se organizarem coletivamente para derrubar algo que cerceava, né, a liberdade mesmo de todos. Então, foi o momento em que os movimentos sociais se fortaleceram muito. Porque passa por isso que eu disse. Cê tem um inimigo concreto, real, palpável, que tava matando pessoas, que tava torturando. Então, mesmo o sujeito, eu penso, né, mais alienado, ele tinha um motivo pra ser contra aquilo, né. Que podia falar, que dizem que foi uma época de uma estabilidade econômica, de um certo desenvolvimento no país, mas ninguém podia passar alheio à tortura, né, ao direito de vida, né. (...) não tinha como as pessoas passarem a margem daquilo, né. Fazer de conta que não era com elas, né” (Andréa).

Observamos que são memórias que resgatam o acontecimento real, que são reconstruídas e mantidas, neste caso, pelos movimentos sociais e sindicais, por parte dos que estão predispostos a agir contra os mecanismos repressivos e que se contrapõem ao conformismo político, à submissão e à defesa da ordem que justifica a repressão. Nesse sentido, são memórias capazes de transformar o conhecimento do passado em novas

práticas políticas do presente e do futuro próximo, portanto, no nosso entender, memórias que convergem para a construção de uma memória política.

2.2. A importância da consciência política - a luta contra o esquecimento

Deste modo, este conhecimento sobre a ditadura militar e repressão se dá quando estes sujeitos começam a ter uma consciência política por meio da participação no sindicato e nos movimentos, visto que souberam da ditadura nos encontros, nos seminários promovidos pelos movimentos sociais e nas comunidades onde participam, nos espaços de formação liderança, nas “escolas”⁷⁵ populares.

“A partir do momento que você vem participar de um movimento, de uma comunidade, é necessário a gente ter essa abertura de conhecer quais são, qual é a nossa história, quais são as nossas raízes, né. Então assim, eu participei de muitos encontros, formações que me deram esse suporte. Pra conhecer um pouco mais da onde que, o que leva a gente hoje a se organizar enquanto comunidade. (...) Como eu já te disse. Eu conheci, eu vim conhecer a história e, foi tudo através dos movimentos populares. Então eu acho que é, se preserva, né, essa coisa, dentro do movimento, se preserva ainda, principalmente do movimento social. Principalmente do movimento social, eu acho que ainda se preserva. O fato de querer realmente passar pra novas gerações, isso até a partir de nós mesmos, a partir das nossas gerações mesmo, né. Nos grupos, nas formações, sempre estar se fazendo esse resgate histórico. Uma pena que não é pra todo mundo” (Luciara).

“Eu sempre falo pras pessoas que elas só vão aprender na luta mesmo, no dia a dia. Eu também, naquela época que eu tava na escola, eu não entendia. Eu só fui entender depois, participando. Então eu acho que é isso, também. Se as pessoas não entrarem no movimento popular, numa luta, elas não vão entender, não vão tomar gosto assim pela coisa e ver que vale a pena” (Sandra).

⁷⁵ Estas “escolas” populares são aquelas escolas alternativas de formação de lideranças organizadas por ONGs, Igrejas ou coletivos de movimentos sociais.

Desta feita, constroem uma *memória coletiva* que se situa dentro destas categorias sociais que, de alguma maneira, se preocupam em transmitir às novas gerações esse passado compartilhado e lembrado conjuntamente, por meio de suas atividades educativas e políticas que tem motivado as novas lideranças a reconhecerem a importância de se conhecer o passado para agir no presente. É uma memória coletiva, que por suas características e por sua relação com a ação política se constrói como uma memória política.

Nessa memória política, eles reconhecem a força de resistência dos movimentos sociais e estudantis que lutaram contra a ditadura militar:

“Assim é, eu acho que é, um dos movimentos que se destaca é o movimento estudantil, por exemplo, né, é, onde acho que, é, é, tentou-se fazer um processo de resistência, né. É, o próprio movimento de assim, de alguns partidos que permaneceram na clandestinidade. Então assim, pra mim os movimentos naquela época eram movimentos de resistência a essa situação, né. (...) acho que teve alguns partidos, né, o movimento partidário, ele se manteve mesmo na clandestinidade. O movimento estudantil, dentro das universidades, mesmo que fosse também à noite, mesmo que fosse de forma arriscada fazer, sempre na resistência e fazer a denúncia aos atos de agressão, aos atos contra a liberdade de expressão e tal” (Eliana).

Para Luciara, é tão forte o impacto da participação que, apesar de reconhecer a existência de seqüelas da ditadura, como *medo*, que leva muitas pessoas a não se envolverem nas lutas populares, ela afirma que esse medo não a intimida a participar dos movimentos sociais. E, além desta força concreta dos movimentos sociais, ela fala da mística que existe nas comunidades eclesiais de base (CEBs) – que estão inseridas na luta política – como um elemento de fortalecimento e coragem. O aspecto religioso é apontado como elemento de resistência, cujas bases estão no objetivo de alcançar a libertação proposta pela teologia da libertação e, como já apontamos no primeiro capítulo, foi muito defendida por Martín-Baró, por meio da psicologia da libertação.

“Eu acho assim que a convicção que faz com que a gente hoje participe das comunidades, todo o processo feito pra vim a participar de uma comunidade eclesial de base, que eu acho que essa igreja que eu entrei e que eu me sinto parte, ela te dá suporte pra você não ter medo, né. Pra você ter a segurança de, que é através da organização, que é a através da participação que você vai conseguir um mundo mais justo. Então não tem como você ficar se intimidado frente a algumas situações. Acho assim que nós já fomos pra muitas movimentações assim conflitantes, na frente do Palácio do Remo⁷⁶, na frente da Prefeitura, é, né, nas próprias romarias que se participa, a gente acaba enfrentando pela, pela mística que nos envolve, eu acho. Essa mística de, essa espiritualidade forte, né, de acreditar que tem um Deus que te impulsiona. Tem um Deus que não ficou calado diante da injustiça, quer dizer, então, essas coisas me fortalecem e o fato do próprio companheirismo, né. A gente tem muitas pessoas que junto com a gente nos dão essa segurança” (Luciara).

Os processos vividos e compartilhados pelos grupos e movimentos sociais no que se refere aos acontecimentos do passado nos permite afirmar que: *“(...) la experiencia pasada recordada y las imágenes compartidas del pasado histórico son un tipo de recuerdos que tienen una importancia particular para la constitución de grupos sociales en el presente”* (Fentress & Wickham, 2003: 15).

Por isso mesmo, como já apontamos no primeiro capítulo, não podemos separar a construção de uma memória política, dos grupos e movimentos sociais, pois entendemos que as construções do passado são sustentadas por estruturas coletivas, como aponta Halbwachs (1990, 2004) e criadas por atores sociais, sejam eles grupos ou indivíduos. Nessa perspectiva, a memória depende das relações que estes atores sociais estabelecem e desenvolvem com a família, com a classe social, com os movimentos sociais, com a escola, com a igreja, com os partidos públicos, ou seja, com toda a gama de grupos com os quais mantém contato e com os quais desenvolvem sua consciência política.

⁷⁶ O Palácio do Remo está situado em Curitiba.

2.3. Os que vivenciaram a violência política, a tortura deram uma lição de cidadania para o país!

Os entrevistados destacam a coragem dos militantes e das pessoas que sofreram a violência política e que mostraram que nosso país não tem um dono, é uma nação e tem que ser diferente.

“Isso chega a arrepiar e deixa a gente emocionado porque você imagina a violência que essas pessoas sofreram e ao mesmo tempo uma coisa que, a marca que acho que era interessante é a coragem desses militantes, dessas pessoas. Que essas pessoas de fato deram uma aula de cidadania pro Brasil, mostraram que esse país não é assim, esse país não tem um dono, ele é de uma nação e nós queremos esse país diferente” (Emerson).

E enfatizam que as dificuldades eram muito maiores em função do risco de ser preso, torturado, morto, mas foi uma geração que lutou e enfrentou tudo isso e, por isso mesmo, merece nosso reconhecimento:

“Mas a gente percebe, quer dizer, se hoje tem dificuldade, as pessoas, às vezes, não militam ou não se expõem, ou não organizam uma greve, ou não participam de uma greve, por exemplo, uma greve, que é uma coisa imediata, concreta com medo de perder emprego, quer dizer, como é que seria isso na ditadura militar, que além do emprego cê tinha, ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, né. É muito mais em risco e a própria vida, né. Muitos pagaram com a vida, né. Essa coisa é uma pergunta que eu sempre me faço, quer dizer, a nossa geração, mesmo hoje com as dificuldades e as dificuldades são objetivas, né, o desemprego, são coisas que retraem, dificultam a organização e a luta. Mas tem que se perguntar, aquela geração lutou, tinha tudo isso e ainda tinha: cê poderia ser morto, poderia, tortura, quer dizer, é muito mais difícil. Então é uma geração que a gente tem que reverenciar” (Edílson).

2.4 A conquista da liberdade e o aprendizado para o futuro

Inesita aponta que um dos aspectos de maior importância foi a conquista da democracia, da liberdade, que significou o início de um novo tempo: *“Eu sei, mas assim, a importância porque depois de tudo isso começou um novo tempo, né, apesar de tanto sofrimento. Se buscou mais democracia, né, se teve mais liberdade”* (Inesita).

Arnaldo, por sua vez, considera esta liberdade de um valor inquestionável, pois foi fruto de muita pressão popular e proporcionou às comunidades e movimentos de hoje a possibilidade de se organizar, de questionar, de viver a liberdade de expressão.

“Eu acho que é de uma importância assim, de valor, assim, inquestionável, né. Porque se nós tamos vivendo hoje uma liberdade de expressão, entendeu, uma liberdade conjunta da comunidade, poder fazer o que nós fazemos hoje, é graças a esse período, entendeu, de luta, de questionamento, né, do que é certo, o que é errado, né. E acho que ainda tem muito a melhorar, entendeu. Porque hoje nós questionamos também entendeu e tal. Mas hoje é um período bem mais fácil, bem, mais tranquilo. Então assim, aquele, se não fosse aquele período, a pressão popular, os líderes, naquela época, lutando é, pra por suas idéias no papel e na cabeça de outras pessoas, hoje nós seríamos muito mais oprimidos, entendeu? Talvez hoje nós ainda era os mesmos escravos daquela época” (Arnaldo).

Essa conquista, obtida por meio do sofrimento e da luta, foi um aprendizado que trouxe perspectivas para o país e nos ajuda a vislumbrar que o Brasil de hoje tem solução, tem chance de mudar, de ser diferente:

“Eu acho que é isso a importância das pessoas conhecerem, é que daí conseguiriam olhar um pouco mais a história, olhar o país com mais perspectivas, né. Quer dizer, mostrar assim que ele tem solução, ele tem chance, né, de se construir algo diferente, né, e a valorizar também a própria organização, né, olhando essas pessoas todas que derramaram seu sangue pela, por amor ao país, não por amor ao poder, por amor ao país. Então eu

acho que, é, nesse sentido, era importantíssimo que as pessoas tivessem esse conhecimento” (Luciara).

Aqueles que participam mais ativamente dos movimentos sociais, sindicais ou outras organizações populares demonstram que construíram uma visão mais crítica da sociedade, da polícia militar e das situações autoritárias que vivenciam na sociedade como nos aponta Fabíola:

“Eu acho que fica, o que fica um pouco. Diretamente, não. Porque eu não vivenciei, nem tive familiares que vivenciaram. Como eu tenho uma atuação mais política fica é, uma, uma certa identidade, né, é, com a luta política das pessoas que, que deram a vida por aquela causa e também a gente passa a ter, inclusive um certo, é, é, uma visão mais crítica, é, é, da polícia militar, de, de vivências autoritárias, né, política. Então, mais diretamente afetada não. Diria, essa, essa visão mais crítica, politicamente” (Fabíola).

2.5. Os espaços memoriais criados pelas comunidades e movimentos sociais

Outra faceta importante dessas memórias coletivas são os espaços memoriais criados pelas comunidades e movimentos sociais. Por exemplo, as lideranças comunitárias que vivem em Perus assinalam que sabem da ditadura por causa da vala comum existente no bairro onde moram, em cujo lugar, normalmente, as comunidades e movimentos locais realizam celebrações e reflexões sobre os desaparecidos políticos e os acontecimentos do período da ditadura militar no Brasil.

“Olha, eu sei que foi uma barra, matou muita gente, é não se tinha abertura pra nada, né, era muita repressão houve-se, é, como que se fala, dava-se fim nas pessoas que queria mudar a situação, né, tanto é que tem a cova dos indigentes aí que foram no cemitério de Perus, né, que foram achados desse período né, no período da ditadura”. (Rosane)

“Então, o que eu sei da ditadura militar no Brasil, é assim: alguma coisa eu ouvi na escola, é, uns tempos pra cá a gente ouve mais por causa da vala comum, mas é mais nessa linha da repressão. O que mais me clareou nessa época da ditadura militar, sobre a ditadura militar, foi o filme da vala comum” (Sandra).

O simples fato de existir a vala comum no cemitério do bairro de Perus, em São Paulo, talvez não proporcionaria a memória do que aconteceu ali na época da ditadura. O que realmente faz com que se construa uma memória política da ditadura são as atividades organizadas pelos grupos locais, comunidades, Igreja, Movimento de Direitos Humanos que fazem deste espaço um espaço memorial, “um lugar de memória”, onde se celebra e se reflete sobre as vítimas do regime militar no Brasil.

“(...) através da vala comum, por exemplo, aqui em Perus foi feito um trabalho pelo grupo de direitos humanos, muito grande em cima da vala comum, com filmes, com palestras. Eles fizeram um trabalho grande, embora as pessoas que eles conseguiram mostrar, proporcionar isso, foram poucas, né” (Ciça).

“Olha, a única memória que eu tenho, assim de, de, desse fato pra não se perder foi é, grupo de Fé e Política mesmo, porque, em outras áreas você não vê nada disso, né. A não ser no grupo de Fé e Política da Igreja lá, né, que num determinado momento apareceu, foi mais uma palestra (...)” (Rosane).

A respeito das comemorações, Paul Connerton (2001) destaca que é por meio das cerimônias comemorativas – que se utilizam do recurso da *performance* – que se transmite e conserva o conhecimento do passado. Para ele tais cerimônias nos permitem “*ver que as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado são transmitidos e conservados por performances (mais ou menos) rituais*” (Connerton, 2001: 45). Segundo esse autor, ao estudarmos como se constitui a memória social, estamos estudando os “*atos de transferências que tornam possível recordar em conjunto*”. Nesta perspectiva,

Connerton (2001) discorre sobre a importante função das celebrações realizadas como um recurso para se fazer memória de eventos passados, como é o caso das celebrações realizadas na Vala Comum do Cemitério de Perus, apontada pelos entrevistados.

Além de ser um recurso utilizado para fazer memória, os espaços memoriais e as comemorações são processos ativos da memória coletiva, como bem aponta Cardoso (2001):

*“A comemoração como esse processo ativo da memória coletiva, a partir do presente, configura-se como o **poder de integração** de sentidos que é social, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória. Enquanto processo ativo e dirigido da memória, é seletivo, sempre a partir do presente”* (p.200) [grifo da autora].

Cabe ressaltar, entretanto que, as celebrações e comemorações tanto podem permitir aos grupos reviverem, de forma coletiva, a memória de acontecimentos considerados significativos para eles, gerando a consciência do passado, neste caso, referindo-se ao que ocorreu no período da repressão, quanto podem ser utilizadas pelos próprios poderes dominantes para manter a memória oficial. Essa advertência é feita por Ricouer (1996) ao afirmar que existe um uso político abusivo das comemorações nacionais, das grandes datas caracterizadas, tanto pelas vitórias quanto pelas derrotas e que, claramente estão associadas à manipulação e à instrumentalização das lembranças, como é o caso das comemorações do “Descobrimento do Brasil”, da “Abolição da escravatura” e da própria “Revolução de 1964” (que já pelo nome oficial atribuído ao Golpe de 1964 demonstra a manipulação de tal comemoração), entre outras.

Na verdade, o que vem à tona quando destacamos os espaços memoriais criados pelas comunidades e movimentos sociais, como o da Vala comum em Perus, é a disputa de diferentes sentidos que se atribuem ao passado, sentidos estes que negam as grandes datas

comemorativas nacionais, que não dizem respeito às lutas levadas a cabo pelas classes populares. Lembremos o caso do monumento Tortura Nunca Mais, em Recife, que citamos no Capítulo II, construído não só para rememorar aqueles que foram vítimas da ditadura, mas como espaço de luta, de mobilização social contra a tortura e a violação dos direitos humanos.

Portanto, com base na memória construída por nossos entrevistados, podemos dizer que conhecer o passado aumenta o poder de intervenção, ou seja, potencializa as ações coletivas do presente, uma vez que a memória permite reconhecer aquilo que ficou nos “subterrâneos” da história como algo perdido, velado, escondido. Podemos dizer, metaforicamente, que o processo de recuperação e construção da memória política é como acender uma luz, iluminar os lugares sombrios da história e, na linguagem de Heller (1972), “irromper o cotidiano”, em busca do que está ou esteve escondido, encoberto ao longo de décadas. Esta irrupção provocada pela *luz* da memória exige procura cuidadosa, ação e, ao ser desvelada, produz a necessidade de ser publicizada, o que normalmente se faz por meio das manifestações públicas, comemorações, cerimônias e rituais. Rememorar e comemorar aquilo que estava perdido e foi encontrado, aquilo que estava encoberto e foi desvelado, aquilo que estava escondido e veio à luz.

Nesse sentido, os relatos deixam entrever que o processo de recuperação da memória histórica é, em si mesmo, a construção de uma memória política, que se faz por meio da consciência política e da participação nos movimentos sociais e dos próprios artefatos da memória construídos por estes movimentos, como são os cursos, os seminários, as formações, as celebrações etc. Constitui-se, portanto, um processo dialético em que a memória coletiva funciona como um veículo de conscientização, ao mesmo tempo em que “(...) *la concientización lleva a las personas a recuperar la memoria*

histórica, a asumir lo más autentico de su pasado, a depurar lo más genuino de su presente y a proyectar todo ello en un proyecto personal y nacional” (Martín-Baró, 1998:171).

Esse processo de construção da memória, ao levar a uma conscientização, proporciona um olhar mais crítico da realidade desvelando-a, ou seja, produzindo tanto o conhecimento da própria realidade quanto o conhecimento de **seus mitos e de suas falsas memórias**, que enganam e que ajudam a manter a estrutura dominante.

Em outras palavras, o processo de conscientização proporciona a recuperação da *memória histórica* - no sentido atribuído por Martín-Baró - que é fundamental para a criação de um novo projeto histórico e político e de um novo sujeito histórico. Não é possível construir nenhum projeto político novo se não se conhece o passado. Faz-se mister confrontar-se com o passado e lutar contra a mentira institucionalizada a fim de transformar as formas de poder que, ao longo de tantas décadas, especialmente nos períodos ditatoriais, vem oprimindo e alienando os povos latino-americanos. É por isso mesmo que Martín-Baró vai insistir na importância de *“una clara memoria historica, para rastrear los dinamismos de su história, para saber donde buscar las causas de su opresión secular y de su situación presente”* (Martín-Baró 1998:99).

Conhecer o passado permite às sociedades não se manterem passivas, aceitando os acontecimentos como uma fatalidade e contribui para que os erros do passado não sejam repetidos. Nesse sentido, o processo de reconstrução de uma memória política rompe com o fatalismo, com o comodismo e torna-se capaz de mudar os rumos da história. Dentro desta perspectiva, a memória política joga um papel fundamental no processo de participação política dos atores sociais que atuam hoje nos movimentos sociais, uma vez que permite a essas gerações descobrir, seletivamente, aqueles *“elementos del pasado que*

fuleron eficaces para defender los intereses de las clases explotadas y que vuelven otra vez a ser útiles para los objetivos de lucha y concientización” (Fals Borda, 1985, citado por Martín-Baró et al., 1998:301).

Seguindo esse raciocínio, estes elementos identificados em nossa análise nos permitem afirmar que há implicações das práticas de resistência dos movimentos sociais e sindicais que atuaram na época da ditadura no processo de constituição da consciência política, que se reflete, atualmente, na *memória política* das gerações que não viveram a ditadura militar brasileira. Deste modo, por meio da participação nos movimentos sociais e sindicais, as lideranças sindicais e comunitárias “conhecem o passado” daqueles que lutaram contra a ditadura militar e encontram nessas experiências motivação para suas práticas políticas atuais.

“Eu acho que tem uma importância fundamental. Eu acho que é um dos processos mais próximos, mais ricos da, digo na questão política, que deixa essa identidade de luta, de engajamento, de participação popular, e, inclusive, por ser tão recente, deveria ser aquele, aquele período que a gente deveria tá buscando, até pra buscar hoje uma atuação mais efetiva (...) e da gente vê que, que existe uma, é, falta essa participação. Então acho que ela, por ser um dos períodos políticos mais ricos, que estão mais próximos, dessa geração agora, é aquele que a gente deveria se, até espelhar pra luta política da atualidade” (Fabiola).

Dito em outras palavras, a lembrança do passado de resistência e luta mobiliza os atores políticos das novas gerações para as ações coletivas do presente. Sendo assim, não podemos negar que estamos diante de um legado extremamente importante: **a memória política construída pelos movimentos sociais.**

3. O processo de redemocratização e seus impactos sociais e psicopolíticos

A despeito do processo brasileiro de redemocratização que dá início à transição democrática, a experiência dos entrevistados foi muito mais próxima. Alguns dizem saber muito pouco a respeito como é o caso de Arnaldo, Maria e Ronaldo. Arnaldo se diz muito garotão nessa época e que o que ele sabe foi por meio das informações que recebeu de outras pessoas.

“As informações que eu recebi e tal. É que teve muita pressão, né, caiu, né. Caiu a, a ditadura, né. E teve eleição, né, e através da eleição, né, se elegeu e aí começou a democracia, entendeu. Eu não tenho muita informação de como foi passado isso não. Uma falha aqui” (Arnaldo).

O mesmo ocorre com Maria que afirma:

“Ah, isso eu sei muito pouco. É, eu acho assim, né, mais liberdade, né, do povo, né, mais liberdade pra falar, os próprios governos, né, quando trocaram, né, tudo, os próprios governos que já estive em outros... Eles mesmos podiam expor o pensamento deles, né, os governos, os prefeitos, a política que ficou uma coisa mais maleável, mais participativa, mais democrática, eles ouviram, passou a ouvir mais o povo” (Maria).

Já Ronaldo e Anderson, lembram que o período de transição se inicia com Tancredo Neves, que foi o primeiro presidente da democracia. Mas não têm certeza se foram os deputados que o elegeram ou o povo.

“Vou te ser sincero que eu não tenho muita informação sobre isso. Mas, o que me veio aqui agora foi: Tancredo Neves. Foi o primeiro presidente da democracia, não foi isso? Eu não sei se, se como é que se deu isso. Se foi, se foram os deputados, se foi o povo que, se foi o desgaste, o próprio desgaste da, da, do. Eu não sei te falar. Mas, eu sei que foi na época, né, que o Tancredo Neves ia ser eleito e que, que a partir daí foi, né, uma nova realidade, né, pra, pras pessoas. Eu acho que, apesar de que com a década perdida, né, do Brasil, que eles falaram, né. Uma década perdida, a década de 80, o Brasil só

regrediu, né. Mas, foi, foi o principio, né, de tudo. Eu não, eu não tenho informações assim, pra te falar, eu não sei é” (Ronaldo).

“Eu guardo algumas coisas bem recente, né, que era da época do Figueiredo e a transição e a saída do Figueiredo e a eleição se dá pra se dizer assim do Tancredo e já que ele, né, e pra tudo ajudar, né, aquela complicação que houve, né, com o Tancredo indo pra presidente e não assumindo já e assumindo o vice, né. Esse é um passado bem mais recente que infelizmente eu começo a ter uma percepção extra pela vida normal de adolescente e começar a ter consciência do que tá ao redor. Então é um passado bem recente, infelizmente” (Anderson)

Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados eram adolescentes ou jovens neste período de redemocratização e vivenciaram um pouco mais esta época que a época da ditadura. Andréa lembra os nomes de políticos que fizeram parte do cenário da transição democrática.

“Mas, mais forte o processo do Figueiredo até a transição pro Tancredo e toda aquela coisa, né, assim. Eu lembro muito o Ulisses Guimarães, na época também. São, são alguns nomes que ficam e o processo da morte do Tancredo, veio o Sarney. Então essas coisas todas são mais vivas, assim. Da imagem de televisão e tal a gente guarda. E do processo em si, né, de ir até a luta pelas diretas, né. Então fica, é, é, são coisas meio desconectas, meio soltas assim, mas são as imagens que eu tenho do processo. Eu acho que seria isso” (Andréa).

Inesita lembra a Campanha pelas eleições diretas para presidente - “Diretas Já” - que conquista as ruas em fins de 1983 e inícios de 1984 - e que marca a fase final da ditadura militar. Ela aponta ainda alguns fatos do período democrático, como por exemplo, a conquista do voto direto para presidente em 1989 e o plebiscito, ocorrido em abril de 1993 para definir a forma de governo do país (República ou Monarquia Constitucional) e o sistema de governo (Parlamentarismo ou Presidencialismo) de governo do país. Todas estes eventos que ela viveu diretamente.

“Primeiro é que teve aquelas eleições diretas, né. “Diretas já” que a gente teve um presidente daí, né. E o regime escolhido foi república, é isso? É então o pessoal escolheu presidencialismo, né. Então acho que daí, de lá pra cá, a gente já tem mais ou menos uma idéia, né. A gente já tava grandinho. Daí as pessoas também tiveram direito ao voto, né, que nós não votávamos, né, a população toda” (Inesita).

Sara, lembra também a campanha pelas “Diretas Já” e chega a relatar o dia da eleição de Tancredo, que foi realizada pelo Congresso Nacional e transmitida em cadeia nacional pela televisão.

“Das diretas. Eu lembro assim, muito bem o dia, não tinha muita consciência disso, né, foi em 88 [sic], as diretas. É, não, 88 [sic]? Eu lembro assim do dia, no Congresso lá todo mundo reunido. E eu torcia não sei por que, pro Tancredo Neves. E daí ele ganhou e tal e tal, então. Aí depois teve todo aquele processo das diretas, né, que foi um movimento assim, muito, foi importantíssimo pra a redemocratização do país, né. Muitas pessoas aí próximas, companheiros que é participaram desse processo de luta pelas diretas e tal. Eu ainda não, né. Eu ainda tava meio fora ainda, né, tava começando realmente, né. Talvez percebia algumas coisas assim, mas muito superficialmente ainda, né” (Sara).

Vamos nos dando conta de que a memória, por ter muito mais elementos do presente, contribui para que, grande parte das lembranças consideradas por eles mais significativas, refira-se àquelas que foram vividas por eles no período de transição como a luta pelo fim da ditadura, o movimento das diretas já e o impeachment de Collor. Claramente, estamos diante de uma memória política que se configura dentro do dilema ditadura-democracia:

“Olha, pra ser sincero, que eu possa marcar mesmo, né, acho que é mais o fim da ditadura, né, a luta que aí eu me envolvi, de certa forma, que era a luta pelas diretas, né, que foi exatamente o momento da abertura democrática no país, que era um combate político, né, pelas diretas, que foi o momento que eu participei, né. É mais o que chama a atenção também é a própria garra do pessoal da época que manteve, né, a esperança e a vontade de lutar contra a

ditadura que fez com a gente chegasse comemorar as diretas, mesmo que as diretas foi dado um golpe, né, através do colégio eleitoral, mas foi uma vitória da classe trabalhadora, com certeza” (José).

O processo de redemocratização é analisado criticamente pelos entrevistados. Anderson, por exemplo, diferentemente dos que atribuem o fim da ditadura a uma conquista da classe trabalhadora ou do povo brasileiro, afirma enfaticamente que foi mais uma concessão do que uma conquista:

“Agora existe uma diferença básica entre conquista e concessão, né. É, o regime militar já tava numa, num decrescente. Não tinha mais como continuar. Já tava ficando insustentável e eles mesmo identificavam isso e viam a necessidade de haver uma transição. Paralelo a isso, houve algumas coisas boas, como o movimento das “Diretas já”, né, que talvez, foi um grande movimento nacional como há muito não se via, né, de participação popular e de conscientização da população da necessidade de voltar a democracia no país. É, mas, na verdade não foi uma conquista, né, naquele período, foi uma concessão, tanto é uma concessão que eles continuam fortemente é, e politicamente atuando no país, né, os mesmos, né. E, se for ver os ministros que tavam naquela época foram logo depois da abertura, os grandes políticos no momento posterior, né. Continuavam ministeriáveis, continuavam no Senado, continuavam no Congresso, né, quer dizer não se mudou muito politicamente, né. (...) Então não foi uma conquista, né. Conquista é o que impõe uma mudança, né, se coloca um, há uma ruptura. E não houve essa ruptura de certa forma, houve um processo de concessão, né, pra, de certa forma, em continuísmo, né, justamente pra não se questionar e não, e não se aproveitar aquele momento e crescer politicamente” (Anderson).

Armando, por sua vez, reconhece as mudanças provocadas pela democratização, mas questiona que a ditadura cumpriu um papel de estabelecer as bases do desenvolvimento capitalista que se acirra no neoliberalismo que vivemos hoje, e que segundo ele, é uma ditadura econômica. Ele também acredita que o fim das ditaduras da América Latina se deve ao fato delas chegarem ao término do seu ciclo:

“A democratização, ela tem já uma mudança, se você fizer um paralelo, como eu falei pra você da questão de você ter uma ditadura de pensamento, de idéias, né, de você reprimir a força, quando ela começou a mudar a característica para uma ditadura econômica, né. Então a abertura, legal, pode deixa eles falarem o que eles quiserem, né. Deixa eles falarem o que quiserem, porque os rumos que permeavam, que permeiam a sociedade, que passam por dentro da sociedade, as bases foram, digamos do neoliberalismo, do capitalismo já estavam ali, né. A ditadura cumpriu o papel, né. Até mesmo acho que as ditaduras sul-americanas, por ter sido mais no final do processo a nível mundial e tudo mais, né, elas acabaram tendo uma conotação mesmo já quase de final de ciclo. A partir do momento que você pega aí a década de 80, entre o milagre econômico, num sei o quê e tal, você muda o foco, né. O país deixa de ser, é, extremamente, ele se abre pro mercado, ele se expõe, né. Então acho que a ditadura ela preparou, né, talvez não como tivesse, quem estava agindo tivesse esse sentido, mas ela preparou para que não houvesse rejeição às mudanças posteriores, né” (Armando).

Ele lembra também o movimento dos “caras pintadas”, que para ele foi um movimento mais festivo e, julga que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira foram muito mais o resultado de um consenso:

“Se você pegar, surgiu um movimento muito mais festivo, depois foi os caras pintadas, na questão do Collor, né. O Collor só criou aquela comoção popular tudo, mais, em função de aberrações de corrupção, que é uma mudança de percentual. Na ditadura aconteceram aberrações com relação à corrupção e nem por isso foram apuradas. Há uma mudança na sociedade? Há e tal, mas foi uma coisa muito mais consentida, de consenso dentro da sociedade, né. A OAB próxima e tal. Então hoje você tem a, com a liberalização da economia como um todo você tira um pouco do poder da questão política. Hoje o poder político, ele não tinha a força que o poder político tinha na época. Então, hoje você, a gente pode falar, mas hoje você tem a política do país calcada na política internacional, ancorada numa política internacional. Eu acho que hoje você tem muito mais dependente de uma política internacional. Então hoje o poder político ele é muito mais, né. Ele é menor do que se tinha na época da ditadura” (Armando).

Fabíola, por exemplo, lembra da primeira campanha eleitoral para presidente, depois da ditadura militar que foi no ano de 1989 e enfatiza toda a mobilização política gerada nesta época.

“Ó, eu , eu, o período mais forte político que eu vivi, que eu ainda era adolescente foi o período de eleição de 89. Aí , eu me lembro, que, na época eu morava na Bahia então o Lula passou lá com a caravana. Então tinha aquela, aquela questão do povo na rua que, pra mim, foi mais marcante. Que hoje também a gente vê que tá, até que teve isso depois da eleição de Lula, o povo foi pra rua. Mas assim, não existe aquela característica de luta mesmo, entendeu? Quer dizer, as pessoas vão pra luta num, num, num período, num dia e voltam para casa. Então não existe é, e acabou. Não existe uma vivência diária da militância como existia naquele período. Mas assim, é, esse processo de democratização pra mim, tem muito é, uma certa esperança com a participação popular, mas eu acho que ainda é pouco, porque a gente precisa de um Brasil de, de luta social ainda pra os problemas sociais que a gente enfrenta. Então eu acho que há essa, essa ida pra rua da população a partir da abertura só que essa, essa ida não significa uma participação efetiva, inclusive, dos próprios movimentos sociais e dos movimentos sociais, é, eu acho que começa um processo que é muito de luta específica na sua área. Então os movimentos não se encontram. Então o movimento de mulher, que luta pela questão da mulher. O movimento de terra que luta pela questão da terra e não há um encontro pra uma luta coletiva, pra uma vida é, mais digna, né, da sociedade brasileira” (Fabíola).

Esse período apontado por Fabíola foi de intensa mobilização política, principalmente porque, após vinte e cinco anos, se consolidaria a primeira eleição direta para presidente da República. Nesse sentido, a campanha de 89 vislumbrava as expectativas do eleitorado, das lideranças políticas e da própria imprensa em torno da escolha de um governo que, sendo legitimado pelas urnas, poderia promover as mudanças que a sociedade tanto esperava (Franceschini, 2003).

Cabe ressaltar que, segundo Franceschini (2003), essas mobilizações ocupam um lugar na memória do brasileiro que hoje é adulto, especialmente porque houve uma repercussão extremamente midiática com relação a esse período, que foi de novembro de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello, até o seu impeachment, em 1992. Para este autor, que estudou a memória do governo Collor nas páginas do jornal “O Globo”:

“a memória que compartilhamos desses fatos vem em grande parte dos relatos ou versões que acompanhamos na época pelos jornais, rádios e TVs. Para a

maioria das pessoas, o noticiário da época é uma das principais bases de constituição dessa memória. Pela cobertura da imprensa, construímos representações de marajás e descamisados, colloridos⁷⁷ e caras-pintadas. Foi nos jornais, rádios e TVs que aprendemos a identificar os grupos por esses nomes” (Franceschini, 2003).

Nesse sentido, as gerações atuais estão sendo muito mais submetidas aos efeitos da mídia global a ponto da mesma ser apontada, como ressalta Franceschini:

“Como um dos principais lugares de memória. O papel que antes cabia à história vem em parte sendo exercido, no tecido das sociedades industriais, pelos meios de comunicação social, que hoje em dia formam um espaço dos mais importantes para o trabalho das representações sociais. Nos séculos XX e XXI, a mídia vem ocupando uma posição institucional que confere aos órgãos de imprensa o direito de produzir enunciados sobre a realidade social que acabam sendo aceitos pelo consenso” (Franceschini, 2003).

Esse efeito midiático é apontado por Armando quando diz que “o Collor só criou aquela comoção popular” e, reconhecendo que a sociedade passou por mudanças, ele critica que estas foram provocadas pelo consenso “*Há uma mudança na sociedade? Há e tal, mas foi uma coisa muito mais consentida, de consenso dentro da sociedade, né*” (Armando). Consenso este produzido pela realidade social criada pela mídia, que acaba sendo acatado pela sociedade brasileira como um todo. Com base nas afirmações de Franceschini, podemos dizer que a memória social, presente nos discursos produzidos pela imprensa, no caso do período das Diretas Já e das mobilizações pelo impeachment de Collor – marcantes para o processo de redemocratização do país - coincide com aquela construída pela população brasileira. Por isso mesmo, nos chama a atenção a crítica que as

⁷⁷ O “II” (a letra l duplicada) grifada foi destacada pelo próprio autor, pois este era o símbolo do presidente Fernando Collor.

lideranças comunitárias e sindicais fazem desse período. Há, pois, elementos que vão além da memória social, que a nosso ver, demonstra a importância da memória política construída por aquelas pessoas engajadas politicamente.

Não faltam, pois, em suas memórias, a crítica ao processo de redemocratização e à própria democracia, que sofre muita manipulação ideológica, sobretudo por meio da mídia, como reforça Emerson:

“Ah, eu acho que ainda nós não tamo vivendo um processo democrático ainda, né. Eu acho que, que ainda há resquícios. Olha, o processo democrático em si mesmo, na verdade ele, quer dizer, que eu vejo é assim, que ele é muito feito na massa de manobra, né. Eu acho que o processo em si da democracia no país, ela foi mais feita pelo interesse de algumas, de algumas lideranças políticas, né, e eu acho que ainda temos muito a avançar na democracia, temos muito, né, porque democracia pra mim é acesso e só ter direito a falar não quer dizer muita coisa. Então, acho que foi uma democracia cerceada, uma democracia, meia democracia e meia democracia não é democracia. Então acho que, é, foi muito mais assim preocupado com a, nesse período foi muito mais preocupado com a crítica internacional, se tentou fazer isso preocupado com a crítica nacional, claro que foi, se esse processo foi tentado também é porque tinha muitas lideranças, né, o povo, essa parcela da população tava exigindo isso porque acho que chegou um período que a ditadura já não era mais, já não era mais aquilo que a população acreditava naquele momento ali. Então eu acho que a ditadura se perdeu pra ela mesma. Então eu acho que a democracia é uma meia democracia ainda e foi uma meia democracia. Tudo se tentou fazer pela televisão, né, acho que tem que avançar muito ainda da repressão” (Emerson).

E no que se refere à democracia, Eliana diz que ainda falta muito para uma verdadeira democracia, para que o povo brasileiro tenha de fato a democracia como um valor e, nesse sentido, ela questiona que toda a mobilização em torno da campanha pelas diretas foi fomentada muito mais pelas elites do que pela população em geral:

“Eu acho que falta muito. Eu acho que falta muito, porque é assim, apesar de ter muita gente na rua naquele momento, eu acho ainda que foi um momento de muitos intelectuais e de pouco do povo. Eu me refiro às diretas. E eu me refiro à valorização da democracia. É como assim, é, uma vez diziam que o PT, tinha, é, a elite que mandava, né. Tinha a elite de pensamento, que era o

pessoal da universidade, da academia que mandava. E eu penso isso. É, eu acho que assim, olha, acho que assim, nós tivemos as comunidades eclesiais de base, é, nós tivemos o surgimento de outros sindicatos, nós tivemos o surgimento de várias centrais sindicais. É, enfim, o MST, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, e enfim, uma série de movimentos, as organizações dos bairros, as associações e tal. E acho que faltou liderança nesse país, pra levar, assim, pra essa luta maior. E essa concepção maior de ter a democracia como um valor de fato. Porque a democracia é muito além de votar. É, acompanhar, eu votei, eu vou acompanhar o mandato daquela pessoa, né. Então eu acho que, é, sem querer desvalorizar o momento que a gente vive, sem querer, mas eu acho que se a gente tivesse mais povo acreditando nesses valores, acreditando na importância da democracia, defendendo a democracia como um valor dessa sociedade, da sociedade brasileira, hoje o Lula não faria um governo tão ruim quanto ele faz, sabe” (Eliaana).

Ela afirma que o povo brasileiro não tem enraizado que a democracia é um valor e que a ditadura foi responsável por toda essa exclusão social que se vive hoje no Brasil e, apesar de valorizar muito a organização e luta dos movimentos sociais, faz uma crítica aos próprios movimentos por não terem trabalhado mais os valores democráticos:

“Então, hoje eu vejo assim ó, nós não temos enraizado no povo brasileiro, que a democracia é um valor, que a gente não pode abrir mão. Que a ditadura foi um momento ruim, que foi um momento de escuridão, de falta de transparência política, financeira. Que traz hoje imensos prejuízos sociais, econômicos. Que ela, ela aumentou a exclusão social, que ela botou gente pra fora do país, né. Que hoje quem ainda procura ir embora, é por conta também disso, é um reflexo ainda. Enfim, nós não temos enraizado. Porque é assim, acho que os nossos movimentos, apesar de toda sua grandeza, de todo seu valor, não trabalhou isso, e não conseguiu dar conta dessa tarefa. Porque talvez, pela necessidade de trabalhar o imediato, esquece isso” (Eliaana).

Vitor concorda que ainda falta muito a fazer para se consolidar a democracia, destaca o surgimento de muitos movimentos sociais no período da transição e, ao contrário de outros entrevistados, entende que as mobilizações em favor das diretas demonstraram resistência contra o regime militar e contribuíram para o fim da ditadura:

“Houve sim uma passagem da ditadura pra esse regime, mas que falta muita coisa ainda pra se colocar em prática. Eu destacaria a liberdade de expressão, acho que é uma, o surgimento de vários movimentos sociais, eu destacaria, é, que culminou exatamente com essa transformação, com o fim, inclusive, foi que, as eleições das diretas é um e fundamentalmente a resistência. Isso aqui pra mim, na minha opinião, é uma das coisas que mais a gente deve ter em mente. Resistência naquele período pra lutar contra o fim e resistência no momento de transição e, nos dias de hoje, resistência pra não deixar perder o pouco que foi conquistado, que eu acho que ainda falta muito. Na minha opinião talvez o regime é que tá longe ainda nesse país de se colocar em prática, mas sem dúvida nenhuma que o melhor regime, sem dúvida nenhuma que seria o socialismo, né, onde daria sim, cê teria um pouco mais de divisão, distribuição de renda, né, liberdade. Então eu destacaria sem dúvida nenhuma são esses pontos eu destacaria” (Vitor).

Luciara reforça esse papel de organização dos movimentos sociais e destaca como isso contribuiu para o processo de democratização:

“Eu acho que a própria retomada do movimento popular, depois de todo o processo de dor, de sofrimento ainda teve os corajosos que retomaram. Então eu acho que essa retomada faz com que o processo, é, a própria diretas já, a questão mesmo do, dos impeachments que ocorreram. Então são tudo momentos pós-ditadura que foi tendo através do trabalho da organização popular, que foi se, foi se levantando novamente esta perspectiva, essa vontade, essa, né, que leva então a essa democratização, né. Hoje é, nós podemos votar, né, quer dizer, é uma coisa que foi um dos grandes avanços também: o voto. A própria, a própria presidência hoje, né, uma presidência democrática, participativa. Os diversos governos conquistados nos diversos cantos do país. Eu acho que são governos populares mesmo, que surgiram da base, de pessoas que sentiram na pele muito desse período da ditadura. E que hoje estão aí dentro do movimento popular não só no movimento popular, mas no partido político, no sindicato, né, atuando de alguma forma. Então são sinais de democratização que foram surgindo, né, com a escolha e a partilha do povo” (Luciara).

Emerson, por sua vez, embora se posicione de maneira bem crítica, também reconhece a importância dos movimentos sociais no processo de redemocratização e afirma que os movimentos fizeram aquilo que era possível naquela conjuntura, mas também afirma que ainda falta muito para avançar na democracia:

“Com certeza, o movimento social foi importante, por mais que essa meia democracia foi feita, mas houve um esforço tremendo do movimento social, houve um esforço tremendo. Eu não tenho dúvida que as pessoas que tinham em mente a democracia, que queriam essa abertura queriam o melhor para o Brasil, queriam o melhor pra população. Eu não tenho dúvida disso, agora, é, pra sair de uma ditadura e ir pra um processo democrático não vai ser assim, não é assim, não é de um estalo, né, não é. Pra mim o que eu consigo perceber é que naquele momento a democracia interessava muito mais por causa da eleição por isso que é um processo equivocado. Mas que a visão das lideranças naquele período era a melhor visão possível, era, e foi feito aquilo que era possível fazer diante do histórico que a gente tava vivendo no país. Não tinha, talvez não tivesse outra maneira, se não fizesse aquilo a ditadura poderia continuar, o processo continuaria fechado. Então acho que isso é uma coisa que tem que ser valorizada, com certeza, e as lideranças que viviam num momento e até hoje vivem queriam o melhor para o país. Eu acho que a gente tem avançado, mas ainda falta muito, mas a gente tem avançado, né, tem avançado. Temo tentado democratizar o meio de comunicação, temo tentado democratizar a política partidária, eleitoral, temos tentado democratizar. Vamos ver se conseguimos avançar mais ainda” (Emerson).

Luciara, reconhece a fragmentação dos movimentos populares, mas não deixa de destacar que, se não fosse os movimentos populares, a sociedade brasileira não teria chegado à democracia. Além disso, expressa, com muita emoção, a energia, a garra, a vontade de lutar e o desejo de mudança que está vivo no interior desses movimentos, especialmente das Comunidades Eclesiais de Base da qual faz parte.

“Com toda essa fragmentação que eu te falei, né, sobre eles (os movimentos), eu acho que se não fosse os movimentos populares nós não estaríamos no patamar que nós estamos hoje no país. Que é esse patamar de esperança, de vontade de mudar, de acreditar, né, e eu acredito que é, junto a esses movimentos que eu consigo ver essa, ver perspectiva, ver horizonte, né. Então mesmo com toda essa, essa, esse rebaixamento que teve em alguns momentos aí, eu acho que ele, ele contribuiu e muito, o movimento social nesse sentido, né. É uma pena, eu gostaria muito de ver novamente o povo na rua. Isso era, é um dos sonhos assim, de ver realmente o povo na rua de novo, acreditando, se organizando em conjunto, né, fazendo realmente o país ir pra frente através desse, desse balanço é, alegre, feliz. Porque a gente, é uma das coisas que mais me, me anima na caminhada é que o povo que participa dos movimentos populares, que participa das Comunidades de Base é um povo que é feliz,

naquilo que faz. E faz com convicção, né. Então todas as pessoas que hoje estão dentro de um movimento social e, principalmente das comunidades eclesiais de base são pessoas que sentem uma energia muito grande. E isso impulsiona pra luta, né. E isso faz você não ter medo, não ter insegurança. Você sabe que tem alguém do teu lado, que tá junto, que tem a mesma garra, que tem a mesma vontade, né” (Luciara).

Notamos que os entrevistados, ao reconstruírem esse passado, refletiram criticamente sobre o papel dos movimentos sociais na sociedade brasileira, questionando os acontecimentos ocorridos na ditadura e no processo de redemocratização, identificando as seqüelas produzidas pela repressão política e, ao mesmo tempo, encontrando nas experiências políticas passadas uma conexão com os acontecimentos do presente, especialmente no que diz respeito à democracia em que vivemos hoje.

Desta feita, eles trazem à luz um passado construído por **memórias esquecidas**, ou seja, **memórias não contadas** pelas narrativas oficiais, mas que passa a ser contada, agora, por eles mesmos como uma **memória política de resistência** que os potencializa a continuar a luta contra o autoritarismo político, a dominação e a injustiça em busca de uma sociedade que de fato seja justa e democrática.

CAPITULO VII

Memória Política: As Interfaces entre Memória Coletiva e Consciência Política

“A memória é, sobretudo, política, se se entende por política um jogo de forças que transformam a realidade: com efeito, a memória é mais um quadro do que um conteúdo; é um significado sempre aberto, um conjunto de estratégias, uma presença que vale menos por aquilo que é do que por aquilo que dela se faz”.

Pierre Nora⁷⁸

Alguns elementos da consciência política foram vislumbrados nos capítulos anteriores, no entanto, é neste capítulo, que pretendemos analisar de maneira mais aprofundada a relação que existe entre a memória coletiva e a consciência política, especialmente das lideranças sindicais e comunitárias que entrevistamos.

Cabe ressaltar que, ao analisar a memória coletiva da ditadura buscando as interfaces com a consciência política, fomos, pouco a pouco, delineando o que ora denominamos *memória política*. Evidentemente, não é o fato de existir uma memória coletiva da ditadura que garante a existência de uma memória política. Não obstante, são os elementos presentes na construção desse passado da ditadura, com suas re-significações, crenças e valores, símbolos, idéias e posicionamentos políticos que vão indicando o caráter político dessa memória. É evidente também que se realizássemos um estudo da memória política da população brasileira em geral, não seria somente o passado da ditadura que faria parte dessa reconstrução, talvez nem o fizesse. Entretanto, o caráter particular na análise

desta memória é o fato de encontrarmos uma memória política, a partir do estudo de um período político específico, como é a ditadura militar brasileira.

O fundamental é poder perceber como a memória coletiva se converte numa memória política, já que entendemos que toda memória política é coletiva, mas nem toda memória coletiva é política. O que, então, diferencia a memória coletiva de uma memória política?

Tentaremos fazer essa diferenciação através das nossas análises procurando sistematizar o conjunto das lembranças mais significativas e os destaques que apareceram nos discursos dos entrevistados, tendo em vista analisá-los, considerando as sete dimensões da consciência política apontadas no modelo teórico de Sandoval (1994; 2001) que apresentamos no segundo capítulo. Para isso, estabelecemos três eixos de análise a fim de compreender os múltiplos significados presentes nesses discursos que configuram a “*memória política da ditadura militar no Brasil*”.

No primeiro eixo, estabelecemos a relação entre as *histórias contadas* por familiares, amigos ou militantes que viveram a época da ditadura e as *lembranças dos entrevistados* (as vividas e não vividas), ou seja, tentando perceber como se dá a reconstrução dos fatos e acontecimentos do período a partir do intercâmbio de experiências com os atores que vivenciaram o período.

No segundo eixo, procuramos perceber a relação que existe entre a *militância política* – considerando a participação política dos entrevistados em sindicatos, comunidades, movimentos sociais e partidos políticos – e o conhecimento que têm da ditadura, que refere-se às *tramas da memória coletiva*, expressa através de alguns discursos que descrevemos no Capítulo V e das *lembranças dos entrevistados* descritas no

⁷⁸ Les Lieux de la Mémoire.

primeiro eixo que inclui o que os entrevistados sabem da ditadura, os destaques do período e as lembranças significativas.

E no terceiro eixo, procuramos perceber se o contato que eles tiveram com pessoas (familiares, amigos e militantes), que vivenciaram e/ou militaram no período na ditadura, produziu algum tipo de impacto pessoal ou político na construção da memória política.

1. Histórias contadas x Lembranças dos entrevistados

Neste primeiro eixo, relacionamos as **histórias contadas** pelas pessoas que viveram a ditadura com as **lembranças dos entrevistados** (vivas ou não vividas por eles) – principalmente no que se refere aos destaques que eles deram ao período e às lembranças que foram significativas para eles.

Tratamos de analisar aqui a reconstrução dos fatos e acontecimentos do período que esses sujeitos fazem a partir do intercâmbio de experiências com os atores que vivenciaram o período.

Cabe aqui uma distinção entre a **lembrança viva pelas testemunhas** e as **lembranças construídas a partir das experiências contadas**. O grupo que vive diretamente um fato recorda por meio da seleção de um conjunto de representações sociais que ele organiza, de maneira idiossincrática, **a partir das identificações com seus grupos de pertença, seus valores e crenças, seus significados**, enquanto que os grupos que não viveram os fatos diretamente, recordam a partir das suas identificações **com aquilo que é contado por outras gerações**, ou seja, ressignificando aquele passado a partir das suas experiências do presente. A identificação com a dor e o sofrimento daqueles que lutaram e

se organizaram contra a repressão provocam sentimentos de injustiça, indignação e revolta que podem impulsionar a ação política.

Nesse sentido, a memória coletiva não é nem “reprodução”, nem pura “representação”, mas, como nos aponta Halbwachs (1992), se ancora nas “representações coletivas” presentes nas sociedades e nos grupos para reconstruir o passado com os significados do presente, passando, portanto, por constantes processos de ressignificação.

Embora alguns dos entrevistados afirmam que não tiveram contato com pessoas que viveram aquela época, a maioria deles teve algum tipo de contato ou com pessoas mais próximas, como familiares e amigos ou com militantes que viveram aquela época ou atuaram na época. Inclusive uma grande parte desses contatos se deram no interior dos movimentos em que eles participam.

Não foram muitos os contatos com não militantes, entretanto, a maioria dos não militantes com os quais tiveram contato foram seus próprios familiares que, segundo eles, eram desinformados sobre o assunto ou ainda negavam os acontecimentos. Alguns apontam amigos que viveram a época e que contam que foram perseguidos.

“Conheço, conheço muitas. É, e não só dentro do sindicato, assim. Isso eu conheço é, já assim, é, alguns familiares, mais distantes meus, é, chegavam a relatar que eles tinham amigos, que foram perseguidos. E isso também eu escutava, minha família negava, e eu escutava, eu selecionava e eu ia atrás” (Eliana).

Eles também tiveram contato com não-militantes que sofreram perseguições e com não militantes que se acovardaram por medo da repressão do período.

“E, é hoje eu conheço muita gente próxima de mim, que fugiu muito dos militares, da perseguição policial dos militares, né, que saía de uma cidade pra outra, que abandonou a família, que inclusive chegou a ser presa, né.

Conheço sim. Hoje eu conheço muitas pessoas. (...) E conheço as pessoas que também passaram pelo processo e nunca se manifestaram e confessam que tinham medo. Porque elas sabiam de histórias de amigos, né. Então assim, eu tenho pessoas das minhas relações que também relata isso, que na época foi covarde, né, as pessoas se intitulam assim, né” (Eliana).

E eu acredito assim que a própria, muito em casa a gente ouvia também meu pai falava muito, na comunidade, o padre que a gente participa aqui era um padre muito atuante, então muitas vezes dele retomar e contar situações vivenciadas na ditadura, né, através de depoimentos” (Luciara).

Outros se referem a familiares que viviam alheios aos acontecimentos:

“Sim, o meu avô, a minha mãe, mas minha mãe era bem criança ainda, mas ela se lembra de muita coisa” (Ciça).

“Não. Meus pais moravam no interior, né. Então até eu cheguei a perguntar pra minha mãe assim, algumas coisas, mas é, eles não tinham ligação. Ela dizia que tinha um tio dela que morava na cidade, lá no Rio Grande do Sul e ele sempre vinha na casa deles, né, que era tio dela e falava algumas coisas assim, mas ela, também, não. Ela é de 1931, quer dizer, ela tinha uma idade já adulta né, mas não, né, a pessoa morava no interior, não tinha muita instrução, ficava, né. Vivia naquele mundinho ali e o que eles sabiam era de alguém que trazia de fora, assim né” (Sara)

Com relação ao contato com militantes, quase todos os entrevistados disseram ter tido algum tipo de contato, sejam amigos, sindicalistas ou militantes de partidos ou movimentos sociais.

“Agora, aqui no sindicato sim. Nós temos, inclusive nosso assessor político, ele é um ex-exilado, né, dessa época que é o Quincas, Manoel Cação, ele é um que vivenciou, de fato, esse movimento, participou, inclusive de lutas, manifestações, né, nessa época” (Vitor).

“Tem algumas pessoas que a gente tem assim como nossos antecessores aqui no sindicato, que preside, o próprio Serginho. São pessoas que a gente conhece que passaram por esse período. Conhecidos sim, né, que atuaram na época, que tiveram uma história. Não só no sindicalismo bancário, como em

outros movimentos sindicais, tem pessoas que eu conheço. Conheci bem da história deles, né” (Armando).

“Na época. Olha. Eu, eu conheço, tenho amigos, amigos que viveram nessa época, né, amigos e companheiros aqui da militância. Nós temos aqui na categoria bancária que milita aqui conosco, um companheiro que foi, é Oliver Simione, né, ele era do partido comunista e era advogado e ajudou muita gente. É, além dele teve mais companheiros, os companheiros que passaram por aqui, que foram cassados, que eram dirigentes do sindicato e que foram cassados. Então, a gente tem uma relação com todo esses, essas pessoas que eram diretoria, cassados, presas pela polícia federal, que teve sua vida vasculhada. Não pegou o AI-5, mas tem, eu tive também uma, uma amiga, quer dizer, eu tenho uma amiga que a família dela, quer dizer, o pai teve que, casou-se num outro país e teve um filho” (Edílson).

“Tenho, tenho bastante contato ainda hoje. Já tive com outras pessoas, inclusive pessoas que foram presas, torturadas, sofreram processo até hoje tenho relações” (José).

“É, eu tenho alguns contatos, né. Muitas pessoas que ficaram exiladas, outras pessoas que chegaram até ser presa, tomar choque, inclusive aqui no sindicato mesmo nós temos pessoas que na época da ditadura chegou a ser preso, né, não ficou muito tempo, mas chegou a ser preso pelo DOPS, né. É, chegou a ir pro DOPS, tudo. E tem pessoas também que chegou a tomar choque mesmo, ficou até seqüela. Conheço algumas pessoas” (Vilibaldo).

“Eu conheço pessoas, eu conheço pessoas que hoje ainda estão atuando, né. A Ligia Mendonça, que foi uma presa política, o seu França, que é um militante político que atua nas Comunidades de Base, que atua nos Conselhos de Saúde, eu conheço, conheço um advogado Cláudio Ribeiro, que foi preso político. Eu conheço pessoas que estão num envolvimento hoje com o partido (ele se refere ao PT), que tão no movimento social que, essas pessoas eu conheço, mas assim, conheço elas porque são do movimento, mas não tenho nenhuma proximidade com pessoas que foram presas políticas ou que viveram nesse período, né, conheço, conheço essas pessoas. As pessoas que eu mais tenho contato hoje são pessoas que pegaram o finalzinho da ditadura, já não viveram esse processo. As pessoas que eu tenho hoje convivência, que eu discuto politicamente, que eu convivo, que vem na minha casa, que eu vou na casa delas, essas pessoas pegaram o finalzinho da ditadura” (Emerson).

“Eu conheço muitas lideranças que participaram e que tiveram atuando no período, né, é, se organizando, já ouvi muitos depoimentos de pessoas nas comunidades. Hoje eu não saberia te citar nomes porque a gente vê isso muito nos encontros, né, mas muitos depoimentos de pessoas que precisaram se

exilar, né, do país. É, outras que tiveram seqüelas mesmo, por causa disso. Tiveram assim momentos de depressão, né. Então assim, depoimentos que a gente ouve” (Luciara).

“Sim. Mas não envolvida na parte de enfrentamentos assim, não. Eu passei a ter contato há pouco tempo atrás, tem um ano e meio que eu namoro com a atual pessoa que eu tô e o tio dele vivenciou muito de perto, a fundação de Partido Comunista e tal. Então, através dele, eu já ouvi muitas histórias, né, porque ele foi preso e tal. Então, é a pessoa que eu tenho contato atualmente. Então é assim, encontro as pessoas do movimento que são mais antigas e que contam algumas coisas também, né” (Andréa).

Ora, e o que contam essas pessoas e esses militantes que viveram diretamente o período da ditadura militar?

1.1. Histórias contadas pelas testemunhas

Apresentamos a seguir alguns aspectos evidenciados nos discursos das lideranças sindicais e comunitárias, com respeito àquilo que lhes contam as pessoas que vivenciaram a ditadura.

1.1.1. A supressão da liberdade de expressão

Eles contam que a falta de liberdade impedia qualquer tipo de expressão ou manifestação de suas opiniões contrárias ao regime:

“Elas contam que é, muitas coisas não podiam falar. Não podiam fazer, entendeu? Muitos policiais, né, na rua, né, e tal. Então. As pessoas sumiam, né. Essas coisas eles contam” (Arnaldo).

“Ah, foi mais ou menos esse relato que eu disse, né, que, simplesmente, você vê seu direito cerceado, né, por todos os lados. Você sequer pode, né, falar contra. Você já seria, você já é preso. Já, sofre ameaça sua família sofre ameaça. Você ser exilado do, do seu país, puramente, porque, só porque você não concorda com aquele sistema. Quer dizer, você, né, é uma forma de te, te punirem, injusta, né. É, foi uma época muito ruim (Ronaldo).

Contam também que qualquer reunião era considerada suspeita e, muitas vezes, as pessoas deixavam de se reunir pra discutir questões sociais porque ficavam com medo de serem reprimidas.

“É assim, é, (breve silêncio), o que elas diziam é que, às vezes, elas não tavam em atuação direta contra o regime militar, mas que elas tavam querendo, de alguma forma, discutir a sua profissão, discutir alguns direitos, seja direito da mulher. É, conheço algumas mulheres que queriam discutir a questão de gênero, a questão da discriminação financeira, né. E que ainda sim elas não tinha onde, quando elas discutiam, elas discutiam com medo. E que muitas vezes elas marcavam alguns encontros, mas que, quando elas, vamos dizer assim, elas estavam se encaminhando para o local e elas viam qualquer coisa suspeita elas já recuavam e voltavam pra casa, de medo que aquela reunião, tá, pudesse ser entendida como um ato de subversão e aí elas se acuavam, assim. Diziam, não vou me meter nisso, eu tenho filho, ou eu tenho família, eu tenho mãe, eu tenho pai doente e voltavam pra casa” (Eliana).

1.1.2. Repressão: as perseguições, as torturas e as mortes

A repressão aparece em todas as narrativas das testemunhas no qual os entrevistados enfatizam o sofrimento, as perseguições, os exílios, as torturas, as mortes:

“Que foi uma época onde se sofreu muito, onde tiveram muitas mortes, que foi, inclusive quando surgiu a vala comum. Essa parte assim das mortes. Muita repressão” (Ciça).

“É, ela conta que na verdade, eu não sei dizer a história toda, que, porque assim, eles prendiam as pessoas, né, e davam choque pra as pessoas entregar as outras pessoas e ela conta muito, né, que teve pessoas que chegou, inclusive até morrer, mas não dedurou as outras pessoas. E essa pessoa ela, assim ela conta, inclusive que teve pessoas da época que sumiram e ninguém sabe até hoje aonde foi parar e que pessoas que tá hoje, inclusive no governo também foi reprimida” (Vilibaldo).

“Muito a questão das prisões assim arbitrárias, né. Achavam motivos para que eles fossem interrogados. Tem um senhor que eu achei muito interessante a história dele. Na época ele era portuário, não sei se foi 63 ou 65. Ele foi preso, ficou anos na prisão, depois foi liberado tal. Quer dizer, motivo aparente assim, por participar de movimento ou por ser comunista ou por ser, entendeu. Assim uma coisa que até mesmo acho que as pessoas, os soldados, as pessoas que foram instrumentos desse processo não sabiam direito o que era, não sabiam direito o que era isso. Porque tinham tanto medo, tanto receio que não sabiam exatamente.. (...) Que era a lei da obediência dentro do militar, do exercício do exército, uma coisa bastante, né” (Armando).

“Que foram momentos terríveis de muita repressão, de falta de liberdade, nenhuma democracia, né. É, momentos em que, em que realmente não se tem identidade como um cidadão, né. Você tem que ouvir e obedecer, ponto e acabou. Ao contrário disso era prisão, né, era, era tortura, então uma das muitas coisas que a gente ouviu deles é, principalmente isso, era uma extrema repressão, sabe, é chegar ao extremo mesmo em alguns casos é, é sofrimento humano, chegar ao seu limite, né, o limite máximo. É tudo de ruim, né que o ser humano poderia viver eu acho que muitos vivenciaram nesse momento, nesse período” (Vitor).

1.1.3. O trauma psicológico: o silêncio

E esta repressão provoca o trauma psicológico nas famílias que tiveram entes queridos assassinados, que tiveram que conviver com a perseguição tendo que fugir da própria cidade:

“É, é uma família que, que teve uma atuação política muito grande aqui em Belo Horizonte, né, família Mata Machado e que teve um tio é, teve, a, a

esposa desse tio, ele foi assassinado e a esposa, em função disso, passou a ter problemas psicológicos. Eles tiveram que fugir de Belo Horizonte. Então, teve toda a vivência política mesmo do período. É, basicamente é essa história que eles me contam, que ela, ela vivenciou” (Fabíola).

Em função do trauma, até hoje, muitos não querem, nem gostam de falar sobre esse passado, **silenciando-se**:

“Olha, essas pessoas, elas têm uma característica, né, elas não gostam de falar muito porque, porque foram, sofreram muito com esse processo, mas a gente sente e percebe. Por isso que eu acho que foi um processo, né, muito duro. E foi, eu fico imaginando isso e não quero que volte nunca porque essas pessoas, elas, até hoje estão com esses sinais. Eu costumo freqüentar a noite aqui nas sextas feiras pra dar uma relaxada, a gente vai num barzinho chamado Bacaxeri, lá no Bacaxeri vão muito dessas pessoas, né. Nós temos hoje um professor da rede estadual, e ele foi um preso político e um dia eu tentei conversar com ele sobre isso e ele falou ‘olha eu não consigo falar, eu não consigo falar sobre esse período, é foi um período muito duro, eu não consigo falar sobre isso, por mais que eu quisesse falar com você sobre isso, mas eu não consigo’. Aí tive acesso a esses documentários, né, tanto que seu França, Ligia, Cláudio Ribeiro são pessoas que eu tive, eles tiveram em palestras e eu tive nessas palestras acompanhando essas histórias, né, mas assim, conviver, ter a proximidade com essas pessoas eu não tenho e quando tentei, não consegui porque essas pessoas não querem falar sobre isso pelo sofrimento, né, e aí a gente tem que respeitar mesmo” (Emerson).

1.1.4. A necessidade da organização clandestina

A situação forçou estes militantes a atuarem na clandestinidade e isto é destacado por vários entrevistados:

“É, e assim como que se davam os encontros, né. Era bem clandestino, né, porque a perseguição tava ali. Então, jornais que eles tinham, panfletos, assim, de divulgação de algumas atividades ou contra mesmo a ditadura, era tudo assim muito clandestino, né. Elas contavam que chegava na rodoviária,

tudo assim né, vinha de São Paulo aí todo mundo disfarçado. Achei muito interessante assim” (Sara).

“Ah, é legal ele falando, né, das reuniões secretas que eles faziam. Ele disse que fez parte do grupo que planejou aquele seqüestro do embaixador. Então ele conta das pessoas que ele conhecia. Ele tinha muita amizade, eu esqueci o nome dele agora. Eu esqueci o nome. Mas eu não lembro o nome. É, ele é um dos fundadores do PCB, do PCB, um dos fundadores do PCB. Não é o. É o Prestes, né, que ele chegou a conhecer e ter contato com o Prestes e tem uma outra pessoa também que eu não tô lembrando o nome agora. E aí, assim, dele chegando em casa, né. E a polícia vinha tirando ele de dentro de casa, as cenas, né. A mãe em pânico, ele ficou sumido muito tempo, depois conseguiu voltar. Eram algumas das histórias que ele conta é essa. A questão da guerrilha do Araguaia, também ele conta, né” (Andréa).

“É, algumas contam assim, que elas militavam no partido comunista e que eles, é, tudo era falado com código, que tinha tanto na linguagem, quanto no gestual, né. (...) Ah, assim de, de botar peruca, de botar uma roupa diferente. É, algumas coisas assim, né, de tentar se, mudar sua aparência física ou de ficar escondido muitos dias na casa de um parente, de um amigo, né, que tinha. E eles contam umas coisas assim, que todo mundo era muito solidário. Quem era da luta, sabia o risco que o outro tava correndo. E que eles tinha uma união assim, uma solidariedade, um acolhimento, sabe. Uma coisa de saber que o risco era muito grande. Que todo mundo ia precisar de todo mundo. E que quando alguém precisasse, tava aberto a receber a pessoa na casa, esconder, dar de comer, enfim, né. E que isso era uma situação também muito humilhante, né, muito humilhante” (Eliana).

1.1.5. A manipulação política e ideológica

Eles contam que a manipulação política era tão forte que as pessoas eram capazes de entregar aqueles que atuavam contra o regime militar, tamanha era a pressão que faziam através:

- **da busca do inimigo interno**

“Por exemplo, teve uma que viveu na época, mas ela não era militante, né. Então, ela falava assim que, realmente eles faziam aquela pressão, o governo,

não sei, não sei se a mídia da época. Eles faziam uma pressão tão grande que se ela visse uma pessoa daquelas que eles mostravam no cartaz, ela seria capaz de entregar. Então depois de um tempo que ela viu e falou: Nossa! Hoje ela é militante, tudo. Então ela viveu os dois lados, né. Então hoje ela entende, mas na época a repressão era tão grande, eles faziam tanto a cabeça das pessoas que se ela visse uma daquelas pessoas que era, que tava lutando por um ideal, mas ela achava que aquela pessoa, realmente era perigosa, ela falou: se eu tivesse uma oportunidade, eu visse eu entregaria. Então, pra ver como que era uma repressão realmente, né” (Sandra).

- **da manipulação da mídia**

As informações veiculadas pela mídia eram as que predominavam:

“(...) É que na realidade, da minha família em si, como nós viemos de uma formação mais de agricultores, né. Agricultores, meu pai, meus tios. Então a gente tem contato um pouco mais com a história só do que ouvimos, mas também na mesma linha de conhecer pessoas, posteriormente, né. Então a realidade pra eles no campo, dificilmente chegava a realidade da repressão na época. Se ouvia, por exemplo pela própria censura que se passava pelos rádios, então pouco se chegava a eles, né. É, meu pai até fala, a gente notava que tinha algo estranho em dados momentos, porque chegava uma informação. Depois no jornal chegava a outra, as pessoas falavam diferenciadas, mas sempre acabava se tomando a posição pelo meio de comunicação da época, era rádio, né, depois a televisão. Mas, sempre tinha um posicionamento mais pautado pelo veículo oficial, né. Não tanto assim de, se conversava tal, mas não se tinha um conhecimento real, não se tinha um canal de comunicação pra que você visse, né” (Armando).

Observamos que na história das testemunhas se evidenciam o aspecto repressivo, traumático do regime militar e as consequências sofridas pela forte repressão política, sobretudo pelos militantes.

1.2. Repressão e Resistência nas lembranças dos entrevistados

Embora nos discursos das lideranças entrevistadas tenha aparecido a repressão, há que se perceber a ênfase dada à resistência a essa repressão. Haja vista que apontam vários destaques que expressam muito de seus sentimentos com relação aos acontecimentos do passado: tristeza, dor, indignação, sentimentos de justiça e injustiça, vontade de agir e esperança. Descrevemos, a seguir, os elementos que giram ao redor da oposição **repressão x resistência**.

1.2.1. A organização e o fortalecimento dos movimentos sociais e o cerceamento da liberdade e a violência política

Um dos primeiros aspectos que chama a nossa atenção é a relação entre repressão e resistência apontada pelas lideranças, que reflete a forte correlação de forças que existia na época da ditadura que, de alguma maneira, estavam polarizadas na sociedade brasileira: de um lado a organização e fortalecimento dos movimentos sociais que manteve e mantém a esperança na organização popular e de outro o cerceamento da liberdade e a violência política que deixaram cicatrizes profundas, conforme vemos nos seus discursos.

“Eu, é, eu acho que é isso. A organização, né, ao fortalecimento dos movimentos sociais como ponto positivo, né. E a maior atrocidade mesmo, eu acho que é o cerceamento da liberdade e a tortura, assim. Fazendo dois paralelos. Eu acho que o fortalecimento dos movimentos sociais é uma coisa muito legal e, por outro lado, o cerceamento da liberdade e o processo de violência física, né. Por isso. É o que tem mais forte na memória” (Andréa).

“Eu diria assim que foi um período de muita, muita dor, de muita tristeza. Mas que por mais que ocorreram tudo isso jamais mataram a esperança do povo. Acho que essa é uma das coisas assim, que marca, né, a esperança vence em

todos os momentos, e principalmente em momentos como esse da ditadura. Com tantas pessoas que perderam suas vidas, que ficaram com seqüelas mesmo. Pessoas que precisaram ir embora, né, que hoje não estão mais no país, por causa disso, mas que deixaram marcas de resistência. Eu acho que eu teria isso como marco da ditadura, né. Isso dá esperança. Isso dá vontade de continuar lutando, né e a gente perceber o valor que tem a organização popular” (Luciara).

“(Silêncio). Olha, de bom, se é que tem alguma coisa boa, eu acho assim que serviu pra mostrar que, é, que assim, que a sociedade organizada, apesar de tudo o que aconteceu, ela tem um poder muito grande. Eu acredito que qualquer transformação que venha a acontecer, em qualquer circunstância, tem que ser através da organização, da sociedade organizada realmente, né. Agora, o que eu destacaria.... (Silêncio). Como, como aí não sei dizer assim, mas como que a crueldade da, da do poder assim militar, sem medir qualquer consequência, né, impondo assim, sem escrúpulo nenhum, sabe. Acho que isso é abominável” (Sara).

“A formação de um movimento das lideranças, dos movimentos sociais que até hoje atuam, né, dos sindicatos, de alguns sindicatos da CUT na década de 80, logo depois, né, a formação da CUT que foram, foi, ela foi criada por esses companheiros que viveram a época da ditadura. Então, a própria formação da CUT foi, é, acho que isso” (Ronaldo).

1.2.2. Repressão

Alguns entrevistados apontaram como destaque, especificamente a repressão da época, indicando os mecanismos utilizados pelos regime militar e as consequências deste período para o país.

a) A repressão, a violência e o abuso de poder

A repressão, imposta por meio da violência, do abuso de poder, das torturas, das mortes, dos desaparecimentos e dos exílios foram extremamente marcantes na memória dos entrevistados:

*“(Silêncio). Na minha opinião a repressão, esse que pra mim é o que mais é, se ocê pedi, se ocê falasse comigo assim, cê me dá um exemplo de ditadura, eu ia dizer de **repressão**. Nos dias de hoje me dê um exemplo, eu ia te dizer, democracia. Então, na minha opinião a repressão é uma falta de liberdade, isso, de fato é o que representa a ditadura, na minha opinião” (Vitor).*

Foi uma época de muita violência, entendeu, de desaparecimentos, entendeu. Muita revolta, entendeu. Então, muito abuso. Abuso do poder, entendeu. Então, eu destaco essas coisas, essas coisas ruins, infelizmente” (Arnaldo).

“Você não tinha liberdade, mas tinha aquelas que, aqueles meios de comunicação, que eram os incentivadores, né. Tinham né, você, a repressão mesmo no meio cultural, as torturas, as mortes, os exílios (Ronaldo).

b) A manipulação da mídia

Um dos mecanismos mais eficazes de manutenção da ditadura militar, segundo Ronaldo foi o apoio da mídia aos militares e a manipulação ideológica realizada através da mídia que encobria os acontecimentos à população.

“Ah, como é que fala, ao total apoio dos meios de comunicação aos militares. É, tanto pra encobrir certas coisas, pra não divulgar e tanto, também, pra é, você tentar maquiar uma situação. É o caso até da Copa de 70, que eles maquiaram, né. Deram ampla divulgação, é festa, e como se tudo tivesse as mil maravilhas aqui e não tava, né. Então, os meios de comunicação” (Ronaldo).

A esse respeito Coimbra (2001) afirma que os meios de comunicação de massa são até hoje “um dos responsáveis pelo fortalecimento dessa história oficial, sendo o lugar privilegiado de uma determinada memória social” (p.52).

c) O retrocesso que foi para o país, a violência e o abuso de poder

Emerson dá destaque para o atraso e retrocesso que a ditadura provocou ao Brasil. Emerson, inclusive avalia que o estrago no país foi tão grande que é irreversível, principalmente em função das consequências econômicas que repercutem até hoje e das vidas que foram *sacrificadas* durante o período.

“Olha, eu acho que é um pouco isso, esse retrocesso do país, esse andar pra trás, né, essa, esse cerceamento do modo de pensar, da cultura brasileira que foi cerceada de se expressar, do momento econômico que o Brasil viveu que foi dramático pra todos nós. Acho que até hoje nós estamos vivendo isso. Eu destacaria isso é, essa, porque esse país ele é tão grande, é tão, é tão imenso que é inaceitável, é inaceitável que um país como o nosso, o Brasil, nesse período ele andar pra trás. Ele andou pra trás e isso é uma coisa que eu acho que vai demorar séculos, séculos pra, pra gente recuperar isso. É uma perda, uma perda, acho que não tem como corrigir. Vai ser muito difícil corrigir essa perda. Não tem, não tem pagamento dos presos políticos, não tem, não tem palestras, não tem nada que vá fazer esse período ser menos drástico. Acho que esse é o destaque” (Emerson).

1.2.3. Formas de resistência

Contudo não foi só o sofrimento e a dor, provocado pela repressão que marcou esse período, nas suas memórias estão presentes as formas de resistência que floresceram contrapondo-se à repressão.

a) O movimento cultural da época

A ditadura militar pelo seu endurecimento acabou sendo um campo fértil para a cultura, principalmente a música, a poesia e arte. Foi necessária muita criatividade e

artimanhas para superar situações tão repressivas, como bem aponta Eliana: “*buscaram outras palavras e buscaram a alegria e o humor pra conseguir passar tempos tão difíceis*”.

Este trecho da fala de Eliana – que provocou muita emoção – ilustra bem a importância do movimento cultural da época:

*“O que eu dou destaque? É, eu acho que eu dou destaque ao movimento cultural da época da ditadura, né. É, que as pessoas não podiam falar tudo o que queriam, mas que de alguma forma não se deixaram oprimir pela falta de liberdade de expressão. **E buscaram outras palavras e buscaram a alegria e o humor pra conseguir passar tempos tão difíceis.** Eu acho que assim, que é uma capacidade, porque eu sempre digo que o ser humano tem um grande defeito e uma grande qualidade, que é a adaptação, né. Se a gente tivesse menos capacidade de adaptação, a gente se indignaria mais. (...) no momento da ditadura teve gente que se alienou pra se adaptar. E teve gente que resistiu e morreu e tem a sua, é, foi herói, né. E fez a sua parte na história, e tentou transformar. Agora eu vejo assim que aqueles que conseguiram passar pelo momento tão difícil, tão árduo, tão árido e ainda tiveram a capacidade de fazer poesia, de não ver sua língua cortada e seu pensamento tolhido é, de todas as formas e conseguiu se expressar. E ainda teve humor. Quando ele (se referindo a Chico Buarque) fala: A Marieta, aquela música que ele fala: ‘eu to aqui, tal, tal, tal, né, dê notícias pra Marieta’, eu fico pensando, gente! Então eu, eu, eu falo muito do Chico, né, porque assim, eu acho que é um grande poeta. Mas a gente poderia falar de outro. Mas, eu acho que eu daria destaque pra isso. Pra quem conseguiu sobreviver aquele tempo, acreditando que ia mudar, acreditando, né, **superando a possibilidade de não falarem e falando.** E ainda, de alguma forma, tendo assim, alegria pra sobreviver. Porque eu acho, que eu, não sei se eu teria essas características. Não teria tanta garra”* (Eliana) [grifos nossos].

Eliana chama a atenção para ao fato de que, enquanto parcela da população se “alienou” para superar esse período, os artistas desafiaram o poder resistindo através de outras maneiras de denunciar os acontecimentos: (...) *superando a possibilidade de não falarem e falando*”.

b) O povo que derrubou a ditadura e a luta pelas “Diretas Já”

José destaca os acontecimentos que ele vivenciou e que dizem respeito ao período da abertura política em que ele destaca, especialmente a luta pelas Diretas Já, afirmando que o povo foi para as ruas e “derrubou a ditadura”. Nesse sentido, aponta a pressão popular realizada nos últimos anos do período militar como a possibilidade de encerrar esta “página da história”.

“Eu destaco o que eu lembro, né, eu destaco o que eu lembro, que eu vivi que é a luta das diretas, né, não vivi diretamente, confesso, não fui um ativista na linha de frente, mas que eu lembro mais é isso, né. A luta pelas diretas Já, o povo indo na rua de forma, bom vamos encerrar um capítulo da história, vamos virar a página da história. Então eu acho que isso marcou. E hoje a gente olha, olha pra trás, né, essa história e é muito bonito, né, ver que o povo foi pra rua pra derrubar a ditadura pelas suas próprias mãos, inclusive contra a bandalía de Sarney e companhia que foram dar o golpe no colégio eleitoral” (José).

c) O exemplo daqueles que arriscaram a própria vida na luta contra o regime militar

Aqueles que lutaram contra a ditadura passam a ser reconhecidos como *heróis*, como exemplo de luta. O fato de terem arriscado a vida na luta contra o regime os converte em heróis da resistência política. Na figura desses heróis está presente também a riqueza da organização popular.

“Eu, de certa forma, sinto inveja daquele pessoal que tava naquela época e que se expôs, é inclusive com a própria vida pra tentar mudar aquele sistema. É, acho que esse pessoal é, também não dá pra generalizar, houve problemas também naquela época, mas era um exemplo, de que, do papel que cada um tem na sociedade, né, e mesmo que por mais difícil que, que possa ser, é, tem que participar e se fazer escutar, né, dentro da teleologia pra conseguir pelo menos fazer um debate e tentar fazer a discussão ideológica do que que é

melhor pra todo mundo, né. É, fora isso é, é tudo uma vergonha que passou, né” (Anderson).

“Olha, é. Acho que eu já tinha comentado anteriormente, que eu acho que foi (...) a força de vontade de uma grande, dos nossos heróis ali de, custasse o que custasse estar buscando, se expondo, né. Muitos fugiram, outros não tiveram a chance de fugir, acabaram sendo mortos, né. Mas eu acho que foi, o momento foi de extrema riqueza de organização popular e o durante a ditadura. Eu acho que ele foi, uma coisa que dá pra se ter como marcante, foi a crueldade dela, em termos de você ter, simplesmente você tirar a vida de pessoas, você, né, que tinha um ideal, que tinha uma visão de mundo diferente” (Armando).

Não é só a imagem do herói, que marca, mas o ideal coletivo que eles possuíam, por isso muitos afirmam “sentir inveja” daqueles que abriam mão de sua vida pessoal por causa do ideal coletivo, o que já não se encontra na sociedade atual que zela pela vida privada.

“É, e a força dos militantes daquela época. É, eu, eu invejo um pouco aquele engajamento de total desprendimento com a própria vida, né, em função de uma vida coletiva. Isso acho que, é, aquilo que eu coloquei. A gente hoje é militante, em parte. A gente tem uma vida que, né, uma vida individual, particular, privada e uma vida militante. E, aquelas pessoas não. Era a vida inteira é, completamente doada pra causa. Isso é o que mais me, me inveja, no sentido positivo. Que fica de positivo, daquele período” (Fabiola).

“Eu acho que, é, sempre tem, as pessoas tem o ideal, né, então o que destaca é assim: as pessoas lutam, é importante a gente ver que tem pessoas que não pensam só em si, pensam nos outros, pensam num Brasil melhor, então acho que o importante que eu tiro disso é que essas pessoas lutaram, não pensavam só em si, deixavam tudo, sofreram, então eu acho que isso foi uma coisa importante, as pessoas não pensarem só em si, né” (Sandra).

d) O posicionamento político na luta pelos direitos e pela possibilidade de mudança

A fala de Vilibaldo é bem significativa, visto que ele coloca que a experiência da ditadura levou as pessoas a se posicionarem, a decidirem se queriam viver numa ditadura ou num outro regime político, nesse sentido, ele destaca que se escolheu a mudança, a organização, a constituição de partidos, sindicatos. Notamos que sua fala é bem situada, ou seja, ele se reporta a escolha das classes populares pela mudança social, o que não significa que foi a escolha de toda a sociedade brasileira. Em todo o caso, podemos dizer que a escolha pela mudança produziu um efeito para toda sociedade brasileira, já que existe um reconhecimento da importância das lutas populares, da pressão popular para a mudança do regime.

“O que eu colocaria, assim, como um destaque é o que eu te disse anteriormente. É, o que ficou da ditadura na cabeça das pessoas é, assim, que eu acho. Apesar da ditadura ter sido, assim, negativa pros trabalhadores, teve um ponto positivo que foi a de que todo mundo, querendo ou não teve que definir o que ele queria da vida, se queria viver na ditadura ou se queria viver outra forma de organização, outra forma de governo, né. Então eu acho que isso daí fez, depois da ditadura, fez as pessoas dar um passo um passo, um passo positivo, que é de se organizar, de brigar pelos seus direitos. Então isso que mais marcou, que eu acho que foi um dos pontos que hoje ficou marcado, é, da mudança, da mudança. Então, a mudança eu acho que ela se deu pelo balanço que todo mundo fez, né. O balanço negativo, então acabou vindo esse ponto positivo que é o de mudança. Vamos mudar, vamos se organizar, vamos criar partido, vamos criar sindicato, vamos sair da clandestinidade. Então, eu acho que isso aí teve uma evolução. Apesar que ainda não tá no que queríamos... Continuamos lutando. Mas eu acho que a luta, ela tem que existir sempre” (Vilibaldo).

Todos esses destaques, especialmente os que se referem a resistência popular foram *regados* de forte emoção e identificação com a luta política de uma classe social concreta e com um forte ideal socialista, que mobilizava os setores de

esquerda na época e, ainda, com a utopia de transformação radical da sociedade. São esses elementos que fazem dessa “página da história” uma página onde está inscrita a vitória da classe trabalhadora. Nesse sentido, os entrevistados consagram o evento da ditadura como uma “*memória dos vencidos*”, uma memória marcadamente popular reconstruindo uma *nova trama* em oposição a trama da *memória oficial*.

As afirmações de Coimbra (2001) ilustram bem o que acabamos de apontar:

“A esta ‘história oficial’, também chamada ‘ótica dos vencedores’ opõe-se um outro real com outras verdades, outras histórias e memórias produzidas por práticas sociais não hegemônicas: as práticas dos que ficaram conhecidos como os ‘vencidos’. Essa ‘história marginal’ é forjada pelos diferentes grupos e movimentos sociais nas suas lutas, no seu cotidiano, na sua teimosia – muitas vezes subterrâneas e invisíveis – em produzir outras maneiras de ser, de viver, outras sensibilidades e percepções, outras formas de existir” (p.51).

Aquilo que se destaca nas lembranças está fortemente relacionado ao valor e aos significados que os próprios movimentos sociais e sindicais atribuíram ao longo destas décadas às suas lutas de resistência contra a ditadura.

Esta *memória dos vencidos*, porém vitoriosa, está fortemente vinculada à identificação social dessas lideranças com os movimentos sociais que lutaram contra a ditadura, portanto, a uma identidade coletiva que os fortalece e que produz nos sujeitos a vontade de continuar a luta dos militantes que os antecederam: “*Continuamos lutando. Mas eu acho que a luta, ela tem que existir sempre*” (Vilibaldo).

1.3. Lembranças significativas e aproximações com as histórias contadas

Ao perguntarmos sobre quais foram as lembranças mais significativas desse período, em quase todas as entrevistas, o silêncio marcou essa resposta, já que eles

próprios afirmam não terem lembranças diretas daquela época, mas principalmente lembranças que vêm de outros e das reflexões provocadas na própria militância.

“Não sei te falar (...), como você mesmo viu, né. Falou as pessoas que não viveram, que não presenciaram, né. Então, eu sei do que foram falado de outros né, não o que eu vi, então eu não sei um fato que destacasse mesmo o período, né. Não tenho lembrança que se possa, que possa falar” (Rosane).

Rosane diz não ter nenhuma lembrança porque não vivenciou o período, não obstante, muitos entrevistados, ao falarem das lembranças significativas, remetem-se, principalmente, aos fatos que foram vividos por eles, como por exemplo, a atuação dos movimentos sociais, dos movimentos estudantis, a luta pelo fim da ditadura, o movimento pelas Diretas Já, e as experiências no interior da família.

Andréa, que foi militante estudantil em período posterior a ditadura aponta como lembrança significativa as experiências deste movimento – sua organização, seus enfrentamentos – destacando também a questão das torturas, e violação dos direitos humanos:

“Eu acho, são as coisas que são mais trabalhadas, é como eu te falei. A gente fica com, com o superficial, né. Que é a coisa dos movimentos estudantis. Assim, a gente vê fotos, igual, Belo Horizonte, Praça Sete⁷⁹, como que foram aqueles enfrentamentos, aquela correria, aquela, aquele tanto de gente sendo presa. Então, as imagens que ficam. Eu acho que o movimento estudantil, naquela época, né, muito, muito forte, muito atuante, eu acho. (...) Então, que fica na lembrança é isso, é a organização do movimento estudantil muito forte, aquele bendito seqüestro do embaixador lá, que todo mundo fala também, então isso também é muito forte e as torturas, né, que as pessoas sofreram. Isso pra mim, eu acho que é o pior de tudo, né. Que é, por exemplo, você violar o direito de vida do outro, né. Isso é muito, é ruim pensar que isso existiu e, que, de certa forma, ainda existe, né. Não com tanta, tanto enfoque assim, mas ainda existe” (Andréa).

⁷⁹ A Praça Sete está localizada no centro de Belo Horizonte é o lugar onde se realizam as grandes manifestações populares.

Vitor considera mais significativa as lembranças das lutas pela libertação, os enfrentamentos e a própria organização do partido⁸⁰ do qual ele faz parte:

“O que mais me marca são as lutas, sabe, exatamente pra libertação. Isso é o que mais marca, sabe. São os enfrentamentos que houveram por parte de várias organizações, inclusive do nosso partido, é, nesse sentido, sabe, de resgatar a democracia, dignidade, respeito por parte do cidadão como um todo. Isso é uma coisa que mais me marca” (Vitor).

Ronaldo, por sua vez aponta o AI-5, as torturas e o exílio daqueles que protestavam através da música:

“É, o AI-5, né. É isso mesmo o AI-5, né? O Ato Institucional 5, as torturas, né, o exílio da classe cultural, principalmente, né, a classe cultural aí, do Brasil, que é contra. E a forma como eles, sutilmente, transformam o protesto em músicas, em, em gestos, né” (Ronaldo).

Anderson aponta o passado mais recente da transição a democracia que foi o período em que ele começa a ter consciência da realidade política:

“Pois é, eu guardo algumas coisas bem recentes, né, que era já a época do Figueiredo e a transição e a saída do Figueiredo e a eleição, se dá pra se dizer assim do Tancredo, e já que ele, né, e pra tudo ajudar, né, aquela complicação que houve, né, com o Tancredo indo pra presidente e não assumindo já e assumindo o vice, né. Esse é um passado bem mais recente que, infelizmente, eu começo a ter uma percepção extra pela vida normal de adolescente e começar a ter consciência do que tá ao redor. Então é um passado bem recente, infelizmente” (Anderson).

José, não tem dúvidas, o que foi extremamente significativo para ele refere-se ao período que ele vivenciou, que também foi o período final da ditadura, o da abertura democrática, embora não tenha vivenciado esse período como militante:

⁸⁰ O Partido em que ele atua é o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

“Da ditadura? Olha pra ser sincero que eu possa marcar mesmo, né, acho que é mais o fim da ditadura, né, a luta que aí eu me envolvi, de certa forma, que era a luta pelas diretas, né, que foi exatamente o momento da abertura democrática no país, que era um combate político, né, pelas diretas, que foi o momento que eu participei, né. É mais o que chama a atenção também é a própria garra do pessoal da época que manteve, né, a esperança e a vontade de lutar contra a ditadura que fez com a gente chegasse comemorar as diretas, mesmo que as diretas foi dado um golpe, né, através do colégio eleitoral, mas foi uma vitória da classe trabalhadora, com certeza” (José).

Assim como José e Anderson, Fabíola lembra do processo de abertura e acrescenta aquilo que lembra referente aos livros que leu, ressaltando destas leituras, um levantamento sobre os presos políticos daquele período:

“Lembranças? Que, que pra mim ficaram foi mais o processo de abertura mesmo. Então, da volta dos, dos asilados, né, dos asilados políticos. Por que foi um período, né. Aí já entra a década de 80, que foi a que eu mais, que eu me lembro, tenho memória desse fato. É, e aí, eu acho que entra é, um pouco do que a gente aprende também dos livros, que é, dos, dos encarcerados, quer dizer, da luta política que, que vivenciou”. “(...) Eu acabei de ler agora a, a, um livro sobre a questão, que tem a ver com o crime, né, a organização criminosa do Brasil e que faz um levantamento também dos presos políticos, daquele período. É, a, a, como que foi a vivência dessas pessoas, né, no presídio, por serem, é, por terem é, pela ditadura ter tentado passar uma visão de que eram presos comuns, de que não havia uma identidade política. Então, acho que pra mim tem mais esse, o que vem mais é esse conteúdo” (Fabíola).

Armando lembra, enfaticamente, a força da organização popular e a questão dos desaparecimentos das vítimas da ditadura e destaca que ficou uma lacuna na história uma vez que ainda hoje existem famílias que não sabem se seus parentes que desapareceram estão vivos ou não.

“(Silêncio). Lembranças significativas? Acho que a. (Silêncio). Acho que mesmo com toda repressão que se apontava, a organização popular foi algo assim, né, acho que um momento que o país passou que dificilmente a gente, não que a gente não consiga reconstruir, mas talvez não nos moldes, de tão,

era a vontade popular de estar nas ruas, de estar gritando. (...)Então acho, embora pra mim dou um positivo, que é a questão da, não sei se chamaria de comoção social, mas da organização popular. De tá indo pra rua como um todo. Assim desde camponês até estudantes, principalmente puxados pelos estudantes, naquele momento tal, em relação ao momento posterior a ele, que houve aquela, aquele momento marcante positivo que foi da organização e o negativo que foi de ter deixado apagar um pouco aquela chama de luta, chama da continuidade, né. Embora tem outros pequenos sinais tal, mais acho que isso que ficou assim pra história. Tanto que você vê, vira e volta ela surge nas manchetes novamente, né. Tantas pessoas desaparecidas sem saber aonde estão. Famílias assim sem ter, filhos órfãos da ditadura, que não sabem se teu pai tá vivo, se não tá, se foi exilado ou não foi, quer dizer, sabe-se que uma grande maioria está morto, mas saber aonde e em que condições, né. (...) Imagine a pessoa que foi injustiçada, foi morta por isso, por ter brigado por uma coisa e, de repente, nem a própria família sabe o que aconteceu com ela. Ficou essa lacuna na história. Realmente é uma coisa assim bem, bem ruim, né” (Armando).

Embora um pouco extenso, o discurso de Eliana é bem interessante. As lembranças significativas apontadas por ela, foram aquelas que ela vivenciou diretamente na sua infância e adolescência. E ela fala, com toda a emoção, que ela viveu a situação da Copa de 70 no interior da família, do bombardeio de informações anti-comunistas que impunha medo nas pessoas e a situação vivida por ela, quando, a partir do filme “Pra frente Brasil”⁸¹ que ela assistiu - já adulta - descobriu o quanto ela e sua família foram manipuladas pelas informações que circulavam no período militar e que coincide com a sua infância.

“Pois é, né. É a copa do mundo de 70. Aquela musiquinha, né, ‘Esse é um país que vai pra frente’, né. E que pra mim aquilo, né. Eu nasci em 63, 70 eu tinha 7 anos. E que assim, eu lembro muito bem da final, de todo, que o Brasil ganhava sempre de 4 a 0, 4 a 1, 4 a 0, 4 a 1, 4 a 0, 4 a 1 e a gente assistia. E televisão não era, na minha casa tinha televisão, então o pessoal do sítio vinha

⁸¹ O filme “Pra frente Brasil” foi produzido e dirigido por Roberto Farias tendo sido censurado no ano de 1982 e tendo seu lançamento no ano de 1983. O filme retrata o contexto do milagre econômico e da vitória da seleção na Copa de 70. Enquanto o Brasil inteiro torce e vibra com a seleção de futebol, prisioneiros políticos são torturados nos porões da ditadura militar e inocentes são vítimas desta violência. Todos estes acontecimentos são vistos pela ótica de uma família quando um dos seus integrantes, um pacato trabalhador da classe média, é confundido com um ativista político e “desaparece”.

pra assistir na minha casa. E eu lembro que no final, na final nós fizemos uma fogueira. Eu fiz uma fogueira junto com meu irmão, com a criançada da rua, uma fogueira no fundo de casa pra comemorar. Então eu tenho esse dia muito marcado que era de felicidade. E aí eu lembro também do filme Pra frente Brasil. (...) E que eu lembro assim o quanto eu fui idiota. O quanto eu fui manipulada, o quanto eu fui ridícula e todo mundo junto, né. Assim não é, não tô me massacrando e nem massacrando o povo, mas como a gente foi usado, usado, usado, usado. E aí, é, acho que tem uma coisa assim que é, que enquanto a gente tava se divertindo, tinha gente sofrendo e que a gente não entendia os motivos e que, inclusive é, a gente dizia que eles queriam o mal do Brasil. É, uma das minhas tias era servidora pública, numa cidadezinha pequenininha e eles recebiam mensagens dos militares e ela comentava muito isso em casa. Dizendo assim, que ela tinha recebido uma carta, que tinha vindo de Brasília, e que era de uma pessoa que estava vivendo na Rússia, eu me lembro muito, na União Soviética, ela dizia. E que lá não tinha luz à noite, que lá tinha toque de recolher todos os dias, que lá eles não podiam falar ao telefone, que sempre tinha alguém escutando. Que lá, sabe, então eu lembro assim, tinha um bombardeamento e essa cidade onde eu morei até os 8 anos é uma cidade que hoje tem 8 mil habitantes, que na época não tinha muito mais do que isso. É de zona rural e urbana. Então eu fico pensando, que poder eles tinham. Que, eles usavam todos os aparelhos do Estado pra ficar bombardeando a gente de notícias, e fazendo a cabeça da gente, não deixando a gente ter crítica. E eu, né. E aí eu via isso assim, ó: porque que o Brizola foi asilado, porque que o Caetano Veloso, aquelas coisas assim. Uma pessoa do Brasil ter que ir embora? Tudo aquilo me botava ponto de interrogação, né” (Eliana).

O mesmo acontece com Vilibaldo que aponta uma experiência vivida por ele quando era adolescente, experiência esta que o fez sentir a brutalidade e a atitude repressiva da polícia:

“Eu lembro que minha irmã estudava à noite e eu ia buscar, eu e meu pai ia buscar ela no ponto, né e muitas vezes, naquela época, é, a gente tinha muito aquele negócio de usar aquele cinto do exército, calça do exército e teve uma vez que dez horas da noite eu tava esperando no ponto, chegou a polícia, eu tava com esse cinto, aquele verdinho, eles chegaram, revistou, aí viu o cinto, pegou e puxou, puxou com tudo, saiu até, rasgou até a calça e quase me leva preso porque eu tava com o cinto do exército. E também lembro que eu tinha um amigo que ele servia o exército e ele deu uma calça daquela do exército pro amigo meu e ele foi trabalhar e tomaram a calça dele, levaram ele preso, tomaram a calça dele porque eles não deixavam usar aquilo ali. Então era uma coisa assim que a gente passou, né, que a gente, foi mais ou menos, o que a gente viveu. Então, assim, coisas que a gente passou. E não passei igual as pessoas mais velha, né, mas o que a gente conseguiu, na época viver foi isso.

(...) Então era uma coisa assim que as pessoas não tinha, a polícia não tinha respeito por ninguém, né, podia ser jovem, podia ser adolescente, eles chegavam e, então é uma coisa de dizer, é, vocês tem que fazer o que a gente quer e acabou, é, de intimidar mesmo, se a pessoa fosse falar alguma coisa, talvez ia lá pro cemitério clandestino. (...) Então é uma questão bem, que a gente tem que refletir, aí” (Vilibaldo).

Quando as lembranças dizem respeito às situações vividas diretamente por eles, ainda quando crianças ou adolescentes, estas contêm muitos detalhes e refletem aquilo que foi vivenciado no interior das famílias, no cotidiano da rua, com os amigos. Cabe destacar que tanto Vilibaldo quanto Eliana são os entrevistados mais velhos, que completaram quarenta anos no ano da entrevista. Eles foram os únicos que narraram estas vivências diretas do período que reflete o que vivia a população brasileira, ainda que não estivessem engajados politicamente.

Além das lembranças da infância e adolescência, Vilibaldo aponta as lembranças das greves vividas por ele e pelos cidadãos da classe mais pobre, destacando a repressão policial às greves que ele participou.

“Que lembranças? Olha é, eu não tenho muito, assim, eu não consigo, é lembrar muitas coisas porque, eu tenho assim, eu sou muito ruim para guardar fatos, essas coisas. Mas, assim, o que hoje eu vejo assim mais quando eu falo em ditadura é a repressão que tinha quando tinha greve, a repressão que a gente via nas ruas, é assim, muita coisa que me chama, assim, atenção, a época da ditadura. Você, se você andasse um dia na rua, pelo menos duas vezes a polícia te pegava e te, te revistava, tal. E hoje em dia você não vê mais isso. (...) Então isso é que me, que mais chama a atenção porque. Apesar de ter a polícia na rua, mas, a polícia tava para reprimir o trabalhador, o pobre, o negro e não pra dar segurança e a grande elite, né, não sofria com isso, né” (Vilibaldo).

Para alguns entrevistados as lembranças parecem difusas, como é o caso de Edílson que sente que as lembranças que ele tem do período são muito vagas, uma vez que ele vivia numa cidade pequena do interior, portanto, recordando mais da experiência difícil

daqueles socialistas que combateram contra o regime militar. Observemos quão emblemática é sua frase: *“Lembrança? (silêncio). Não sei se eu tenho, a minha lembrança pessoal, ela é meio vaga, né”* (Edilson).

De fato, são lembranças de algo não vivido pessoalmente, são lembranças que são recordadas a partir do que outras pessoas contam, deste modo suas lembranças são as lembranças daqueles que lutaram contra a ditadura, por isso Edilson se coloca no lugar deles, se identificando como um militante socialista.

“(...) Vivia numa cidade do interior, nesse período. Agora todas as vezes que vem a ditadura, vem essa coisa da situação daqueles que, dos socialistas por exemplo, dos revolucionários, dos, numa situação como essa: como é que fica a vida de quem milita organizadamente, quer dizer, e aí é uma situação mais difícil, né, porque a falta de liberdade, que mais acho que acaba prejudicando todo mundo. (...) Mas acho que a lembrança maior é essa. Pra um militante socialista, acho que o pior impacto é você saber por onde passa você ser um militante numa situação como essa de repressão, né. E aí a lembrança é sempre essa, a reverência aos que lutaram” (Edilson).

Entre as lembranças consideradas mais significativas desta época, os entrevistados apontam o abuso de poder através da violência, dos desaparecimentos, do exílio, das torturas, das prisões:

“O que me deixou mais, assim, o que eu ficava mais revoltado, né, é quando, nos filmes, né. É, quando as pessoas me contavam, quando eles entravam nas casas das pessoas e pegavam as pessoas. Arrastavam, né, e nunca mais a pessoa aparecia, né. E também outros, outros casos aí, que a gente conhece aí, com atores famosos, né, que foram obrigadas a sair do seu próprio país, né, porque defendiam a liberdade, né. Então essas coisas ficaram fortes, assim, né” (Arnaldo).

“Ah, o povo, a lembrança que mais me marcou, né, é ali, é, é os militares na rua, ali, né, e o povo sem, sem podê saí pra protestar, né, eles com armas, com tudo, né, na rua. Uma coisa muito militar, uma coisa muito, sei lá” (Maria).

“Acho que o que fica muito forte assim é a questão mais violenta mesmo, né. A questão da tortura. Eu cheguei a ler, é, um livro chamado “Brasil Nunca Mais”, né. Então, isso faz muito anos já, uns 15 anos atrás. Eu li ele, eu tinha uns 15 anos, 17 por aí. Então eu, aquilo me revoltava bastante, sabe. Meu Deus como é que um ser humano pode chegar a cometer tudo aquilo que cometeu e - muito que a gente nem sabe - com outra pessoa. Então acho que o que mais marca assim é a questão violenta, mesmo, né. É a violência contra a pessoa humana e contra, principalmente, o pensamento, né” (Sara).

Além do aspecto da repressão e violência, para Emerson, Luciara e Inesita foi muito significativa a coragem e a garra das pessoas que lutaram contra a ditadura. Emerson, inclusive se emociona ao imaginar o sofrimento das pessoas que foram submetidas à tortura:

“Eu acho que a violência. A violência é uma das lembranças assim que a gente vê nos relatos, via nos documentários e a violência é uma coisa inaceitável, né, em qualquer âmbito, mas naquele período a violência era pra deixar, era pra deixar, era pra fazer história, era pra, era pra dizer assim, eu tô te dando um recado, se você, vocês aí que querem um país diferente, se vocês quiserem fazer isso, se vocês quiserem, se vocês quiserem questionar essa maneira de governar, vocês vão sofrer mais do que essas pessoas aqui estão sofrendo. Relatos do Frei Tito, por exemplo, né, de ser queimado com bituca de cigarro, né, de ser torturado, de ser afogado. Eu fico imaginando isso gente, a violência que era isso, esse período! Isso chega a arrepiar e deixa a gente emocionado porque você imagina a violência que essas pessoas sofreram e ao mesmo tempo, uma coisa que, uma marca também que eu acho que era interessante é a coragem dessas pessoas, porque essas pessoas, de fato, deram uma aula de cidadania pro Brasil, mostraram pra esse país que, de fato esse país tem que ser diferente, esse país é do povo, esse país é plural e eu acho que são duas marcas: a violência de um lado e a coragem desses militantes, dessas pessoas que disseram assim, olha esse país não é assim, esse país não é, não tem um dono, esse país é de uma nação e nós queremos um país diferente” (Emerson).

Tanto Emerson quanto Luciara remetem-se às histórias que lhes foram contadas, diretamente pelas testemunhas ou as histórias que eles leram nos livros:

“Como eu não vivenciei, mas eu, eu, né, eu falo, eu visualizo, né, a partir do momento das histórias contadas, daquilo que a gente lê nos livros, nos livros escritos pelo próprio povo que passou por isso, né, não nos livros que a gente

vê na escola, os oficiais, mas pelos depoimentos escutados e tal, eu acho assim que, eu vejo isso com muita tristeza, né. De num país, como o Brasil, com toda sua potencialidade, com toda sua riqueza, né, o povo ter que passar por momentos como este, né, de ditadura mesmo. Aonde o poder reina sobre aqueles que são menores, né, e tenta reprimir aqueles que querem se organizar. Então, eu vejo assim com muita tristeza. Ao mesmo tempo com esperança, né, um pouco isso que eu te disse, né, com esperança de que, a partir desses depoimentos que eu vejo, de pessoas que mesmo, com tudo que passaram, jamais desistiram de lutar. Calaram talvez por algum momento, mas que hoje continuam sendo..., mas que hoje continuam com mais garra, com mais força ainda, né, com mais vontade. Apesar da dor, do sofrimento, da perda dos colegas, né, quer dizer você saber que tantos teus foram embora do país, muitos voltaram outros não puderam nem voltar, né, acabaram morrendo fora e tal. Mas mesmo assim essa, essa perspectiva, né, de que a luta continua, né. Que ela não morreu, né, ela continua, né, acho que isso é mais importante.” (Luciara).

Inesita até faz um trocadilho com a música “A Banda”⁸² de Chico Buarque, apontando que a lembrança mais significativa é a luta e o aprendizado como sujeito que faz parte da história e não fica “olhando a banda passar”!

“Eu acho que a luta. A vontade de mudar, sabe assim. E que sozinho ninguém chega a lugar nenhum. Isso eu aprendi assim, ter reunião de família, de luta, porque é gostoso. Você fazer parte da história e não ficar vendo a história passar por você, vendo a banda passar, ou melhor, a história passar. Eu acho, eu aprendi também que. É cada dia, cada reunião, cada encontro do Talher assim, você sempre aprende algo com o povo. Como a gente cresce com o ser humano, tudo isso, sabe” (Inesita).

Em Perus, bairro da periferia da Zona Oeste de São Paulo, todas as lideranças apontam como lembranças significativas a Vala comum existente no bairro. E recordam, especialmente daqueles presos políticos que lutaram contra o regime militar e que foram mortos e enterrados como indigentes.

⁸² Música de 1966.

“Hoje o que eu vejo é a vala comum⁸³. Eu vejo a vala comum eu lembro de ditadura. E sempre relaciono uma coisa a outra” (Ciça).

“De conhecimento, lembranças. O período, assim, que (...) quando descobriram a vala das pessoas que foram enterradas como indigente, né. Então, essa é a lembrança mais forte que eu tenho” (Rosane).

“Eu acho assim, eu sempre falo pras pessoas desse filme⁸⁴ da vala comum, que eu acho que lá dá um gosto, assim, você entende um pouquinho e dá um gosto de você pegar mais coisas, entender e abrir um pouco a cabeça da gente, né” (Sandra).

Nessas “lembranças significativas”, também, estão presentes os sentimentos experimentados pelos entrevistados ao conhecer esse passado. No que tange aos sentimentos que acompanham o processo da lembrança, Halbwachs afirma que permanece em nossa memória um quadro real dos sentimentos que nos acompanham no momento em que as imagens *“ferem o nosso olhar”*. Segundo este autor: *“Nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e circunstâncias sociais definidas”* (Halbwachs, 1992, 36).

Além disso, por meio dessas lembranças significativas, os entrevistados constroem uma memória que permite algumas aproximações com a história do período, mas que não se vincula com aquela “memória oficial” construída pelos governos militares, muito pelo contrário, questiona tanto a história que aprenderam na escola superficialmente, quanto as artimanhas utilizadas pelo regime para encobrir os fatos.

⁸³ Essa Vala comum foi aberta por ordem da prefeita Luiza Erundina de Souza, em setembro de 1990, como apontamos no Capítulo III.

⁸⁴ Sandra se refere ao filme “Vala Comum”, que é um documentário dirigido e produzido pelo cineasta João Godoy que resgata o triste episódio conhecido como *As ossadas de Perus*. O filme aborda a abertura da vala comum no Cemitério de Perus em São Paulo, além de retratar a época da ditadura, apresenta entrevistas com familiares dos mortos enterrados nesta vala e com ex-presos políticos que ainda estão vivos. As pesquisas da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) para descobrir de quem são as ossadas também fazem parte deste filme.

Com o objetivo de relacionar as *histórias contadas pelas testemunhas* com as *lembranças dos entrevistados*, fizemos um quadro comparativo a fim de sintetizar os elementos comuns que existem entre essas memórias. Notamos que as lembranças significativas vão além do que contam seus protagonistas, visto que se acrescentam, em seus relatos, suas trajetórias individuais e coletivas, suas práticas sociais, os conhecimentos adquiridos através da mídia, de livros e escola que permitem a atualização do evento passado.

No quadro abaixo, apresentamos, de um lado aqueles aspectos que destacamos nas histórias contadas pelas testemunhas e do outro lado, aqueles aspectos que foram evidenciados nas lembranças dos entrevistados que foram seus destaques e lembranças significativas:

HISTÓRIAS CONTADAS: O que contam as testemunhas	Lembranças dos entrevistados: os destaques do período
a) A supressão da liberdade de expressão	a) A organização e o fortalecimento dos movimentos sociais e o cerceamento da liberdade e a violência política
b) Repressão: as perseguições, as torturas e as mortes	b) A repressão, a violência e o abuso de poder
c) O trauma psicológico: o silêncio	c) O exemplo daqueles que arriscaram a própria vida na luta contra o regime militar
d) A necessidade da organização clandestina	d) O movimento cultural da época
e) A manipulação política e ideológica - a busca do inimigo interno - a Manipulação da mídia	e) A manipulação da mídia
	f) O povo que derrubou a ditadura e a luta pelas "Diretas Já"
	g) O posicionamento político na luta pelos direitos e pela possibilidade de mudança
	h) O retrocesso que foi para o país, a violência e o abuso de poder
	i) As vivências da infância e da adolescência no interior de suas famílias

Observamos que a *supressão da liberdade de expressão* e o *cerceamento da liberdade* aparecem tanto naquilo que contam as testemunhas, quanto nos destaques dados pelos entrevistados. O mesmo ocorre com a questão da repressão, por meio das perseguições e mortes, da violência e abuso do poder.

Em suas lembranças significativas, os entrevistados se remetem às histórias que lhes foram contadas pelas testemunhas no que diz respeito à repressão da época como:

- o abuso de poder através da violência, do exílio, das torturas, das prisões;
- o AI-5, as torturas, o exílio daqueles que protestavam por meio da música;
- a questão dos desaparecimentos das vítimas da ditadura que até hoje suas famílias não sabem se estão vivas ou não;
- e, no caso de Perus, todas as lideranças, sem exceção, apontam como lembrança significativa a Vala comum existente no bairro e recordam, especialmente daqueles presos políticos que lutaram contra o regime militar e que foram mortos e enterrados como indigentes.

Contudo, ao se remeterem a esses fatos, ou seja, ao conhecerem o passado, os entrevistados expressam seus sentimentos de justiça e injustiça, sentimentos estes que fizeram com que houvesse:

- a força da organização popular;
- a coragem e a garra das pessoas que lutaram contra a ditadura.

Lembremos que na concepção de Sandoval (2001), o sentimento de justiça e injustiça é uma das dimensões da consciência política em que o indivíduo percebe que houve a violação do sentimento de reciprocidade, que estabelece uma situação de injustiça que produz o descontentamento político levando a manifestações de protestos.

Além do sentimento de justiça e injustiça, dentro deste eixo de análise, merece destaque a dimensão da *identidade coletiva*. Embora os entrevistados não tivessem uma convivência direta com as pessoas que viveram a repressão, o fato destes contatos terem sido feitos, em sua maioria, através da militância política, levou-os a estabelecer uma forte identificação social com essas *pessoas que tiveram garra*, e com os próprios *movimentos sociais* responsáveis pela *força da organização popular*. A nosso ver, é essa identificação que os leva a ir além da memória narrada pelas testemunhas, visto que, está contido, em seus discursos, o valor que eles atribuem as lutas do passado e com as quais eles se identificam. Essa identificação passa também pelas *crenças e valores sociais* que foram construídas no interior de seus grupos de pertença em que eles mantêm, ou pelo menos tentam manter o espírito de luta daqueles militantes que *deram suas vidas por uma causa coletiva*.

Assim sendo, nas lembranças dos entrevistados, a repressão sempre aparece com o seu contraponto: a resistência dos movimentos sociais ou o fortalecimento da organização popular.

“Eu, é, eu acho que é isso. A organização, né, ao fortalecimento dos movimentos sociais como ponto positivo, né. E a maior atrocidade mesmo, eu acho que é o cerceamento da liberdade e a tortura, assim. Fazendo dois paralelos. Eu acho que o fortalecimento dos movimentos sociais é uma coisa muito legal e, por outro lado, o cerceamento da liberdade e o processo de violência física, né. Por isso. É o que tem mais forte na memória” (Andréa).

Entretanto, nas histórias contadas pelas testemunhas, a ênfase maior está nas atrocidades do regime e na repressão propriamente dita:

“Que foram momentos terríveis de muita repressão, de falta de liberdade, nenhuma democracia, né. É, momentos em que, em que realmente não se tem identidade como um cidadão, né. Você tem que ouvir e obedecer, ponto e acabou. Ao contrário disso era prisão, né, era, era tortura, então uma das muitas coisas que a gente ouviu deles é, principalmente isso, era uma extrema

repressão, sabe, é chegar ao extremo mesmo em alguns casos é, é sofrimento humano, chegar ao seu limite, né, o limite máximo. É tudo de ruim, né que o ser humano poderia viver eu acho que muitos vivenciaram nesse momento, nesse período” (Vitor).

No que contam, destaca-se o trauma político (é a memória das vítimas diretas do regime): *“Olha, essas pessoas, elas têm uma característica, né, elas não gostam de falar muito porque, porque foram, sofreram muito com esse processo” (Emerson).*

Todavia, na memória dos entrevistados, esse trauma transforma-se no exemplo daqueles que arriscaram a própria vida na luta contra o regime militar:

“Eu de certa forma sinto inveja daquele pessoal que tava naquela época e que se expôs e, é inclusive com a própria vida, né, pra tentar mudar aquele sistema. É, acho que esse pessoal é, também não dá pra generalizar, houve problemas também naquela época, mas era um exemplo, né, de que do papel que cada um tem na sociedade, né, e mesmo que por mais difícil que, que possa ser, é, tem que participar e se fazer escutar” (Anderson).

Na experiência contada, enfatiza-se a necessidade de se organizar clandestinamente e as frases são fiéis ao que ocorria: *“Tinham que se organizar às escondidas, nos porões, né” (Luciara).*

“É, e assim como que se davam os encontros, né. Era bem clandestino, né, porque a perseguição tava ali. Então, jornais que eles tinham, panfletos, assim, de divulgação de algumas atividades ou contra mesmo a ditadura, era tudo assim muito clandestino, né. Elas contavam que chegava na rodoviária, tudo assim né. Vinha de São Paulo aí todo mundo disfarçado. Achei muito interessante assim” (Sara).

Nos destaques, porém, aparece o movimento cultural da época que tinha as artimanhas artísticas, especialmente as músicas, para driblar o regime:

“O que eu dou destaque? É, eu acho que eu dou destaque ao movimento cultural da época da ditadura, né. É, que as pessoas não podiam falar tudo o

que queriam, mas que de alguma forma não se deixaram oprimir pela falta de liberdade de expressão. E buscaram outras palavras e buscaram a alegria e o humor pra conseguir passar tempos tão difíceis.(Eliana)

A manipulação da mídia aparece tanto naquilo que contam as testemunhas, quanto naquilo que os entrevistados destacam, entretanto, com relação aquilo que contam, aparece a questão da manipulação política que levava a população a entregar aqueles que se opunham ao regime, que era a *caça* ao inimigo interno.

Nas *lembranças dos entrevistados*, portanto, surgem elementos que não aparecem naquilo que contam, visto que a memória de uma geração que não viveu aquele passado, acrescenta os dados das suas vivências mais recentes, como é o caso das “Diretas já”, que já se refere ao processo de transição a democracia e a ressignificação e interpretações feitas pelos entrevistados a partir do presente. Como exemplo concreto disso, os entrevistados salientam que o conhecimento da ditadura proporcionou o posicionamento político na luta pelos direitos em vistas da mudança social e o rechaço à ditadura militar que, para eles, significou um retrocesso para o país.

Notamos, portanto, que suas lembranças são perpassadas tanto pelas dimensões da consciência política como *crenças e os valores* daquela época, *interesses antagônicos e os adversários* que configuravam o cenário político da ditadura, quanto *os sentimentos de justiça e injustiça* e *os sentimentos de eficácia política* que esses acontecimentos provocam, ainda hoje, nas novas gerações e que os levam a uma identificação social, principalmente com os militantes. Assim sendo, eles reconstróem o passado da ditadura sob o prisma da consciência política e das suas vivências políticas do presente o que faz dessa memória uma memória política.

Tanto nos destaques que os entrevistados fizeram sobre o período quanto nas lembranças que eles consideram mais significativas, são apontadas as experiências de um passado mais próximo como por exemplo:

- as experiências do movimento estudantil;
- as lembranças das lutas pela libertação, os enfrentamentos e a própria organização; do partido⁸⁵ do qual fazem parte;
- a transição a democracia que foi o período em que começam a ter consciência da realidade política;
- o período final da ditadura - o da abertura política - embora nem todos tenham vivenciado esse período como militantes.

A ênfase dada às lembranças do período da abertura política, nos permite afirmar que suas memórias são também memórias da experiência dos novos movimentos sociais, ou seja, memória daquele sujeito coletivo que emerge nos anos oitenta como o grande ator social das grandes mobilizações e manifestações públicas contra o Estado. Esta afirmação é importante porque na memória coletiva, os tempos se misturam, não há uma ordem cronológica, visto que essas memórias se deslocam do período da ditadura para o da abertura política e para o momento presente, sendo as lutas políticas dos movimentos sociais o referencial dessas memórias.

Nesse sentido, a memória coletiva transita por estes tempos que incluem períodos distintos, contextos diferentes, mas refazendo, reconstruindo e repensando o passado com as idéias e as imagens de hoje. Lowenthal (1992) nos diria, o passado como tal é incognoscível uma vez que novos significados do presente alteram o conteúdo e o valor do evento passado.

⁸⁵ Os Partidos em que eles fazem parte são o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

A vivência dos entrevistados, neste estudo, se situa em tempo e espaços distintos, que percorrem, inclusive, diferentes gerações, visto que estes pertencem a diferentes grupos e estão mergulhados (para usar as palavras de Halbwachs) em “vários tempos coletivos” e participando assim de “vários pensamentos sociais”.

Não é a toa que as vivências de infância e adolescência também aparecem como lembranças significativas e, curiosamente também revelam a consciência política dos entrevistados sobre o período repressivo:

- No caso de Eliana, ela fala, com toda a emoção, que ela viveu a situação da Copa de 70 no interior da família, do bombardeio de informações anticomunistas que impunha medo nas pessoas e a situação vivida por ela quando descobre que ela e sua família foram manipuladas pelas informações que circulavam no período militar que coincide com a sua infância. Claramente aqui está presente a ideologia do período militar que ela critica com veemência.
- No caso de Vilibaldo, uma experiência vivida por ele quando era adolescente, experiência esta que o fez sentir a brutalidade e a atitude repressiva da polícia.

Em ambos os casos, de Eliana e Vilibaldo evidenciam-se as afirmações de Bartlett (1995) de que os indivíduos recordam daquilo que antes foi percebido e que teve um significado para eles:

“Deberíamos decir que una persona está recordando sólo cuando se halla orientada de forma precisa hacia su pasado y es consciente de que intenta rastrear algunos hechos que una vez se encontraron en su percepción sensorial, pero que ya no lo están” (Bartlett, 1995:63).

- as lembranças que Edílson tem do período são muito vagas, uma vez que ele vivia numa cidade pequena do interior, portanto, ele recorda mais da experiência difícil daqueles socialistas que combateram contra o regime militar.

Ainda que suas lembranças do período sejam “vagas”, as suas lembranças significativas estão diretamente relacionadas a sua identificação com os militantes socialistas. Diria Halbwachs:

“Para que nossa memória se auxilie com as dos outros, não bastam que eles tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela tenha cessado em concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre umas e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto em nosso espírito como no dos outros, porque eles passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos entender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (Halbwachs, 1990:34).

Portanto, ao reconstruir a memória política da ditadura militar no Brasil,

“Perpassamos diferentes gerações, nos deslocando do “tempo cronológico”, onde circunscreve-se o evento pesquisado - o contexto da ditadura militar - ao “tempo social ou psicológico”, tempo este múltiplo e diverso caracterizado por diferentes significações que nos permitiram mergulhar em diferentes “pensamentos coletivos”, como diria Halbwachs” (Ansara, 2000:143).

Nesse percurso, constatamos que as **lembranças dos entrevistados** têm uma referência comum às **histórias contadas** que é o da **luta política**. A nosso ver, ambas as lembranças “contadas” ou “vividas” passam pelo prisma da **consciência política** que as convertem em **memória política**.

Não obstante, essas memórias se diferenciam da história, uma vez que nossos sujeitos não as fixam numa época, num tempo e espaço determinados, mas vão atribuindo novos sentidos ao passado que é atualizado pelas experiências e práticas do presente.

Assim, a memória política das lideranças sindicais e comunitárias não se vincula àquilo que foi *transmitido* oficialmente, mas demonstra uma ruptura com aquilo que foi difundido pela memória oficial na medida em que esses sujeitos reinterpretem esse passado pelo prisma de uma consciência política que recusa a história “não contada” ou “mal contada” e, ao mesmo tempo, reconstruindo esse passado com os significados do presente.

2. Militância política x Memória Política

Neste segundo eixo, analisamos como essas memórias se relacionam com as dimensões da consciência política, desenvolvidas por Sandoval (2001), centrando nossa reflexão nas dimensões como *identidade social, crenças e valores sociais, sentimentos antagônicos e identificação de adversários, sentimentos de eficácia e ineficácia política e sentimentos de justiça e injustiça* que perpassam essas memórias.

Como pudemos notar nos capítulos anteriores, os entrevistados deixam bem claro que eles tomaram conhecimento da ditadura militar, principalmente por meio da sua participação política, ou seja, da **militância política** nos sindicatos, nas CEBs, nos movimentos sociais, onde foi se constituindo uma consciência política que os levou a se interessar pela questão da ditadura militar, e que a nosso ver favoreceu a construção de uma memória política da ditadura militar.

Iniciamos mostrando alguns fragmentos dos discursos dos entrevistados para exemplificar como há uma mútua influência entre a consciência política e a construção da memória política da ditadura militar. Observamos que a dimensão “*identidade coletiva e identificação social*” está fortemente presente em suas memórias coletivas. Fabíola, por exemplo, utiliza o próprio termo *identidade coletiva* para expressar que foi o aspecto identitário, construído pelos movimentos sociais na luta contra a ditadura, o mais

significativo na memória coletiva. Ela, inclusive ressalta que é essa identidade coletiva que marca o período, muito mais do que os fatos ocorridos na época:

“O que fica pra mim do período militar é uma identidade, um pouco coletiva, que o próprio, os próprios movimentos eles passam é, no sentido da repressão, é, da luta política que se travou no período. Então, é mais essa memória coletiva mesmo do que conhecimento de fatos, de pessoas do período” (Fabíola).

Para ela, a repressão também marcou, mas o que mais se destaca é a força dos militantes daquela época:

“Ah, a repressão. Eu acho que é o mais forte. É, e a força dos militantes daquela época. É, eu, eu invejo um pouco aquele engajamento de, de total desprendimento com a própria vida, né, em função de uma vida coletiva. Isso acho que, é, aquilo que eu coloquei. A gente hoje é militante, em parte. A gente tem uma vida que, né, uma vida individual, particular, privada e uma vida militante. E, aquelas pessoas não. Era a vida inteira é, completamente doada pra causa. Isso é o que mais me, me inveja, no sentido positivo. Que fica de positivo, daquele período” (Fabíola).

Do ponto de vista de uma análise psicopolítica, podemos dizer que Fabíola sente-se identificada com os movimentos sociais e valoriza a capacidade deste grupo e o nível de engajamento dos militantes que constituem esses movimentos. Para ela, esse sentimento de coesão social existente naqueles movimentos que atuaram no passado, a faz sentir inveja e ela não deixa de comparar com as pessoas que participam hoje nos movimentos sociais, julgando que estas não possuem essas características.

Esse engajamento coletivo e o desprendimento das pessoas que atuaram naquela época tendo em vista um Brasil melhor é também destacado por Sara:

“Eu acho que, é, sempre tem, as pessoas tem o ideal, né, então o que destaca é assim: as pessoas lutam, é importante a gente ver que tem pessoas que não

pensam só em si, pensam nos outros, pensam num Brasil melhor, então acho que o importante que eu tiro disso é que essas pessoas lutaram, não pensavam só em si, deixavam tudo, sofreram, então eu acho que isso foi uma coisa importante, as pessoas não pensarem só em si, né” (Sandra).

Cabe lembrar aqui que estamos destacando a dimensão de *Identidade Coletiva* desenvolvida por Sandoval (2001), que é entendida como sentimento de solidariedade que o indivíduo desenvolve por meio dos laços interpessoais que geram um sentimento de coesão social e que o faz identificar-se com diferentes categorias sociais. Nesse processo, o indivíduo desenvolve um sentimento de pertença ao grupo valorizando esses laços, criando confiança e credibilidade na capacidade do grupo e expectativas com relação a manter ou quebrar a solidariedade grupal e ainda atribuindo valor à reação de outras pessoas dentro e fora do grupo.

Dessa maneira, as pessoas passam a compartilhar interesses comuns, que levam às reivindicações coletivas, de modo que atribuem valor às metas grupais e à mudança social como benefício pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para alcançar a mudança desejada.

Assim como o discurso de Fabíola – que é liderança do movimento de mulheres e se identifica com os movimentos sociais – outros discursos apontam que aquilo que os entrevistados sabem tem uma estreita relação com as experiências que eles desenvolvem em seus grupos de pertença, como é o caso de Vilibaldo:

“Olha, sobre a ditadura militar eu sei muito pouco. Porque é aquilo que eu estava te dizendo anterior. A gente, nessa época era criança, né. A gente sabe que, é, a ditadura militar, ela reprimiu muito o trabalhador, né. (...)E a questão da ditadura militar a gente sabe que, é hoje a gente temos uma certa liberdade, uma democracia que, entre aspas também, mas que na ditadura militar a gente não conseguia nem essa “entre aspas” porque, é, no sindicalismo não tinha essa liberdade que hoje tem, né. Era reprimido, era... greve, quando tinha greve a gente ouvia falar pela televisão, pelos jornais que eles reprimia de uma forma, né, bem pior do que hoje. Apesar que hoje

também, não deixa de reprimir. (...) Mas é, foi uma época, pelo que a gente ouviu dizer, foi uma época que foi muito difícil para a classe trabalhadora por conta dessa repressão da elite” (Vilibaldo).

Vilibaldo expressa claramente sua identificação com o sindicalismo, fala das experiências de luta do movimento sindical, da classe trabalhadora e reforça a idéia de que *“(...) os discursos são construídos no interior dos grupos com os quais nos identificamos e a partir dos quais reconstruímos nossa memória (Ansara, 2000:96).*

Outra dimensão que perpassa a memória dos entrevistados é a dimensão de *Crenças, Valores e Expectativas sociais* do modelo de Sandoval (2001), que retomamos aqui para ficar mais clara em nossa análise. Essa dimensão expressa a ideologia política e a visão de mundo que os indivíduos desenvolvem em relação à sociedade e diz respeito, também à representação social que os indivíduos constroem sobre a estrutura social, as práticas e finalidades das relações sociais. Por isso, é muito interessante as críticas que Eliana e Anderson fazem com relação à estrutura social do regime militar, que veremos a seguir.

Notamos que Eliana faz uma leitura crítica do período, manifestando que existiu toda uma ideologia na sociedade que fez com que a população da época acreditasse que a ditadura era boa para o país.

“Então é assim, é, o que eu sei da ditadura é que foi um tempo muito ruim para o Brasil. Eu acho que esse tempo, eu associo a ditadura com o futebol. Eu não suporto futebol. Porque eu sei que usaram o futebol pra fazer com que o povo não olhasse o lado político do país, né. (...) O que eu sei é que teve muita gente que sofreu e que o povo brasileiro até hoje sofre a consequência, e hoje no meu dia-a-dia do sindicato, quando alguém fala mal do sindicato, eu sei que ela tá falando ainda porque ela foi ideologicamente programada pra pensar assim. Programada pra achar que o Estado, né, nas mãos dos militares é melhor do que hoje, né. E que, então, pra mim é uma história de muita revolta e se, eu não quero usar dos mesmos artifícios e da mesma violência que eles usaram, mas me dói muito e, eu tenho vontade, às vezes, de fazer a vingança da mesma forma, né” (Eliana).

Ao constatar essa ideologia fomentada pelo regime militar ela, inclusive, afirma sentir revolta e chega a manifestar um desejo de vingança. Parece que por trás desse sentimento de revolta, existe um profundo sentimento de injustiça com respeito ao que foi esse período para o Brasil.

Cabe ressaltar que, numa análise psicopolítica da memória coletiva, *Crenças, Valores e Expectativas sociais* é uma dimensão extremamente importante, visto que toda construção da memória possui um conteúdo ideológico bastante visível, uma vez que é inevitável que o sujeito narre os fatos sem que manifeste seus valores, suas crenças, suas opiniões e seu posicionamento político.

Em se tratando da memória política, esse aspecto parece ainda mais forte, pois ao evocar o passado, os sujeitos claramente manifestam seus juízos de valor, suas identificações sociais, que expressam suas posições políticas ou mesmo a posição política daqueles aos quais se referem como tendo vivenciado o passado.

Desta feita, a memória tanto pode vincular-se diretamente à espontaneidade da vida cotidiana, permitindo a cristalização de crenças e valores sociais que podem levar à alienação e ao comodismo do sujeito, como pode romper com essa estabilidade na medida em que seja capaz de reinterpretar o cotidiano através de valores e crenças que negam esse comodismo. A esse respeito Sandoval afirma que:

“(...) a rotina quotidiana é aquele aspecto da realidade social que mais se presta à alienação, a qual se manifesta na co-existência silenciosa entre as tarefas envolventes do viver diário e da ordem social maior que o determina. Alienação é tipicamente expressa em suposições não-questionadas da inevitabilidade da rotina diária e o ‘natural’ das desigualdades e dominação nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de ‘requisito’ do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Essa

alienação, evidenciada no fragmento da consciência das pessoas, é melhor ilustrado na dificuldade que tem de conceitualizar a estrutura social, a estratificação social e o regime democrático.” (Sandoval, 1994:64-65).

A fala de Anderson, descrita abaixo, demonstra bem o que afirma Sandoval:

“Olha um pouco do que a história deixa de contar, um pouco do que a história conta, mas na verdade muito pouco, né. Na verdade a gente, simplesmente, tem idéia da, da dificuldade que foi aquele período e uma das coisas que eu não consigo imaginar, inclusive que eu tenho dificuldade de tentar interpretar naquele período é como a maioria da população, né, é considerava aquilo normal. Uma época até meio apática, né de um sistema repressor que existia na época, né. A sociedade continuava, é claro que não na normalidade, mas como se aparentasse, né, tá na normalidade. Então na verdade é eu tenho até uma certa dificuldade de entender, né, como é que se transcorreu todo aquele período lá. É quando a gente começa, eu comecei a entender o que foi aquele período já tava no, no né, começa a ter uma consciência política já tava no final, numa época de transição, né. E, historicamente é difícil entender, né, porque a gente consegue saber do período é o que a gente lê, né, de movimento estudantil, de alguns movimentos pontuais de guerrilha que houve, mas fora isso, né, parece que a sociedade conseguiu captar isso e levar a vida na normalidade” (Anderson).

No momento em que Anderson afirma ter adquirido consciência política, ele exerce a sua capacidade de conceituar a estrutura social existente na ditadura, manifestando que fica difícil para ele entender como que a sociedade brasileira conseguia levar a vida na normalidade, com toda a repressão daquela época. Em outras palavras, fica difícil, para ele, compreender a alienação das pessoas, fica difícil entender como a população aceitava como normalidade a situação que se vivia na ditadura.

A nosso ver, ao reconstruírem a memória política da ditadura militar, esses sujeitos fazem uma ruptura com a rotina cotidiana e deixam claro que sua visão política referente à sociedade é totalmente distinta daquela apregoada pelo regime militar e que provocou a alienação da maioria da população. Nesse sentido, as dimensões do modelo de Sandoval facilitam o entendimento do processo de reconstrução da memória política.

Além de manifestar o posicionamento político-ideológico dos entrevistados, os discursos revelam os *Interesses antagônicos e a identificação de adversários*, visto que, para os entrevistados, o regime militar é um claro adversário político que deve ser combatido.

“Eu acho assim que na época da ditadura, era um, o teu inimigo tava muito mais claro, né. Então, você sabia que queria um outro tipo de, de governo, né. Então assim, contra a repressão, claro, violência e tudo que, que aquilo gerava” (Sara).

“Ah, eu acho que era mais fácil é de tu participar de um movimento social naquela época, né, que a tua contraposição, né, a tua parte ideológica era muito mais fácil de, né, visível de tu identificar, né. Tu tinha um sistema é, muito fácil de identificar que era, aquilo não era o que tu queria, né. E era muito fácil de tu contrapor duas ideologias ou uma ideologia contra um sistema que tava colocado” (Anderson)

Ronaldo assinala, nitidamente, esses antagonismos existentes na realidade entre o poder militar e antidemocrático e os movimentos (comunistas, estudantil):

“Bom, o que eu sei é que foi um período de repressão, né. Um período em que é, o poder é, antidemocrático, né, tomou o poder e o poder militar, né. Em que não havia liberdade de imprensa, liberdade de, de comunicação, né, de expressão, né. Foi uma época de torturas, de, de perseguição, a, principalmente aos atores, né, do movimento comunista, que tentavam, que lutaram contra esse sistema que tinha sido colocado, principalmente o movimento estudantil, que na época era muito forte, né. Hoje em dia já não, já não tem a mesma força. Em geral, é mais ou menos isso” (Ronaldo).

Lembramos que essa dimensão consiste nos sentimentos do indivíduo em relação ao modo como os interesses simbólicos e materiais são opostos aos interesses de outros grupos e como os interesses antagônicos levam a perceber a existência de adversários coletivos na sociedade (Sandoval, 2001). Dentro do modelo proposto por Sandoval, essa dimensão tem um papel chave na consciência política, uma vez que leva à ação coletiva.

Nesse sentido, as lideranças comunitárias e sindicais, confirmam as afirmações de Sandoval, pois a identificação do regime da ditadura como um grande adversário, segundo eles, levou à organização popular, à criação de partidos, à criação de sindicatos, a sair da clandestinidade. Em suma, levou a um posicionamento político que implicou na luta pela mudança de regime, conforme aponta Vilibaldo:

“O que eu colocaria, assim, como um destaque é o que eu te disse anteriormente. Apesar da ditadura ter sido, assim, negativa pros trabalhadores, teve um ponto positivo que foi a de que todo mundo, querendo ou não teve que definir o que ele queria da vida, se queria viver na ditadura ou se queria viver outra forma de organização, outra forma de governo, né. Então, eu acho que isso daí fez, depois da ditadura, fez as pessoas dar um passo um passo, um passo positivo, que é de se organizar, de brigar pelos seus direitos. Então, isso que mais marcou, que eu acho que foi um dos pontos que hoje ficou marcado, é, da mudança, da mudança. Então, a mudança eu acho que ela se deu pelo balanço que todo mundo fez, né. O balanço negativo, então acabou vindo esse ponto positivo que é o de mudança. Vamos mudar, vamos se organizar, vamos criar partido, vamos criar sindicato, vamos sair da, da, clandestino. Então, eu acho que isso aí teve uma evolução. Então, isso é que mais marca porque, marca muitas coisas, os pontos positivos, as mortes, as prisões o cemitério clandestino que tem, até hoje não descobriu quantas pessoas morreram, foram milhares, mas tudo isso aí marca, mas, é uma coisa que eu acho que foi positivo foi isso, da mudança. Apesar que ainda não tamo no que queríamos... Continuamos lutando. Mais eu acho que, assim, é a luta ela tem que existir sempre. É, que eu acho que não tá o regime que a gente quer, mas eu acho que ainda vamos conseguir chegar lá” (Vilibaldo).

Sara, demonstra isso, ao salientar o importante papel das Comunidades Eclesiais de Base que lutaram contra a ditadura. E, reconhecendo que o regime militar provocou danos enormes à sociedade, destaca as lutas por direitos sociais como, saneamento básico, educação, creches, moradia:

“Esses dias mesmo eu tava comentando que, algumas coisas que a gente fala hoje, falei se fosse na época da ditadura, tava no paredão, né. Tava no paredão. E assim. Pela minha militância nas Comunidades Eclesiais de Base, e também estudando um pouco a formação das CEBs a gente percebia assim que, percebe que as CEBs tiveram um papel muito importante contra a

ditadura, né. Foi ali, é, acho que, um espaço aí que começou a formação de lideranças, da base mesmo pra começar a lutar pelos seus direitos mínimos, né, básicos de saneamento, educação, creches para as crianças, moradias, assim, né. Então é, já era, quer dizer, já era visto como um grupo que tava contra, né, a ditadura, porque né, começaram ali essas reuniões em casas e depois começaram a formar as comunidades, né, mas basicamente foi aí que começou assim pra, pra, é como se diz, as questões básicas mesmo de sobrevivência, né” (Sara).

“O que mais me marca são as lutas, sabe, exatamente pra libertação. Isso é o que mais marca, sabe. São os enfrentamentos que houveram por parte de várias organizações, inclusive do nosso partido, é, nesse sentido, sabe, de resgatar a democracia, dignidade, respeito por parte do cidadão como um todo. Isso é uma coisa que mais me marca” (Vitor).

Em resumo, podemos admitir que, ao identificar os *interesses antagônicos e os adversários*, os indivíduos são mobilizados para as ações coletivas. Isso dá um caráter político à memória impressionante, pois revela que conhecer o passado permite as pessoas identificar interesses que lhes são comuns e que lhes são antagônicos na sociedade e na luta dos movimentos sociais e sindicais; permite identificar adversários políticos ou mesmo projetos políticos que não vão de encontro à democracia e, como já afirmamos no Capítulo V, os potencializa para novas ações coletivas no presente. Nesse sentido, a memória política é capaz de motivar, alterar, rever comportamentos políticos na sociedade, ou seja, ela está comprometida com a transformação social.

Quando dizemos que toda memória política é coletiva, queremos dizer que essas se constroem a partir dos grupos sociais e do contexto político presente como defende Halbwachs (1990). Entretanto, nem toda a memória coletiva é política, visto que estas podem ser apenas expressões ritualísticas ou festivas de determinados grupos sociais, sem nenhuma pretensão de levar a algum compromisso ou comportamento político na sociedade.

Dentre os interesses antagônicos que aparecem nos relatos, estão os interesses de classes e os interesses econômicos:

“A ditadura militar no Brasil é um golpe aplicado pela burguesia do país né, na tentativa de concentrar o poder, né, e, às vezes, quando eu participo de algumas atividades da ditadura eu me arrepio porque eu procuro viver aquele período, né, da violência que foi esse período. (...) A idéia de concentrar mesmo o poder de, de enriquecer um pequeno grupo, né, que é o que foi que aconteceu, enriqueceu um pequeno grupo, a idéia de poder, concentração de poder mesmo, de concentrar o poder, dizer que aqui quem manda somos, era um grupo, era esse grupo que mandava. (...) Hoje a gente conversa com as pessoas, “mas a ditadura era boa”, mas boa porque as pessoas não tinha acesso a comunicação. É, era o chamado policinco, aonde algumas pessoas se desenvolveram e muitas, muitas não desenvolveram e o país, nesse período, se empobreceu muito porque foi nesse período que se fizeram vários empréstimos internacionais e eu acho que hoje, se o país tá nessa situação que tá, se nós temos, hoje, mais de cinquenta milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza é devido ao período da ditadura, né” (Emerson).

“Olha, eu não, eu sei um pouco da história né, assim, que a gente aprende aí na universidade, na militância. Eu, particularmente nunca procurei ler muito a coisa do porão da repressão, da tortura, porque é uma coisa que deixa muito indignado e que sempre, agora é obvio, também, cê não pode abster dessa coisa aí. Esquecer que teve tortura, muito pelo contrário, tem que saber disso. Mas eu imagino que saiba, uma questão é dos aspectos econômicos, sociais e políticos, né. Do modelo econômico, do que a ditadura fez com o país nesse momento. Agora também a repressão ao movimento, as liberdades, a democracia, a organização, a liberdade de greve, ao direito de organização, que pra quem milita num partido e pra quem milita num sindicato era fundamental” (Edílson).

Nesta perspectiva de análise, essas duas dimensões de “crenças e valores sociais” e “interesses antagônicos e adversários”, parecem influenciar de maneira decisiva a memória política, visto que esta se expressa na disputa entre diferentes versões antagônicas do passado manifestando nitidamente a oposição entre interesses simbólicos e materiais de diferentes grupos e classes sociais.

É bem por isso que afirmamos com insistência, desde o início dessa tese, que a memória política das classes populares se contrapõem claramente às versões que foram

instituídas e fixadas pela história oficial, desmascarando o caráter ideológico e alienante da memória oficial.

Contudo, ela é passível de institucionalizar-se ou cristalizar-se numa única interpretação ou ainda na imposição de uma outra versão “oficial” por meio das comemorações, da escrita e da organização de arquivos.

Passamos a analisar, nos discursos, a dimensão da consciência política “*sentimentos de eficácia e ineficácia política*, que se refere aos sentimentos que as pessoas têm sobre sua capacidade de intervir em uma situação política. Os relatos anteriores também apontaram para o sentimento de eficácia política, principalmente os de Vilibaldo e de Sara. Entretanto, o discurso de Armando nos chama a atenção, por manifestar tanto sentimento de eficácia quanto de ineficácia política. Ele aponta que, de um lado a ditadura provocou uma acomodação por parte daqueles que não estão engajados politicamente, que são aqueles que acham que “*não adianta lutar porque não vai mudar*”. Por outro lado, ele destaca a importância da organização popular em favor do fim da ditadura e os protestos nas ruas que mobilizavam desde o camponês até o estudante:

“Acho que mesmo com toda repressão que se apontava, a organização popular foi algo assim, né, acho que um momento que o país passou que dificilmente a gente, não que a gente não consiga reconstruir, mas talvez não nos moldes, de tão, era a vontade popular de estar nas ruas, de estar gritando. Então, eu acho que aquele momento, ele quebrou um ciclo onde as pessoas hoje se questionam, principalmente as que passam de uma certa idade, são mais antigas, caem naquela acomodação, não, não adianta nada, não adianta lutar porque não vai mudar, né. (...) Embora pra mim dou um positivo, que é a questão, da, não sei se chamaria de comoção social, mas da organização popular. De tá indo pra rua como um todo. Assim desde camponês até estudantes, principalmente puxados pelos estudantes, naquele momento tal [das Diretas Já], em relação ao momento posterior a ele, que houve aquela, aquele momento marcante positivo que foi da organização e o negativo que foi de ter deixado apagar um pouco aquela chama de luta, chama da continuidade, né. Embora tem outros pequenos sinais tal, mais acho que isso que ficou assim pra história” (Armando).

O sentimento de eficácia política é manifestado com veemência por Emerson que reconhece a violência praticada pelo regime, que utilizou todos os artifícios para conter as mobilizações e a luta dos militantes, mas que gerou um sentimento de eficácia política dos que lutaram contra a ditadura. A atitude dos que lutaram contra o regime da ditadura teve um efeito de mudança social que, até hoje, continua demonstrando a sua eficácia àqueles que estão na luta política hoje:

“Eu acho que a violência. A violência é uma das lembranças assim que a gente vê nos relatos, via nos documentários. E a violência é uma coisa inaceitável, né, em qualquer âmbito, mas naquele período a violência era pra deixar, era pra deixar, era pra fazer história, era pra, era pra dizer assim, eu tô te dando um recado, se você, vocês aí que querem um país diferente, se vocês quiserem fazer isso, se vocês quiserem, se vocês quiserem questionar essa maneira de governar, vocês vão sofrer mais do que essas pessoas aqui estão sofrendo. (...) Isso chega a arrepiar e deixa a gente emocionado porque você imagina a violência que essas pessoas sofreram e ao mesmo tempo uma coisa que, uma marca também que eu acho que era interessante é a coragem dessas pessoas, porque essas pessoas, de fato, deram uma aula de cidadania pro Brasil, mostraram pro esse país que, de fato esse país tem que ser diferente, esse país é do povo, esse país é plural e eu acho que são duas marcas: a violência de um lado e a coragem desses militantes, dessas pessoas que disseram assim, olha esse país não é assim, esse país não é, não tem um dono, esse país é de uma nação e nós queremos um país diferente” (Emerson).

Esse mesmo relato de Emerson expressa o sentimento de injustiça em dois momentos: quando ele afirma que *“a violência é uma coisa inaceitável, né, em qualquer âmbito”* e que *“isso chega a arrepiar e deixa a gente emocionado porque você imagina a violência que essas pessoas sofreram”*. A violência política quebra qualquer laço de reciprocidade, viola direitos, intimidade e leva à indignação e ao descontentamento coletivo gerando os protestos populares.

Sandoval (2001) mesmo, ao falar dos *Sentimentos de justiça e injustiça*, indica que quando o sentimento de reciprocidade é violado, se estabelece uma situação de injustiça que provoca o descontentamento político e as subseqüentes manifestações de protestos.

“Então, que fica na lembrança é isso, é a organização do movimento estudantil muito forte, aquele bendito seqüestro do embaixador lá, que todo mundo fala também, então, isso também é muito forte e as torturas, né, que as pessoas sofreram. Isso pra mim, eu acho que é o pior de tudo, né. Que é, por exemplo, você violar o direito de vida do outro, né. Isso é muito, é ruim pensar que isso existiu e, que, de certa forma, ainda existe, né. Não com tanta, tanto enfoque assim, mas ainda existe. E a maior atrocidade mesmo, eu acho que é o cerceamento da liberdade e a tortura, assim. (...) o cerceamento da liberdade e o processo de violência física, né. Por isso. É o que tem mais forte na memória” (Andréa).

Essa estreita relação entre a construção da memória coletiva das lideranças comunitárias e sindicais com o comportamento político é uma das características da memória política, visto que entendemos que a memória política passa por um **prisma** que necessariamente não passam as memórias coletivas, ou seja, o prisma do **comportamento político**.

Nosso estudo vai demonstrando, aquilo que já havíamos acenado em nosso capítulo teórico, que a memória coletiva tem implicações no comportamento político das pessoas que constituem essas diferentes gerações entrevistadas e que vivenciaram contextos históricos e políticos distintos. Do mesmo modo, os comportamentos políticos e posturas políticas dessas gerações também influenciam na construção de uma memória política.

Cabe ressaltar que esse comportamento político está intimamente vinculado ao processo de formação da consciência política, uma vez que a consciência política, como nós a concebemos neste estudo, consiste em compreender *“(...) a inter-relação entre as dimensões psicossociais dos significados e informações que permitem aos indivíduos decidirem como agir em contextos políticos e situações específicas”* (Sandoval, 2001:185).

Isso permite entender - como sugere Sandoval (1994) – que, através da consciência política, os sujeitos deixam de ser simples sujeitos e passam a participar da sociedade como *atores políticos*. Nesse sentido, a memória política destes atores políticos, quais

sejam lideranças sindicais e comunitárias, cumpre uma função ativa e potencializadora da ação coletiva.

Mas que outros elementos da militância política contribuem para a construção da memória política?

3. Impacto Pessoal e Político

Vimos nos capítulos anteriores e no primeiro eixo que na memória das lideranças comunitárias e sindicais, estão presentes muitos elementos que foram mantidos e/ou transmitidos de geração a geração, por meio das narrativas das testemunhas, da mídia, livros, escola e principalmente da militância política nos movimentos sociais e sindicais. Agora, neste terceiro eixo, procuramos analisar em que medida nossos entrevistados se sentiram afetados pela ditadura militar, nos detendo aos aspectos psicopolíticos como a implicação pessoal, ou seja, a interiorização de crenças e valores, o impacto emocional (sentimentos que provocam) e, principalmente os reflexos no comportamento social e político, aspectos que podem mobilizar para a ação ou que podem provocar desmobilização.

3.1. Impacto pessoal (direto)

Os discursos deixam entrever que existe uma forte relação de continuidade com o passado, visto que a maioria dos entrevistados manifesta que chegamos aonde chegamos porque houve pessoas, grupos e movimentos que lutaram no passado. A partir do que eles

apontam como impacto, sejam eles pessoais, que nós chamamos *diretos*, sejam políticos, que denominamos *indiretos*, identificamos aspectos que demonstram claramente a formação de uma consciência política, os ensinamentos, aprendizados, etc que tiveram a partir da experiência política da ditadura. A separação entre impacto pessoal e político é apenas didática, visto que ambos os aspectos estão muito imbricados, ou seja, ao mesmo tempo em que algo afeta diretamente alguém, tem implicações sociais, morais, éticas e políticas e isso podemos notar ao longo dos próprios discursos dos sujeitos. Haja vista que esses aspectos foram perguntados em enunciados separados, mas como veremos, as respostas se entrecruzam. Parece-nos que quanto mais os sujeitos se identificam com a luta política, mais as questões que eles dizem afetá-los, diretamente se vinculam ao aspecto político.

3.1.1. Cerceamento da liberdade

O discurso de Andréa mostra claramente esta imbricação que falávamos acima. Ela afirma que o impacto da ditadura é muito mais político, pois a consciência que ela adquiriu com relação ao direito de se organizar foi em função das lutas que os militantes fizeram no passado que garantiu a liberdade que ela tem hoje.

“Eu fico pensando, deixe eu ver. Que impacto (breve silêncio)? Eu não consigo perceber algo diferente disso que eu te disse agora não. De pensar que era um momento que as pessoas não tinham, eu acho que essa coisa da liberdade, o cerceamento da liberdade é um troço muito forte, né. Então quando você pensa que as pessoas não tinham liberdade e que lutava pra consegui-la, né, eu acho que é o que fica mais forte assim. (...) Como eu não tive nenhum caso próximo a mim, de pessoas que foram presas ou alguma coisa assim, então eu não sinto, né, esse impacto do ponto de vista pessoal. É mais do ponto de vista político mesmo, de pensar que pra que eu tenha, o que eu tenho hoje de liberdade, de direito de me organizar, constitucional, muitas pessoas morreram, foram espancadas. Então, o impacto que fica é nesse sentido” (Andréa).

3.1.2. Sentimento de frustração e revolta

Esse passado teve um impacto pessoal muito forte, gerando frustração, revolta e indignação e isso está presente no discurso de vários entrevistados. Novamente o sentimento de justiça e injustiça aparece como uma dimensão da consciência política que pode levar à mobilização ou acomodação, que como diz Anderson, “*cai na fatia ou não faz mais nada*”, mas fundamentalmente que os ajuda a ver hoje que “*tem muita coisa pra ser mudada*”.

“Muita frustração, né, eu acho que principalmente tá na frente de um movimento sindical, eu creio que todo sindicalista tem que ser um pouco frustrado pra conseguir levar com tranquilidade. É, não que ele consiga viver, né, mas tem que se sentir, porque senão ou cai na fatia ou não faz mais nada, né. É, agora é frustrante, né. Tem muita coisa pra ser mudada e, né” (Anderson).

“Olha, eu acho que o maior impacto que a gente sente hoje é de revolta, viu, é de revolta, saber que hoje pouca gente tem, é foi fruto de muita luta naquele período para se chegar ao pouco que se chegou hoje porque é preciso muita coisa ainda, mudar-se muita coisa. Assim, nos revolta ver tanta, é, tanta indignação, sabe, que a gente vê, que, o pouquinho que a gente lê e prum país igual esse tá ainda caminhando ainda prum desenvolvimento, né, um subdesenvolvimento que existe hoje, então, assim é um sentimento um pouco mais é de revolta, sabe, jamais espero que isso volte” (Vitor).

“(Silêncio). Mal sabem os militares, né, que a ditadura provoca indignação, em quem tem consciência dela. E acho que ela, ela me afeta, sim. Ela me afeta porque, é, eu acho que a gente precisa, eu fico indignada com o povo brasileiro que não acredita nisso. Mas a minha indignação não é de rechaçá-los. É de dizer vem, vem que nós vamos conversar isso direito e você vai ter um outro olhar sobre essa história, né. Então, é, acho que essa coisa da violência moral, psicológica e física é uma coisa que me revolta muito. As cenas de violência que eu já vi em alguns filmes são coisas que eu acho assim, que me levam a perceber que teve gente que suportou aquilo que eu acho que eu não suportaria, né (Eliana).

3.1.3. Aprendizado – consciência do que passou para nunca mais voltar a se repetir

Para Ronaldo foi um aprendizado que ele pode passar para outras pessoas, visto que a consciência do que foi a ditadura faz com que ele lute para que nunca mais volte a se repetir um período como aquele.

“(Silêncio). Olha. (silêncio). É um, é um aprendizado, né, que você tem. Que a gente tem e pode tá passando, né, pras outras pessoas. E o que eu sei é que eu não, não aceitaria hoje, se viesse a, a ter algum, algum movimento, por exemplo, pra eu participar. Eu nunca participaria de algum movimento, assim, repressivo e não apoiaria de forma alguma. O impacto que eu sei, é assim, é a consciência, né, que cê tem de um mal que passou que a gente não quer ver nunca mais no país, né” (Ronaldo).

3.1.4. O processo de consciência política

A consciência política foi formada através do envolvimento nos movimentos e nas comunidades, por isso é apontado como um dos impactos pessoais:

“Olha só, o impacto disso é o seguinte, a gente começa, a minha família como eu disse nunca foi muito envolvida em movimentos sociais, movimento político, mas isso, essa situação de vida acabou alertando, né, da necessidade do envolvimento político, né. E eu acho que isso contribuiu, essa forma de ver contribuiu pra depois eu começar a enxergar essas coisas e começar combater também contra esse tipo de coisa. Inicialmente numa militância na Igreja e depois uma militância partidária no Partido dos Trabalhadores e no movimento sindical. Então isso, quer dizer, de certa forma abriu os olhos, né, que era necessário ter algum tipo de militância contra este estado de coisas” (José).

“(Silêncio). Talvez, indiretamente digamos assim, porque eu acho, pra mim, como eu vim de um processo de formação dentro da Igreja Católica, de todo um processo de momentos de resgate de valores, né, e de resgate de atuação da sociedade, enquanto sociedade organizada. Digamos, diretamente eu não fui, recebi a, digamos assim, a influência dela, mas posteriormente, na formação, né, ela teve um, porque veio pra gente exemplos da pastoral operária, da pastoral estudantil, né. Então ela teve um efeito enquanto formação, né, de saber que existiu um período no país, onde que a organização

popular, a própria Cebs, foram tiradas, deixadas, foram usadas, repressão pra que não acontecesse ou era o segmento mais organizado naquele período, né, que gerou. Então aquilo dava um motivador a mais, mas digamos assim em termos, na formação sócio-política, né. Isso, mas muito mais na formação, não na vivência dela, né” (Armando).

3.1.5. A passagem do universo privado para o público

Eliana afirma que o impacto que provocou o conhecimento da ditadura foi a necessidade de lutar coletivamente. Ela procura mostrar que superou os valores individualistas alimentados pela sua família, que inclusive a deprimia (em um outro momento da entrevista ela afirma que foi uma adolescente de classe média que tudo que queria tinha e que seus valores eram todos individualistas), uma vez que ela passou a assumir um papel político na sociedade, como alguém que “*pode fazer a história*”.

“(Silêncio). Que impacto? (Silêncio). Você tem que atuar do ponto de vista da coletividade mesmo. Então, o impacto foi, me tirou da depressão, de certa forma. Daquele ser humano que tudo o que queria tinha, eu via que eu tinha, né.. Mas que aquilo também não era o suficiente. E que a relação com a sociedade, com a comunidade à qual eu pertencia ou onde eu tivesse que me inserir tinha que ser muito pra além do que eu tinha com a minha família. Muito além. Então, o impacto é esse assim, de me dar um papel na sociedade. O impacto é esse, me colocar, assim, como um ser que também pode fazer a história. Que eu não vou esperar chegar o Jornal Nacional pra ver que história que estão construindo” (Eliana).

Impacto semelhante encontramos na fala de Sara que afirma que isso gerou uma vontade de lutar para manter a democracia levando-a a agir no sentido de fazer com que as pessoas também lutem por seus direitos.

“(Silêncio). Acho que uma vontade de lutar, de manter a democracia. Fazer com que as pessoas lutem pelos seus direitos, né. É fazer com que as pessoas conheçam primeiramente, quais são os seus direitos. Porque às vezes, as pessoas são tão massacradas, e hoje continua, né, hoje continua, na minha

opinião, assim continua, um massacre assim muito grande porque, então as pessoas acabam não indo buscar muito os seus direitos. Acabam se acomodando por medo de perder o trabalho, né, o emprego ali. Então, acaba ficando muito na sua, sabe, e procurando só se preocupar consigo, né, com a sua família. Minha família tá bem, eu tô empregado. Então tá bom, sabe? Então, eu acho que é essa consciência que, que eu procuro assim passar que não, não dá pra gente pensar só em mim, sabe. Porque, você tá bem, mas de repente tua vizinha não tá bem, né, quer dizer. Isso dá um impacto grande na sociedade, né, porque muita gente se preocupa com insegurança, isso e aquilo. Mas se precisa de muita segurança é porque alguém não tem emprego, porque, né? Então, eu assim. Esse impacto eu acho que reverteu assim, de eu lutar para que as coisas sejam mais igualitárias, né” (Sara).

Tanto Eliana quanto Sara saem da esfera do mundo privado ligada mais às questões individuais e familiares e passam a preocupar-se com questões referentes à esfera pública. Nesses discursos está presente a *Vontade de agir coletivamente*, aquela dimensão que diz respeito à predisposição do indivíduo em envolver-se em ações coletivas no sentido de compensar as injustiças que são cometidas por meio de soluções coletivas.

3.1.6. A construção de uma identidade coletiva

O impacto pessoal se traduz na identificação com a luta coletiva contra a ditadura que levou à formação da própria identidade de militante, identidade essa que permite uma visão crítica da sociedade. É bem interessante nos discursos de Fabíola e Emerson a relação que fazem entre uma identidade “individualista” imposta pelos valores defendidos pela ditadura e uma identidade coletiva, que é a da luta coletiva dos movimentos sociais.

“Eu acho que eu já fui criada é, a partir, quer dizer, meu, meu processo de vida, ela se deu é. Minha vida política, ela é, ela é posterior. Então, não tive uma afetação direta. Então, eu já cresci é, conhecendo, tendo uma visão crítica é, de uma luta posterior, inclusive. É, eu acho que aquele período foi um período mais rico, politicamente, e a gente tem muito, é, uma identidade de militantes daquele período. Eu acho que eles são, eles são de uma geração que

era muito mais politizada. Então, eu acho que pra mim vem mais essa identidade de pessoas que se engajavam e davam a vida pela causa, que é muito diferente da minha geração política. Que a gente tem uma vida, é tem, eu acho que até mais de um perfil de vida. É uma vida privada, de trabalho e, fora desse processo, vem a militância. E aquela geração não, a vida dela era totalmente ligada na questão política. Então é essa identidade que eu tenho” (Fabíola).

“Eu acho que deve ter tido muitos impactos, eu acho que, se não fosse o movimento social, se não fosse, se não fosse os ensinamentos, se não fosse as lideranças e as pessoas que tem hoje no movimento social, com certeza, eu taria é, taria em casa pensando no meu indivíduo só, pensando somente na minha pessoa, pensando só no que eu tenho que ter pra mim, pensando no meu mundo em particular, né. Eu acho que isso é uma marca que a ditadura deixa, né, nas pessoas. Ela diz assim ‘olha você tem que se preocupar com seu mundo e o restante da população, a tua comunidade onde você vive não interessa’. Eu acho que isso, isso ela influenciou por vinte e quatro anos, vinte e quatro anos. Eu acho que hoje eu, ainda tem algumas marcas, mas eu acho que hoje eu to, to conseguindo perceber o mal que a ditadura fez pra, pra, pro meus pais, né, pro meus irmãos e pra geração que eu to vivendo, ainda, a ditadura ainda faz mal porque ela deixou essas marcas, né, essa marca do egoísmo, essa marca da concentração do poder, né, de dizer, de dizer que a política é uma coisa ruim, que a política é nefasta, que a política não liberta. Eu acho que isso a ditadura influenciou muito na minha pessoa, acho que graças a Deus estou conseguindo a se libertar aos poucos desse processo” (Emerson).

3.2. Impacto político (indireto)

Embora os impactos pessoais apontados pelos entrevistados estejam relacionados aos impactos políticos, no que se refere ao impacto pessoal, eles se voltam muito mais à formação de uma identidade coletiva, à consciência política e aos ensinamentos e aprendizados que a experiência da ditadura proporcionou, sobretudo em função da luta política. Dito de outra maneira, são questões que dizem respeito à relação entre o “eu” e a “sociedade”. Os impactos políticos, por sua vez, se dirigem mais para a relação entre o passado e o presente da organização popular e às dificuldades que encontram na atuação

política, ou seja, questões que dizem respeito à relação entre os “movimentos” e seu papel político na “sociedade”.

3.2.1. Passado e presente da organização popular

Ao falarem do impacto político, as lideranças sindicais e comunitárias estabelecem uma relação entre as dificuldades do momento presente e as lutas do passado. Andréa chega a falar que sente saudades de algo que ela não viveu, que foi a organização da sociedade contra um inimigo concreto, que era a ditadura, e compara dizendo que hoje é muito mais difícil se organizar:

“Porque eu, eu acho que me afetou nesse sentido, eu fico imaginando. Que hoje eu tenho uma liberdade de expressão que as pessoas não tinham, naquela época, mas, em contrapartida, elas tinham uma coisa muito mais concreta, contra o quê se organizar. Então, o inimigo, ele tinha forma, né. E hoje o inimigo que a gente tem não tem forma. Então, seu trabalho de convencimento com as pessoas é muito mais difícil, né. Naquela época você tinha um cerceamento de uma imprensa, mas se tinha meios de comunicação alternativos que conseguiam sobreviver. Hoje, você vive numa ditadura que é a imprensa toda comprada, né. Então se tem hoje é, eu acho que ela me afeta dessa forma. Eu sinto saudade de algo que eu não vivi. Porque foi um momento de luta, de organização real da sociedade. Eu tenho isso no imaginário. Porque a sociedade de alguma forma conseguiu se organizar contra alguma coisa. Que hoje a gente percebe que é o oposto. É cada vez mais o individualismo. (...) Porque eu penso que hoje tudo é muito mais difícil. Engraçado, porque, teoricamente, era pra ser mais difícil lá porque cê tinha repressão física, né. Então, era pra ser mais difícil lá. Mas, hoje, com todo o sistema que a gente tem, político, econômico, então, eu acho que hoje é muito mais difícil das pessoas acreditarem na luta coletiva, sabe. O empobrecimento da sociedade também leva cada vez mais, a pessoa a buscar soluções individuais para os seus problemas. (...) É, Salve-se quem puder. E se você fala que a organização coletiva sindical é uma alternativa. Não, não, é não! ‘A lá, o sindicalista tá lá, já, trampolim. Tá lá, tá numa boa e a gente continua se ferrando’. Então nossa, esse trabalho de convencimento é muito difícil. E, e não temos nenhuma repressão física, né”. Naquela época, eu tenho a sensação. É uma sensação, porque eu não vivi, mas que as pessoas conseguiam se organizar e tinham algo mais concreto, né, a que se ligar”. (Andréa).

Vitor, por sua vez compara as greves de hoje com a situação de repressão da ditadura:

“Eu acredito que afetou, principalmente nós que participamos de movimentos, com certeza, porque hoje nós do movimento sindical, a gente tem algumas situações que nos faz lembrar. Por exemplo, aqui em Betim. Nós temos uma empresa aqui, que é a maior, que é a FIAT Automóveis, onde em determinados momentos, você identifica o tratamento que a empresa dá ao seus trabalhadores como algo assim, uma fumacinha, sabe, pelo menos um pouco a gente ouve de quem vivenciou. Muita repressão, sabe, em algumas situações humilhação mesmo dos trabalhadores, né, então chega, em alguns momentos, a gente chega até ver fumaça dessa época” (Vitor).

3.2.2. Dificuldade em formar consciência política na população

Andréa já apontou a dificuldade que os movimentos sociais e sindicais encontram para organizar a população. Anderson assinala a grande dificuldade que os movimentos têm de formar uma consciência política democrática em função dos anos de autoritarismo e dominação vividos pela sociedade brasileira.

“Olha, eu, pra mim, creio que afetou todo o povo brasileiro, né. Embora, é, eu não tenha sofrido aquele período diretamente, eu acho que muito, muito das coisas que a gente ainda vive hoje é, é herança daquele período, né, que não precisava ter ocorrido essas questões. A própria dificuldade que gente tem de criar uma consciência política e democrática, né, foi bastante prejudicada em função do período militar, daquela época. Se for colocar é, na ponta do lápis quanto tempo a gente teve de período democrático no país, né, se resume ao período recente aí, né. Isso desde a descoberta, entre aspas do Brasil, que a gente não tem e não pode é muito fácil, simplesmente, jogar a culpa, né, desde a colônia portuguesa lá, né, mas na verdade é que a gente não teve um período de experiência democrática, né, porque é algo que se constrói também, né, essa questão de consciência. E isso não se tem, né. É algo que a gente tá começando a construir nesse momento e com muita dificuldade” (Anderson).

A esse respeito Gamson (1992a) assinala que qualquer mudança na consciência implica uma “trabalhosa luta simbólica”, que envolve significados e interpretações dos

fatos, já que essa consciência, em seu aspecto cultural, é representada por tradições que enfocam o discurso e a ideologia, sendo parte do processo de dominação da elite, que tem a habilidade de formar a visão de mundo das pessoas.

3.2.3. Importância do papel dos sindicatos na sociedade

Anderson aponta ainda o importante papel que os sindicatos desempenham na sociedade, uma vez que os sindicatos, na visão dele, não devem ficar restritos à categoria sindical, mas devem fazer um trabalho de mudança de consciência junto à população. Ele dá exemplos concretos do desafio que é levar a população às ações coletivas sobretudo porque os valores individualistas estão fortemente arraigados na sociedade capitalista. Observemos como isso está explícito no seu discurso:

“(...) Tem muita coisa pra ser mudada e, né. A gente comemora vitórias pontuais, muito pequenas, né, e seja na categoria, mas principalmente, né, a visão que tem tido, né, nesses anos até na gestão passada, na atuação do sindicato-cidadão – que o sindicato nosso tem é, de tentar construir com o restante da sociedade um projeto maior, por isso que a gente chama de sindicato-cidadão – tá inserido, né, porque o sindicato tem um papel importante enquanto parte organizada da sociedade, né. Tem um papel de reproduzir algo, na tentativa de algo melhor para eles. Então, a gente não pode ao mesmo tempo ficar restrito à categoria, né, e sem tá inserido na sociedade para tentar mudar tudo em conjunto, né. Não existe ganho sozinho. Então, essa que é a maior dificuldade. Isso que a gente percebe quando se insere nos movimentos sociais. Se na categoria é difícil, muito mais difícil é tentar chegar junto à população e fazer esse trabalho de mudança de consciência. Muito mais difícil. Nós tivemos uma experiência recente aí, embora seja um tema que a gente teja mais próximo aí, que foi contra a 6ª. rodada de licitação, né, entrega das reservas de petróleo. E a dificuldade, montamos barraquinha na Quinze⁸⁶, né. É a dificuldade que é tu conversar com a população e tentar, conscientizar, né, que essa legislação que tá aí, tá entregando as nossas reservas, tá entregando a riqueza do país. Aí tu sente, né a dificuldade que é tirar, né, do individualismo que existe todo dia, né, até fruto do próprio sistema que a gente tá, cada vez mais complicado, né, do

⁸⁶ Quinze é uma rua importante do Centro de Curitiba.

capitalismo cada vez mais privilegiando o individualismo, né, cada um tem que se cuidar, né, da dificuldade do abrir esse diálogo e tentar fazer com que cada um se sinta importante, né, e responsável de saber que se tem algo ruim ele tá sendo responsável por isso também. É uma grande dificuldade isso” (Anderson).

Aqui aparece o *Sentimento de eficácia e ineficácia política*, aquela dimensão que Sandoval considera chave para mobilizar para a ação coletiva tendo em vista a mudança social. Lembremos que uma das explicações para a compreensão do sentimento de eficácia ou ineficácia política, que Sandoval (2001) apresenta, é a que atribui as dificuldades enfrentadas pela sociedade às ações de certos grupos ou indivíduos, ou seja, existem grupos, indivíduos, instituições, governos concretos que são responsáveis pela situação de injustiça. Reconhecer isso faz com que as pessoas e/ou movimentos confiem que suas ações coletivas são uma possibilidade de mudança social. Embora Anderson aponte a dificuldade em conscientizar as pessoas da realidade social, é papel do movimento sindical lutar contra os responsáveis por essa situação.

3.2.4. A ditadura econômica que prevalece na sociedade

É muito interessante a afirmação de Armando de que o impacto da ditadura incide diretamente na visão de sociedade que se construiu dentro dos movimentos sociais:

“Acho que na visão, na visão de sociedade, né, um pouco uma visão diferenciada de sociedade, né, uma sociedade justa, uma sociedade onde que se pautem pela organização popular, porque acho que é o caminho, né. Você quebra essa questão de ter os iluminados políticos que são. Porque hoje a gente fala muito em ditadura militar, né. Eu acho que hoje nós temos uma ditadura um pouco mais perversa que a militar que é a econômica. Hoje, você pode xingar o presidente, você pode fazer o que você quer, mas de repente você tem que se limitar a não poder fazer um lazer com seu filho, a não poder gastar um pouco, ou lazer até pra você mesmo, ou adquirir um bem de consumo, entre aspas. Quer dizer, então você tem hoje uma ditadura econômica muito mais que você, antigamente as pessoas te pressionavam, te batiam. Hoje, você tem uma ditadura que é muito mais perversa que eu acho,

no sentido de dizer quem pode e quem não pode comer. Se você levar estritamente que você tem quase 40 milhões de pessoas sobrevivendo abaixo do nível de pobreza, né. Então, essa eu acho ela mais perversa do que aquela que se você falasse você apanhava e ia preso. Tudo bem, ela foi cruel? Foi cruel. Cê tinha uma situação econômica no país diferenciada na época? Tinha. Era um país um pouco menor, tinha recursos pra todo mundo. Hoje são mais de 160 milhões de pessoas, né, então acho que hoje, nesse sentido, a gente continua a luta ainda de você conseguir ter uma igualdade social, né, mesmo que por um inimigo muito mais perverso, capitalismo como um todo, né. Ele não fica dentro das suas fronteiras. Ele está muito além das suas fronteiras, mas e não existe uma saída individual para um país. Você tem uma saída, no meu ponto de vista, você pode até melhorar as condições, mas uma saída pra uma população como um todo, ou pra uma região do país tem que ser uma saída coletiva, né” (Armando).

Observamos que sua fala aponta os antagonismos de classe, ou seja, os *interesses antagônicos*, entre eles, os econômicos e suas implicações na desigualdade social. Ele fala de uma *ditadura econômica perversa* que precisa ser combatida tendo em vista uma sociedade mais justa. E, ao reconhecer essa desigualdade social, manifesta a *vontade de agir coletivamente*. Segundo Sandoval, a *Vontade de agir coletivamente* é uma dimensão mais instrumental e se refere à predisposição do indivíduo em incluir-se no jogo das ações coletivas como um modo de compensar as injustiças que são cometidas.

Desta feita, a análise que fizemos desses três eixos, permite- nos afirmar que a memória estimula a consciência política e proporciona formas de ação coletiva, da mesma maneira que a consciência política – como mostraram os relatos – pode ser determinante na construção de uma memória política. Nesse sentido, reafirmamos que entre elas existe uma via de mão dupla, motivo pelo qual a memória coletiva não está separada da consciência política, ou seja, ela é atravessada pela consciência política.

Podemos dizer, então, que ao reconstruir o passado, através da memória política, perpassamos pelas dimensões da consciência política proposta por Sandoval, visto que este processo nos possibilita perceber antagonismos, provocar sentimentos de justiça e

injustiça, avaliar a capacidade de intervir na realidade, despertar nossa vontade de agir coletivamente e estabelecer metas de ação que possa suscitar, de fato, uma ação coletiva em vistas da transformação social. Desse modo, no processo de participação política, os sujeitos tomam consciência de seu passado, da sua realidade social e política construindo uma memória política que os potencializa e os mobiliza a participar das lutas políticas.

CAPÍTULO VIII

A Memória como estratégia de resistência e luta política

“A memória histórica ‘oficial’ tem sido produzida pelos diferentes equipamentos sociais no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como sujeitos que forjaram e estão forjando também uma outra história, nunca narrada oficialmente”.

(Cecília Coimbra⁸⁷)

Este último capítulo pretende finalizar a presente tese apontando os elementos mais importantes que encontramos ao longo deste trabalho de pesquisa que, na verdade, não se encerra aqui, muito pelo contrário, inicia-se aqui, pois inaugura um campo de pesquisa na Psicologia Política, que é o estudo da **memória política**, lançando-nos a importante tarefa de juntarmos o saber e as pesquisas acadêmicas às demandas de políticas públicas de resgate da nossa memória histórica. Nesse sentido, propondo a elaboração de políticas de memória que pressupõe o reconhecimento do direito ao passado a todos os cidadãos.

Ao longo desta tese pudemos perceber que, tanto na memória das lideranças sindicais e comunitárias, quanto na memória dos estudantes universitários, estão presentes muito dos principais acontecimentos ocorridos na época da ditadura, o contexto de repressão, de supressão da liberdade de expressão, a violação dos direitos humanos, as torturas e perseguições aos movimentos sociais, sindicais e estudantis, bem como uma forte crítica ao regime ditatorial.

⁸⁷ Coimbra, C.(2001). Operação Rio: o mito das classes perigosas. Niterói-RJ: Intertexto/ Oficina do autor. (p.51).

No caso dos estudantes vale ressaltar a existência de diferentes memórias, algumas que privilegiam o importante papel do movimento estudantil na luta contra ditadura e que parece predominar no meio estudantil, revelando uma forte tendência dos estudantes em “mitificar” o que foi esse movimento no passado e, aqui, encontramos, ao mesmo tempo uma clara identificação social; outras memórias, que reconhecem os limites do poder ditatorial, o enfraquecimento, o esgotamento que levou a um processo de ampla negociação entre os diferentes setores da sociedade brasileira, manifestando uma intensa crítica ao período de transição à democracia; e ainda memórias que revelam um desconhecimento em relação ao período da ditadura e ao período da transição, o que se refletiu num certo número de respostas em branco, mas que não representou a maioria.

Portanto, no que tange à memória coletiva dos estudantes, encontramos elementos da consciência política e elementos de alienação, o que nos permite pensar na existência de uma memória política da ditadura militar construída por uma parcela de estudantes universitários suplantando aquelas generalizações que se fazem de que os “jovens não têm memória”, “os jovens não sabem nada”.

No caso das lideranças sindicais e comunitárias, suas memórias destacam a importância dos espaços de participação política como um meio eficaz para conhecer criticamente o passado e resistir ao autoritarismo, à violência e à repressão.

Para ambos os grupos, ficou evidente que o legado ditatorial ainda repercute na sociedade brasileira e, embora as lideranças sejam mais enfáticas a esse respeito, os estudantes universitários não deixam de reconhecer alguns elementos desse legado, que prevalecem nos dias de hoje em nossa sociedade.

Entre os legados da ditadura militar brasileira, apontados pelas lideranças sindicais e comunitárias, encontram-se, por um lado a repressão policial, a impunidade, e o

autoritarismo que estão presentes na sociedade brasileira como resquícios de uma sociedade autoritária e repressiva e que representam um retrocesso para o avanço da democracia e, por outro lado, a existência de uma memória política construída pelos movimentos sociais que se manifestam nas práticas de resistência dos movimentos sociais.

Com base em suas memórias, podemos dizer que conhecer o passado aumenta o poder de intervenção, ou seja, potencializa as ações coletivas do presente, uma vez que a memória política permite reconhecer aquilo que ficou nos “subterrâneos” da história como algo perdido, velado, escondido irrompendo no cotidiano e tornando visível “a ótica dos vencidos”, comumente privada de visibilidade pela memória oficial.

Estes elementos, identificados em nossa análise, nos permitem afirmar que há implicações das práticas de resistência dos movimentos sociais e sindicais que atuaram na época da ditadura no processo de constituição da consciência política que se reflete, atualmente, na *memória política* das gerações que não viveram a ditadura militar brasileira. Desse modo, através da participação nos movimentos sociais e sindicais, as lideranças sindicais e comunitárias “conhecem o passado” daqueles que lutaram contra a ditadura militar e encontram nessas experiências motivação para suas práticas políticas atuais.

Nesse percurso, constatamos que suas memórias são também memória da experiência dos *novos movimentos sociais*, ou seja, memória daquele sujeito coletivo que emerge nos anos oitenta como o grande ator social das grandes mobilizações e manifestações públicas contra o Estado. Esta afirmação é importante porque na memória coletiva os tempos se misturam, ou seja, não estão marcados por uma ordem cronológica, visto que essas memórias se deslocam do período da ditadura para o da abertura política e para o momento presente, sendo as lutas políticas dos movimentos sociais um marco de referência para essas memórias.

Notamos que as lembranças significativas vão além do que contam aqueles que vivenciaram a ditadura, visto que nos relatos dos entrevistados se acrescentam suas trajetórias individuais e coletivas, os conhecimentos adquiridos através da mídia, de livros, da escola e, sobretudo de suas práticas sociais e políticas nos movimentos sociais e sindicais, que permitem a atualização do evento passado.

Assim, a memória política das lideranças sindicais e comunitárias não se vincula somente àquilo que foi *transmitido* oficialmente, mas rompe com aquilo que foi propagado pela memória oficial, uma vez que esses sujeitos reinterpretam o passado pelo prisma de uma consciência política que recusa a história “não contada” ou “mal contada”, reconstruindo esse passado com os significados do presente.

Nesse sentido, nossos entrevistados trazem à luz um passado construído por **memórias esquecidas**, ou seja, por **memórias não contadas** pelas narrativas oficiais, mas que passam a ser contadas, agora, por eles mesmos como uma **memória política de resistência** que os potencializa a continuar a luta contra o autoritarismo político, a dominação e a injustiça, em busca de uma sociedade que de fato seja justa e democrática.

Toda reconstrução dessa nova trama que é **“a memória política da ditadura militar e da repressão no Brasil”** nos levou a compreender a *memória como estratégia de resistência e luta política*, ou seja, como um campo de disputa entre versões antagônicas sobre um período político ditatorial que marcou a vida dos sujeitos e a história da sociedade brasileira. Portanto, muito além de nos fecharmos em conclusões, nossa pesquisa nos foi apontando que o processo de construção da memória política é uma verdadeira luta contra o esquecimento que nos remete ao debate sobre a importância e a necessidade de se elaborar **“políticas de memória”** que se contraponham as **“políticas de esquecimento”** que foram estabelecidas ao longo da ditadura e do período de redemocratização brasileiro.

Desta feita, nos defrontamos com o grande desafio de pensar políticas da memória que levem em conta as demandas dos movimentos que lutam pela construção de uma memória popular ou, por assim dizer, de uma “memória dos vencidos”, ou seja, pelos grupos e minorias que criam novos suportes e lugares da memória, através de seus discursos, manifestações, de suas celebrações, de seus rituais, da organização sistemática de seus arquivos e da luta pela abertura dos arquivos da ditadura. Faz parte da luta por uma *memória dos vencidos*, a busca incessante pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira.

Não podemos deixar de assinalar que diante do perigo da perda definitiva do passado, esses movimentos começam a recriar *lugares da memória*⁸⁸ visto ser esta uma reivindicação dos grupos populares pelo direito ao passado. Nesse sentido, trava-se uma luta política, o confronto entre memória contra memória, em que se disputa os sentidos daquilo que ocorreu no passado. Em outras palavras é um confronto entre distintas memórias antagônicas e diferentes versões do passado.

Nossa pesquisa mostrou claramente que não existe uma única memória, mas sim várias “*memórias subterrâneas*” - como denomina Pollak (1989) - construídas pelas classes populares e que contradizem as versões difundidas pela memória oficial, manifestando-se como uma estratégia de resistência e luta política dos grupos minoritários e populares. Na medida em que esta luta for assumida por outras esferas da sociedade brasileira ela pode contribuir, por meio de políticas de memória, na luta contra o esquecimento.

Portanto, cabe à política da memória fortalecer as esferas públicas da sociedade civil e expandir a natureza do debate público tentando curar as feridas provocadas pelo

⁸⁸ *Lugares da memória* é uma expressão utilizada e desenvolvida por Pierre Nora em seu livro: NORA, P. (1984). *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard.

passado e construir uma memória coletiva que se contraponha à memória oficial. Dito de outra maneira, significa criar e manter espaços memoriais que ajudem a construir e alimentar uma memória coletiva que questione as versões instituídas como “memória oficial” de modo que a política da memória seja assumida como uma atividade vital na luta contra as políticas do esquecimento (Perrone, 2002) e, nesse sentido, apontando para a construção de novas práticas sociais.

A fim de entender a memória coletiva como estratégia de resistência e luta política, nos apropriamos da reflexão de Rancière (1996), procurando compreender a política da memória como *dissenso*, como o questionamento do consenso que tem levado a uma política de esquecimento deliberada em toda América Latina, visto que, como bem aponta Perrone:

“O consenso exclui as disputas entre razão e paixão, que lutam na elaboração do trauma coletivo. A normalização do político na América Latina sacrifica a memória do ‘outro’ vencido, e busca apagar até o seu traço de legitimidade. Ainda que o consenso faça referência à memória, não é capaz de praticá-la, tampouco é capaz de expressar seus tormentos, a única via de acesso e liberação emocional da lembrança” (Perrone, 2002:102).

Tendo como referência o conceito de política desenvolvido por Jacques Rancière (1996 a/b) e o relato dos nossos entrevistados vamos mostrar como as políticas da memória podem impor uma memória oficial que tenta levar ao esquecimento determinados eventos políticos – se não interessar aos que estão no poder – e como muitos grupos e movimentos, constroem uma memória política que se opõe à memória oficial.

Para nós, a idéia do *dissenso* é um elemento fundamental e necessário à elaboração de políticas da memória que possam se contrapor a uma memória oficial e consensual que tende a apagar as lutas de resistência da nossa sociedade, impondo saberes e imaginários

coletivos que acabam sendo assimilados pelos indivíduos negando a esses mesmos indivíduos e à sociedade, especialmente às classes populares, o direito ao passado.

Vale ressaltar, que a política da memória não pode confundir-se com as políticas de preservação do patrimônio histórico, nem tampouco com a institucionalização da memória, senão se converteria em história. Grosso modo, poderíamos dizer que a história é uma representação do passado e uma operação intelectual que rompe os vínculos coletivos da memória, na medida em que se cristaliza na escrita da história oficial. A memória, por sua vez, é um fenômeno sempre atual que mantém os vínculos entre o que foi vivido e o eterno presente. Como afirma Decca, *“A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”* (Decca, 1992: 130), visto que supera os limites da historiografia e se abre a uma multiplicidade de versões sobre o passado. Para este autor,

“(...) a memória histórica⁸⁹, ao longo de nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação” (p. 133).

Nesse sentido, memória e história se opõem, enquanto a memória procura reforçar o sentimento de identidade de um grupo, a história desfaz identidades (Decca, 1992). Não estamos deslegitimando a história, entretanto, não podemos deixar de assinalar que a oposição entre ambas suscita um paradoxo, muito bem apontado por Decca que diz: *“Se a*

⁸⁹ Para Decca (1992) a *“memória histórica está definitivamente datada, ainda que possa ressurgir em nome de outras bandeiras e outras lutas”* e *“está ligada a afirmação do Estado Nacional e até muito recentemente era controlada pelos jogos insinuados do poder que estabeleciam a história oficial”* (pp.134-135). Cabe diferenciar aqui que Martín-Baró utiliza a idéia de memória histórica num sentido absolutamente oposto ao de Decca, visto que para Martín-Baró (1998) a memória histórica não está vinculada a nenhum tipo de controle de poder, muito pelo contrário, está diretamente vinculada ao processo de conscientização que permite as pessoas e grupos sociais (...) *asumir lo más autentico de su pasado, a depurar lo más genuino de su presente y a proyectar todo ello en un proyecto personal y nacional”* (Martín-Baró, 1998:171) e, nesse sentido, perceber tudo aquilo que oprime e marginaliza o povo latino-americano.

sociedade histórica destrói as bases da memória coletiva espontânea, ela ao mesmo tempo desenvolve uma percepção histórica que, diante do perigo da perda definitiva do passado, começa a recriar deliberadamente lugares de memória” (Decca, 1992: 131).

De alguma maneira, é nessa luta por criar *lugares de memória* que parece inserir-se as políticas de memória, como uma reivindicação dos grupos sociais pelo direito ao passado. Desta feita, a política da memória é essencialmente provocada pelas demandas dos movimentos que lutam pela construção de uma memória popular ou, como afirmam alguns autores, por uma *memória dos vencidos*, ou seja, por aqueles grupos e minorias que “*perderam não só o poder, mas a visibilidade de suas ações, resistências e projetos*” (Paoli, 1992: 27).

A fim de aprofundar o que entendemos por política da memória, queremos agora fazer uso da crítica que Rancière (1996 a/b) faz à idéia de política, que em nossos dias, é compreendida como consenso que se apresenta como princípio da democracia, mascarando a própria idéia de política e de democracia. Para esse autor, a política não é a maneira como indivíduos e grupos combinam seus interesses e seus sentimentos, como comumente se afirma. Para o autor, a política “*É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível*” (Rancière, 1996b: 368). Encontramos na idéia de combinar interesses, buscar consensos, uma distorção do conceito de política e da própria democracia. Para Rancière a política só pode ser entendida enquanto “*dissenso*” e não consenso, pois a política rompe com o jogo normal da dominação, pois não advém naturalmente nas sociedades humanas. Muito pelo contrário “*advém como um desvio extraordinário, como uma ruptura no processo de passagem de uma lógica de dominação à outra, do poder da diferença no nascimento ao poder indiferente da riqueza*” (Rancière, 1996b: 371).

O que normalmente se entende por política, ou seja, o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição, ele denomina “polícia”. Quer dizer, nesta idéia de política, que ele chama “polícia”, se encontra a idéia de ordem, vigilância e repressão quando se transgride essa ordem. Nesse sentido, a palavra política significa “*o conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia*” (Rancière, 1996b: 372).

Para deixar isso ainda mais claro, Rancière resgata a definição de Aristóteles de que o homem é um animal político que se distingue dos outros animais por possuir o “logos”, a palavra. A voz (phone) é comum ao homem e aos outros animais, mas somente o homem tem a palavra que lhe permite manifestar o útil, o prejudicial, o justo e o injusto. Assim sendo, somente aqueles que possuem a palavra como “*ser falante*” participam do mundo político. Recorrendo à fábula de Balanche, que descreve uma cena conflituosa entre plebeus e patrícios, demonstra a existência de dois mundos sensíveis: o mundo dos plebeus que não falam (que é o mundo daqueles que só manifestam ruídos, o mundo daqueles que não têm um nome e, portanto, não estão inscritos na pólis) e o mundo daqueles que falam (os patrícios, que têm um nome e que estão inscritos na polis).

Na fábula, os plebeus insistem em provar que eles falam e aí reside o conflito. Isso pressupõe a igualdade de um ser falante com qualquer outro ser falante. Igualdade essa que não se inscreve na ordem social, senão que se manifesta pelo dissenso como “*uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável*” (Rancière, 1996b: 372). Os plebeus começam a falar como seres que têm nome e “*(...) instituem uma outra ordem, uma outra divisão do sensível, constituindo-se não como guerreiros iguais a outros guerreiros, mas como seres falantes repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles*” (Rancière, 1996a: 37-38).

Eles constroem a esfera pública através do dissenso, do confronto entre dois mundos distintos:

“(...) não um conflito de pontos de vista, nem mesmo um conflito de reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados (...). Cumpre, portanto, fazer com que seja visto, e que seja visto como correlato do outro” (Rancière, 1996b: 374).

Partindo dessa idéia, parece-nos clara a importância e a necessidade do conflito para fazer emergir uma cena pública, na qual se exponha a existência dos dois mundos e se estabeleça uma relação que só é possível existir se nos fazemos ouvir, entender, enxergar, ou seja, se nos tornamos visíveis. O político, portanto, apresenta-se como *dissenso* que desestrutura a ordem social e faz com que o mundo dos sem visibilidade, sem voz e sem poder, ocupe a cena pública tornando visível suas necessidades e aspirações.

Rancière (1996b) ilustra bem esse dissenso, esse desentendimento (que é o conflito entre dois mundos distintos) apontando, como exemplo, o movimento operário que, a partir do momento em que vários empregados interrompem juntos o trabalho para negociar com o empregador suas condições de trabalho, esta questão é levada ao Estado e à opinião pública. Seu movimento é audível apenas como um ruído que a autoridade pública deve fazer cessar. E aí funciona a lógica policial.

Do ponto de vista dos operários, a discussão da remuneração do trabalho é um assunto para ser discutido publicamente, ou seja, eles falam num mundo que não existe e de coisas que não existem, coisas que para sua enunciação não possuem nenhum título. A política operária procurou

“(...) construir a relação entre esses dois mundos separados: não somente obrigar o outro a discussão, mas provar que entre o mundo público da fala e do debate e o mundo 'privado' do trabalho havia uma relação e que, portanto, o vínculo igualitário, constitutivo de um mundo comum, podia operar” (Rancière, 1996:376).

Esta estratégia consistiu, não apenas em provar logicamente esse vínculo, mas em construí-lo numa encenação (a cena pública). Na medida em que os movimentos, como é o caso do movimento operário se contrapõe à ordem dominante estes ocupam a cena pública e ganham visibilidade.

De acordo com Paoli (1989) é por meio do confronto que os trabalhadores buscam sua condição de cidadania como “sujeito de direitos” que lutam por um espaço público no qual suas demandas possam ser reconhecidas e onde a justiça social possa ser realizada (Paoli, 1989). Nesse sentido, a vida cotidiana aparece como base para a ação e concepção de diversos direitos, uma vez que os trabalhadores começam a valorizar a condição de dignidade como fundamento da condição operária e passam a ter uma compreensão do trabalho cotidiano, como valor de dignidade, liberdade e inteligência, contrapondo-se a ordem dominante.

É, pois, nesta perspectiva de entendimento da política que inscrevemos a *política da memória*, apresentando a memória como estratégia de resistência e luta política, como o confronto entre versões antagônicas que se apresentam – como sugere Huyssen (2000) – como “*esferas públicas de memória real*” que contestam a *memória oficial* ou, como podemos dizer, as formas de memória consensual coletiva que foram construídas pelos regimes pós-ditatoriais, não só no Brasil, mas em toda América Latina (Perrone, 2002).

1. As políticas de esquecimento

Ao estudarmos a memória política da ditadura militar brasileira, inevitavelmente nos remetemos a uma realidade comum a vários países da América Latina que viveram, simultaneamente, sob ditaduras militares e nos damos conta de que os regimes pós-ditatoriais neste continente, promoveram, por meio de seus aparelhos repressivos, *políticas de esquecimento* que foram estabelecidas, como aponta Huyssen (2000) através de “*reconciliações nacionais e anistias oficiais*” e “*através do silêncio repressivo*” (Huyssen, 2000:16), ou ainda, através da fabricação de consensos, que produziu formas de memória consensual coletiva.

A fabricação de consensos ou de memória consensual coletiva, segundo (Perrone, 2002), são formas de recuperação da harmonia nacional utilizada pelos governos pós-ditatoriais como estratégia para apagar o passado e promover o esquecimento. Isso faz parte de uma *política do esquecimento*, que pode ser mais bem entendida como Rancière (1996) denomina “*polícia*”, que se estrutura para manter a “harmonia nacional”, ocultando os crimes cometidos pelas ditaduras e apagando da memória as lutas de resistência desenvolvidas contra essas ditaduras.

Como afirma Ricoeur (2003),

“(...) la amnistía, como olvido institucional, alcanza a las raíces mismas de lo político y, a través de este, a la relación más profunda y más oculta con un pasado aquejado de interdicción. La proximidad más que fonética, incluso semántica, entre amnistía y amnesia señala la existencia de un pacto secreto con la negación de la memoria” (p. 588).

Concordando com as afirmações de Ricoeur, podemos dizer que uma das estratégias desta **política de esquecimento** foram os **processos de anistia**. Não podemos

negar que a luta do movimento pela anistia no Brasil, levada a cabo a partir de meados dos anos 70, foi uma forte bandeira de luta contra a ditadura. Impulsionada, fundamentalmente, por familiares e amigos dos envolvidos nos movimentos revolucionários e por ex-presos, que estavam em liberdade e, internacionalmente, por exilados e/ou simpatizantes brasileiros e estrangeiros, esta luta buscava a anistia, ampla, geral e irrestrita, a erradicação da tortura, o esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e desaparecimentos políticos, a responsabilização jurídica do Estado e dos agentes da repressão e o desmantelamento do aparato repressivo. E apesar da força que tinha esse movimento e das adesões de outros movimentos sociais que assumiram essa bandeira de luta, a lei de anistia no Brasil, como vimos no Capítulo III, não foi ampla, nem geral e nem irrestrita como queria a sociedade brasileira, muito pelo contrário, foi parcial e limitada não atingindo todos aqueles que foram perseguidos pela ditadura e, além disso estabelecendo um “apaziguamento” entre militares e opositores do regime militar.

Acertadamente, Ricoeur (2003) aponta os limites dos processos de anistia, visto que ao buscarem a paz cívica, reconciliando os inimigos proporcionam uma *harmonia social* e provocam o *esquecimento institucional*. Nesse sentido, a anistia tem um alcance para além do esquecimento jurídico, ou seja, põem fim a todos os processos em andamento e suspende todas as ações judiciais impedindo a apuração dos crimes políticos e apagando a memória como se nada houvesse acontecido. Como bem afirma Olgária Mattos (1992), “(...) a paz é o nome que os vitoriosos dão ao silêncio dos vencidos, para figurá-la como definitiva” (p. 153).

Ora, esquecer esse passado traumático, indesejado, é querer impedir que a sociedade conheça o arbítrio e a violência política instaurada pelas ditaduras militares. Essa política de esquecimento parece ter sido muito eficaz, haja vista, que se iniciou durante o próprio regime militar com o ocultamento dos assassinatos de presos políticos

que eram divulgados como sendo “suicídio”, balas perdidas, atropelamentos ou assassinatos pelos próprios companheiros.

Enquanto os atos de violência se proliferavam por todo o país, o regime militar utilizava a **manipulação política e ideológica** para ocultar da população estes acontecimentos.

Esta manipulação, como vimos ao longo da tese, está bem presente na memória das lideranças sindicais e comunitárias, e como elas próprias apontam eram praticadas através dos meios de comunicação oficiais; da escola formal; do futebol, com toda ênfase que se deu a Copa do Mundo de 1970 (que ofuscava os acontecimentos); da imposição do medo; do *milagre econômico* e do patriotismo pregado pelo regime.

Podemos dizer que essas **políticas de esquecimento** foram criadas ao longo da ditadura militar e continuaram sendo alimentadas durante todo o período de transição à democracia, através da impunidade, uma vez que – como já apontamos no Capítulo III – o Brasil não puniu os torturadores e assassinos do período, como ocorreu em outros países da América Latina. E, apesar de o governo brasileiro ter reconhecido a sua responsabilidade sobre os crimes praticados na ditadura, esse reconhecimento não atingiu aqueles que morreram nos confrontos com a polícia e os que cometeram suicídio motivados pelo regime, ou seja, não foi extensivo a todas as vítimas do regime.

Entre os elementos que fazem parte da política de esquecimento, está **a queima de arquivos**, visto que muitos dos arquivos da época foram destruídos no final da ditadura – inclusive, há cerca de um ano, foi divulgada pela imprensa uma denúncia da queima de arquivos na base aérea de Salvador na Bahia, fatos estes também presente na memória das lideranças sindicais e comunitárias.

Essa política de esquecimento é justamente contrária a política da memória que propomos, visto que, qualquer ação de combate ao *esquecimento institucional* deve, necessariamente, passar pela elaboração de políticas públicas concretas contra a violência e em favor dos direitos humanos, garantindo, fundamentalmente, à população brasileira, o direito ao passado e, portanto o direito à memória.

2. Políticas da Memória: A luta contra o esquecimento

Ressaltamos que uma **política da memória** deve trabalhar em torno da disputa pela memória social que “(...) *constantemente desmonta os mecanismos de institucionalização do significado que a sociedade constrói a respeito de si mesma. (...)É fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum*” (Paoli, 1992:27).

Quando falamos em política da memória propomos expandir a natureza do debate público trazendo à luz a memória coletiva das classes populares que se contrapõe à memória oficial e que possibilita o fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil, justamente por tornar visível a existência de dois mundos, como nos sugere Rancière (1996a/b).

Para isso destacamos os elementos que apareceram nos discursos dos entrevistados e que consideramos, a nosso ver, devem fazer parte das políticas da memória:

2.1. A memória de resistência das classes populares

Um primeiro aspecto de fundamental importância para elaboração de políticas da memória é reconhecer que existe **uma memória de resistência construída pelas classes populares**. Nesse sentido, nos interessa mostrar que não existe uma única memória, mais bem existem “memórias subterrâneas” que “*como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à memória oficial*” e “*(...) se contrapõem ao caráter destruidor, unificador e opressor da memória coletiva nacional. (...)*”, ou seja, “*a memória entra em disputa*” (Pollak, 1989:4).

Os relatos dos nossos entrevistados ilustram bem o que vimos afirmando ao longo deste capítulo, visto que na memória coletiva construída por lideranças, que hoje atuam nos sindicatos, em comunidades populares ou movimentos sociais, a ditadura não caiu no esquecimento.

Como já descrevemos nos capítulos anteriores, em suas memórias estão presentes as formas de repressão impostas pelo regime militar que impedia qualquer tipo de luta ou expressão política dos movimentos sindicais e populares contra o regime, e a coragem dos militantes que assumiam o risco de serem torturados ou mortos:

“Muitos pagaram com a vida, né. Essa coisa é uma pergunta que eu sempre me faço, quer dizer, a nossa geração, mesmo hoje com as dificuldades e as dificuldades são objetivas, né, o desemprego, são coisas que retraem, dificultam a organização e a luta, mas tem que se perguntar, aquela geração lutou, tinha tudo isso e ainda tinha: cê poderia ser morto, poderia... tortura, quer dizer, é muito mais difícil. Então é uma geração que a gente tem que reverenciar” (Edilson).

Nessas “memórias subterrâneas”, a vitória contra a ditadura é atribuída à classe trabalhadora, versão jamais assumida pela memória oficial: *“mas foi uma vitória da classe trabalhadora, com certeza”* (José).

Podemos perceber que são memórias de resistência construídas, no interior dos movimentos sindicais e sociais, ou seja, por aqueles que normalmente estão predispostos a agir contra os aparelhos repressivos e que provocam uma ruptura com o cotidiano contestando o conformismo político, a submissão ao poder e a defesa da ordem que justifica a repressão:

“Mas eu também acredito, quer dizer, essa mudança só vai vim com o povo organizado, o povo na rua e aí o papel do movimento social é fundamental. E aí essa imagem da luta pela liberdade, de enfrentar os governos é importante porque, é também essa coisa é importante, né, porque o povo também derrubou uma ditadura militar, né” (Edílson).

Conforme vimos no Capítulos VI essas memórias são preservadas ou mantidas a partir dos espaços memoriais criados por essas mesmas comunidades e movimentos que realizam suas celebrações e reflexões sobre os eventos passados que marcaram suas vidas, suas comunidades e o próprio bairro. São espaços memoriais que se convertem em verdadeiros “lugares da memória” como, por exemplo, as celebrações organizadas na Vala comum do Cemitério de Perus pelos grupos locais, comunidades, Igreja, Movimento de Direitos Humanos, em cujo lugar se reflete sobre as vítimas do regime militar no Brasil. Como já apontamos anteriormente, não é o fato de existir a vala comum que proporcionaria a memória do que aconteceu, naquele lugar, mas seu caráter celebrativo, ou seja, a sua rememoração coletiva e as atividades em torno do tema, que possibilitam a construção de uma memória coletiva da ditadura militar.

Estes exemplos trazem à luz as *memórias subterrâneas*, as memórias esquecidas, as memórias silenciadas, ou seja, as memórias que, segundo Pollack (1989), esperam o momento certo para emergir e que talvez não sejam capazes de vir à luz, espontaneamente.

Nesse sentido, as memórias coletivas, principalmente advindas das minorias, das classes populares, apresentam-se como uma memória política capaz de produzir cenas polêmicas e paradoxais que revelam a contradição entre a “*memória oficial*” e as *memórias subterrâneas* e, como sugere Paoli (1992), recriando “*a memória dos que perderam não só o poder, mas a visibilidade de suas ações, resistências e projetos*” (p. 27).

2.2. Abrir os arquivos da época da ditadura

É interessante destacar que a cada dia aumenta a pressão para que sejam abertos e revelados os arquivos da ditadura militar e, nesse sentido, as Comissões de Mortos e Desaparecidos Políticos, as Comissões de Direitos Humanos, ONGs, os Grupos Tortura Nunca Mais (GTNM) têm se mobilizado contra a revogação do decreto de sigilo 4.553/2002, estabelecido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e referendado pelo presidente Lula, que impede a abertura dos arquivos da ditadura no prazo de 50 anos.

Ressaltamos, portanto, que a abertura dos arquivos da ditadura é um direito à memória que permite às vítimas e aos seus familiares terem acesso às informações que lhes dizem respeito e que estão sob o poder sigiloso do Estado fazendo com que as violações aos direitos humanos sejam apuradas pela justiça.

A insistência dos grupos de Direitos Humanos e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos para que se investigue e se revele as mortes e os

desaparecimentos do período da ditadura militar jamais será em vão, pois diz respeito à nossa história, à nossa cultura e à formação das gerações atuais e das futuras gerações.

O fato de se terem sido abertos alguns dos arquivos, como foi o caso dos arquivos do DOPS, em São Paulo e os do Rio de Janeiro, no ano de 1994, nos anima a insistir nesta luta. Entretanto, não podemos deixar de destacar que, infelizmente, nesses arquivos, os documentos relativos à guerrilha do Araguaia foram totalmente destruídos. Alguns estudiosos, inclusive afirmam que restaram poucas informações inéditas daqueles documentos. De qualquer maneira, a sua abertura foi fundamental para que o público em geral pudesse ter acesso às fichas das personagens políticas e culturais brasileiras que foram vítimas da prisão e, conseqüentemente das torturas e outras violações dos direitos humanos.

Nossos entrevistados não estão alheios a esses acontecimentos e reafirmam a importância da abertura dos arquivos, expressando, claramente que isso é “nosso direito”⁹⁰:

“Acho que tem que, né, os jornais de hoje (14/12/2004) tão, tão tocando nesse assunto e muita gente não tem a opinião formada, né. E deveria ser algo, né, natural, né. É nosso direito a informação, o que que aconteceu efetivamente, né. Historicamente tem um papel relevante. E a gente tem muito a aprender com o que houve, né, naquele período, né, e sentir vergonha inclusive, do que houve naquele período. (...) Então, essas questões tem muito a, a, a nos formar e nos ensinar. Então a gente não pode simplesmente apagar o que é ruim na história do país, né, e fazer de conta que nada aconteceu” (Anderson).

Então ontem (12/12/2004) teve um, um escândalo colocado pelo fantástico, né. A queima de arquivos, lá em Salvador, na base aérea de Salvador. Mais um ingrediente, mais um temperinho do que já vinha há duas semanas com a intenção de abrir ou não abrir os arquivos, né, do que é confidencial e o que não é, então tem uma série de coisas. Na verdade a gente vai tá trabalhando com feridas, né. Você vai tá abrindo, escancarando feridas ou imposições da ditadura militar, quer dizer, é, autoritarismo mesmo, né” (Armando).

⁹⁰ Vale destacar que estas entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro de 2004 e janeiro de 2005, período em que estava sendo divulgada pela mídia a discussão da abertura dos arquivos e da queima dos arquivos em Salvador-BA. (O Fantástico divulgou isso no domingo dia 12/12/2004).

A nosso ver, tornar público à população as atrocidades cometidas contra os que se opunham ao poder, é dar um basta à violência política do Estado possibilitando a denúncia da grave violação aos direitos humanos, a não repetição dos erros do passado, a não ocultação dos fatos e informações relevantes para a consolidação da democracia e a transparência no relacionamento entre Estado e sociedade.

2.3. A necessidade de reparação: não à impunidade

Para além da luta pela abertura dos arquivos é necessária a reparação dos danos e perdas das vítimas da violência política no Brasil, bem como aos seus familiares que não cessam em querer dar aos seus entes queridos o direito de serem enterrados com dignidade. Cabe ressaltar, que indenizar os que foram diretamente lesados ou aos seus familiares, bem como punir os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o regime militar no Brasil, faz parte dessa reparação e significa para a sociedade brasileira dizer não à impunidade!

Armando chama a atenção para o direito das famílias de saberem qual foi o fim de seu ente desaparecido, se morreu, em que condições:

“Tantas pessoas desaparecidas sem saber aonde estão! Famílias assim sem ter, filhos órfãos da ditadura, que não sabem se teu pai tá vivo, se não tá, se foi exilado ou não foi, quer dizer, sabe-se que uma grande maioria está morto, mas saber aonde e em que condições? (...) Pra saber, ‘não meu pai morreu’, então aconteceu assim. Não digo que isso vai acalantar por ter perdido um ente da família, mas pelo menos saber qual a condição. (...) É um direito, né. E até mesmo tendo as questões de luto, a questão mais de você, concepções de pós vida, né. As pessoas pensam, não, essa pessoa não se libertou, tá lá sofrendo até hoje. Imagine a pessoa que foi injustiçada, foi morta por isso, por ter brigado por uma coisa e, de repente, nem a própria família sabe o que aconteceu com ela? Ficou essa lacuna na história. Realmente é uma coisa assim bem, bem ruim, né” (Armando).

A respeito dos desaparecimentos, Cardoso (2001) fala de um passado que não se torna passado, dada a dificuldade de sua simbolização e representação, visto que,

“o terror político assume a forma de uma técnica de produção do silêncio, desde a censura, passando pelo silenciamento da sociedade, através do medo até o limite máximo de sua expressão, quando ‘mata a própria morte’, no procedimento do desaparecimento – desaparecimento de pessoas, de seus corpos, de seus nomes, de sua existência jurídica (cf. Reynoso, 1988; e Mango, 1988)” (Cardoso, 2001: 156).

Por isso, apurar os fatos, resgatar a trajetória dos mortos e desaparecidos deste período recente é importante, não apenas do ponto de vista do direito de seus familiares obterem uma satisfação dos governos sobre como e porque morreram seus filhos, pais, irmãos ou companheiros, mas também para esclarecer como os fatos realmente aconteceram e não como o regime militar quis que fossem contados:

“Rastrear, escavar, desenterrar marcam a vontade de fazer aparecer os pedaços de corpos e de verdade que faltam, para juntar assim uma prova e completar o incompletado pela justiça. Os restos dos desaparecidos – os restos do passado desaparecido – devem ser primeiro descobertos (des-encobertos) e logo assimilados: isto é, reinseridos em uma narração biográfica e histórica que admita sua prova e teça ao redor dela coexistências de sentidos” (Richard, 1999:328).

2.4. Desmontar os mecanismos de institucionalização da memória social

Entre as questões a serem pensadas nas políticas da memória está a necessidade de desmontar os mecanismos de institucionalização da memória social. Se naquilo a que chamamos *políticas de esquecimento* estavam “a escola”, a “manipulação política e ideológica” que atuaram fomentando a mentira e ocultando os fatos – que Martín-Baró (1998) denomina “mentira institucionalizada” - as políticas da memória também deve atuar

neste campo “ideológico” fazendo um trabalho, como diria Martín-Baró, de desideologização: *“Desideologizar significa rescatar la experiencia original de los grupos y personas y devolvérsela como dato objetivo, lo que les permitirá formalizar la conciencia de su propia realidad verificando la validez del conocimiento adquirido”* (Martín-Baró, 1998: 302).

Desafio grande, mas necessário, que só será possível através do resgate desta **memória política** ocultada ao longo dessas décadas e que precisa urgentemente ser “publicizada”, levada ao debate público escancarando a realidade, provocando o dissenso e rompendo com as formas de memória consensual. Para isso, são fundamentais os trabalhos de memória desenvolvidos pelos movimentos sociais, pelas entidades de classe, pelos Departamentos do Patrimônio Histórico, pelas Comissões de Direitos Humanos, pelo Grupo Tortura Nunca Mais e também pela pesquisa acadêmica.

Muito nos anima a importância que os próprios entrevistados atribuem aos nossos trabalhos de pesquisa sobre a memória da ditadura militar brasileira, como foi o caso de Vitor, ao afirmar que o alcance da universidade é muito mais amplo do que os da própria categoria sindical:

“Uma das atividades pra manter a história viva, uma memória viva, são através de vocês, principalmente vocês acadêmicos, porque nós enquanto gente, enquanto uma entidade aqui, temos limites, não conseguimos atingir todo mundo, é obvio que podíamos fazer muito mais do que fazemos, mas infelizmente tem outros sindicatos com outras mentalidades, mas eu acho que, através de vocês, que são tal qual a nós, talvez com uma facilidade maior de formar opinião e manter a memória viva em relação a esses períodos que trouxe muita tristeza para o país, com certeza” (Vitor).

A importância de se resgatar a memória é apontada por várias lideranças comunitárias como um dos elementos de grande importância para a sociedade brasileira,

pois, para eles, conhecer a história, o passado, o que foi e o que significou a ditadura militar, as atrocidades que foram cometidas no Brasil, serve de parâmetro para compreender a sociedade de hoje e pensar as perspectivas futuras:

“Era importante resgatar mesmo, né, porque eu penso que se a gente conseguisse ter como parâmetro as coisas que aconteceram naquela época e conseguisse, a partir disso, ver o que a gente tem hoje e as perspectivas, tivesse isso como um parâmetro de análise, o período como um todo, a gente conseguiria resgatar algumas coisas, com as pessoas, né. Desde a organização coletiva, do poder que o povo pode ter, né. Apesar que dizem que não foi tanto o povo, assim que fez a mudança. Que naquele momento era interessante, que tinha uma conjuntura internacional. A gente sabe disso, né. Mas ainda assim eu acho que você só consegue aliar as duas coisas, né, tanto essa análise mais geral de conjuntura internacional quanto a de organização das pessoas, naquele momento, cê consegue mostrar que a força popular tem alguma importância, senão muita. Então eu acho que ela, tinha que ser um resgate mais profundo pra que as pessoas pudessem perceber as atrocidades que podem ser cometidas e a possibilidade de organização que a sociedade tem. Eu acho que ela tinha que ser mais resgatada pra que a gente tenha esses parâmetros de análise, né. De uma história mais, mais real mesmo que nosso país vivenciou” (Andréa).

Desta feita, reforçamos o que já afirmamos logo no primeiro capítulo desta tese: resgatar a memória história, na perspectiva de Martín-Baró é, em si mesmo, construir uma memória política, que implica em:

“(...) ‘descubrir selectivamente (...) elementos del pasado que fueron eficaces para defender los intereses de las clases explotadas y que vuelven a ser útiles para los objetivos de lucha y conscientización’ (Fals Borda, 1985: 139). Se trata de recuperar, no sólo el sentido de la propia identidad, no sólo el orgullo de pertenecer a un pueblo así como contar con una tradición y una cultura, sino, sobre todo, de rescatar aquellos aspectos que sirvieron ayer y servirán hoy para la liberación” (Martín-Baró, 1998: 301).

É preciso, portanto, confrontar-se com o passado e lutar, como sugere Martín-Baró, contra a mentira institucionalizada e pela transformação das formas de poder que, ao longo de décadas, vem oprimindo e alienando os povos latino-americanos.

Eliana coloca esta tarefa nas mãos dos movimentos sociais:

“Olha, taí uma tarefa que eu acho que os movimentos sociais tinham que pensar em como atingir, em como falar melhor disso. E aí eu me incluo nisso, nessa deficiência de abordar esse tema no dia-a-dia do sindicato ou no dia-a-dia com as conversas com a categoria. É, eu acho que assim ó, se a gente trabalhasse isso, nós poderíamos ter uma sociedade, brasileiros e brasileiras mais atentos pra realidade nacional e internacional. (...) Então se a gente trabalhasse melhor o que foi a ditadura, tá, talvez temos insipiência em trabalhar esse tema e quais as conseqüências, eu acho que a gente poderia usar a ditadura pra ter uma sociedade mais, é, ativa hoje. De entender que a gente foi muito oprimido naquela época e que essa opressão, o tempo dessa opressão ideológica tem que acabar, até pra que as televisões não sejam tão imbecis e não queiram transformar a gente em mais imbecil ainda, sabe. Então, acho que assim, foi importante, naquela época, assim, é importante até hoje, mas eu sinto que hoje é um assunto adormecido, não tá na lembrança, não tá na memória imediata das pessoas. (...) E se a gente trabalhar pode recuperar a sua importância hoje no imaginário das pessoas” (Eliana).

Tal tarefa, estando nas mãos dos movimentos sociais nos leva a perguntar: E o que estão fazendo estes movimentos no que diz respeito à preservação da memória da ditadura? Mais um aspecto importante para as políticas da memória.

2.5. Preservar a memória da ditadura

As lideranças sindicais e comunitárias mesmas apontam que existe a necessidade de se fazer um trabalho de preservação da memória da ditadura, mas, ao mesmo tempo, afirmam que há muito pouca preocupação por parte das lideranças e dos movimentos sociais, em geral, em preservar essa memória. Contudo, não deixam de sugerir o que poderia ser feito, além de justificar a importância da memória da ditadura para as novas gerações.

2.5.1. Lideranças Comunitárias:

Emerson acredita haver algumas iniciativas de preservar essa memória, mas ela é muito insipiente:

“Eu acho que se tenta, mas ainda muito, muito, muito, a iniciativa ela tá muito pequena ainda, né, pelas limitações que essas pessoas têm porque nós estamos vivendo num mundo que tá praticamente arrastando as pessoas a viverem, né”. “(...) As iniciativas que se tem são iniciativas de pessoas que, como sempre, tão andando contra a maré, nadando contra a maré, né, e aí acaba atingindo muito poucas pessoas, né, não consegue atingir a maior parte das pessoas, atinge aquelas pessoas que são interessadas. Eu, eu tenho um pouco de acesso porque milito no movimento social e participo, mas eu gostaria que isso fosse acesso nas escolas, poderia ter acesso nas escolas, nas comunidades, aonde a gente atua poderia ser feito esse, esse debate, essa conversa” (Emerson).

Para Luciara, os movimentos sociais são um lugar de memória, pois ela própria conheceu esse período por meio dele:

“Eu acho que eu sou um reflexo disso. (Risos). Como eu já te disse. Eu conheci, eu vim conhecer a história e foi tudo através dos movimentos populares. Então eu acho que é, se preserva, né, essa coisa, dentro do movimento se preserva ainda, principalmente do movimento social, principalmente do movimento social eu acho que ainda se preserva. O fato de querer realmente passar pra novas gerações, isso até a partir de nós mesmos. A partir das nossas gerações mesmo, né. É, nos grupos, nas formações, sempre estar se fazendo esse resgate histórico. Uma pena que não é pra todo mundo” (Luciara).

Em Perus, as lideranças comunitárias destacam que os movimentos sociais e as comunidades têm essa preocupação de preservar a memória:

“Sim, através da Vala comum, por exemplo, aqui em Perus foi feito um trabalho pelo grupo de direitos humanos, muito grande em cima da vala comum, com filmes, com palestras. Eles fizeram um trabalho grande, embora

as pessoas que eles conseguiram mostrar, proporcionar isso foram poucas, né” (Ciça).

E destacam que tem sido realizados alguns eventos sobre a Vala comum:

“Que foi a partir do momento que teve, que foi descoberta a cova, né, é que começou a fazer a missa de finados lá no cemitério. Então aí é que colocou e sempre tem a memória nesse dia. Isso, recordar os indigentes, né, como é que fala? É os desaparecidos, enterrados indigentes. É desaparecidos políticos, né, desaparecidos políticos” (Rosane).

“(...) Um exemplo, este ano teve a festa de São Mateus, o tríduo, então, por exemplo, a gente passou a fita da “Vala Comum”. No ano que a gente, que a Paróquia São José foi preparar a missa da Vala Comum, a gente passou o filme da Vala comum porque assim, a gente vê que esse filme é pequenininho, não sei se você já chegou a ver. Então ele é pequeno, mas ele mostra, assim, te dá pistas do que acontecia, tal, né. Então, é, nós passamos na comunidade S. Mateus. Foi passado na Paróquia Santa Rosa, foi passado o filme, acho que há uns dois anos quando eu vi, foi passado o filme e teve debate. (...) o objetivo é de resgatar a memória e celebrar, né, celebrar porque eles lutaram também” (Sandra).

Esses exemplos atestam a necessidade de se elaborar políticas que busquem, como sugere Perrone (2002), *“criar e manter espaços memoriais que ajudem a construir e alimentar uma memória coletiva”* (p. 109) que questione as versões instituídas como *memória oficial* e, ao mesmo tempo, compreender que a construção de uma memória política traz à cena pública as tensões existentes entre a História e as histórias dos indivíduos, o global e o local, o privado e o público, o Estado e os Movimentos Sociais.

2.5. 2. Lideranças Sindicais:

Os sindicalistas, quase em sua maioria, dizem que os sindicatos não têm essa preocupação. Em Belo Horizonte, alguns sindicatos como o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e o Sindicato dos Bancários tem se preocupado com isso:

“Olha, em relação a nossa, aqui eu sou muito suspeito pra falar porque o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim ele é literalmente dirigido, quase na sua totalidade, por membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Então, sem dúvida nenhuma, nós fazemos questão de deixar isso, a história viva, né, pra servir exatamente de exemplo do que é possível, que é possível mudar a sociedade desde que haja mobilização, desde que haja resistência, né. Então no nosso caso aqui eu posso te afirmar que há, há, sem dúvida nenhuma, não só através de revistas, através de jornais, mas através de seminários, através de debates, principalmente o nosso, a nossa entidade aqui nós deixamos isso muito vivo” (Vitor).

Andréa, ao contrário deles, diz que não há essa preocupação no sindicato que ela participa, o Sindicato dos Professores do Estado:

“O nosso sindicato comemorou 25 anos, uma luta pra conseguir resgatar essas coisas nossas, né. Assim, os nossos arquivos muito desorganizados, né. Então a gente percebe que não tem muito essa preocupação. Que aconteceu e que a preocupação, inclusive é uma questão sistemática, né. Não, não tem. Então não tem e acho que deveria ter. Porque foi o momento onde surgiu, né, tudo isso. (...) Muita coisa espalhada. Então, talvez seja uma atrocidade semelhante a essa de queimar as coisas, né, não organizá-las, né” (Andréa).

Em São Paulo, os sindicalistas apontam que existe muito pouca preocupação e Vilivaldo afirma que a entrevista, inclusive o despertou para a importância do tema ser debatido no sindicato:

“Olha eu vou te dizer que sim, mas bem pouco, bem pouco, é, eu acho que é uma questão até que você coloca que é até tema pra gente debater aqui no sindicato, porque a gente acaba vivendo no outro mundo e acaba aí. Você lembra, as vezes você coloca, na época da ditadura a gente não tinha essa tal liberdade, mas nunca tentando mostrar pra categoria, pros movimentos sociais o que foi a ditadura, o que significou, tal. Então eu acho que isso aí é até um tema de debate, né, pra gente, é, tentar, né passar pro povo, pra categoria o que significou porque a gente, a gente vê a dificuldade das pessoas que não viveram aquela época, né, de entender, né. Eu acho que é uma forma, até de formação porque o que vivemos naquela época, o que tamo vivendo hoje e porque nós temos que se organizar pra não chegar ao ponto que chegou a ditadura, né. Então eu acho que... (...) Sinceramente aqui eu acho que nunca foi feito, se foi feito foi antes de eu tá aqui, né, mais e outros sindicatos também, não lembro de ter participado de nada” (Vilibaldo).

No quadro abaixo, elencamos as atividades mencionadas pelos entrevistados que têm sido realizadas para preservar a memória. Em função das diferentes dinâmicas e iniciativas que existem em torno da preservação da memória da ditadura militar em cada lugar onde realizamos a pesquisa, consideramos mais apropriado apresentá-las por cidade:

BELO HORIZONTE	CURITIBA	SÃO PAULO
Seminários e debates	Palestras	Palestras
Biblioteca com todo o material do período catalogado: revistas, jornais, livros, recortes de jornais.	Seminários Ex. “40 anos da ditadura” com a presença de ex-presos políticos, promovido pelo CEFURIA, CEPAT e BRASIL DE FATO. Homenagem ao Sr. França (ex-presos político) Festival de Músicas da Época Exposição de fotos Exibição de vídeos	Exibição do Filme da Vala Comum em várias comunidades locais, seguida de debate e com a presença do diretor do Filme. Esta atividade foi promovida pelas CEBs e Centro de Defesa dos Direitos Humanos.
Formação dos dirigentes sindicais.	Simpósio sobre a Ditadura.	Missas que são realizadas no dia de finados na Vala Comum do Cemitério de Perus com homenagem aos mortos e desaparecidos políticos.
Jornais, boletins da época e um livro recém publicado sobre os 72 anos do Sindicato dos Bancários de BH.	Discussão do tema nos Cursos de Formação de Lideranças.	Palestras promovidas pela Igreja Católica, através das Cebs, e em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos.
Publicação de documentos e documentários nos jornais.	Discussão do tema nos espaços de formação dos movimentos sociais e da Escola Nilton Santos.	

Vale a pena destacar algumas falas dos entrevistados sobre a importância dos eventos promovidos para preservar a memória:

“(...) Então busca sempre fazer esse resgate. É a partir da base, da história, do chão do país é que a gente vai vendo porque que o país tá nessa situação hoje. Então é esse processo mesmo, né. Então é necessário se fazer esse, essa volta, senão não tem como entender porque que o país hoje tá no buraco que tá, né” (Luciara).

“Foi muito bonito porque teve várias fotos, teve vídeos, teve, foi muito bonito, as músicas da época. Então são músicas que eu gosto (risos). Na época foram reprimidas. E a gente acaba se sentindo em casa nesses lugares” (Emerson).

“A gente vê que esse filme (Vala Comum) é pequenininho, não sei se você já chegou a ver. Então ele é pequeno, mas ele mostra, assim, te dá pistas do que acontecia, tal, né. Quem fez o filme também veio. Então foi interessante. Eu acho que foi interessante, assim, porque você vê os vários lados, as pessoas que viveram na época. (...) E quando mostra assim pega o crânio da pessoa que morreu, eles fazendo estudo pra ver se aquele é da pessoa. Quando pega o rosto e coloca lá no crânio mesmo, que vê, que identifica, mesmo, né. Nossa! Aí a mãe fala que é bom você saber que realmente vai poder velar, tudo. Mas é um choque. (...) O objetivo é de resgatar a memória e celebrar, né, celebrar porque eles lutaram também” (Sandra).

“A gente discute todos os problemas da categoria e uma parte dessa, desses dias de reuniões a gente tira pra formação do dirigente sindical, então aí discutindo vários temas, dentre eles, obviamente que o problema da ditadura, o que foi a ditadura, o que representou a ditadura, o que a gente tirou dessa época, serve pra que a gente hoje, inclusive eduque os filhos da gente com relação a muita coisa que se viveu naquela época. Portanto, é preciso valorizar o que se tem hoje em função disso” (Vitor).

“Saiu um livro agora, né, dos 72 anos do sindicato, que conta a história desde a repressão até hoje. É um, é uma das coisas assim, que a gente preserva, pelo menos no Sindicato dos Bancários. (...) A gente faz constantemente, nas campanha salariais, a gente faz teatros, é, a gente faz. E dentro desse teatro, né, dependendo do tema, a gente faz comparações. Com certeza tem, tem essa, essa memória” (Ronaldo).

Estas frases atestam a importância dos *lugares de memória* que promovam o debate público de questões que afetaram diretamente o país, como foi o caso da ditadura, proporcionando a discussão, a análise e a interpretação dos processos sociais e políticos que vivemos no Brasil. Esses lugares, que se convertem em espaços e lugares-símbolo de luta política, se apresentam como verdadeiros “territórios da memória política”, como afirma, Jelin e Lagland (2003), uma vez que permite às novas gerações estabelecer os nexos entre passado presente e futuro.

2.6. Combate à repressão policial: não à criminalização da sociedade

Vimos, no capítulo VI, que ainda convivemos com os legados da ditadura militar. A estrutura policial permanece igual à do período militar, visto que, ainda hoje, a polícia se utiliza de práticas violentas contra a população, agindo com preconceito contra negros e pobres, quase sempre considerados “suspeitos”. Em nome do “combate ao crime organizado” a polícia viola os direitos individuais dos pobres invadindo a intimidade de milhares de pessoas com uma covardia assombrosa.

Essa atitude policial repressiva e a discriminação contra negros e pobres é apontada por Vilibaldo:

“A gente sabe que hoje, não só no Brasil, mais em vários países que tem discriminação, e a ditadura ajudava pra isso porque quem sofria era a classe trabalhadora, era os negros, os pobres, apesar que hoje também não é diferente, mas a época da ditadura isso aumentava, né. Então isso foi importante pra que as pessoas conseguissem enxergar que não era, não é um bom negócio, é a ditadura. Polícia não significa segurança, muita polícia na rua. É, então a gente vê que esse tema, talvez, seria um tema super importante pra que hoje nas escolas os estudantes estudassem essa época aí e tivesse uma relação com a época de hoje pra fazer, assim, uma análise mais precisa, né” (Vilibaldo).

Além disso, embora exista a liberdade de manifestar-se publicamente, é comum a utilização da repressão policial para conter greves, despejar famílias, através dos batalhões de choque contra a população civil. Essa violência bruta, típica da ação policial é um atentado contra a democracia e fundamentalmente contra os direitos humanos e por isso também deve fazer parte das políticas da memória, que devem indicar pistas para banir da sociedade brasileira esse legado.

Preocupa-nos, sobremaneira, perceber que há cerca de quarenta anos, grande parte do continente latino-americano vivia sob o regime militar e hoje, apesar de nosso continente viver em regimes democráticos, ainda permanece em nosso meio uma cultura da violência e de desrespeito aos direitos humanos. Ou seja, as democracias foram instauradas, mas o autoritarismo e a violência continuam como resquícios da violência política.

É claro que numa sociedade em que a desigualdade social é gritante, onde as relações sociais são extremamente hierarquizadas, onde as relações políticas ainda se dão através do favor e clientelismo e onde ainda são utilizados mecanismos repressivos para solucionar os problemas sociais, evidentemente se alimenta e se promove uma cultura de violência que atenta contra os direitos humanos. A impunidade é também responsável pela continuidade da violação dos direitos humanos, haja vista que o fato de não se punir os responsáveis pelas torturas demonstra a ineficácia do Estado em solucionar os atos de violação aos direitos humanos que ocorreram ao longo de todo período repressivo. Estamos nos referindo aqui à demora em tornar públicos os arquivos da ditadura militar e punir aqueles que praticaram torturas e assassinatos de militantes contrários ao regime, já que muitos desses torturadores permanecem impunes, inclusive ocupando cargos de

confiança em governos municipais, estaduais e federais, conforme vem sendo denunciado pelo Grupo Tortura Nunca Mais – RJ.

No que diz respeito às violações dos direitos humanos por parte do Estado, ainda nos deparamos com o uso de torturas e espancamentos por parte de policiais, por abuso da autoridade policial através de ameaças, constrangimentos, agressões físicas. Basta verificar as denúncias desses casos, nos órgãos de defesa dos direitos humanos, que encontramos várias incidências deles. Evidentemente, nos casos de violação por parte do Estado, a situação é ainda mais grave, já que este deveria ser o principal responsável por zelar pela integridade física e segurança dos cidadãos.

Há ainda, como nos aponta Chauí (1998), uma violência permanente, fruto da desigualdade social, que nem sempre é percebida como violência e autoritarismo que é o desemprego, a fome, a discriminação racial, sexual e religiosa, o machismo, a destruição do meio ambiente, a ausência de saneamento, situações essas que se vinculam diretamente à violação de direitos sociais e que condenam milhares de pessoas a condição de não-cidadãos. E aos que defendem esses direitos e se manifestam contra essa “des-ordem” se fomenta, através da mídia uma falsa idéia de que estes são sujeitos e agentes da violência (Chauí, 1998). Um exemplo claro disto são as manifestações públicas de movimentos de grande impacto como o Movimento Sem Terra (MST). É comum responsabilizá-los como instigadores da violência eximindo a polícia desta responsabilidade, uma vez que esta se apresenta para “manter a ordem”. Nesta lógica, os sujeitos da ação coletiva, sejam sem-terras, grevistas, etc, são considerados como “gente desqualificada”, “gente perigosa”, portanto, não-pessoas. Nesta ótica, o “popular” é visto como não pertinente à ordem social.

A ordem dominante produz uma idéia de que os conflitos e as contradições, como aponta Chauí (1998), “*são considerados perigo, crise, desordem e a eles se oferece uma*

única resposta: a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores em geral” (p.12). Ao criar uma imagem negativa dos trabalhadores, dos sem-terras e daqueles que se manifestam publicamente para reivindicar seus direitos, o Estado os submete à violência com o objetivo de frear sua organização e ação coletiva.

Desta forma, se inverte totalmente o sentido e objetivo das lutas populares “normalizando” o desrespeito aos direitos humanos e deixando de combater a violência a que estão expostos os cidadãos brasileiros, especialmente os que pertencem às camadas populares. Não é diferente do que acontecia no regime militar: aos que combatiam o regime a resposta era a violência política fomentando a idéia de que eram subversivos, perigosos, comunistas, vagabundos e principalmente “inimigos” da sociedade e que, por isso, precisavam ser combatidos ou eliminados da sociedade.

Nessa mesma linha de reflexão, Coimbra (2001) nos aponta que se cria e se difunde, através dos meios de comunicação social, a idéia de “classes perigosas” que ameaça a segurança da sociedade e que, portanto, precisa ser combatida. Nesse sentido, a autora assinala o quão eficaz tem sido a lei aplicada a todos os pobres:

“Uma nova ‘Doutrina de Segurança Nacional’ que apresenta como seu ‘inimigo interno’ não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam em nossos campos e cidades. Os milhares de sem teto, sem terra, sem casa e sem emprego que, vivendo miseravelmente, põem em risco a ‘segurança’ do regime. Compreende-se, assim, a urgência em produzir subjetividades que estigmatizem tais segmentos como perigosos e potencialmente criminosos, para que se possa, em nome da manutenção/segurança da sociedade, não somente silenciá-los ou ignorá-los (...), mas eliminá-los, exterminá-los por meio da ampliação de políticas de segurança públicas militarizadas que apelam para lei e a ordem” (Coimbra, 2001: 245-246).

A fala de Fabíola é extremamente interessante a esse respeito:

“E, como eu atuo na área do direito e eu estudo muito a questão e tô dentro da Secretaria de Defesa Social e trabalho, a questão de policiamento e segurança popular, a gente tem uma identidade muito da polícia, muito de polícia ainda, de segurança ser feita através da polícia, e eu acho que essa é uma característica que vem do processo militar. Quer dizer, você não trabalha a segurança pública através de projetos sociais. Você trabalha através do policiamento, da repressão ainda. Então isso tá muito forte ainda na sociedade brasileira. Apesar da gente viver um processo democrático. Eu acho que é democrático, entre aspas. A gente ainda tem, vive, efetivamente, um processo de repressão, de ditadura, das classes mais marginalizadas serem o tempo inteiro - eu tô lendo Rota 66, de Caco Barcelos⁹¹ – e ele pega, justamente, esse lado da polícia que mata nas ruas. E é o povo marginalizado que tá morrendo. Então a gente vive ainda sob o efeito, eu acho, um pouco desse período militar, do processo de repressão” (Fabíola).

Esses testemunhos nos levam a reafirmar que a solução deve passar, necessariamente pela elaboração de políticas públicas concretas contra a violência e em favor dos direitos humanos, garantindo, fundamentalmente, direitos sociais a toda população brasileira, especialmente às classes marginalizadas que constantemente são vistas como *classes perigosas*⁹² e/ou criminosas.

Portanto, consideramos de fundamental importância a elaboração de políticas da memória que procurem tornar público o que a história oficial ocultou nos períodos de repressão política, abrindo os arquivos da época da ditadura, reconhecendo e indenizando as vítimas da repressão, condenando os que aplicaram tortura e violaram os direitos humanos, bem como, incluir a política de preservação do patrimônio cultural e histórico que deve garantir, em todos os níveis, o direito ao passado e a cultura a toda população, reconhecendo, inclusive, os espaços memoriais populares.

⁹¹ Barcellos, Caco (1992). Rota 66: A história da polícia que mata. São Paulo: Globo.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, H. (1979). *O Outro lado do Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Aguilar, P. (1996). *Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza Editorial.
- Alvarez-Gayou, J.L. (2003). Marcos referenciais interpretativos. In. J.L. Alvarez-Gayou. *Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología*. (pp. 65-98). Barcelona: Paidós.
- Alves, M. H. M. (1984). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Ansara, S. (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (2001). Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. *Revista de Psicologia Política*, 1, (2), 29-52.
- Armistead, N. (1974). *La reconstrucción de la Psicología Social*. Barcelona: Hora.
- Arquidiocese de São Paulo. (1985). *Brasil Nunca Mais*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Vozes.
- Badlley, A. (1990). *Psicología de la Memoria*. Madrid: Debate. (Originalmente publicado em 1983).
- Bartlett, F. C. (1995). *Recordar: un estudio de Psicología Experimental*. Madrid: Alianza Editorial. (Originalmente publicado em inglês em 1930).
- Becker, D. & Calderón, H. (1993). Traumatizações Extremas, Processos de Reparação Social, Crise Política. In. H. U. Riquelme. (Ed.). *Era de Névoas – Direitos Humanos, Terrorismo de Estado e Saúde Psicossocial na América Latina*. (pp. 71-80). São Paulo: Educ.
- Bellelli, G., Curci, A. & Leone, G.. (2000). Las Memorias de Flash como Recuerdos Colectivos. In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 181-205). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1973). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Beristain, C.M., Gonzáles, J.L. & Páez, D. (1999). Memoria Colectiva y Genocidio político en Guatemala: antecedentes y efectos de los procesos de memoria colectiva. *Psicología Política*. (18), 77-99.

⁹² Sobre a noção de “classes perigosas” ver Coimbra, Cecília. (2001). Operação Rio: O mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto/Oficina do Autor.

- Berrington Moore, Jr. (1978). *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*. New York: Random House.
- Betto, F. (1982). *Batismo de Sangue: os Dominicanos e a Morte de Carlos Mariguella*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Blanco, A. (1988). *Cinco tradiciones en la Psicología Social*. Madrid: Ediciones Morata.
- _____. (1996). Vygotski, Lewin y Mead: los fundamentos clásicos de la Psicología Social. In. D. Paéz & A. Blanco (Eds). *La teoría sociocultural y la Psicología Social actual*. (pp. 27-62). Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje.
- _____. (2001). Hacia una epistemología psicosocial latino americana: el realismo crítico de Martín-Baró. In. A. M. P. Caniato & Eduardo A. Tomanik (Eds). *Compromisso Social da Psicologia*. (pp. 115-158). Porto Alegre: Abrapso-sul.
- Billig, M. (1992). Memoria Colectiva, ideología y la familia real británica. In. D. Middleton & D. Edwards (Orgs.). *Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido*. (pp. 77-96). Barcelona: Paidós.
- _____. (1987). *Arguing and Thinkings: A rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bosi, E. (1979). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- _____. (2004). *O Tempo Vivo da Memória*. 2ª Edição. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Brown, R. & Kulik, J. (1977). Flashbulb Memories. *Cognition*, (5), 73-99.
- Bruner, J. (1990). *Actos de significado: Más allá de la Revolución Cognitiva*. Madrid. Alianza.
- Candina, A. (2002). El día interminable. Memoria e instalación del 11 de septiembre de 1973 en Chile (1964-1999). In. E. Jelin. *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. (9-51). Madrid: Siglo XXI.
- Caniato, A. M. P. (1995). *História Negada: Violência e Cidadania sob um Enfoque Psicopolítico*. Tese de Doutorado. São Paulo: IP/USP.
- Cardoso, I. (2001). *Para uma Crítica do Presente*. São Paulo: Editora 34.
- Cardoso, L. C. (1993). *Memória e Poder: As Criações Memorialísticas e o Regime de 64*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- Carvalho, A. & Silva, L. (2002). 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In. E. Jelin. *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. (195-244). Madrid: Siglo XXI.
- Catela, L. da S. (2002). Territorios de Memoria Política: los archivos de la represión en Brasil. In. L. S. Catela. & E. Jelin. *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. (pp. 15-84). Madrid: Siglo XXI.
- _____. (2002). El mundo de los archivos. In. L. da S. Catela. & E. Jelin. *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. (pp. 195-221). Madrid: Siglo XXI.

- Catela, L. da S. & Jelin, E. (2002). *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. Madrid: Siglo XXI.
- Cavalli, A. (1982). *Il Tempo dei Giovani*. Bologna: Il Mulino.
- Chauí, M. (1998). *Ética e Violência*. Texto mimeo apresentado no Colóquio Democracia e Liberdade: Interlocuções com Marilena Chauí. São Paulo: USP/NEDIC, abril.
- Coimbra, C.M.B. (1995). *Guardiões da Ordem – Uma Viagem pelas Práticas Psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- _____. (2001). *Operação Rio: O mito das classes perigosas*. Niterói: Intertexto/Oficina do Autor.
- _____. (2001, setembro). *Resquícios da ditadura*. Acessado em 22/09/2005 da página: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/justicaglobal/requiciosdeditadura.html>.
- _____. (2004, 28/agosto). *Qual anistia?*. Acessado em 12/11/2005 da página: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=35>.
- _____. (2004, novembro). Entrevista Explosiva. *Caros Amigos*. (92). 30-36.
- Connerton, P. (1999). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- Cruz, M. A. (2002). *Silencios Contingencias y Desafíos: el Archivo de la Vicaría de Solidaridad en Chile*. In. L. da S. Catela, & E. Jelin. *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. (pp. 137-178). Madrid: Siglo XXI.
- Curtius, E. R. (1999). *Literatura Europea y Edad Media Latina*. Madrid: FCE.
- Decca, E. S. (1984). *O Silêncio dos Vencidos*. S. Paulo: Brasiliense.
- _____. (1992). Memória e Cidadania. In. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. (pp. 129-136). São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico.
- Movimento Tortura Nunca Mais - MTMN. (1995). *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Recife/Pe: CEPE. Acessado em 06 de abril de 2005 de www.torturanuncamais.org.br/mntm_mor/mor_introducao/mor_resgatando1.htm.
- Ebbinghaus, H. (1964). *Memory: a Contribution to Experimental Psychology*. New York: Dover Publications.
- Edelman, L. (2002). Apuntes sobre la memoria individual y la memoria colectiva. In. *Paisajes del dolor, senderos de esperanza: Salud mental y derechos humanos en el Cono Sur* .(pp.215-223). Buenos Aires: EATIP.
- Edwards, D.. (1997). *Discourse and Cognición*. Londres: Sage.
- _____. & Potter, J. (1992). *Discursive Psychology*. Londres: Sage
- Evans-Pritchard, E. (1977). *Los Nuer*. Barcelona: Anagrama.
- Falcão, A. (1989). *Tudo a Declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Fentress, J. & Wickham, C. (2003). *Memoria Social*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Ferreira, M. M. & Amado, J. (1998). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª Edição. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Finkenauer, C., Gisle, L. & Luminet, O. (2000). Cuando las Memorias se forman Socialmente: Memorias de Flash de Sucesos Sociopolíticos. In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 159-179). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Franceschini, L. F. O. (2003). Marajás e Caras-Pintadas: A Memória do Governo Collor nas Páginas e “O Globo”. *Achegas*, 12. Acessado em 10/10/2005. http://www.achegas.net/numero/doze/luiz_felipe_12.htm.
- Freitas, A. de (1981). *Resistir é Preciso – Memória do Tempo da Morte Civil no Brasil*. Debates. Rio de Janeiro: Record.
- Freire, P. (1982). *Pedagogia do oprimido*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Pás e Terra.
- Gabeira, F. (1980). *O Crepúsculo do Macho*. Depoimento. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Cadecri.
- _____. (1979). *O Que é Isso Companheiro*. Depoimento. Rio de Janeiro: Ed. Cadecri.
- Galindo, J. (1999). *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación*. Madrid: Prentice-Hall.
- Gamson, W. A. (1992a.). *Talking Politics*. Cambridge University Press.
- _____. (1992b.). The Social Psychology of Coletive Action. In. A. D. Morris & C. M. Mueller, (orgs). *Fronteirs in Social Movement Theory*. Yale University Press.
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in Etnomethology*. Englewood Cliffs. NJ: Prentice Hall.
- Garzón, A. (1993). Marcos sociales de la memoria: un enfoque ecológico. *Psicothema*, 5, 103-122.
- _____. A. (1998). Individualismo Psicológico y Memoria Colectiva. Prólogo. In. D. Paez, J.F. Valencia, J.W. Pennebaker, B. Rimé & D. Jodelet, (Eds.). *Memorias Colectivas de Procesos Culturales y Políticos*. (pp. 17-27). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco.
- Gaspari, E. (2002). *A Ditadura Envergonhada*. Vol 1. São Paulo: Cia das Letras.
- _____. (2002). *A Ditadura Escancarada*. Vol 2. São Paulo: Cia das Letras.
- _____. (2003). *A Ditadura Derrotada*. Vol 3. São Paulo: Cia das Letras
- _____. (2004). *A Ditadura Encurralada*. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras.
- Gergen, K. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-320.

- Gergen, K. (1992). *El yo saturado. Dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*. Barcelona: Paidós.
- _____. (1996). *Realidades y relaciones. Aproximaciones a la construcción social*. Barcelona: Paidós.
- Gohn, M. da G. (1995). *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- González, M. (2002). *Los archivos del Terror del Paraguay: la historia oculta de la represión*. In. L. da S. Catela & E. Jelin. *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. (pp. 84-114). Madrid: Siglo XXI.
- _____. (2002b). Fecha feliz en Paraguay: los festejos del 3 de noviembre, cumpleaños de Alfredo Stroessner. In. E. Jelin. *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. (149-194). Madrid: Siglo XXI.
- Gregory, T. & Morelli, M. (Eds.).(1994). *L'éclisse delle memoire*. Bari: Laterza.
- Guidens, A. (1982). Class Structuration and Class Consciousness. In A. Guidens & D. Held (orgs). *Class, Power and Conflict*. (157-174). Berkeley: University of California Press.
- Guillermo, F. (2002). ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In. E. Jelin. *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. (53-100). Madrid: Siglo XXI.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice. (Originalmente publicado em francês em 1950).
- _____. (1952). *Los Marcos Sociales de la Memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial. (Originalmente publicado em francês em 1925).
- Heller, A. (1972). *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Heritage, J. C. (1984). A Change-of-state token and aspects of its sequential placement. In. J. M. Atkinson & J.C. Heritage (eds.). *Structures of social actions: Studies in Conversation analysis*. (pp. 299-346).
- Herranz, J. K. & Basabe, N. (1999). Identidad Nacional, Ideología Política y Memoria Colectiva. *Revista de Psicología Política*, (18), (31-47).
- Hewstone, M. (1989). *Causal Attribution : From Cognitive Processes to Collective Beliefs*. London: Blackwell.
- Hite, K. (2003). El monumento a Salvador Allende en el debate político chileno. In. E. Jelin & V. Langland. (2003). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. (pp. 19-55). Madrid: Siglo XXI.
- Hoffman, L. (1996). Una postura reflexiva para la terapia familiar. In. S. McName & K. Gergen. *La terapia como construcción social*. Barcelona: Paidós.

- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1990). *Social Identifications: A social psychology of intergroup relations and group processes*. London and New York: Routledge.
- Huyssen, A. (2000). *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Iñiguez, L., Valencia, J.F. & Vázquez, F. (1998). La construcción de la Memoria y del Olvido: Aproximación y Alejamientos a la Guerra Civil Española. In. D. Paez, J.F. Valencia, J.W. Pennebaker, B. Rimé & D. Jodelet (Eds.). *Memorias Colectivas de Procesos Culturales y Políticos*. (pp. 265-285). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco.
- Jacoby, R. (1977). *Amnésia Social: uma crítica à psicologia conformista de Adler e Laing*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Janet, P. (1928). *L'Evolution de la mémoire et de la notion du temps*. Paris: A. Chahine.
- Jedlowski, P. (1989). *Memoria, Esperienza e Modernità*. Milan: Angeli.
- _____. (2000). La Sociología de la Memoria Colectiva. In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 123-134). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Jelin, E. (2002). *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI.
- _____. & Langland, V. (2003a). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI.
- _____. (2003b). Introducción: las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. In. E. Jelin & V. Langland (2003). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. (pp. 1-18). Madrid: Siglo XXI.
- Jenkins, R. (1996). *Social Identity*, London and New York: Routledge.
- Johnson, R., McLennan, G., Schwartz, B. & Sutton, D. (1982). *Making Histories: Studies in History-writing and Politics*. Londres: Hutchinson e Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham.
- Käes, R. (1991). Rupturas Catastróficas y Trabajo de la Memoria. Notas para una Investigación. In. J. Puget, & R. Käes (coord). *Violencia de Estado y Psicoanálisis*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- Kellehear, A. (1995). *The Unobtrusive Researcher: A Guide to Methods*. New York: Allen & Unwin.
- Klandermans, B. (1992). Mobilization and Participation: Social Psychology Expansion of the Ressource Mobilization Theory. *American Sociological Review*. (49), 583-600.
- Lane, S. T. M. & Godo, W. (orgs.). (1994). *Psicologia Social: o Homem em Movimento*. 13ª Edição. São Paulo: Brasiliense.
- Langland, V. (2003). La casa de la memoria en Praia de Flamengo: memoria estudiantiles y nacionales en Brasil, 1964-1980. In. E. Jelin & V. Langland. *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. (pp. 57-95). Madrid: Siglo XXI.

- Lazzara, M. (2003). Tres recorridos de Villa Grimaldi. In. E. Jelin & V. Langland. *Monumentos, Memoriales Y Marcas Territoriales*. (pp. 127-147). Madrid: Siglo XXI.
- Le Goff, J. (1992). *História e Memória*. 2ª Edição. Campinas: Editora UNICAMP.
- Leone, G. (2000). Qué Hay de Social en la Memoria? In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 135-155). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Leontiev, A. N. (1981). *Problems of Developments of the Mind*. Moscú: Progress House.
- Lira, E. & Castillo, M. I. (1991). *Psicología de la amenaza política y del miedo*. Santiago do Chile: ILAS.
- _____. (1993). Trauma Político y Memoria Social. *Psicología Política*. (6) 95-116.
- _____. (1998). Recordar es volver a pasar por el corazón. In. *Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido*. (pp. 247-263). Barcelona: Paidós.
- Lira & Weinstein, E. (1991). *Psicoterapia y Represión Política*. México: Siglo XXI Editores.
- Lobo, A. (1989). *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro*. Petrópolis: Vozes.
- Lowenthal, D. (1985). *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal. 1998.
- _____. (1998). Como conhecemos o passado. In *Trabalhos da Memória*. Projeto História. 17. São Paulo: Educ-Fapesp.
- Luria, A. (1968). *The Mind of a Mnemonist*. New York: Basic Books.
- Mannheim, K. (1952). The Problem of Generations. In. Mannheim, K. (Ed). *Essays on the Sociology of Knowledge*. (pp. 276-321). London: Routledge/ Kegan Paul.
- Marchesi, A. (2002). ¿Guerra o Terrorismo de Estado? Recuerdos enfrentados sobre el pasado reciente uruguayo. In. E. Jelin. *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. (101-147). Madrid: Siglo XXI.
- Martín-Baró, I. (1985). *Acción e Ideología*. San Salvador: UCA Editores.
- _____. (1987a). El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In. Montero (coord). *Psicología Política Latinoamericana*. (pp.135-162). Caracas: Panapo.
- _____. (1989). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial. *Revista de Psicología de El Salvador*. 9 (35), (pp. 89-108).
- _____. (1990). La Psicología Política latinoamericana. In. G. Pacheco & B. Jiménez. (Comps). *Ignacio Martín-Baró (1942-1989). Psicología de la Liberación para América Latina*. Guadalajara: ITESO.
- _____. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.
- _____. (2003). *Poder, Ideología y Violencia*. Madrid: Trotta.

- Mattos, O. (1992). Memória e História em Walter Benjamin. In. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. (pp. 151-156). São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico.
- Mazzara, B. (2000). La Memoria Colectiva entre Dinámicas Cognitivas y Procesos de Construcción Social: Aspectos teóricos y metodológicos. In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 107-122). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Mead, G. H. (1982). *Espíritu, persona y sociedad*. Barcelona: Paidós.
- Mezarobba, G. (2003). *Um acerto de contas com o futuro a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: FFLCH/USP.
- Middleton, D. & Edwards, D. (1992). (Orgs.). Recuerdo Conversacional: un enfoque sociopsicológico. In. D. Middleton & D. Edwards. *Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido*. (pp. 39-62). Barcelona: Paidós.
- Montenegro, A. T. (1994). *História Oral e Memória – A cultura popular revisitada*. Coleção Caminhos da História. 3ª Edição. São Paulo: Contexto.
- Montero, M. (coord.). (1987). *Psicologia Política Latinoamericana*. Caracas. Venezuela: Editorial Panapo.
- Neisser, U. (1982). *Memory Observed: Remembering in Natural Contexts*. New York: Freeman.
- _____. & Winograd, E. (Eds). (1988). *Remembering Reconsidered: Ecological and approaches to the study of Memory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nora, P. (1984). *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard.
- Olmo, D. (2002). Reconstruir desde restos y Fragmentos: el uso de archivos policiales en la antropología forense en Argentina. In. L. da S. Catela & E. Jelin. *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. (pp. 179-194). Madrid: Siglo XXI.
- Olson, M. (1965). *The Logic of Collective Action*. Cambridge Mass: Harvard University Press.
- Páez, D., Valencia, J.F., Pennebaker, J.W., Rimé, B. & Jodelet, D. (1998). (Eds.). *Memorias Colectivas de Procesos Culturales y Políticos*. Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco.
- Paoli, M. C. (1989). Trabalhadores e Cidadania: A Experiência do Mundo Público na História do Brasil Moderno. *Revista de Estudos Avançados*. 3, (7), 40-66.
- _____. (1992). Memória História e Cidadania: O Direito ao Passado. In. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. (pp. 25-28). São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico.
- Parker, I. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social Individual Psychology*. Londres: Routledge.

- Pennebaker, J.W. & Basanick, B. (1998). Creación y mantenimiento de memorias colectivas. In. D. Páez, J.F. Valencia, J.W. Pennebaker, B. Rimé & D. Jodelet (Eds.). *Memorias Colectivas de Procesos Culturales y Políticos*. (pp. 31-82). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco.
- Perrone, C. (2002). Políticas de Memória e do esquecimento: as ruínas do sentido. In. C. Rauter, E. Passos, & R. Benevides (Orgs.). *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. (pp. 101-110). Equipe Clinico-grupal. Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora Te Cora.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. 3.
- Portelli, A. (1998). O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In. M. Ferreira & J. Amado (Org). *Usos e abusos da História Oral*. 2ª Edição. Fundação Getúlio Vargas.
- Potter, J. (1998). *La Representación de la Realidad: Discurso, retorica y Construcción Social*. Barcelona: Paidós.
- _____. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behavior*. Londres: Sage.
- Radley, A. (1992). Artefactos, Memoria y sentido del Pasado. In. D. Middleton & D. Edwards (Orgs.). *Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido*. (pp. 63-76). Barcelona: Paidós.
- Rancière, J. (1996a). *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (1996b). O Dissenso. In. A. Novaes (Org.). *A Crise da Razão*. (pp. 367-382). Minc - Funarte. Cia das Letras.
- Rauter, C., Passos, E. & Benevides, R. (2002). *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. (pp. 101-110). Equipe Clinico-grupal. Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora Te Cora.
- Richard, N. (1999). Políticas da Memória e técnicas do esquecimento. In. W.M. Miranda (Org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Richardson, J. T. E.. (1996). *Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences*. BPS (The British Psychological Society). Londres : Books.
- Ricoeur, P. (1996). Entre mémoire et histoire. *Projet*. (248).
- _____. (2003). *La memória, la historia, el olvido*. Madrid: Editorial Trota.
- Rosa, A., Bellelli, G. & Bakhurst, D. (2000). Introducción. In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 19-39). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- _____. (2000). Representaciones del Pasado, Cultura Personal e Identidad Nacional. In. A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. (pp. 41-90). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Rossi, P.. (1991). *Il pasado, la Memória, l'oblio*. Bologna: Il Mulino.

- Ruiz-Vargas, J. M. (1991). *Psicología de la Memoria*. Madrid: Alianza. 1994.
- _____. (1997). (Comp.). *Claves de la Memoria*. Madrid: Editorial Trotta.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sandoval, S.A.M. (1989). Considerações sobre Aspectos Microsociais na Análise dos Movimentos Sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*, 7, set.
- _____. (1994a). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In. M.J.Spink. *A Cidadania em Construção: uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1994b). *Os Trabalhadores Param – Greves e Mudança Social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática.
- _____. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*. 1, (1), 173-195.
- Santana, M. A. (1998). *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Outubro, Caxambu/MG.
- Santos, M. S. (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume.
- Sartorius, N. & Alfaya, J. (2002). *La memoria insumisa: sobre la dictadura de Franco*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Scarparo, H. (2000). (Org.). *Psicologia e Pesquisa: Perspectivas Metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Schudson, M. (1992). *Watergate in America Memory: How we remember, forget and reconstruct the past*. New York: Basics Books.
- Schuman, H., Belli, R.F. & Bischooping, K. (1998). In. D. Páez, J.F. Valencia, J.W. Pennebaker, B. Rimé & D. Jodelet (Eds.). *Memorias Colectivas de Procesos Culturales y Políticos*. (pp. 83-120). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco.
- _____. & Scott, J. (1989). Generations and Collective Memories. *American Sociological Review*, 54, (3), 359-381.
- Secretaria Municipal de Cultura. (1992). *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico.
- Sherer-Warren, I. (1996). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola
- Shotter, J. (1992). La Construcción Social del Recuerdo y el Olvido. In. D. Middleton & D. Edwards (Orgs.). *Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido*. (pp. 137-155). Barcelona: Paidós.
- Silva, A. S. (2001a). Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica.

Revista Interação. São Paulo: UNIMARCO.

- _____. (2002) *Acampados no Pontal: A Formação da Consciência Política entre Famílias Acampadas no MST*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social.
- Skidmore, T. (1989). *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1964-1985*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Spink, M. J. (1994). *Cidadania em Construção: uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- Syrkis, A. (1980). *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. São Paulo: Global.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*. Londres: Academie Press.
- _____. (1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- _____. (1984). *Grupos Humanos y Categorías Sociales: Estudios de Psicología Social*. Barcelona: Editorial Herder.
- Tappatá, P. (2003). El Parque de la Memoria en Buenos Aires. In. E. Jelin & V. Langland. *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. (pp. 97-111). Madrid: Siglo XXI.
- Thompson, P. (1998). *A Voz do Passado: História Oral*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Touraine, A. (1966). *La Conscience Ouvrière*. Paris: Editions du Seuil.
- Ustra, C. A. B. (1987). *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editorial.
- Valencia, J. M. & Paez, D. (1999). Generación, Polemica Pública, Clima Social e Identidad Social. *Revista de Psicología Política*, (18), (11-30).
- Vázquez, F. (2001). *La Memoria como Acción Social: Relaciones, Significados e Imaginário*. Temas de Psicología. Barcelona: Paidós.
- _____. & Iñiguez, Lupicinio. (1997). The Memory of the Spanish War of 1936: Narratives and Daily Life. In. *VI National Congress of Social Psychology no Simpósio “Social and Collective Memory”*. San Sebastián.
- _____. & Muñoz, J. (2003). La memoria como construcción colectiva: compartiendo y engendrando significados y acciones. In. F. Vázquez (org.). *Psicología del Comportamiento Colectivo*. Barcelona: Editorial UOC.
- Viñar, M. (1991). Violencia social y realidad en psicoanálisis. In. J. Puget & R. Käes (Coord.). *Violência de Estado y Psicoanálisis*. (p.p.49-65). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- _____. (1992). *Exílio e Tortura*. São Paulo: Escuta.
- Vygotski, L.S. (1929). The problem of the cultural development of the child, *Journal of Genetic Psychology*, 36, 415-434.

- Wagner-Pacifici, R. & Schwartz, B. (1991). The Vietnan Memorial: Commemorating a Difficult Past. *American Journal of Sociology*, 2, (97), (376-420).
- Yates, F. A. (1978). *El arte de la memoria*. Madrid: Taurus.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de Entrevistas

Entrevistas com lideranças comunitárias e sindicais – entrevistas semi-estruturadas

I - Informações gerais:

1. Idade: _____
2. Sexo: () M () F
3. Estado Civil: _____
4. Bairro onde reside: _____
5. Nível escolar: () 1º. Grau () 2º. Grau () Superior
6. Profissão: _____

II - Questões sobre o tema:

1. De qual comunidade, sindicato ou movimento você participa?
2. Desde quando você participa da comunidade, movimento ou sindicato?
3. O que você sabe sobre a ditadura militar no Brasil?
4. Onde você obteve estas informações?
5. Você ou alguma pessoa próxima a você tinha alguma atuação nos movimentos sociais, sindicais ou alguma organização popular na época da ditadura?
6. Você tem ou teve algum contato com pessoas que viveram aquela época? O que eles contam a esse respeito?
7. A ditadura afetou você de alguma forma?
8. Que impacto isso teve em você?
9. Que lembranças foram mais significativas dessa época?
10. Qual a relação que existia entre a ditadura e os movimentos sociais?
11. Qual a relação que existia entre a ditadura e os sindicatos?
12. Em que os movimentos sociais dessa época eram diferentes ou semelhantes aos de hoje?

13. Você acredita que a população brasileira tem conhecimento da ditadura militar no Brasil?
14. Qual a importância deste período para a sociedade brasileira?
15. Que tipo de repercussão teve a ditadura militar para a população da época?
16. Você acha que tem alguma repercussão nos dias de hoje?
17. Em sua opinião, o que representou esse período para a população brasileira?
18. Em algum momento houve preocupação das lideranças comunitárias, sindicais em preservar ou transmitir a memória da ditadura militar para as novas gerações? Como foi que isso aconteceu?
19. O que você destacaria deste período?
20. Você teria mais alguma coisa a dizer sobre aquela época?

ANEXO II

Questionário

Jovens universitários

1. Idade: _____
2. Sexo: () M () F
3. Nível universitário: () 1º. Ano () 2º. Ano () 3º. Ano () 4º. Ano
4. Área que está cursando: _____
5. Trabalha: () Sim () Não
6. Tempo de trabalho: () parcial () integral
7. Tipo de atividade que exerce no trabalho: _____
8. Você participa de Centro Acadêmico (C.A.), Diretório Acadêmico (D. A.), Movimento estudantil ou outra organização universitária? () Sim () Não
Quais? a) _____
b) _____
9. Desde quando? _____
10. Exerce alguma função nesta organização? () Sim () Não
Qual? _____
11. Você participa de alguma associação, ONG, movimento social ou outras organizações fora da universidade? () Sim () Não

Qual? (nome da organização)	Desde quando?	Teve ou tem alguma função? Qual?

12. Você costuma ler jornais? () Sim () Não
13. Qual o jornal de sua preferência? _____

14. Com que frequência você lê jornais?

- () diariamente () 1 vez por semana
() 2 a 4 vezes por semana () algumas vezes no mês

15. Quais assuntos mais te interessam? Enumere de 1 a 16 de acordo com a sua preferência:

- () esporte () política () policial () cotidiano
() lazer () cultura () educação () economia
() classificados () ciência () saúde () religião
() internacional () turismo () cinema () astrologia

16. Em sua opinião quanto de repressão houve nos seguintes períodos políticos no Brasil? Colocar um X.

	Muita repressão	Bastante repressão	Pouca repressão	Quase nada	Não sei
Na República Velha					
No Estado Novo					
No populismo					
No Governo Castelo Branco (ditadura)					
No Governo Costa e Silva (ditadura)					
No Governo Médici (ditadura)					
No Governo Geisel (ditadura)					
Na Nova República					
No governo atual					

17. Na sua opinião, dos períodos mencionados acima (pergunta nº. 16), quais foram os dois períodos em que houve mais violação de direitos humanos?

- 1- _____
2- _____

18. Classifique em ordem de gravidade as seguintes formas de repressão política:

Enumerar de 1 a 8, sendo 1 para o que considera mais grave e assim sucessivamente.

1. Supressão das garantias constitucionais ()
2. Impedimento das manifestações públicas ()
3. Atos arbitrários do governo ()

- | | |
|------------------------------------|-----|
| 4. Violação dos direitos humanos | () |
| 5. Violência policial | () |
| 6. Falta de liberdade de expressão | () |
| 7. Espionagem policial | () |
| 8. Interrogatório com tortura | () |

19. A seguir vou lhe pedir para completar as seguintes frases segundo seu critério:

a) A ditadura militar é um regime de governo onde

.....
.....

b) Uma conduta ditatorial seria

.....
.....

c) Para mim a ditadura militar significou

.....
.....

d) As razões que costuma levar a um golpe de Estado são

.....
.....

e) O fim da ditadura militar no Brasil significou

.....
.....

f) A transição política a democracia no Brasil foi resultado de

.....
.....

g) Uma atitude pouco democrática seria

.....
.....

20. Você acha que a ditadura militar tem alguma repercussão ainda nos dias de hoje?

- () Muita
() Pouca
() Nenhuma

21. Por quê?

.....

.....

22. Em sua opinião, quanto conhecimento da ditadura militar no Brasil tem a população brasileira?

- () muito conhecimento
- () pouco conhecimento
- () nenhum conhecimento
- () não sei

23. Você tem ou teve algum contato com pessoas que viveram durante a ditadura militar no Brasil?

	Muito contato	Pouco contato	Nenhum contato
1. Com parentes			
2. Amigos			
3. Colegas			
4. Outros			

24. Quais dessas personagens e instituições contribuíram ou contribuem mais ou menos para o fortalecimento da democracia?

		MAIS	MENOS
1.	LULA		
2.	PMDB		
3.	JANIO QUADROS		
4.	PSDB		
5.	ORESTES QUÉRCIA		
6.	PT		
7.	FIESP (Federação de Indústrias e Comércio de São Paulo)		
8.	PAULO MALUF		
9.	CNBB (Conselho Nacional de Bispos do Brasil)		
10.	JOSÉ SARNEY		
11.	PTB		
12.	FORÇAS ARMADAS		
13.	FORÇA SINDICAL		

14.	CUT (Central Única dos Trabalhadores)		
15.	PDT		
16.	ULYSSES GUIMARÃES		
17.	UDR (União Democrática Rural)		
18.	PFL		
19.	EMPRESÁRIOS		
20.	PDS		
21.	OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)		
22.	LEONEL BRIZOLA		
23.	MST		
24.	POLÍCIA MILITAR		
25.	FERNANDO COLLOR DE MELLO		
26.	JOSÉ RAINHA		
27.	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC)		
28.	MARIO COVAS		

25. Onde você adquiriu essas informações sobre a ditadura militar de 1964? Colocar um (X) em todos os itens que te ofereceram alguma informação sobre o período militar.

1.	No Colégio	
2.	Na Universidade	
3.	Através de leitura e acompanhamento de informação política	
4.	Participando em alguma organização comunitária ou política	
5.	Através de familiares ou pessoas que viveram aquela época	
6.	Através da mídia (jornais, revistas, TV, internet)	
7.	Vídeo ou cinema	
8.	Outros	

26. Em sua opinião quais foram os piores aspectos da ditadura militar?

.....

27. Em sua opinião quais foram os melhores aspectos da ditadura militar?

.....

28. Você teria mais alguma coisa a dizer sobre a ditadura militar?

.....
